

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

FERNANDO A. FIGUEIRA DO NASCIMENTO

**O selvagem repousa em toda alma: o desajustamento social e a
emergência da Psicologia Social no Brasil**

Versão Corrigida

São Paulo
2023

FERNANDO A. FIGUEIRA DO NASCIMENTO

O selvagem repousa em toda alma: o desajustamento social e a emergência da Psicologia Social no Brasil

Versão Corrigida

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientadora: Prof^{ta}. Dr^a. Belinda Piltcher Haber Mandelbaum

São Paulo
2023

AUTORIZO A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite

Nascimento, Fernando A. Figueira do

O selvagem repousa em toda alma;/ o desajustamento social e a emergência da Psicologia Social no Brasil / Fernando A. Figueira do Nascimento; orientadora Belinda Piltcher Haber Mandeulbaum. – São Paulo, 2023.

304 f

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. História da Psicologia. 2. Psicologia Social. 3. Desajustamento social. 4. História da Psicologia Social no Brasil. 5. Arthur Ramos. I. Mandeulbaum, Belinda Piltcher Haber, oriente. II, Título.

Dados fornecidos pelo (a) autor(a)

Nome: Nascimento, Fernando A. Figueira do.

Título: O selvagem repousa em toda alma: o problema do desajustamento social e a emergência da Psicologia Social no Brasil

Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria F. Nascimento, que, mesmo em seus mais difíceis momentos e sem entender muito bem o que significava doutorar-se, não deixou de dizer simplesmente “vai, tem que ir e acabar, tem que estudar”.

À Profa Dra Belinda Mandelbaum pela gentileza, acolhimento e aposta nessa pesquisa desde nossas primeiras conversas.

Aos professores do Programa de Psicologia Social e do Trabalho, em especial ao Prof. Dr. Gustavo Massola.

À Profa Dra Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros pelas sugestões e indicações de leitura sobre Arthur Ramos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa Higiene Mental e Eugenia, da Universidade Estadual de Maringá, sob a coordenação da Profa Dra Maria Lucia Boarini, pela digitalização dos Archivos Brasileiros de Higiene Mental e outros periódicos que nos ajudaram a compreender aquele momento histórico.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da seção de livros e obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ao nosso grupo de pesquisa e orientação: Rodrigo Afonso, Raquel Morales, Maria Cristina, Aline Rubin e Camila Antonelli. Nossas reflexões sempre abriram novos caminhos.

Aos amigos que nestes anos pacientemente leram e contribuíram com ideias sobre o texto e a Psicologia Social no Brasil, especialmente ao Gil Gonçalves por sua leitura paciente e atenciosa.

Aos camaradas da ABRAPSO que, em todos esses anos, dedicaram-se comigo a organizar os cursos de História da Psicologia no Brasil nos nossos Encontros Regionais.

Aos amigos que se foram muito cedo.

Aos amigos que permaneceram vivos! Se um dia lerem isso, vocês sabem quem são!

Aos camaradas da vida política: firmes!

Soneto

Sou nobre, e de linhagem sublimada;
Descendo, em linha reta dos *Pegados*;
 Cuja lança feroz desbaratados
Fez tremer os guerreiros da Cruzada!

Minha mãe, que é de proa alcantilada,
Vem de raça dos Reis mais afamados;
-Blasonava entre um bando de pasmados
 Certo parvo de casta *amorenada*.

Eis que brada um peralta retumbante[:]
 “-Teu avô, que de cor era latente,
“Teve um neto mulato e mui pedante!”
 Irrita-se o fidalgo qual demente,
 Trescala, a vil catanga nauseante,
E não pôde negar ser meu parente!

(Gama, 2000, p. 36-37)

RESUMO

Nascimento, Fernando A. Figueira do (2023). O selvagem repousa em toda alma: o desajustamento social e a emergência da Psicologia Social no Brasil (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta é uma pesquisa no campo da História da Psicologia e nela nos dedicamos a traçar perspectivas sobre a constituição da Psicologia Social no Brasil entre os anos de 1920 e 1940. Para isso, temos como obra central a *Introdução à Psicologia Social* de Arthur Ramos (1903-1949), lançada em 1936. O método genealógico, como forma de história crítica, serviu-nos como referência para o desenvolvimento dos procedimentos de pesquisa e para a elaboração de nossas categorias. Elegemos o *desajustamento social* como categoria fundamental, da qual derivam outras duas: a identidade social e a dualidade primitivo-civilizado. Para que a psicologia social se colocasse como um dispositivo social que atuasse no ajustamento das pessoas à vida e à moral burguesa que se formavam, muito contribuiu a emergência da população como objeto para as ciências médicas. Assim, desde o fim do século XIX, encontramos um vívido interesse pela psicologia dos povos e a psicologia dos grupos: a população dos sertões e aquelas que encontravam suas raízes na África tornavam-se objeto para as ciências médicas e os seus estudos sobre a psicologia coletiva. Ainda que a doença mental, a paranoia, a histeria e a melancolia fossem de interesse para as primeiras teses de medicina publicadas no país e apresentassem algumas reflexões sobre a população, foi somente entre os anos de 1933 e 1937 que os cursos de psicologia social começaram a ser ministrados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essa psicologia social no Brasil encontrava raízes na Europa e nos Estados Unidos da América. Arthur Ramos (1936/2003) esforçou-se por construir um campo de combinações teóricas que não deixava de posicionar a Psicanálise como elemento importante, ao lado da Higiene Mental, da Antropologia e da Psiquiatria. A Psicologia Social convertia-se em uma forma de higiene mental aplicada ao ajustamento dos indivíduos e, nesse sentido, colocava-se em compasso com os ideais da Liga Brasileira de Higiene Mental, pelo menos com aqueles que diziam respeito às possibilidades de elaborar dispositivos terapêuticos para o ajustamento como forma de prevenção e promoção de saúde. O conceito de desajustamento social era capaz de revelar os elementos implicados no funcionamento mental dos indivíduos, inclusive os seus processos identitários e a emergência de possibilidades de expressão da mentalidade primitiva que supostamente habitava a personalidade.

Palavras-Chave: História da Psicologia. Psicologia Social. Desajustamento social. História da Psicologia Social no Brasil. Arthur Ramos

ABSTRACT

Nascimento, Fernando A. Figueira do (2023). *The savage lies in every soul: the social maladjustment and the emergence of Social Psychology in Brazil*. (Tese de doutorado). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

This is a research project in the field of the History of Psychology and it is dedicated to outlining perspectives on the constitution of Social Psychology in Brazil between the 1920s and 1940s. To do this, we have as our central work for analysis the *Introduction to Social Psychology* by Arthur Ramos (1903-1949), launched in 1936. The genealogical method, as a form of critical history, served as a reference for the development of research procedures and for the unfolding of our categories. Thus, we chose *social maladjustment* as the fundamental category, from which two others derive: social identity and the primitive-civilized duality. The emergence of the population as an object for the medical sciences helped social psychology to become a social device that acted to adjust people to the bourgeois life and morals that were being formed in the period. Thus, since the end of the 19th century, we find a vivid interest in the psychology of peoples and the psychology of groups: the population of the hinterlands and those who found their roots in Africa became objects for the medical sciences and their studies on collective psychology. Although mental illness, paranoia, hysteria and melancholy were of interest in the first medical theses published in the country and presented some reflections on the population, it was only between 1933 and 1937 that courses in social psychology were given in São Paulo and Rio de Janeiro. Social psychology in Brazil found its roots in Europe and the United States. In particular, Ramos (1936/2003) strove to build a field of theoretical combinations that did not fail to position Psychoanalysis as an important element, alongside Mental Hygiene, Anthropology and Psychiatry. Social psychology became a form of mental hygiene applied to the adjustment of individuals and, in this sense, was in line with the ideals of the Brazilian Mental Hygiene League, at least those related to the possibilities of developing therapeutic devices for adjustment as a form of prevention and health promotion. The concept of social maladjustment revealed the elements involved in the mental functioning of individuals, including their identity processes and the emergence of possibilities for expressing the primitive mentality that supposedly inhabited their personality.

Keywords: History of Psychology. Social Psychology. Social maladjustment. History of Social Psychology in Brazil. Arthur

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SOBRE O MÉTODO: A GENEALOGIA, A HISTÓRIA DO PRESENTE E O PROBLEMA DE GOVERNO	26
	2.1 Caracterização da pesquisa	27
	2.2 A crítica e o problema de governo.	32
	2.3 Objetivo, delimitação do objeto e categorias fundamentais.....	39
	2.4 Imperativos metodológicos	42
	2.4.1 Perspectivas metodológicas.....	45
	2.4.2 Fontes primárias.....	50
	2.4.3 Fontes secundárias.	52
3	POPULAÇÃO COMO OBJETO: RELAÇÕES ENTRE O AJUSTAMENTO, A DISCIPLINA E A REGULAMENTAÇÃO DAS MULTIDÕES	57
	3.1 O governo das populações: ocupação, produção e crescimento.....	62
	3.2 A população e as classes perigosas.	73
	3.3 A higiene mental e a saúde das populações como elemento político: as metamorfoses, as invasões e as simbioses entre o civilizado e o primitivo	83
4	A POPULAÇÃO E A INVENÇÃO DO SOCIAL: DOS DEGENERADOS AOS CORPOS DESAJUSTADOS	94
	4.1 A população como imagem do primitivo e do risco social.....	98
	4.2 Ajustar os corpos e garantir o futuro.	108
	4.3 As Faculdades de Medicina e os corpos desajustados.....	113
	4.3.1 A degeneração, o desequilíbrio mental e o desajustamento social.	117
	4.4 Das paredes asilares à higiene mental: os deslocamentos do discurso psiquiátrico entre degenerados e desajustados.	121
	4.5 A Liga Brasileira de Higiene Mental: o ajustamento e a prevenção como objetivos	135
5	OS FUNDAMENTOS E O OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL	146

5.1	Operárias, tribofeiros, bilontras, grevistas e militares.....	150
5.2	Os anos de 1930.	160
5.3	A Psicologia Social: definição e objeto.	165
5.4	A biologia dos motivos: instintos e emoções.	181
5.5	O hábito e a aprendizagem social.	183
5.6	As estruturas instintivo-afetivas.	186
5.7	As reações da personalidade	189
6	A IDENTIDADE SOCIAL, O DESAJUSTAMENTO E O PRIMITIVO.....	193
6.1	Três fatores para a formação da identidade social: a sugestão, a imitação e a simpatia	201
6.2	A imitação.	205
6.3	A imitação: moda e costume	208
6.4	A simpatia	212
6.5	Interferência e conflito.	215
6.6	Os desajustamentos sociais.	218
6.7	A opinião pública, a censura e a liderança	224
7	AS ESTRUTURAS PSICOSSOCIAIS: O INCONSCIENTE PRIMITIVO E A EMERGÊNCIA DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL E CULTURAL.....	231
7.1	A vida dos grupos.	235
7.2	O indivíduo e o social.	237
7.3	A Psicologia da Cultura	241
7.4	A estrutura da mentalidade primitiva	248
7.5	A lógica afetiva e o pensamento mágico-simbólico.....	254
7.6	As esferas primitivas da realidade	255
7.7	A sobrevivência das estruturas primitivas.	263
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
	REFERÊNCIAS	
	Fontes primárias.....	275
	Fontes secundárias.	279

APÊNDICE

Arthur Ramos: um caminho possível 296

ANEXO I

Esquema de Leitura 304

1 INTRODUÇÃO

Se desde o início de nossos estudos para a preparação de nosso projeto de doutorado o nosso objetivo era traçar os primeiros caminhos para a constituição da Psicologia Social no Brasil, a experiência de pesquisa e de escrita do texto, o experimentar das palavras, nos conduziram a percursos que não havíamos delineado anteriormente. E isso não somente em relação ao material de pesquisa e às fontes bibliográficas que se multiplicavam, mas também a refletir sobre nosso lugar no mundo. Isso exigiu tempo, mas também certa abertura para uma aventura sempre renovada a cada capítulo. Esta tese é uma espécie de retrato de nossos experimentos e de nossa experiência, nela fomos surpreendidos ao encontrarmos também a nossa história. No entanto, diante do tempo para concluir, ela permanece exigindo novos movimentos.

Apresentaremos alguns dos atravessamentos e reflexões que formaram nossos movimentos. Antes, vale dizer que aqui construímos uma perspectiva, um caminho para compreender a constituição histórica da Psicologia Social. Em nosso percurso destacamos algumas particularidades dessa história, que se entrelaçam com a história da medicina, da higiene mental, do olhar sobre a população e da emergência do social como objeto científico e político para o governo e para a modernização do país nas primeiras décadas do século XX.

Além disso, a psicologia social encontrou na recepção dos saberes psicológicos pelos médicos brasileiros o seu primeiro espaço de florescimento e, com isso, emergiu entre os debates que envolviam a cultura, o desenvolvimento e os processos psicopatológicos. Mas foi necessário que ocorressem mudanças nos modos de produção na e da sociedade brasileira, como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a emergência da República, para que definitivamente a população se tornasse objeto para a ciência médica que era, portanto, posicionada na direção do social.

Primeiro, nosso método, que encontrava inspiração em Michel Foucault e em sua arqueogenealogia, nos apresentava alguns imperativos que exigiam recuos históricos. Para compreendermos a constituição da Psicologia Social no Brasil, exigia-se que retornássemos ao tempo em que a população se constituía como objeto fundamental para os governos e, conseqüentemente, para as ciências que se colocavam em compasso com o desenvolvimento da indústria e da sociedade capitalista.

Mas esse recuo histórico não significava que deveríamos encontrar com precisão o ponto inicial, a primeira vez que se mencionou a população ou o social como interesse para os intelectuais e para o Estado. Implicava antes demarcar as discontinuidades no interior dos discursos médicos que emergiram no século XX em torno da população e das novas formas de sociabilidade, os quais permitiriam a produção de clínicas de correção do comportamento infantil, a orientação vocacional aos adultos e jovens, a produção ou validação de testes psicológicos, as campanhas de combate ao alcoolismo e de promoção dos princípios da higiene mental e as tentativas de formular estratégias de ajustamento dos indivíduos ao trabalho e à moral. E isso ao mesmo tempo em que o degenerado, com a delimitação de seu espaço no discurso psiquiátrico, perdia parcialmente seu lugar para os desajustados.

Esse percurso, em que a psiquiatria e a higiene mental se apresentavam como campos de recepção dos saberes psicológicos, significava reconhecer que a Psicologia, e especialmente a Psicologia Social no Brasil, encontrava também entre os discursos médicos um espaço de vulgarização e expansão de seus princípios e práticas. E isso não somente em compasso com os estudos sobre as psicopatologias, como dissemos anteriormente, mas assumindo um certo espaço de delimitação do normal e suas diferenciações em relação ao patológico.

A nascente industrialização necessitava de instrumentos de apoio para selecionar seus trabalhadores, escolhendo, com base em uma ferramenta tecnológica, os mais aptos para o trabalho. Além disso, a oferta de tecnologias científicas para as escolas, com vistas à melhora do desempenho e à classificação das crianças, na condição de futuros trabalhadores, representava outro campo de demanda e expansão da presença dos conhecimentos e práticas da Psicologia. Por fim, é preciso reconhecer que já havia em desenvolvimento no país uma política higienista, campo em que a Psicologia também se expandiu, subsidiando os processos de classificação e produção de diagnósticos psicopatológicos. (Bock *et al*, 2022, p. 03)

O interesse pelos trabalhadores e seus filhos, futuros trabalhadores, como objeto para os saberes psicológicos já pode indicar uma particularidade de sua emergência: os saberes psicológicos integraram as estratégias de controle e disciplinarização das populações pobres, o que contrasta com a elitização dos serviços de psicologia, sobretudo o trabalho clínico, nas décadas de 1970 e 1980 (Mello, 1975). Além desse contraste, o trabalho, a disciplina e o controle da população novamente nos lançava em direção ao social. Assim, dedicar-nos à emergência da Psicologia Social também implicava em compreender o momento em que o social se desenhava como tema para a medicina e para o Estado.

Ao mesmo tempo, essas premissas recolocavam a população não somente como o conjunto de pessoas que habitavam o território nacional, mas como elemento político importante para o desenvolvimento da economia em um cenário de competição entre os Estados e de defesa do território. No Brasil, os estudos médicos elegiam segmentos da população e os apontavam como um risco social ou sanitário. Foi assim com os textos de Nina Rodrigues

(1932/2008) sobre a população africana no Brasil, ou ainda os relatórios sobre as viagens aos sertões escritos por Neiva e Penna (1916).

Dessa forma, seguindo os procedimentos da pesquisa genealógica encontrávamos um novo problema: eles nos levavam para mais e mais textos que tomavam, direta ou indiretamente, o social e a população como objetos. E isso de diferentes formas: seja para posicionar a doença mental como uma particularidade das sociedades modernas e industriais, seja para diretamente combater os supostos determinantes morais que influenciariam não somente o adoecimento da população, mas o futuro político do país, traçando linhas de prevenção a doença do espírito e a correção dos comportamentos disruptivos.

Assim, gestão científica da população, que tentava se firmar fora e dentro do Estado, conciliava duas dimensões, dois objetos que se encontravam em uma reconhecida e profunda relação: os corpos individuais e o corpo social; conseqüentemente, duas tecnologias de poder distintas se apresentavam entre os dispositivos de governo: a disciplina e o controle, que não seriam mais que estratégias do biopoder que integravam a governamentalidade (Foucault, 2012a; 2008d).

Tendo em vista o conjunto de textos selecionados, delimitamos algumas obras: de um lado, aquelas que tratavam de temas relacionados ao adoecimento mental e que, ao mesmo tempo, apontavam alguma relação entre indivíduo, população e sociedade; de outro, os estudos que trataram da relação entre o primitivo e o civilizado. Seguindo os passos de Foucault (2012a), nos limitamos a traçar algumas pistas, fragmentos daqueles rastros que conduziam a um problema teórico e ético para a Psicologia e para a Psicologia Social do nosso tempo: o ajustamento-desajustamento. Problema conhecido desde antes da regulação da Psicologia como profissão, mas que continuava depois disso como objeto primordial para a prática psicológica, já que a solução dos problemas de ajustamento constituía-se como um dos eixos para a aplicação de métodos e técnicas psicológicas (CRP, 2015). O par ajustamento-desajustamento poderia nos revelar os primeiros caminhos da Psicologia Social no Brasil? Apostamos que sim.

Mais do que isso, ao considerar a História da Psicologia no Brasil, Machado (1987) e Bock (2022) apontaram que a crítica à aproximação e aos pactos silenciosos que a ciência psicológica firmou com as elites políticas e econômicas do país conduziram-na a reconhecer novas formas culturais e sociais não mais como o negativo do normal. Com isso, foi preciso a ciência psicológica posicionar-se distante do projeto normativo para que outras formações culturais e sociais, assim como outras formas de subjetividade, pudessem encontrar novos espaços de existência e dialeticamente provocar outros caminhos para a Psicologia Social.

Ainda assim, consideramos que não se tratava exatamente de um pacto consciente das psicólogas com os setores dominantes da sociedade, mas que essa aproximação era reflexo das suas raízes epistemológicas e das condições que permitiram a emergência e autonomização da Psicologia no país, desde a construção de seu objeto, o desenvolvimento de seu método e de suas práticas. Em outras palavras, a construção do sujeito psicológico, a delimitação de seu espaço científico e a sua função normativa que, segundo Figueiredo (2017), relacionavam-se com a invenção da interioridade, o liberalismo e o regime disciplinar, posicionavam a Psicologia em tarefas sociais delimitadas frente à população e ao processo histórico de consolidação do capitalismo no país, sobretudo nos anos de 1920 e 1930. Podemos dizer que esse processo se articulava ainda com as mudanças provocadas pela Abolição e pelos primeiros anos da República. Conforme Holanda:

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre as duas épocas. (Holanda, 2014, p. 204)

Dessa forma, nos afastamos dos marcos históricos de emergência da Psicologia: o surgimento dos primeiros laboratórios experimentais ou, no caso de nosso país, a fundação dos laboratórios e a constituição de clínicas ou serviços de atendimento psicológico. Segundo Foucault (2007), foi preciso um acontecimento na ordem do saber para que o Homem se colocasse como objeto para o conhecimento e que emergissem as Ciências Humanas nos interstícios de três grandes dimensões da *epistémê* moderna: a das ciências matemáticas, a das ciências da vida, da linguagem e da riqueza e a da crítica filosófica. Portanto, para o filósofo, não se tratava de uma matematização de certos fenômenos, mas de uma reconfiguração da *epistémê* em um espaço amplo e volumoso, o que não deixava de produzir contradições para essas novas ciências. De qualquer forma, esse acontecimento não se distanciava das – arriscamos dizer que era mesmo determinado pelas – mudanças que diziam respeito à vida, ao trabalho e à linguagem e que afetavam a totalidade da sociedade:

Certamente, não resta dúvida de que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas tenha ocorrido em ocasião de um problema, de uma exigência, de um obstáculo de ordem teórica ou prática; por certo foram necessárias novas normas impostas pela sociedade industrial aos indivíduos para que, lentamente, no decurso do século XIX, a psicologia se constituísse como ciência; também foram necessárias, sem dúvidas, as ameaças que, desde a Revolução, pesaram sobre os equilíbrios sociais e sobre aquele mesmo que instaurara a burguesia, para que aparecesse uma reflexão de tipo sociológico. (Foucault, 2007, p. 476)

Especialmente sobre a Psicologia, pode-se dizer que, ainda segundo Foucault (2007), ela se constituía fundamentalmente como um estudo sobre o Homem em termos de função e

norma, o que significa que ela buscava, assim como as ciências da vida, encontrar as normas médias de ajustamento que permitiriam aos indivíduos exercerem suas funções sociais.

Era então preciso realmente separar *de facto* os funcionamentos mentais normais daqueles que não o eram; admitia-se, assim, uma psicologia patológica ao lado da normal, mas para ser como que sua imagem invertida... admitia-se também a patologia das sociedades (Durkheim), das formas irracionais e quase mórbidas de crenças (Lévy-Brühl, Blondel); do mesmo modo, enquanto o ponto de vista do conflito prevalecia sobre o da regra, supunha-se que certos conflitos não podiam ser superados, que os indivíduos e as sociedades corriam o risco de neles soçobrar... (Foucault, 2007, p. 498)

Se em sua origem a Psicologia se caracterizava como uma análise do anormal e assim se transformava em uma ciência adaptativa, as contradições de seu projeto científico fizeram emergir diferentes dimensões do sujeito psicológico, que já não se encontrava entre os animais na natureza, mas em um lugar especial, inclusive como olhar privilegiado sobre o mundo. Segundo Rose (2011, p. 86), “O ‘homem’ se tornou um ponto de referência imaginário, o universo no qual todas as classificações e categorizações de idade, raça, sexo, inteligência, caráter e patologia foram delineadas”. Por outro lado, nesse mesmo movimento, a precisão e objetivação quase matemáticas do comportamento ou da percepção não só não eram mais convenientes como impossibilitavam a apreensão de fenômenos que somente seriam compreendidos pela análise de sua representação e da singularidade de sua existência (Foucault, 2011b).

Essas posições encaminhavam a Psicologia a refletir não somente sobre o seu estatuto científico, mas também sobre seu lugar político no interior dos processos sociais e das contradições do capitalismo (Mello, 1975). O reconhecimento dos processos de dominação capitalista, o que incluía a violência do Estado, a exploração do trabalho, a dominação de classe, a violência patriarcal, a racialização da classe trabalhadora - entre outras de suas estratégias -, fizeram com que a noção de ajustamento ou adaptação social ganhasse um sentido negativo para os setores mais críticos de nossa ciência, sobretudo aqueles que possuíam maior influência do marxismo.

Considerando esses elementos, uma pergunta parecia importante: é possível uma outra Psicologia? Ou ainda, qual Psicologia Social queremos e qual podemos construir? Esse era o ponto de partida de nossa pesquisa: o presente. E não se tratava de pensarmos uma história do presente somente, mas de construirmos uma pequena contribuição para a produção de uma história para o futuro. Talvez uma pretensão maior que nossas atuais possibilidades.

Desde a tese de Yamamoto (1987) sobre a crise e as alternativas da Psicologia, a práxis da psicologia social se apresenta como objeto de reflexão às psicólogas sociais, como podemos perceber nos temas dos encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO. O compromisso ético-político se constituiu como diretriz para essa Associação que, desde os

anos de 1980, é importante para os rumos da Psicologia Social no país (Mólon, 2001). No entanto, será possível construir uma psicologia social que tenha em seu horizonte a emancipação e a transformação radical da sociedade?

Segundo Yamamoto (1987), ainda que não fosse possível dizer que todas as práticas das psicólogas se equivalessem em termos de compromisso com o poder e a dominação, as chamadas práticas alternativas da psicologia não passavam do que ele chamou de uma psicologia convencional que utilizava a terminologia da dialética materialista e do marxismo. Ainda segundo o autor,

...a despeito do valor que possa ter como “alívio do sofrimento humano”, ou como denúncia da dominação, deve-se perder a ilusão de um papel que historicamente não está reservado ao psicólogo enquanto um trabalhador intelectual geralmente pertencendo às camadas médias, muito menos à Psicologia, no processo de transformação estrutural da sociedade, por mais tênue que seja a ligação”. (Yamamoto, 1987, p. 80)

Se Yamamoto (1987) apresentava as dificuldades e as impossibilidades de construção de uma Psicologia que de fato se afastasse das teorias e práticas adaptacionistas, Martín-Baró (2017) respondia a essa questão apresentando os elementos possíveis para a sua superação, sem desconsiderar os limites da própria Psicologia no processo amplo de uma transformação social radical: é preciso libertar a Psicologia de sua miséria.

... a miséria da Psicologia latino-americana tem suas raízes em uma história de dependência colonial que não coincide com a história da colônia ibero-americana, mas com a do colonialismo do ‘garrote de cenoura’ que a nós foi imposto há um século. O ‘garrotaço cultural’ que diariamente recebem nossos povos, com frequência, encontra, na Psicologia, mais um instrumento entre outros para moldar as mentes e um valioso aliado para tranquilizar consciências ao explicar as indubitáveis vantagens da cenoura modernista e tecnológica. (Martín-Baró, 2011, p. 184)

Assim, a Psicologia em seus diferentes campos foi, ao mesmo tempo e independente da vontade das psicólogas, um dispositivo social de normatização, disciplinarização e controle. Em seu movimento de ruptura, a tarefa da Psicologia Social seria desvelar os elementos ideológicos que compõem a subjetividade e se expressam cotidianamente nas inter-relações. “A Psicologia Social é a disciplina cujo objetivo é o de examinar o que há de ideológico no comportamento humano, tanto das pessoas quanto dos grupos” (Martín-Baró, 2017, p. 60). Para uma psicologia da libertação seria necessário romper com o mimetismo cientificista, assumir a tarefa de revelar a ideologia nos processos sociais, inclusive nos processos de produção da subjetividade, e colaborar com a recuperação da memória dos povos oprimidos.

Somente então nossos olhos poderão descobrir não apenas os véus que obscurecem a consciência popular e impedem que eles assumam as rédeas de seu próprio destino, mas também os véus que cobrem nosso próprio conhecimento e não nos permitem contribuir significativamente às lutas populares por justiça, paz e democracia. (Martín-Baró, 2017, p. 64)

Lane (1984/2012) apresenta-nos ainda outras questões. Assim como Martín-Baró, ela dedicou-se a responder sobre a cientificidade e a *práxis* da Psicologia Social: era preciso,

segundo a autora, novas categorias que possibilitassem fincar a práxis das psicólogas sociais no chão das periferias, das fábricas, das escolas, dos locais de trabalho e mesmo da clínica. Com isso, a autora buscava consolidar uma nova concepção de indivíduo para a Psicologia. Segundo Mólón (2001),

Para Lane, no entanto, toda a Psicologia é social e o fundamental é rever a sua prática, pois teoria e prática têm que vir juntas. Além disso, é necessário resgatar a subjetividade e, mais, deixar de ver o indivíduo como produto de si mesmo, uma vez que ele é um produto histórico e, ao mesmo tempo, agente do meio. (Mólón, 2001, p. 56)

A História não chegava ao fim. O Homem não desaparecia. Ele era agora percebido em uma relação dialética com a sociedade: produto e produtor da História. E isso reconectava o indivíduo singular ao seu tempo e à História da humanidade (Codo, 1984/2012). E se ainda ressoam e podemos reconhecer como atuais essas proposições, nosso tempo não deixou de produzir novos questionamentos e interfaces para a Psicologia Social e para a Psicologia em geral. Entraram em cena, nos anos recentes, problematizações sobre os efeitos do neoliberalismo na formação da consciência e na produção da subjetividade; o racismo como uma das formas de expressão do sofrimento ético-político, reposicionando as questões étnico-raciais como fundamentais não só para o passado da Psicologia Social, mas também para o seu futuro; as lutas dos povos originários, dos movimentos negros, feministas e LGBTQIA+, inserindo novos questionamentos sobre a função normativa da Psicologia e apontando a necessidade de construção de novos saberes sobre a subjetividade que partam desses olhares, o que não se trata de uma apreensão superficial da noção de lugar de fala, mas de um combate à normatividade como dispositivo neocolonial.

As proposições em torno da construção de uma Psicologia Popular, Favelada e Afrocentrada problematizam noções fundamentais para a Psicologia de nosso tempo: o indivíduo, as identidades, as formas da consciência, as determinações sobre as relações sociais e afetivas, as interações nos espaços de existência e nas comunidades e as relações entre o indivíduo e a natureza (Gonçalves, 2019; Nogueira, 2019; Lacerda Jr., 2013; Preciado, 2022).

A análise da constituição histórica do sujeito psicológico e dos processos de produção de subjetividade nos lançam na possibilidade de estudar as noções de doença mental nos séculos XIX e XX. No entanto, esse mesmo caminho nos revelava que a noção de desajustamento social compunha uma ritualística ainda mais engenhosa do que a própria ideia de doença mental, já que esta mesma seria uma das formas de desajuste e este aumentava exponencialmente o campo de atuação dos dispositivos psiquiátricos, enquanto a doença mental, de forma geral, estaria condicionada ao espaço manicomial.

Seguindo os fragmentos da recepção e apreensão dos discursos psicológicos pelos médicos higienistas das primeiras décadas do século XX, vemos que diferentes fatores compunham o cenário particular para a emergência da Psicologia Social no país.

Primeiro, a ideia de um país doente e o perigo iminente da degeneração deslocavam em dois sentidos complementares os dispositivos médicos: de um lado, a busca pela cura das doenças tropicais, como a febre amarela e o mal de Chagas, apontava que a melhora da população seria encontrada com a resolução dos problemas referentes às condições higiênicas e sanitárias; de outro, o discurso médico, sobretudo na Faculdade de Medicina da Bahia, posicionava a questão racial e a hereditariedade como as causas dos problemas políticos, sociais e culturais enfrentados no país. Ambos os sentidos pareciam significativos para a Psiquiatria que, nos anos de 1920 e 1930, tornava-se herdeira dos debates sobre o determinismo biológico e a melhora da raça e, inspirada pela Medicina Social e confundida com a Higiene Mental, clivava-se em pelo menos três direções: o discurso organicista, o discurso preventivista e o discurso psicoterápico, estes dois últimos mais ou menos enredados ao primeiro, apontando para além das paredes da instituição asilar (Schwarcz, 2014; Costa, 2006a).

Ao mesmo tempo, chegavam ao país os trabalhos de autores como Gustave Le Bon (1841-1931), Gabriel Tarde (1843-1904), Eugenio Tanzi (1856-1934) e os estudos italianos sobre a Antropologia Criminal, os quais tomavam os indivíduos e as multidões como objetos de investigação. Conforme Hale (2015), estudiosos como o médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que não deixavam de se debruçar sobre a questão racial em interface com a doença mental, o clima e a história das populações, foram diretamente inspirados pelos trabalhos de Le Bon para a análise dos processos culturais e políticos que afetavam a população. A questão racial, a miscigenação e a suposta instabilidade psicológica provocada por ela, eram elementos considerados fundamentais para classificar o continente sul-americano como doente, o que supostamente comprometeria, no Brasil, a afirmação dos novos pactos sociais que emergiam com o fim da escravidão e a aurora da República.

Segundo Hochman (1998), na segunda fase do movimento sanitarista brasileiro, situado nas décadas de 1910 e 1920, “a reforma sanitária se apresentava mais como um caminho para a construção da nação, no bojo de uma corrente nacionalista que recusava o determinismo racial e climático como explicação do Brasil e dos brasileiros” (Hochman, 1998, p. 61). A consciência das elites sobre o processo de interdependência social continuava a apontar os hábitos e as formas de vida da população pobre como elementos que colocavam a sociedade em risco.

Assim, permanecia no debate médico-político a necessidade da formação de dispositivos sociais para a ordenação da população (Sá, 2009).

Esse processo, que conciliava as causas ecológicas e sociais para a compreensão das doenças, resultava uma vez mais na necessidade de se olhar os comportamentos e adequá-los às recomendações sanitárias. De forma ampla, os desajustados sociais, oriundos das classes populares, convertiam-se em imagens apocalípticas do risco para a sociedade (Cunha, 1990; 1986). “O governo dos loucos – o governo dos presos, doentes, prostitutas, escolares, soldados, operários – permite a aplicação de técnicas médico-políticas de controle em proveito de um Estado cuja ação legal é medicamente orientada” (Machado, *et al*, 1978, p. 492).

Portanto, primeiro, a busca pela cura dos males que assolavam o país fazia alguns dos médicos e intelectuais brasileiros, como Nina Rodrigues (1939/2006), elaborarem estudos que tomavam os grupos e a multidão como objeto. Segundo, o mesmo fator implicava na elaboração de dispositivos de ajustamento da população às normas sanitárias, o que demonstrava que o novo pacto social produzia relações que não poderiam simplesmente ser absorvidas de maneira informal pelo tecido social. De uma só vez encontramos a população, o social e uma nova racionalidade de governo que se formava enredada com o conservadorismo e o autoritarismo das elites agrárias.

O segundo fator relacionado à constituição da Psicologia Social no país dizia respeito aos processos de urbanização e industrialização impulsionados nas primeiras décadas do século passado. Nas grandes cidades, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, o país vivia o aumento exponencial e desregulado da população urbana, o que amplificava os seus antigos problemas infraestruturais: as dificuldades no abastecimento de água e as más condições sanitárias, o avanço das epidemias de varíola e febre amarela que se juntavam à malária e à tuberculose, o aumento do custo de vida e a chegada dos imigrantes, que acirravam a luta pelos poucos empregos e agravavam os problemas de habitação (Carone, 1970; Carvalho, 2015). Estes elementos integravam o cenário de risco e temor pelo esfacelamento social.

As reformas urbanas e a industrialização também impulsionavam não somente uma reorganização do aparato cultural, mas a elaboração de dispositivos para a remodelagem da mentalidade e do comportamento das populações. As ruas deveriam adequar-se à circulação de mercadorias, de pessoas e de novas máquinas, e os cortiços serem combatidos como lugares insalubres. No trabalho, cada indivíduo deveria estar em seu lugar e em cada lugar um conjunto específico de comportamentos deveria ser repetido exaustivamente. É sobretudo nesse segundo aspecto que a psicologia social se apresentava, e era também nesse espaço que se desenvolvia

a aplicação de testes para o ajustamento dos indivíduos aos postos de trabalho, conforme suas aptidões e personalidade.

O terceiro fator dizia respeito à perspectiva de modernização do país que, por sua vez, se relacionava com o ideal de formação de um novo caráter e de uma nova identidade nacional, que posicionariam o Brasil entre as nações civilizadas. A busca pela identidade nacional iniciou-se como uma resposta contra a fragmentação política que ameaçava o país desde 1822. A noção de uma identidade única, tão presente nos discursos médicos e políticos do começo do século passado (Sá, 2009), poderia provocar a identificação das pessoas com os símbolos e com o território nacional, aspectos importantes também para a defesa armada do país. Por último, uma nova identidade nacional apontaria ainda as características desejáveis para a população, inclusive o seu embranquecimento e a sua aproximação em relação às sociedades europeias. Segundo Mancebo (2004),

Os saberes médicos, jurídicos, sociológicos, antropológicos, policiais e psicológicos que cresceram visivelmente desde o século XIX na ânsia de organizar as multidões e canalizar “positivamente” os problemas oriundos da industrialização e da urbanização em larga escala, também se constituíram em dispositivos centrais de codificação e normatização das condutas humanas. (Mancebo, 2004, p. 14)

Se na Europa a partir do século XIX tínhamos um discurso jurídico que ordenava o direito público e uma trama de coerções disciplinares que garantiria a coesão e a defesa do corpo social (Foucault, 2005), no Brasil, o totalitarismo da década de 1930 se sustentava e dava forma ao temor de uma divisão social, provocando a emergência da ilusão de uma unidade nacional que supostamente colocaria fim à instabilidade política e econômica (Dutra, 2012).

A lógica totalitária era com isso fortalecida pelo discurso que se repetia contra o fantasma do comunismo e das ameaças que ele traria à economia, à propriedade privada e à estrutura familiar (Dutra, 2012). Ao mesmo tempo, o afeto como instrumento político desempenhava papel fundamental nas estratégias de governo: o medo do esfacelamento social e do comunismo figuravam estes como a antítese da unidade nacional.

Contra a fantasia de desfiguração da identidade se contrapõe a fantasia do ego único, do ser uno e indivisível, reatualizada no totalitarismo na imagem do Povo Uno, Sociedade Una. Isso explica o porquê de os imaginários anticomunistas e revolucionários, como veremos adiante, não dispensarem a figura do inimigo como encarnação do mal, da doença, do demônio, da destruição, do apocalipse. (Dutra, 2012, p. 29)

Os estudos sobre as populações e os grupos sociais urbanos, sobre os trabalhadores e os aspectos relacionados à higiene mental no trabalho, sobre a sexualidade infantil, as doenças mentais e os desajustamentos sociais associavam-se ao projeto de modernização e eram transformados em objetos fundamentais para os discursos preventistas e psicoterápicos e para

a elaboração de dispositivos de promoção de saúde¹, correção dos comportamentos desviantes, prevenção de formas de adoecimento específicas (como o alcoolismo), adaptação ao trabalho ou à dinâmica escolar etc., tudo isso como maneira de superar as causas que provocavam a doença mental e conseqüentemente o desajustamento social (Fontenelle, 1925; Ramos, 1936/2003; 1947).

Segundo Bomfim (1987),

Nos fins do século passado [XIX] e no início deste, assistimos o delinear de um pensamento em torno da questão psicossocial através dos higienistas, da jurisprudência e da sócio-anthropologia. Com os primeiros laboratórios de psicologia, importamos as ideias da inferioridade de nossa raça mestiça e as fórmulas definidoras do caráter dos criminosos, pelas policialescas atitudes repressivas. (Bomfim, 1987, p. 25)

Em síntese, a psicologia social emergia em um contexto de busca pela modernização, mas também de remodelagem dos modos de pensar, sentir e agir da população conforme as formas de produção capitalista. Ainda que o elemento racista estivesse presente nos ideais de embranquecimento de parte do movimento higienista e psiquiátrico, a psicologia social relacionada à Higiene Mental apresentava-se, nas mãos de Arthur Ramos e Raul Briquet, em oposição ao racismo científico e às formas mais autoritárias de controle da população. Vemos assim que a sua emergência foi determinada pelas relações e contradições da sociedade capitalista, e com isso ela era convocada, ainda que em um espaço circunscrito, a responder aos problemas sociais e políticos do país.

Se nas primeiras décadas do século passado os loucos, os primitivos entre os civilizados, os desajustados e os degenerados eram posicionados entre os indivíduos perigosos por supostamente estarem fora da ordem social, quais seriam os parâmetros que indicavam aqueles considerados bem ajustados à sociedade e à moral burguesa? Os indivíduos e grupos que não faziam abalar as estruturas centrais do capital e a moral que se articulava a elas como discurso normativo: a propriedade privada, a mercadoria, o trabalho e todo o conjunto de noções em torno da família burguesa, que se universalizava com todas as suas contradições. O sujeito dos discursos psicológicos refletia a concepção de indivíduo sustentada pelo liberalismo e pela ordem burguesa (Figueiredo, 2017).

Por outro lado, a psiquiatria como um dos campos de recepção dos saberes psicológicos, conforme escreveu Neto (2010), inseria desde o século XVIII um novo tipo de racismo, não

¹ Este termo era utilizado nas primeiras décadas do século passado e dizia respeito às campanhas voltadas para a educação sanitária e higiênica das populações. No campo da Higiene Mental, as campanhas contra o alcoolismo faziam parte desta estratégia, que também incluía a instrução das famílias e professores sobre a educação infantil e a sexualidade. Adiante, a respeito das classificações psiquiátricas, psicológicas e sociológicas, mantivemos a grafia dos textos originais com o objetivo de perceber o impacto e as variações nas formações discursivas.

aquele de uma classe contra a outra - ainda que este também estivesse presente no Brasil nas discussões sobre a degeneração e a suposta inferioridade da população negra –, mas voltado contra os supostos indivíduos biologicamente deteriorados, degenerados. A psiquiatria se estabelecia, ou procurava se estabelecer, como uma forma de defesa da sociedade contra o perigo social e a degeneração, e isso abria possibilidade para que os tribunais eugênicos decidissem sobre o futuro dos loucos, dos alcoolistas e das pessoas com deficiência, entre outros.

Tendo em vista esses primeiros apontamentos, no primeiro capítulo nos dedicaremos a delinear os aspectos metodológicos de nossa pesquisa. Nossos objetivos e imperativos metodológicos encontraram em Michel Foucault uma fonte primeira de inspiração, o que nos fez posicionar essa pesquisa genealógica no campo da história crítica. Vale ainda dizer que, apesar de caracterizá-la como uma pesquisa genealógica, os elementos que compõem o método arqueológico, como a análise das formações discursivas, são amplamente considerados aqui e isso não nos parece exatamente uma incoerência se considerarmos que na pesquisa genealógica a noção de dispositivo abrange também o discurso e que, mesmo em suas obras arqueológicas, o discurso nunca esteve reduzido por Foucault aos enunciados, mas dizia respeito também às práticas cotidianas, como a ritualística do olhar médico sobre a doença.

No segundo capítulo, nos dedicaremos a compreender como as relações entre a população e as demandas político-assistenciais produziram um cenário que abria caminho para a Higiene Mental e atravessava a recepção, o ensino e o início da institucionalização da Psicologia Social que, assim como aconteceu com as Ciências Sociais, constituía-se como um dos instrumentos do projeto modernizador que significava também o embranquecimento da população.

No terceiro capítulo objetivamos compreender a constituição do desajustamento social como problema para o governo das populações e o consequente interesse médico na direção dos estudos sobre as multidões, os grupos e a psicologia social. Primeiro, tomaremos como objeto algumas das proposições filosóficas e históricas sobre a população que foram influentes na formação dos intelectuais brasileiros e, em seguida, examinaremos os discursos psiquiátricos produzidos no Brasil sobre a alienação e a doença mental, principalmente aqueles que circularam no interior da Liga Brasileira de Higiene Mental.

No quarto capítulo, nos dedicamos a compreender as formulações a respeito do objeto da psicologia social e o seu espaço entre as ciências humanas e sociais no Brasil, conforme elaborou Arthur Ramos na primeira parte de sua *Introdução*. No entanto, isso exigia que

também observássemos como os determinantes históricos recolocavam o problema do governo das populações e da modernização do país entre os anos de 1910 e 1930: as novas conformações na constituição da classe trabalhadora, as revoltas e as greves foram elementos fundamentais para que os grupos sociais se tornassem objeto para higienistas, psiquiatras, psicanalistas, artistas e pedagogos. E para as ciências humanas e sociais, que assumiam a tarefa de classificar e ajustar os indivíduos em descompasso com a moral burguesa que se universalizava, estes elementos estavam no centro dos estudos a respeito da psicologia das multidões desde meados do século anterior (Rodrigues, 1939/2006; Sighele, 1956; Ramos, 1936/2003).

No quinto capítulo, nos dedicamos à descrição e análise da segunda parte da *Introdução* de Arthur Ramos (2003), voltada à interação mental. A sugestão, imitação e simpatia, interferência e conflito, os desajustamentos sociais, a opinião pública, a censura e a propaganda e a liderança foram os temas tratados desde as primeiras subseções nas quais, voltadas à análise dos processos de formação da identidade social, o problema do desajustamento ganhava alguma centralidade.

No sexto e último capítulo nos dedicamos a descrever e analisar as principais proposições presentes na terceira e última parte da *Introdução*. Esta se divide em sete capítulos, dedicados respectivamente à vida dos grupos, às relações entre o indivíduo e o social, à psicologia da cultura, à estrutura da mentalidade primitiva, à lógica afetiva e ao pensamento mágico-simbólico, às esferas primitivas da realidade e à sobrevivência das estruturas primitivas. Ao tratar desses temas, Ramos (1936/2003) reapresentava a noção de inconsciente primitivo ou folclórico e o fato das estruturas primitivas permanecerem em repouso no funcionamento mental dos indivíduos, somente em condições especiais se apresentando no comportamento.

*

É preciso ainda relevar um último atravessamento nessa pesquisa. Ele permanecerá nessas entrelinhas, como uma parte invisível. Escrever sobre ele é também deixar uma breve memória de um momento dramático na história deste país.

Poucas semanas após a nossa qualificação, começamos a viver com maior intensidade a pandemia de Covid-19. Os primeiros casos se multiplicaram, assim como as mortes. Quase impossível descrever o que vivíamos. Às notícias tristes de que havíamos perdido amigos e que outros permaneciam internados em estado grave, somavam-se as imagens de covas abertas e de caminhões de frigoríficos usados como morgues por algumas cidades.

Entre todos os contratempos que pensamos que enfrentaríamos, nada se aproximava ao tamanho da tragédia que assistíamos. Como trabalhadores na Saúde Pública, continuávamos todos os dias com os atendimentos à distância, e isso nos fazia perceber o quanto as pessoas tinham sido afetadas, pelo menos aquelas que possuíam alguma consciência sobre a necessidade das medidas sanitárias de prevenção, como o isolamento social e o uso das máscaras.

As aulas presenciais foram suspensas e as bibliotecas e centros de pesquisas, como a biblioteca de obras raras da Faculdade de Medicina da Bahia, permaneceram fechados por quase dois anos. Para a pesquisa, prejuízo no trabalho de levantamento de fontes primárias. Mas isso não se compara aos quase 700 mil mortos.

Vivíamos sob o governo de um neofascista, miliciano e corrupto que, além de não direcionar qualquer estratégia de informação à população, estimulou o abandono das medidas sanitárias, a invasão aos hospitais de campanha e o chamado tratamento precoce. Ao ser perguntado sobre os mortos, ele respondia com ar de deboche: “e daí, eu não sou coveiro”.

Assistimos ainda a um tipo de individualismo necropolítico que significava para os grupos de negacionistas, antivacinas e de extrema-direita a afirmação de uma suposta e desejada liberdade: víamos nesses grupos a negação de qualquer consideração sobre coletividade e Saúde Coletiva. Seria um reflexo das políticas neoliberais que ganharam espaço nas últimas duas décadas e que afirmam no conjunto de suas falácias o ultra-individualismo? Seria ainda o reflexo do processo da revolução burguesa no Brasil e da falta de um projeto de nação que garantisse o mínimo de direitos à população? De fato, víamos o quanto as políticas de morte não entravam em conflito com a racionalidade capitalista, e o quanto o neofascismo poderia articular-se com as políticas neoliberais.

A pandemia revelava as profundas desigualdades do país. A primeira vítima mortal noticiada era uma mulher negra, empregada doméstica. A doença e as mortes alcançavam com maior intensidade aqueles que moravam nas zonas periféricas onde os serviços públicos encontravam mais dificuldades de funcionar e onde o Estado se apresentava de forma prevalente com a Polícia e a sua violência. A população pobre, preta e periférica sofria não apenas com a presença de um vírus, mas com aquilo que é produzido por nossa sociedade: pobreza, violência e sofrimento. Se havia a esperança de que após a pandemia a sociedade de forma geral reestruturaria seus laços solidários, isso parece ainda incompleto.

Frente à suposta ameaça de dissolução da moralidade incorporada pelos movimentos negros, LGBTQIA+, feminista e outros, nestes anos vivemos a ameaça de militarização da sociedade. A esperança de mudança repousa mais uma vez na social democracia.

2 SOBRE O MÉTODO: A GENEALOGIA, A HISTÓRIA DO PRESENTE E O PROBLEMAS DE GOVERNO

Pela via da genealogia, Foucault (2005) propôs construir a possibilidade de uma subversão com a dissipação de todas as raízes que condicionaram, ordenaram e naturalizaram nossas identidades, que sob as máscaras de um Eu, mais ou menos ajustado, e não sem os movimentos de lutas por liberdade, proibiram qualquer outra. Ao genealogista colocava-se a tarefa de pacientemente dar forma à impaciência histórica pela liberdade. E isso também significava revelar os jogos de verdades que se impunham sobre as populações, territórios, povos colonizados, indivíduos marginalizados e os grupos que, sob o efeito das políticas de dominação que não poupavam os seus dispositivos mais mortais, figuravam entre os intelectuais como os desajustados, os primitivos e os selvagens.

O objeto que se apresentava ao genealogista eram as relações de poder e de dominação que se impuseram na aurora da modernidade e na ascensão da burguesia. À genealogia não caberia somente desvelar o cinza e a mesquinhez das boas intenções, como escreveu Nietzsche (2002), mas revelar as práticas de governo das populações e dos corpos individuais que transversalizaram o tecido social e constituíram a governamentalidade moderna na conjunção de dois dispositivos fundamentais: a disciplina e a segurança (Foucault, 2009). “A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos dispositivos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (Foucault, 2009, p. 14).

Ao mesmo tempo, dissipação e liberdade não se apresentavam como objetos para o simples exercício de uma consciência filosófica. Tratava-se de uma urgência, da luta pela vida, de subversão dos e nos corpos. Da práxis que deveria se estender organicamente para além dos gabinetes, na qual a pesquisa poderia ser um dos seus elementos organizativos na medida em que pudesse produzir um saber que se articulasse e ganhasse as ruas, as fábricas, os presídios etc. Serão estes os efeitos desejados da pesquisa genealógica? Não exageremos sobre o papel do intelectual, respondia Foucault (2013), no jornal *Liberation*, a José, um operário de uma fábrica automobilística francesa, que posicionava o saber do intelectual como um espelho do saber operário:

Seu papel, então, não é o de formar a consciência operária, visto que ela existe, mas de permitir essa consciência, a esse saber operário entrar no sistema de informações, difundir-se e ajudar, conseqüentemente, outros operários ou pessoas que não têm consciência do que se passa. Estou de acordo com você ao falar de espelho, entendendo por espelho um meio de transmissão. (Foucault, 2013, p. 87)

Em outro nível, sobre os efeitos singulares de nossa pesquisa no pesquisador, a subversão que desejava provocar a genealogia não deixava de nos conduzir a nossa própria experiência: das classes perigosas aos corpos dóceis, do poder disciplinar às continuidades e descontinuidades da história, às categorias e aos elementos que constituíam o processo de formação da práxis psicossocial no Brasil, esses percursos não deixavam de alcançar nossos próprios corpos. Assim, enquanto texto-experiência cada linha produzida sob o efeito da pesquisa continuamente remetia a nossa própria história, à história do nosso presente. A genealogia então não se compunha como o resultado de uma curiosidade qualquer, mas se impunha a partir das questões que povoavam nossa atualidade.

Sob estas perspectivas, este capítulo tem o objetivo de apresentar nossos pressupostos metodológicos e nossos procedimentos de pesquisa, bem como delimitar o período histórico estudado, nossas categorias analíticas e nossas fontes primárias e secundárias. Para isso o dividimos nas seguintes seções: caracterização da pesquisa; problematização, delimitação do objeto e categorias fundamentais; o método e seus imperativos metodológicos.

2.1 Caracterização da Pesquisa

Caracterizamos nosso trabalho como uma análise histórico-crítica sob a perspectiva da pesquisa genealógica que encontrava nos estudos arqueogenealógicos de Michel Foucault (2014) a sua inspiração primeira e fundamental. Esta definição nos apresentava a necessidade de elaborarmos de imediato um conjunto de explicações sobre os elementos que a formavam: das delimitações gerais destas aproximações em relação à obra foucaultiana até aquelas que envolvem as configurações de nosso método, de nossas categorias e do período histórico estudado².

Como veremos adiante, a história crítica na perspectiva genealógica mobilizava diferentes ferramentas conceituais e metodológicas e isso exigia que brevemente as situemos no interior das pesquisas de Michel Foucault. É ainda importante notar que, se não podemos falar de um método e de uma teoria geral sobre o sujeito, o poder, a loucura ou a sexualidade nos estudos

² Ainda que pareça paradoxal nos referirmos à obra para definirmos o conjunto de textos sob o nome de Foucault, já que ele demonstrou como em nossa sociedade os discursos se ordenaram, circularam e impuseram formas restritivas de formação e enunciação tendo como eixo fundamental a própria função de autor e obra, assim como o fez Eribon (1990), consideramos que o filósofo assinou seus livros, relacionou uns com os outros, respondeu perguntas e críticas, participou de congressos e colóquios com seu nome, caracterizando-se com isso como um autor que também tentava e se empenhava em reconstruir a coerência e a dinâmica de suas pesquisas.

do filósofo, isso não significa que ele tenha abandonado as elaborações metodológicas e a análise sobre a constituição da alma moderna (Veiga-Neto, 2002).

Em cada período de sua obra encontramos as particularidades de seus métodos sobre as relações entre saber e poder, as análises sobre os processos de disciplinarização, a emergência da biopolítica e dos seus dispositivos de segurança e a constituição do sujeito ético. Em cada estudo as suas ferramentas metodológicas se transformavam em acordo com o problema que analisava. O método, em um sentido inflexível, cedeu lugar à noção de ser ele mesmo uma caixa de ferramentas.

A metáfora da caixa de ferramentas se oporia, desse modo, ao ritual acadêmico do comentário, que garantiria ao autor um lugar no conjunto da tradição filosófica mas pagando-se o preço da neutralização das novas possibilidades abertas pelo seu pensamento, dos novos espaços de problematização que Foucault buscava obsessivamente desobstruir. Seria também um convite ao uso público de suas pesquisas pelos movimentos sociais e nas lutas setoriais, diante das quais o intelectual não deveria desempenhar nenhum papel como protagonista mas inserir-se como “intelectual específico” em oposição ao “intelectual universal”, tal como Foucault prescrevia em entrevista de 1977. (Alvarez, 2013, p. 18)³

Em seu período arqueológico, Foucault destacava as relações entre o saber e a verdade. As pesquisas que faziam parte deste período, como *A história da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *A palavra e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969), de maneira geral, tratavam das transformações da *epistémê*, da emergência das Ciências Humanas, das mudanças sobre o olhar e a experiência médica e a apreensão da loucura pela razão, acontecimento que instaurou a noção de uma ausência do corpo e uma virtualidade à doença mental (Foucault, 1996; 2003; Caponi, 2012).

Neste período, que se estendeu até o final dos anos de 1960, Foucault analisou os discursos que se acumularam na sociedade, as regras de sua formação discursiva, suas superfícies de emergência, regularidades e modalidades enunciativas. Com isso facilmente podemos compreender que o discurso, como um conjunto de enunciados que se apoiavam na mesma formação discursiva, e as práticas discursivas, como um conjunto de regras anônimas e históricas que eram imanentes a uma prática e que define em uma época e para uma determinada área as condições de exercício da função enunciativa, ganhavam destaque e caracterizavam-se como objeto principal da descrição arqueológica (Foucault, 2013a).

A Arqueologia colocava-se como a busca pelas regras que condicionavam os discursos enquanto uma prática social. Isso não significava buscar os sentidos ocultos do discurso, mas revelar o seu jogo de regras, como uma “[...] descrição sistemática de um discurso-objeto” (Foucault, 2013a, p. 171). Dessa forma, “a descrição arqueológica é precisamente abandono da

³ Trata-se da entrevista concedida a Roger Pol-Droit (Foucault, 2006).

história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram” (Foucault, 2013a, p. 169).

Durante os anos de 1970, o filósofo dedicou-se ao projeto de elaboração de uma genealogia do poder. Entre os seus livros neste período encontramos *A ordem do discurso* (1970), que marcava essa transição metodológica, mas que ao mesmo tempo apontava para a apreensão e relação da análise arqueológica com os objetivos da genealogia do poder, *Vigiar e punir* (1975), *A História da Sexualidade I* (1976), e cursos como *O poder psiquiátrico* (1973-74), *Os anormais* (1974-75), *Em defesa da Sociedade* (1975-76), *Segurança, Território e População* (1977-78) e *O nascimento da biopolítica* (1978-79). Especialmente nos cursos mencionados, ministrados desde meados daquela década, se somavam os dispositivos disciplinares aos chamados dispositivos de segurança. A ênfase de sua pesquisa passava a ser a história da governamentalidade, das racionalidades que constituíam a razão e as práticas do Estado moderno que reescreviam o poder pastoral e deslocavam e subordinavam a ação de seus dispositivos aos dados estatísticos e econômicos relacionados ao seu próprio funcionamento e ao controle da população (Foucault, 2008).

A passagem do poder pastoral à governamentalidade, marcada pelo suplício de Damian⁴, provocava um deslocamento fundamental: do deixar viver e fazer morrer para o fazer viver e o deixar morrer, particularidade que esteve presente na hierarquização das raças pelo racismo científico e nas ações dos Estados no controle das populações, no combate as sublevações e no morticínio dos indesejáveis (Foucault, 2005; Mbembe, 2018).

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição de tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo de biopoder, pelo racismo. (Foucault, 2005, p. 306)

A constituição de dispositivos que tomavam como objeto o corpo social e os corpos individuais era imprescindível para os Estados como princípio para sua viabilidade na ordem competitiva. Isso significava uma articulação da tecnologia disciplinar e da tecnologia de segurança. Podemos esquematicamente distingui-las da seguinte forma: a primeira, na tríade corpo-disciplina-instituições; a segunda, população-processos biológicos-mecanismos

⁴ Ver Foucault (2011), *Vigiar e Punir*. Vale dizer que o filósofo assinalava uma descontinuidade em relação ao exercício de poder. O poder disciplinar colocava-se como uma forma de modular a formação da subjetividade pela via da correção dos gestos e da vigilância. Nesse sentido, ressaltando o abandono do martírio como demonstração do poder real e relevando a dimensão positiva que revestia o poder disciplinar, a história da microfísica do poder punitivo caracterizava-se, para o filósofo, como uma genealogia da alma moderna.

reguladores-Estado (Lemke, 2018). Ambas as tecnologias integravam o que, em fins dos anos de 1970, Michel Foucault chamava de biopolítica.

O filósofo apoiou sua conceituação de biopolítica em três diferentes dimensões: na relativização e reformulação do poder do soberano; na formação dos mecanismos para a diferenciação e controle das populações, os quais exerceram papel central na gênese do racismo moderno; e nas formas particulares de governar que emergiram primeiro com as técnicas liberais de condução da vida cotidiana (Lemke, 2018). Podemos dizer que a biopolítica e os seus dispositivos de biopoder constituíram-se no momento em que o poder do soberano foi sobreposto por outro, cujo objetivo seria administrar, assegurar, desenvolver e cultivar a vida conforme as demandas de produção e competitividade, ainda que a própria sociedade disciplinar, em sua dimensão colonial e neocolonial, não tivesse nenhum problema em reavivar aquela dimensão do poder, convertendo-a em suas relações de dominação (Lemke, 2018).

Portanto, a ascensão da burguesia ao poder, conforme escreveu Foucault (2010), e a constituição das Ciências Humanas, que se produziram como resposta aos novos problemas sociais, foram elementos fundamentais para a reorganização das estratégias e tecnologias de governo. A produção de dispositivos de biopoder era parte de uma racionalidade normativa e reguladora que se sustentava na mensuração e comparação dos elementos que compunham a naturalidade das populações. Os dados estatísticos sobre a natalidade, os óbitos e a incidência de doenças, sinalizavam os riscos oferecidos à sociedade e isso orientava a elaboração pelo Estado dos dispositivos que regulariam esses fenômenos na população (Foucault, 2008).

A população, segundo Foucault:

[...] é portanto, tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público. Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir. (Foucault, 2008, p. 99)

A regulação das condutas da população pelo Estado alcançava pelo menos quatro níveis inter-relacionados: no nível individual, ajustando cada indivíduo conforme suas capacidades físicas e mentais e ajustando essas mesmas capacidades à norma social; no nível jurídico e político, criminalizando ou descriminalizando condutas; no nível econômico, atuava na regulação da distribuição dos bens mínimos necessários para a sobrevivência da população, por exemplo, a destinação de subsídios do governo para garantir o valor dos alimentos mais baixo; no nível dos cálculos de risco da administração da população, significava encontrar parâmetros aceitáveis de normalidade para um fenômeno, por exemplo, o número de mortes por uma determinada causa (Foucault, 2008).

O que vemos surgir, afirmava Foucault,

(...) [não é] a ideia de um poder que assumiria a forma de uma vigilância exaustiva dos indivíduos para que, de certo modo, cada um deles, em cada momento, em tudo o que faz, esteja presente aos olhos do soberano, mas o conjunto dos mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e os que governam, fenômenos bem específicos, que não são exatamente os fenômenos individuais, se bem que – e será preciso tornar sobre esse ponto, por que é importantíssimo –, se bem que os indivíduos figurem aí de certo modo e os processos de individualização sejam aí bem específicos. (Foucault, 2008, p. 87)

Segundo Lemke (2018), a condução do corpo biológico como elemento político foi determinante para o alinhamento médico-higiênico entre as práticas de purificação do corpo social e para a formação da noção de defesa da sociedade contra os perigos biológicos que ameaçariam a competição entre os Estados, a fluência dos mercados e a produção e troca de mercadorias. Esses foram, segundo Foucault (2008), os pontos centrais para a constituição do racismo científico no Ocidente.

A distinção entre selvagens e bárbaros era parte, segundo Foucault (2005), de uma divisão binária da sociedade que, ainda no século XIX, tentava transformar os elementos que compunham a luta política, como a dominação territorial e a escravidão, e eram importantes para a consolidação do capitalismo no mundo, em um fator meramente biológico que justificava a dominação de uma suposta raça superior e civilizada sobre a outra inferior e primitiva (Foucault, 2005).

Foi ainda durante estes anos que Foucault elaborou a noção de dispositivo, que se tornou o objeto principal da descrição da análise genealógica e acabou por apreender, somar-se à própria noção de discurso que, como vimos, era o objeto fundamental da análise e do trabalho descritivo de sua arqueologia. Assim, quando nos referirmos ao discurso, isso significa incluí-lo na pesquisa como um dos elementos constitutivos dos dispositivos que, segundo o filósofo, abrangiam uma rede de relações entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas.

Tratava-se ainda de compreender o dispositivo como uma formação estratégica e tática, articulada a efeitos positivos e negativos de poder que demandavam seu constante reajuste e que teve por função responder a uma urgência emergente nas sociedades, tal como aconteceu no controle-sujeição da loucura, ou na regulação do trabalho para o controle das revoltas populares (Agamben, 2014; Castro, 2016).

Desta forma, mesmo que a arqueologia tome como objeto descritivo a *epistémê* e o discurso e a genealogia as formas de objetivação dos indivíduos e o dispositivo como objeto, sustentamos que não há em Foucault uma completa superação de um método por outro, mas diferentes níveis de investigação que se articulavam. Conforme afirmou Foucault (2005),

Eu diria em duas palavras o seguinte: a arqueologia seria o método próprio para a análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir destas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. Isso para reconstruir o projeto de conjunto. (Foucault, 2005, p. 16)

Por sua vez, Prado Filho (2017) afirmou que

Apesar dos deslocamentos metodológicos a genealogia não deve ser entendida nem aplicada sem conexão com os outros métodos propostos por Foucault. Não se trata de afirmar que no deslocamento da arqueologia do saber à genealogia do poder as problematizações arqueológicas foram abandonadas e substituídas por preocupações e procedimentos genealógicos, como não se trata também de pensar que na passagem da genealogia do poder à genealogia da ética a questão do poder e da objetivação dos corpos saia de cena e simplesmente dê lugar a análises de práticas de subjetivação e de relações dos sujeitos consigo mesmos. Mais que substituição ou superação trata-se de incorporação de um método por outro: assim como uma genealogia de relações de poder contempla uma dimensão de análise arqueológica de discursos e enunciados, uma genealogia de relações éticas, ou, das práticas e trabalhos do sujeito em relação a si mesmo, coloca em correlação análises de jogos de objetivação e de subjetivação no sentido de compreender como um sujeito – histórico – se torna aquilo que ele é. (Prado Filho, 2017, p. 326)

Em nossa pesquisa, estes dois níveis de investigação guardavam sua articulação nas relações entre a recepção dos discursos psicológicos e a elaboração de técnicas como o exame mental, a aplicação de testes, as estratégias de prevenção à doença mental e a adaptação dos sujeitos às suas condições de trabalho e ao funcionamento social. Ao mesmo tempo que não há um método a ser aplicado sempre da mesma forma em diferentes objetos, a genealogia do poder, conforme veremos, é também parte de uma experiência que implica uma atitude crítica, um *êthos* em relação ao mundo e a si mesmo.

2.2 A crítica e o problema de governo

As perspectivas dos estudos genealógicos, como parte da história crítica do pensamento (Foucault, 2014; Rose, 2011), desencadeavam de imediato duas questões que atravessavam nosso percurso: o que é a crítica? E por que a história?

Sem dúvida, ao analisarmos o emprego do termo crítica, estamos no centro de um debate que, pelo menos desde a *Berlinische Monatsschrift*, desde a pergunta a Kant sobre o que era o Esclarecimento, não deixou de estar na cabeça dos filósofos e no coração da filosofia. Não somente porque nas mãos de Kant se inauguravam novas perspectivas para a própria filosofia, mas porque com ela o problema primeiro, aquele a que toda a crítica não deixava de retornar, era, segundo Foucault (1997), o problema do governo e da liberdade. Para Kant (2011) este problema se colocava com os fatores que condicionavam a vida humana à minoridade e para o qual apontava a possibilidade de ultrapassagem: *sapere aude!* Ouse saber!

É importante notar que o termo crítico alcançou uma polissemia de sentidos em nosso tempo. No campo da Psicologia Social, desde o fim dos anos de 1970, do fim da chamada crise

da Psicologia Social, acostumamo-nos com o uso do termo como seu adjetivo. Ele demarcava um acontecimento⁵, a emergência da Psicologia Social Crítica, e as tentativas de psicólogas sociais de estabelecerem princípios teóricos, metodológicos e éticos que sinalizavam e reafirmavam um processo histórico de ruptura. Este mesmo movimento que no Brasil fundou associações e reorganizou parte da Psicologia brasileira encontrou no marxismo e no materialismo histórico-dialético um dos seus principais suportes teóricos, críticos e metodológicos (Bock, 2003; Drawin, 2003; Yamamoto, 2003).

Mas, a história crítica, em sua dimensão genealógica, se distanciava das questões específicas, das polêmicas e dos problemas epistemológicos na produção do conhecimento, e se filiava a uma tradição filosófica que Foucault (1997; 2010; 2013) também atribuiu sua abertura a Kant e a chamou de ontologia do presente.

Foucault (1997; 2013) sinalizou que desde o final do século XVIII, e não que antes as questões sobre o governo e a liberdade não estivessem colocadas, por exemplo, para Descartes (1997) e Bacon (1997), a filosofia dedicou-se a compreender o presente e a considerar como a sua tarefa primeira o diagnóstico da realidade⁶. Lembremos de Kant (2011) que, considerando o problema do governo e do uso da razão pública e privada, afirmava que o Esclarecimento não era somente uma época, uma atualidade, mas um impulso à liberdade.

Ainda que Foucault (2012) atribuísse a Kant a abertura para uma história crítica do pensamento, ele não deixou de provocar deslocamentos que marcavam sua subversão em relação à História tradicional e à analítica da verdade, a qual se caracterizava como uma análise das condições formais para a produção do conhecimento. Mais que isso, a sua leitura de Nietzsche abrigava pelo menos três sentidos, três modalidades a que a história crítica genealógica não deixava de retornar e que marcavam ainda esse distanciamento em relação à história do conhecimento: o uso paródico e destruidor das realidades naturais que se

⁵ Em Foucault, segundo Castro (2016), encontramos quatro sentidos para o termo acontecimento: ruptura histórica, regularidade histórica, atualidade e acontecimentalização, esta última como procedimento da análise histórica que objetiva fazer emergir a singularidade dos acontecimentos e os processos múltiplos que os constituem. Enquanto ruptura, o termo se refere a uma ruptura radical que estabelece uma nova ordem do saber e que produz uma mutação na episteme; a regularidade histórica refere-se à análise não em termos de ruptura radical, mas como uma investigação das formações discursivas que com suas transformações e reordenações chegaram até nós; por sua vez, o acontecimento enquanto atualidade possibilita o entendimento do conjunto de forças, dos processos e dos movimentos que atravessam a vida cotidiana e nos permitem diagnosticar a realidade.

⁶ Em a *Ideia de uma história universal*, Kant (2016) estabeleceu as possíveis relações entre a História, seus fluxos e embates, a Natureza e, através da primeira, na medida em que permite compreender a arte da política, a atuação dos instintos, da vontade e as aspirações pela liberdade, o que possibilitava ainda a previsão de um futuro político que significaria ao gênero humano cumprir os desígnios de sua natureza: o uso da razão, a liberdade da vontade e da manifestação da ação humana.

constituíram sob as máscaras do eterno, a dissociação sistemática de nossas identidades e o sacrifício do sujeito do conhecimento (Foucault, 2013b). Conforme Candioto,

Na história crítica da verdade não há o sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias; eles assim se tornam mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais e práticas de si. O distanciamento do sujeito constituinte e do objeto empírico dado torna a problemática da verdade proposta pelo filósofo o modo de aplicação de uma 'história crítica do pensamento'. (Candioto, 2006, p. 6)

A subversão genealógica em relação à analítica da verdade consolidava-se em uma atitude crítica que primeiro se dedicava a analisar as condições de emergência dos discursos considerados como verdadeiros e marcava os embates e os desfechos das lutas que os transversalizavam e que permitiram e sustentaram a elaboração de práticas que se espalharam pelo tecido social. Nesse sentido, Rose (2011) posicionava a história crítica como aquela que possibilitava refletir sobre nossa natureza e nossos limites e sobre as condições que estabeleceram a verdade sobre um fenômeno.

A história crítica perturba e fragmenta, revela a fragilidade daquilo que parece sólido, a contingência daquilo que parecia necessário, as raízes mundanas e cotidianas daquilo que se pretende nobre e grandioso. Ela nos permite pensar contra o presente, no sentido de explorar seus horizontes e suas condições de possibilidades. (Rose, 2011, p. 65)

Em outras palavras, como consequência do deslocamento que Foucault realizava em relação às Luzes, a ontologia do presente estabelecia a relação saber-poder como categoria fundamental para a compreensão das relações de poder e de dominação que o próprio Esclarecimento abrigou em seu interior e que todo o projeto colonial, inclusive sua atualização no racismo científico dos séculos XIX e XX, não deixava dúvida de sua presença (Mbembe, 2018; Moura, 2020; Césaire, 2019)⁷.

Vale lembrar que a história crítica que se configurava pelo método genealógico não tratava de restabelecer os laços históricos perdidos, reencontrar as origens mais remotas de um fenômeno que, nas mãos do filósofo, encontrariam seus vínculos, suas causas e suas justificativas. Esta perspectiva é alvo de sua crítica. Em *O retorno à História*, Foucault (2013b) considerava que a perspectiva tradicionalista da História possuía até o século XX essencialmente a finalidade de reconstruir o passado e justificar os modos de produção e dominação capitalista que agrupavam e dividiam a sociedade. Desta forma, no interior da ideologia burguesa, a História mostrava como essas grandes unidades nacionais que eram necessárias ao capitalismo tinham se formado como resultado de uma lenta maturação desde tempos imemoriais. A dominação burguesa forjava a justificativa de seu poder nos modos de

⁷ Importante ressaltar que o ideal iluminista, ainda que carregasse elementos de racialização e eurocentrismo, inspirou a revolta haitiana, um movimento de luta pela liberdade. Ver: James (2000), Os jacobinos negros - Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos.

calar os acontecimentos históricos e se estendia até ligar-se aos céus e à herança divina (Moura, 2020).

A genealogia em seu trabalho exaustivamente descritivo e documental, ao contrário, lançava seus esforços em fazer multiplicar as discontinuidades que revelavam os diferentes estratos dos acontecimentos, dos quais uns eram visíveis e rapidamente reconhecidos, enquanto outros permaneciam invisíveis justamente por suas linhas de proximidade e os seus atravessamentos. Conforme escreveu Foucault (2013b) em *Nietzsche, a genealogia e a história*:

A genealogia não pretende recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; a tarefa não é mostrar que o passado está ainda ali, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, após ter imposto a todos os obstáculos de percurso uma forma esboçada desde o início. Nada que se assemelharia à evolução da espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria; é situar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, pelo contrário, as completas inversões –, os erros, as falhas de apreciação, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe e tem valor para nós; é descobrir que, na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. Eis por que, sem dúvida, qualquer origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável – e a proveniência nunca o é – é crítica. (Foucault, 2013b, p. 279)

Neste sentido, na análise dos acontecimentos que fizeram nascer o que existe e tem valor entre nós, além da subversão em relação ao sujeito e ao objeto do conhecimento, a genealogia possuía ainda uma outra consequência: possibilitar que nos lançássemos sobre nossa própria experiência. Assim, para além de demarcar os sentidos que abrangiam a crítica na perspectiva genealógica, nos dedicaremos brevemente à justificativa de nossa aposta pela via da história, já que ela nos indicava os caminhos de produção de nossa sociedade e a invenção de seus dispositivos reguladores.

Uma primeira imagem, já repetida em algumas ocasiões para ilustrar o problema que segue: em um encontro de Psicologia Política, como parte de uma mesa de debates, apresentamos um trabalho sobre a higiene mental e a constituição dos dispositivos psicológicos no Brasil. Após nossa apresentação, outro participante da mesa e colega de profissão, com alguma empolgação afirmava que depois de ouvirmos um pouco de história, veríamos a prática, “aquilo que nos interessava e importava”. Não se tratava somente de uma grosseria, mas de uma compreensão sobre a história que a reduzia às datas, aos monumentos e aos heróis e vilões. Enunciado derivado do positivismo e do evolucionismo tão marcantes na história do pensamento e na política brasileira e que também sustentavam uma perspectiva de história que se caracterizava como o estudo das etapas que formaram sucessivamente nossa sociedade. A história nessa perspectiva anunciava um passado que se pode decorar, marcar e esquecer, já que jaz ultrapassado.

Não ao acaso, durante nosso percurso de estudos, acostumamo-nos a repetir uma expressão: o texto é nossa experiência. Ainda que a noção de experiência tenha ocupado lugar secundário na genealogia do poder de Foucault, que tinha como foco a materialidade dos corpos e das tecnologias de poder e que assim aparentemente reduziu o termo à busca pelas condições de existência e pelas relações entre saber-poder que a sustentavam (Lemke, 2017), compreendemos que a análise dos usos e efeitos das tecnologias sobre os corpos nos permitia alcançar a nossa experiência singular, colocá-la em evidência e, ao mesmo tempo, alcançar a experiência coletiva na medida em que éramos conduzidos às técnicas de governo e às experiências comuns entre os indivíduos.

Nikolas Rose (2014), por exemplo, ao escrever sobre a história crítica e a psicologia no Ocidente, refletiu o quanto os dispositivos psicológicos foram importantes para a constituição do que chamou de regimes de significação e o quanto estes produziram condições para que os indivíduos conferissem sentidos particulares para si mesmo, para suas relações e para as suas vidas, inclusive naquilo que significava adequar-se às normas ou submeter-se aos mecanismos de normatização. Por consequência, ainda segundo o autor, os indivíduos incorporaram as aspirações sócio-políticas e os temores que se firmaram na proliferação de programas sociais, intervenções e projetos administrativos durante o século passado.

Ainda neste sentido, podemos mencionar a pesquisa de Moscovici (2012)⁸ sobre as representações sociais da psicanálise e a importância do discurso psicanalítico na formação do entendimento sobre a subjetividade na França; ou ainda o estudo de Paicheler-Harous (2018) sobre a importância dos discursos psicológicos nos Estados Unidos da América como dispositivo para a compreensão de si, o qual ocupava o espaço deixado pelas técnicas que se tornaram constantes entre a população em geral, como a aplicação de exames e exercícios descritos nos manuais de eufrenia que eram comercializados nas cidades pelos caixeiros viajantes. Os discursos psicológicos, em sua dimensão normativa, ocupavam um lugar de moldar e ajustar a individualidade e, ao mesmo tempo, torná-la objeto de conhecimento para os indivíduos.

Se a psicologia tornou-se um dispositivo que se caracterizava como um daqueles que produziu regimes de significação e objetivação dos sujeitos na modernidade, analisar sua história de forma crítica não só nos remetia à nossa experiência cotidiana, mas também aos problemas em torno da liberdade, do governo e do ajustamento. As fronteiras entre indivíduo e

⁸ “Assim, o estudo da representação social da psicanálise será também o estudo da nossa sociedade tal qual se representa em relação à psicanálise” (Moscovici, 2012, p. 190).

sociedade se diluíam na medida em que a particularidade dos grupos e das populações nos conduziam à compreensão da totalidade social. A história crítica, enquanto a arte da inservidão voluntária, conforme escreveu Foucault (1997), buscava expor as categorias normativas, colocá-las em teste a fim de fazer emergir formas alternativas de direito e diferentes modos de subjetividade (Lemke, 2017).

A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. (Foucault, 2013b, p. 286)

Assim, o termo experiência comportava aparentemente pelo menos dois sentidos que pareciam contraditórios, mas que de alguma forma estabeleciam relações de reciprocidade entre um e outro: ela “(...) é concebida como estrutura dominante e força transformadora, como pano de fundo existente nas práticas e evento transcendente, como o objeto de investigação teórica e o objetivo de mover-se além dos limites históricos” (Lemke, 2017, p. 82).

A história como elemento constituinte da crítica de nós mesmos se referia portanto à tentativa de colaborar na elaboração de princípios éticos que não só possibilitassem analisarmos como se formaram as estratégias e as táticas de poder presentes nas atuais práticas sociais mas, também compreender os modos de legitimação dos dispositivos que operaram nos diversos processos de subjetivação e que alcançaram a nossa própria experiência e significação de nosso presente.

Mas para que não se trate simplesmente da afirmação e do sonho vazio de liberdade, parece-me que essa atitude histórico crítica deve ser também uma atitude experimental. Quero dizer que esse trabalho realizado nos limites de nós mesmos deve, por um lado, abrir um domínio de pesquisas históricas e, por outro lado, colocar-se à prova da realidade e da atualidade, para simultaneamente apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável para determinar a forma precisa a dar a essa mudança. (Foucault, 2013b, p. 365)

Assim, seguindo os fragmentos⁹ do filósofo francês, Candioto (2006, p. 76) afirmou que esta experiência e atitude crítica “designa o exercício contínuo de ‘saída’ das filosofias do sujeito, da neutralidade da verdade, da legitimidade intrínseca do poder, do pensamento daquilo que antes se pensava, a fim de pensar diferentemente”.

Conforme Foucault (2013b),

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *êthos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise

⁹ Ao analisar as pesquisas que realizou até os anos de 1970, Foucault (2005) afirmou que tudo que fez foi deixar pistas, fragmentos para pesquisas futuras.

histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível. (Foucault, 2013b, p. 368)

Vemos assim, que a história crítica, na mesma medida em que se distanciava das análises formais para a produção do conhecimento e da análise histórica essencialista e ideológico-burguesa, tanto em sua dimensão arqueológica quanto genealógica, efetivava uma nova subversão: ela mesma poderia contribuir com a transformação das relações de poder e de dominação em nossa sociedade, pelo menos em um nível delimitado e no que se referia a tomar consciência desses processos (Foucault, 2013b).

Sem dúvida, Foucault não deixou de ser criticado por seu suposto pessimismo e, assim como o fez Nietzsche, por nos deixar em muitos momentos desconcertados diante de nossas boas intenções. Mas vemos aqui uma consequência teórica e metodológica, ética e política fundamental que contrariava essa acusação: a crítica era um aceno ao futuro e o seu exercício provocava uma abertura para as ações e reflexões sobre as ordenações que os discursos impuseram sobre os saberes e as vidas humanas. O problema político essencial que se apresenta ao intelectual não era criticar somente os conteúdos ideológicos ligados à ciência, ou fazer com que a prática científica fosse acompanhada de uma ideologia justa. A questão era saber se seria possível construir uma nova política da verdade:

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder, o que seria uma quimera, já que a própria verdade é poder, mas de separar o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) em cujo interior, por ora, ela funciona. (Foucault, 2011, p. 219)

Em outras palavras, não se tratava de uma experiência que buscava a negação do futuro ou da existência, por exemplo, do sofrimento psíquico grave. Mas de encontrar nas proposições e práticas sobre o sujeito, a população, a sexualidade, a criminalidade, a loucura etc, as formas totalitárias que, em última instância e em acordo com as necessidades do capitalismo, enquadraram as formas de existência e condicionaram os indivíduos a papéis sociais determinados, inclusive aqueles que marcavam sua exclusão e isolamento.

O exercício da crítica conduziu Foucault (2005), em seu curso *Em defesa da sociedade*, a posicionar a genealogia como uma anticiência que tinha como tarefa o desassujeitamento dos saberes considerados menores, justamente porque não encontraram legitimidade nos regimes de verdade que constituíram os discursos científicos. E isso não porque se posicionava contra os conhecimentos e a favor da ignorância ou do relativismo, mas porque, como dissemos, se

posicionava contra os efeitos totalitários dos discursos científicos¹⁰. Tratava-se de uma contribuição para a insurreição dos saberes.

Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo sobre os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (Foucault, 2005, p. 14)

Assim, a tarefa do genealogista não era a remontagem ou a curiosidade em relação ao passado. Era sempre a possibilidade de elaboração de uma crítica que acenasse para o devir, para a possibilidade de provocar a ultrapassagem das relações entre saber-poder que nos negaram, como dissemos antes, outras possibilidades de subjetivação (Foucault, 2008). Processos que se produziram em compasso com a dominação e a exploração que atravessam ainda o presente de nossas vidas e que se tornaram necessários aos modos de produção capitalista.

Ao mesmo tempo,

A história, genealógicamente dirigida, não tem por finalidade reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário, obstinar-se em dissipá-la; não busca demarcar o território único de onde vimos, essa primeira pátria à qual os metafísicos nos prometem que voltaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. (Foucault, 2013b, p. 293)

Por sua vez, ainda conforme afirmou o filósofo francês (2013), se a genealogia era meticulosa, cinzenta e pacientemente documentária, ao genealogista restava o cuidado em escutar a história, dedicar-se ao documento e a fazer avançar a pesquisa a partir de seus pressupostos. Nesta perspectiva, a genealogia exigia a pesquisa, exigia a desconfiança e exigia o risco de operar sua caixa de ferramentas.

Em nossa pesquisa, seus pressupostos nos impulsionavam na busca das singularidades históricas e locais a respeito da Psicologia Social e do desajustamento social e isso exigia de nossa crítica manter-se no campo de imanência de nossas particularidades e singularidades, da composição de nosso objeto, categorias e problematização.

2.3 Objetivo, delimitação do objeto e categorias fundamentais

Nosso objetivo geral era compreender o processo de constituição da Psicologia Social no Brasil, tendo como fonte primária central e ponto de partida a *Introdução à Psicologia Social*, publicada por Arthur Ramos, em 1936. Essa delimitação exigia não somente analisar as

¹⁰ Em nossa época, justamente no período que vivemos o aumento do negacionismo científico, é importante explicar que a proposição de Foucault não guarda relação com estas posições. Elas encontram seus vínculos em modos de funcionamento totalitários que, ao contrário do que encontramos no método genealógico, conduzem às práticas de dominação características, por exemplo, do fascismo.

condições históricas para a sua emergência, mas revelar as redes discursivas e institucionais que se produziram em torno da tríade indivíduo-sociedade-grupo. A *Introdução* foi, ao mesmo tempo, uma apresentação geral da nova ciência que se colocava entre a Psicologia e a Sociologia, e uma proposição teórico-metodológica que poderia guiar o trabalho dos chamados psicossociólogos.

A Psicologia Social figurava entre os interesses do médico desde sua tese de doutoramento e em vários de seus trabalhos posteriores. Ela evidenciava, segundo Ramos (1936/2003), não somente a prevalência dos aspectos sociais e culturais na formação da personalidade, mas a presença de elementos ancestrais que repousavam no psiquismo e sob condições especiais se revelariam. Nesse sentido, desde o início, a psicologia social para Arthur Ramos colocava-se como um dispositivo de investigação da personalidade considerando os seus elementos intersíquicos e ancestrais (filogenéticos) e, ao mesmo tempo, como dispositivo de correção do comportamento.

A investigação sobre a constituição histórica da Psicologia Social no Brasil conduziu nossos trabalhos à noção de desajustamento social. Considerando que ela possuía um papel fundamental para o estudo de nosso objeto, a elegemos como categoria fundamental: ela nos permitia compreender os movimentos iniciais de formação dos dispositivos psicossociais e a emergência de estratégias e táticas que atuavam sobre os corpos individuais e sobre a população no início do século XX em interface com a Psiquiatria e a Higiene Mental. A psicologia social nos levava até o problema do desajustamento e, conseqüentemente, pensávamos que o desajustamento revelava os determinantes para a sua constituição.

Tornava-se importante compreendermos as relações discursivas em torno da noção de desajustamento social e como ela também colaborou na produção de estratégias institucionais que atuavam sobre a população, mas também sobre os indivíduos isolados, enquanto sujeito político e virtualmente perigoso.

Assim, nos dedicamos primeiro a compreender, como o problema do desajustamento emergia no país, sobretudo em fins do século XIX, e como ele se estendia para as considerações sobre toda a população brasileira e como ela se apresentava enquanto problema político e sanitário fundamental. O desajustamento social revelava os embates cotidianos para a modernização do país e, entre suas formas de expressão, encontramos os componentes que formavam a sociabilidade brasileira: o preconceito racial, o temor de dissolução do tecido social, o autoritarismo como tentativa de combater violentamente os movimentos populares, o

anseio de construir uma nova unidade e identidade nacional e a esperança na militarização como forma de disciplinar a população.

Considerando o processo de ajustamento-desajustamento, tornava-se importante compreender como os indivíduos se conformavam aos grupos sociais. Nesse sentido elegemos a noção de identidade social como outra categoria de análise, já que ela destacava os elementos afetivos, cognitivos e motores na interação social e na formação das identificações dos sujeitos.

O desajustamento social estabelecia, na *Introdução*, relações com as estruturas e elementos que compunham a identidade social e que figuravam no primitivo. O primitivo figurava enquanto expressão do desajustamento, qualificava os estágios do desenvolvimento cultural e econômico de determinadas populações e caracterizava processos específicos do funcionamento mental. As noções de identidade social e a relação entre o primitivo e o civilizado elevavam-se a forma de categorias auxiliares para a compreensão do desajustamento como categoria central.

Considerando essas categorias, o desajustamento social, a identidade social e o primitivo, dividimos a pesquisa em cinco movimentos inter-relacionados para:

1 - Compreendermos como as relações entre a população e as demandas político-assistenciais produziram um cenário que abria caminho para a Higiene Mental e atravessava a recepção, o ensino e o início da institucionalização da Psicologia Social;

2 – Observarmos a constituição do desajustamento social como problema para o governo das populações e o conseqüente interesse médico na direção dos estudos sobre as multidões, os grupos e a psicologia social;

3 - Compreendermos as formulações a respeito do objeto da psicologia social e o seu espaço entre as ciências humanas e sociais;

4 - Analisarmos as formas de interação mental, considerando como elementos fundamentais a formação da identidade social e o desajustamento;

5 – Identificarmos as forças que atuavam sobre a personalidade dos indivíduos e que determinavam o seu ajustamento ou desajustamento.

Assim, nossa problematização¹¹ se dividia em níveis inter-relacionados: como a institucionalização da Psicologia Social, pelo menos entre os anos de 1920 e 1940, esteve ligada ao desajustamento da população e dos indivíduos e à formação da identidade nacional? Como

¹¹ Podemos caracterizar a problematização como ferramenta metodológica que implica a elaboração de um domínio de práticas, fenômenos e pensamentos que se colocam como problemas para a política (Foucault, 2012). Nas palavras de Foucault (2012), trata-se de “(...) um movimento de análise crítica pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas, também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização” (p. 227).

emergiu o interesse pelas questões raciais, culturais e psicopatológicas associadas ao desajustamento e a modernização? Como a psicologia social brasileira constituiu-se como dispositivo na conjunção de duas tecnologias de poder: o poder disciplinar e os dispositivos de controle das populações? Enfim, como o funcionamento mental dos povos, das crianças e dos paranoicos puderam se colocar como um problema para a sociedade brasileira?

2.4 Imperativos metodológicos

Como dissemos, a genealogia não se caracterizava como um método que permitia sua aplicação inflexível a todo e qualquer objeto. Ainda que Foucault (2013b) tenha nos apresentado seus princípios gerais, se quisermos considerar seus procedimentos como fixos encontraremos grandes dificuldades. A sua principal característica era a descrição dos dispositivos: sua materialidade, sua razão e seus efeitos políticos em um determinado tempo. O procedimento descritivo objetivava não só revelar as discontinuidades, as permanências e as rupturas no interior dos discursos científicos e das práticas sociais. Ele buscava as batalhas em seu interior, aquelas que condicionavam as nossas formas de vida e que como consequência produziam os naufragos da história e as resistências à sua tentativa de universalidade.

A genealogia exigia a pesquisa. Isso significava que era somente no percurso da própria pesquisa que os recortes, os manejos e as perspectivas em relação ao objeto ganhavam forma. Significava ainda que não era possível ajustar as rotas traçadas por Foucault a qualquer acontecimento, e repeti-las com a garantia do dever cumprido.

Ao contrário do método invariável, Foucault nos deixou um conjunto de imperativos metodológicos que permitiam a invenção de novos procedimentos de pesquisa que possibilitavam a análise dos dispositivos na dispersão dos acontecimentos. Enfim, era no próprio trabalho de pesquisa que Foucault, como é possível perceber em seus cursos, elaborava seu pensamento e encontrava os caminhos singulares de suas pesquisas. Baseados por seus imperativos metodológicos chegamos às categorias de nossa pesquisa.

Em sua *História da Sexualidade I*, Foucault (2012a) nos apontava um conjunto de imperativos metodológicos ou práticas de prudência que deviam nortear as pesquisas sobre a análise de formação de um objeto como a sexualidade, a loucura ou a delinquência na perspectiva genealógica: a regra da imanência, a regra das variações contínuas, a regra do duplo condicionamento e a regra da polivalência tática dos discursos. Era ainda importante lembrar que, inerente a estes imperativos, encontrávamos a noção de poder, que não devia ser considerado *a priori* como forma do Estado exercer a sua soberania, como lei ou como unidade

global de dominação (Foucault, 2012a). O poder não seria uma substância, mas um exercício que se colocava nas relações sociais e políticas, as quais poderiam ser caracterizadas como assimétricas em termos de estratégia e força. Este exercício poderia encontrar alguma variação até transformar-se em relações de dominação que pressupunham a impossibilidade de liberdade e resistência.

(...) se falamos do poder das leis, das instituições, ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isso não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras). (Foucault, 2013, p. 284)

A regra da imanência afirmava que era preciso considerar que um determinado objeto não pertencia a um só campo de saber. O que o constituiu como domínio a conhecer foram as relações de poder que se estabeleceram, que o tomaram como alvo das técnicas de saber e dos procedimentos discursivos. O desajustamento, por exemplo, encontrava-se na interface de diferentes campos e provocava entre estes campos alguma disputa sobre quem guardava a sua verdade. Entre higienistas antirracistas e eugenistas, as controvérsias revelavam as disputas sobre o poder de dizer a verdade sobre o sujeito desajustado.

Por sua vez, a regra das variações contínuas buscava compreender as variações de forças e atores sociais ligados a um objeto e em que as relações de saber-poder se constituíam como matrizes de transformação. Um exemplo disso poderia ser as formas como a sexualidade infantil foi objeto dos discursos morais, religiosos e científicos, o que também fazia variar os atores sociais que passaram a produzir estratégias de vigilância sobre a infância. O desajustamento como objeto integrou não somente o saber médico, mas fez parte das proposições nos discursos jurídicos, sociológicos e psicológicos, ainda que de alguma forma o discurso médico tentasse ganhar a hegemonia sobre ele e, mais ainda, sobre as psicopatologias.

A regra do duplo condicionamento se referia à noção de que nenhuma estratégia local imanente às relações de poder poderia funcionar se não estivesse inserida em uma estratégia global, ao mesmo tempo em que esta também não funcionaria se não encontrasse na micropolítica, nas relações específicas e tênues, seus pontos de fixação. Foucault nos apresentava o exemplo do dispositivo familiar que serviu como forma de controle da natalidade e da sexualidade:

A família não reproduz a sociedade; e esta, em troca, não imita aquela. Mas, o dispositivo familiar, no que tinha precisamente de insular e de heteromorfo com relação aos outros mecanismos de poder, pôde servir de suporte às grandes ‘manobras’ pelo controle malthusiano da natalidade, pelas incitações populacionistas, pela medicalização do sexo e a psiquiatrização de suas formas não genitais. (Foucault, 2012a, p. 111)

O desajustamento social, ainda que encontrasse expressão na micropolítica, não deixava de se relacionar com uma estratégia de poder que envolvia a totalidade da sociedade brasileira. Era então fundamental compreender essas relações de reciprocidade e imanência.

A regra da polivalência tática dos discursos se referia à noção de que os discursos se constituíam de uma multiplicidade de elementos que poderiam integrar diferentes estratégias que veiculavam e produziam relações de poder. Portanto, não se tratava de perguntar aos discursos sobre o desajustamento quais teorias derivavam de qual moral ou ideologia, mas de encontrar em seu interior a multiplicidade de elementos que o posicionavam como objeto para um conjunto diverso de práticas sociais. Conforme Foucault (2012a),

Cumpram interrogá-lo nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos). (Foucault, 2012a, p. 113)

Ao elencar essas pistas, esses imperativos metodológicos, flexíveis e ágeis, Foucault considerava o corpo e o dispositivo, constituído também pelos discursos e pelas técnicas de produção do sujeito, como os elementos centrais de sua análise. É sobre o corpo que os dispositivos de ajustamento social atuavam, e não somente no sentido de uma força negativa, mas sobretudo em seu aspecto positivo: o corpo como objeto e efeito dos jogos de verdade, e o dispositivo como modo de operação e produção da verdade. Conforme Prado Filho (2017),

O corpo como objeto, como produto, e o dispositivo como modo de operação, de produção de verdades, de realidades, de sentidos, mas também de objetos, de corpos individuais e coletivos, de subjetividades e modos de vida concretos. Os dispositivos são também elementos fundamentais da política contemporânea, justamente pelos efeitos normalizadores, objetivantes e subjetivantes de suas ações, que acabam mobilizando resistências e enfrentamentos. (Prado Filho, 2017, p. 235)

Se Foucault (2005) afirmava que suas pesquisas eram fragmentos, pistas deixadas para novos desdobramentos e que, por outro lado, seu método era uma caixa de ferramentas que poderia permitir inventar novas categorias em compasso com os interesses e os objetos de investigação, no próprio percurso da pesquisa elas se modificavam, faziam aparecer novas dimensões do objeto e novas possibilidades de análise.

Especialmente sobre nosso objeto, a cada passo de nosso percurso revelavam-se os elementos que compunham três dualidades fundamentais: o ajustamento e a relação com a degeneração, o civilizado em compasso com o primitivo, a identidade social e a conformação ao grupo. Vale acrescentar que, como vimos anteriormente, Arthur Ramos escreveu um dos primeiros textos publicados sobre a psicologia social no país e esteve filiado a diversos campos que se constituíam a partir da recepção, apreensão e tentativa de produção de uma obra em

sintonia com as demandas do país. Isso também nos permite localizá-lo em uma rede político-institucional que abrigou oposições ao determinismo biológico do século passado.

2.4.1 Perspectivas metodológicas

Na medida em que não encontrávamos um método fechado em si e que qualquer construção analítica e teórica exigia a pesquisa descritiva como ferramenta principal, tornava-se necessário que também descrevêssemos nossos procedimentos de pesquisa.

A leitura de pesquisas publicadas sobre a História da Psicologia e da Psicologia Social no Brasil (Bomfim e Machado, 1987; Almeida, 1989; Silva, 2004; Antunes, 2007; Prado Filho, 2011; Ferreira, 2011; Portugal, Facchinetti e Castro, 2018) indicava alguns dos temas tratados desde fins do século XIX pela medicina, pela pedagogia e pela sociologia e que tinham relação direta com o de saber psicológico: a raça, o alcoolismo, a sexualidade, a histeria, a criminalidade, a relação entre a pedagogia e a medicina, o interesse pelo desenvolvimento infantil, a abertura de laboratórios de psicologia e a implantação de serviços que auxiliassem os processos de aprendizagem e correção dos comportamentos.

Foi ainda importante a leitura sobre a História da Psiquiatria no país (Costa, 2006). Nela encontramos mais uma vez referências sobre a formação da Liga Brasileira de Higiene Mental, que também se constituiu como um espaço de recepção, divulgação e formação dos discursos psicológicos. A Liga ofereceu cursos para professores sobre o psiquismo e a aprendizagem, manteve a clínica psicanalítica sob direção de Porto-Carrero, dedicou-se à aplicação e revisão de testes psicológicos, como o Binet e Simon, manteve seu laboratório de psicologia e, ainda no fim da década de 1930, ao mesmo tempo em que as teorias eugenistas mostravam-se com mais força em seu interior, manteve um dispositivo que chamou de Casa da Eufrenia, um serviço para o atendimento dos escolares desajustados no Distrito Federal.

A pergunta sobre a formação do desajustamento como problema social, exigia um certo recuo histórico. Desta forma, iniciamos a leitura de um conjunto de textos elaborados no Brasil em fins do século XIX e começo do século XX que de alguma forma tratavam de temas que mais tarde foram relacionados à psicologia ou à psicologia social e que agrupamos sob o título de ideias psicológicas. Em sua maioria eram textos de médicos que relatavam as condições das instituições voltadas ao tratamento dos chamados alienados. Percorremos ainda algumas teses produzidas sobre a alienação no Brasil e, em textos sobre a população e a literatura, encontramos proposições a respeito da formação da mentalidade nacional.

Além dos textos publicados nos Archivos Brasileiros de Higiene Mental entre os anos de 1925 e 1947, incluímos nestas leituras o texto de Sílvio Romero (1888/1969) sobre a psicologia do brasileiro que se encontra em sua *História da Literatura*; os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues sobre a mestiçagem, as epidemias coletivas e os processos mentais envolvidos na revolta de Canudos; os trabalhos de Juliano Moreira e Afrânio Peixoto sobre as doenças mentais nos trópicos; as análises elaboradas sobre o louco, as condições que encontravam para o tratamento e a importância da abertura dos manicômios, escritos por Juliano Moreira (1873-1933), José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856) e Luiz Vicente De Simoni (1792-1881). Sobre a perspectiva psicanalítica, neste primeiro momento, incluímos os textos de Júlio Porto-Carrero (1935) sobre a relação entre a psicanálise, a cultura e a educação e aqueles encontrados nos Archivos Brasileiros de Higiene Mental, periódico mantido pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Ainda nos *Archivos*, encontramos diversos nomes que se destacavam na psicologia. Entre eles estava um dos precursores da psicanálise no Brasil, Arthur Ramos.

Arthur Ramos era também o autor de um dos primeiros manuais de Psicologia Social publicados no Brasil e essa foi a causa primeira para selecionarmos seus estudos para uma leitura mais próxima. Em seu manual de Psicologia Social, Arthur Ramos destacava o desajustamento social como objeto fundamental para o trabalho dos psicossociólogos e posicionava a psicologia social como um tipo de higiene mental aplicada que possuía interfaces com a psiquiatria, a psicanálise, a pedagogia, a sociologia e outros campos emergentes. Era possível perceber isso já em suas referências bibliográficas que apresentavam tanto autores cognitivistas que desenvolviam seus trabalhos e definiam a psicologia social como uma ciência experimental e individual, como autores que se dedicavam aos processos sociais e afetivos que operavam nos movimentos e na subjetivação das populações.

Partindo da noção de desajustamento presente na *Introdução*, nos livros e artigos de Ramos, iniciamos a leitura de livros e teses para localizarmos termos similares em autores que participaram do debate em torno do tema no fim do século XIX e início do século XX. Encontramos os termos ‘desordem do comportamento’, ‘alteração moral’ ou ‘da natureza’, ‘mal-ajustamento’, ‘desarranjo’, ‘desregramento’, ‘desvio de conduta’, ‘conflito’ e ‘perturbação das funções mentais e sociais’ como similares ou fundamentados na noção de desajustamento social, que por sua vez se dividia em diversos outros fenômenos inter-relacionados: desajustamento familiar, desajustamento no trabalho, desajustamento sexual,

desajustamento escolar etc., como demonstrava o texto do sociólogo Delgado de Carvalho (1935) chamado *Sociologia aplicada* e citado por Arthur Ramos.

Elegendo como ponto de partida e retorno os estudos de Ramos, associamos e selecionamos textos em que estes termos de alguma maneira se relacionavam à noção de primitivo ou selvagem e de identidade social. Assim, encontramos os trabalhos de Nise da Silveira (1926) sobre a criminalidade feminina, o artigo sobre a psicologia selvagem de Medeiros de Albuquerque (1922), Plínio Olinto (1935) e suas reflexões sobre a psicologia e os processos de adaptação dos indivíduos às exigências da sociedade, os trabalhos sobre a psicologia coletiva de Nina Rodrigues (1939/2006), além das teses que indicavam a monomania racional ou instintiva como um desajuste do comportamento e dos instintos sem o comprometimento das funções cognitivas, como as teses de Antônio Luiz da Silva Peixoto (1837) e Gerald Franco de Leão (1842).

O duplo lugar que o desajustamento ocupava entre os discursos médicos e psicológicos estabelecia linhas para a compreensão do psiquismo e do primitivo na relação normal-anormal. Ele figurava ao mesmo tempo como noção que afirmava a hereditariedade da população como chave de seu desajuste geral e como parte de um projeto teórico que se opunha ao determinismo biológico da época e, com isso, se não estabelecia efetivamente uma ruptura no interior do discurso psiquiátrico, provocava uma abertura para a superação dos fatores mentais e higiênicos que impediam a modernização do país, ao contrário do determinismo biológico que, em última instância, enxergava na morte dos indesejáveis toda possibilidade de melhoria social e política¹².

Tínhamos então um novo problema a respeito de nosso método: como avançar sobre nosso objeto sem correremos o risco de nos perdermos no mar de referências que poderiam aparecer, e que em nosso exame de qualificação se multiplicou? Ao mesmo tempo, como não permanecer em uma abordagem completamente internalista? Como tomar o autor como uma unidade discursiva provisória que nos permitiria caminhar para além de seus próprios limites? A estratégia que adotamos foi mantermo-nos no texto, recortar os embates teóricos que nele se mostravam, as lutas que a cada capítulo se materializavam e nos permitiam estabelecer as redes discursivas e institucionais que se formavam em torno dos seus temas.

Assim, essa multiplicidade de referências mostrava-nos que tanto o desajustamento quanto a identidade social e o primitivo, foram temáticas importantes no início do século e que

¹² As políticas de embranquecimento da população encontravam-se em consonância não somente com o determinismo biológico mas também com a política de morte dos indivíduos perigosos e indesejáveis.

não tínhamos a intenção de tratar como epistemologicamente a verdade sobre eles pôde ser encontrada. Interessava-nos os acontecimentos que levaram o desajustamento social, a identidade e o primitivo a serem percebidos como problemas para a sociedade, para médicos, higienistas e para a intelectualidade brasileira. Ao mesmo tempo, isso também significava um desdobramento metodológico: uma certa “indiferença para com a obrigação de dizer tudo...” (Foucault, 2013, p. 319).

Esse desdobramento, essa certa indiferença que não significava falta de rigor ou uma autossuficiência delirante, reconhecia as diversas possibilidades de leituras e tocava ainda em uma outra controvérsia: dedicarmo-nos a longos períodos históricos ou a estudar um único período demarcado? Caso escolhêssemos o estudo de um período específico, isso estaria em oposição ao que nos indicou Foucault? Portanto, desta forma nos afastaríamos das noções que balizam o método? Respondemos a isso considerando as reflexões e os efeitos da crítica enquanto experiência que exige manter nosso pensamento não tão longe de nosso objeto: não podemos ignorar a necessidade de construirmos, de inventarmos nossas próprias ferramentas (Sander, 2010).

Com isso, elaboramos um esquema provisório de periodização para o estudo da História da Psicologia Social no Brasil com inspiração nos estudos de Prado Filho (2011; 2014)¹³, Bomfim (2004)¹⁴, Antunes (2006)¹⁵ e Almeida (1989)¹⁶. Reconhecemos que estes períodos não

¹³ Prado Filho (2014) dedica-se a analisar algumas das práticas psicológicas fundamentais que se constituíram ao longo do século XIX e se afirmaram como importantes dispositivos de atuação sobre os indivíduos em todo o século XX. Em compassos com estas considerações, ao dedicar-se ainda à arqueologia da psicologia social, o autor nos indica alguns períodos específicos para este estudo: os anos de 1930 e 1940, destacando os estudos de Kurt Lewin; de 1940 a 1970, quando predominou no campo uma perspectiva funcionalista; os anos de 1970 e 1980, com a emergência de perspectivas histórico-críticas e da formação da Associação Brasileira de Psicologia Social, a ABRAPSO; os anos de 1990 são também marcados por novas reflexões em relação à identidade social e sobre a dimensão política dos discursos psicológicos.

¹⁴ Bomfim (2004), ao escrever sobre os cursos de Psicologia Social no Brasil, elegeu quatro que poderiam apontar não somente a diversidade dos programas propostos, mas a própria construção do campo científico. A autora elencou os cursos ministrados por Raul Briquet, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933, por Arthur Ramos, na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal em 1935, o curso ministrado por Donald Pierson na década de 1940 e também na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e o curso ministrado por Nilton Campos na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

¹⁵ Antunes (2006), ao estudar a consolidação da Psicologia no Brasil, propõe diferentes períodos em que as ideias psicológicas circularam no país. O primeiro período corresponderia ao pré-institucional e se caracterizaria pela produção de ideias psicológicas durante o período colonial; o período institucional corresponderia à produção de ideias psicológicas na Medicina e na Pedagogia ao longo do século XIX; o período de autonomização seria aquele situado nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX; o período de consolidação se caracterizaria pela efetivação e desenvolvimento do ensino, da produção de estudos, pesquisas e campos de atuação; o período de profissionalização se caracterizaria pelo reconhecimento da profissão; por fim, o último período seria marcado pela ampliação dos campos de atuação das psicólogas, proposição e explicitação de seu compromisso social, a partir dos anos de 1980.

¹⁶ Almeida (1989), em seu trabalho sobre as *Tendências da Psicologia Social no Brasil*, analisou o que chamou de sua origem remota, datando-a nos trabalhos de sociologia escritos em meados do século XIX e influenciados

correspondem de forma alguma a uma possível heterogeneidade da produção teórica e prática da Psicologia, nem mesmo que estivessem isolados e encontrassem demarcações nítidas de seu começo e término.

O primeiro corresponderia ao período colonial, caracterizado como pré-institucional e de produção de ideias psicológicas sobre os indivíduos, os grupos e as populações. Encontramos aqui os relatos de viajantes, os textos religiosos, poemas, peças de teatro e as cartas que informavam a condição do território e suas riquezas, dos animais, das plantas e do povo ao rei de Portugal.

O segundo, entre os anos de 1822 e 1920: período em que prevaleceram os estudos da Sociologia com inspiração no positivismo de Augusto Comte e no evolucionismo social de Herbert Spencer; era também o período de abertura para os estudos que tratavam dos africanos no Brasil, dos processos sociais relacionados à multidão e dos processos psicopatológicos coletivos no país, e que apresentavam forte influência de autores como Gustave Le Bon e Gabriel Tarde.

O terceiro período, entre os anos de 1921 e 1945: período em que encontramos as primeiras publicações de livros e manuais de psicologia social escritos por autores brasileiros. Vianna (1921)¹⁷, Briquet (1935) e Arthur Ramos (1936); é também o período em que se iniciava a institucionalização da Psicologia Social, com os primeiros cursos na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo e, no Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal.

O quarto período, entre os anos de 1946 e 1979: período de crise e de consolidação da Psicologia Social; encontramos no Brasil a elaboração de críticas à produção teórico-metodológica do período anterior e o início, ou pelo menos a intensificação das traduções de manuais de psicologia social norte-americanos e europeus para o português, boa parte deles dirigida por Dante Moreira Leite e Miriam L. Moreira Leite; apresentavam-se no país os efeitos da crise da psicologia social, o que na América Latina provocava o empenho na sua revisão teórico-metodológica e a abertura de diversas associações nacionais de psicólogos sociais;

pelo positivismo; as origens mais próximas da psicologia social no Brasil encontravam-se nos trabalhos de Briquet e Ramos e se estende até 1945; em seguida o autor analisava a institucionalização da psicologia social na Universidade e destacava nomes como Dante Moreira Leite, Otto Klineberg, Arrigo Leonardo Angelini, e, um pouco mais tarde e durante os anos de 1970 e 1980, Ecléa Bosi e Silvia Lane, entre outros.

¹⁶ Em *Pequenos estudos de Psicologia social*, ainda que Vianna (1921) tratasse de temas de interesse da Psicologia Social, de forma geral o livro apresentava quase nenhuma referência teórico-metodológica desse campo. A sua preocupação com a produção científica parecia de menor expressão e sua análise não deixava de expressar o pensamento conservador daquele período.

¹⁷ Em *Pequenos estudos de Psicologia social*, ainda que Vianna (1921) tratasse de temas de interesse da Psicologia Social, de forma geral o livro apresentava quase nenhuma referência teórico-metodológica desse campo. A sua preocupação com a produção científica parecia de menor expressão e sua análise não deixava de expressar o pensamento conservador daquele período.

assistimos ainda a impulsão da Psicologia Social Comunitária e a criação de cursos de pós-graduação e a consolidação de sua autonomia.

O quinto período, desde os anos de 1980 até a atualidade: período de fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social, instituição que impulsionou importantes discussões no campo; de emergência da Psicologia Social Crítica e abertura de novas possibilidades de atuação e pesquisa que encontram nas noções de compromisso ético-político sua perspectiva comum.

Dedicamo-nos ao terceiro período, localizado entre os anos de 1920 e 1945, e tendo em vista que estes períodos são indicativos, balizas que orientam os caminhos, realizamos recuos e avanços necessários em acordo sempre com objeto e as sinalizações encontradas nos textos estudados. Assim, é com os olhos na *Introdução à Psicologia Social* de Arthur Ramos que traçamos as linhas, os círculos cada vez mais descentralizados em direção à sua exterioridade.

Esta exterioridade hipoteticamente nos possibilitava considerar o desajustamento social não como uma categoria universal, mas como um dispositivo multifacetário, local e disperso, que contribuiu também com a extensão do poder psiquiátrico para além da doença mental e dos muros asilares em duas dimensões: pelas técnicas de individualização e pelo uso de tecnologias totalizantes que integravam em sua operacionalidade elementos do poder disciplinar e estratégias biopolíticas sobre o corpo social.

Assim, nossa hipótese inicial era que estas tecnologias que tomavam os corpos individuais e o corpo social como objetos e provocavam a substituição da ideia de salvação pela busca do bem-estar e de uma moral universal do futuro conforme o espírito científico da época¹⁸, integravam os dispositivos disciplinares e de controle e, com isso, a psicologia social, que permitia reflexões sobre estas duas dimensões (individual e social), integrou-se às estratégias de biopoder abertas pela medicina social, pela higiene mental e pela psiquiatria no início do século XX no país.

2.4.2 Fontes primárias

Estabelecemos dois núcleos de fontes primárias: núcleo central e núcleo complementar. Enquanto o núcleo central é formado pelos textos de Arthur Ramos, o núcleo complementar é

¹⁸ Aqui é uma referência direta à Liga Brasileira de Higiene Mental que, no Edital do primeiro volume de seus Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, em 1925, afirmava que sua missão era a disseminação das proposições e campanhas sobre a higiene mental serem difundidas entre a classe de trabalhadores e que, ao mesmo tempo, estes princípios se constituíssem como uma moral universal do amanhã.

composto por diversos autores e textos que se inseriram direta ou indiretamente no debate sobre a psicopatologia e que apresentavam laços com as noções de desajustamento social, identidade social e primitivo em fins do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX. Com esta proposição, temos o objetivo de compreender justamente as permanências, discontinuidades e rupturas que constituíram os discursos psicológicos e as superfícies onde foram impressas suas possibilidades de emergência.

Entre as fontes primárias, a *Introdução à psicologia social* de Arthur Ramos caracterizava-se como o texto que nos apontava as direções a seguir e, com isso, apresentava-se como a principal obra de nosso estudo. Trabalhamos aqui com duas edições: a primeira, publicada em 1936, e a sua reedição, lançada em 2003, pelo Conselho Federal de Psicologia.

Ainda no que se refere aos trabalhos de Arthur Ramos e à psicologia social, seu interesse pelos processos grupais e pelas relações entre o indivíduo e a sociedade se estendiam por diversos de seus estudos, mesmo naqueles voltados à psicanálise e à criminologia. Com isso em vista, utilizamos versões digitalizadas dos livros *Primitivo e loucura* (1926) e *A sordice nos Alienados – ensaio de uma psicopatologia da imundice*, lançado em 1928, cujos originais estavam disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Os textos *Freud, Adler e Jung*, de 1931, *Psiquiatria e Psicanálise*, 1933, *Loucura e crime*, uma coletânea de textos publicada em 1937, e *O folclore negro do Brasil*, lançado em 1935, caracterizavam-se como textos auxiliares para a compreensão de nossos problemas e o papel da psicologia social associada aos estudos histórico-culturais que deixavam perceber a dimensão política que este campo possuía para o autor. Trabalhamos também com a segunda edição do texto *A criança problema*, lançada em 1942¹⁹, que elegeu o desajustamento como um dos pontos centrais de sua análise e, junto com a *Introdução*, integraria uma coleção de estudos sobre a psicologia social.

Como dissemos anteriormente, esforçamo-nos por construir círculos cada vez mais exteriores em relação à *Introdução* e à obra de Arthur Ramos e, tendo em vista a perspectiva de traçar um cenário múltiplo no que se refere à produção de saberes e das práticas sobre o desajustamento social, encontramos nos discursos sobre a doença mental e as populações no final do século XIX e início do século XX, os textos que constituem o núcleo complementar de fontes primárias²⁰.

Entre as fontes primárias complementares, incluímos as teses apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: *Sobre a monomania*, de Geraldo Franco de Leão (1842), que,

¹⁹ A primeira edição de *A criança problema* foi lançada em 1939.

²⁰ Ver esquema de estudo em Anexo I.

com a leitura de Esquirol se referia à monomania como um desajuste, uma desordem dos instintos e do comportamento; a primeira tese sobre alienação mental produzida no país (ODA, 2013), escrita por Antônio Luiz da Silva Peixoto (1837), que conceituava a alienação como “(...) uma moléstia de apirética²¹ do cérebro, ordinariamente de longa duração, com perturbação contínua ou intermitente das faculdades intelectuais e afetivas, algumas vezes parcial, com ou sem lesão das sensações e dos movimentos voluntários, e sem desordens profundas e duráveis das funções orgânicas” (Peixoto, 1837/2013, p. 647); o mesmo acontece com a tese *A histeria*, de Antônio Martins Pinheiro, de 1848, que não somente apontava a hereditariedade como determinante para o adoecimento que acometia as mulheres, mas incluía entre as suas causas a leitura de romances que exaltavam a imaginação, a suscetibilidade nervosa e os afetos, como o amor, que desajustados alteravam a natureza, a moral e os costumes do indivíduo, posicionando a conduta em conflito com o que o médico chamava de boa educação física, higiênica e moral.

Ainda como parte deste núcleo de fontes que nos permitiam compreender os debates em torno do desajustamento social, os textos de Juliano Moreira (2011; 2016), Juliano Moreira e Afrânio Peixoto (2005) e Afrânio Peixoto (1938), mencionados por Arthur Ramos em suas considerações a respeito do desajustamento e da psicopatologia e que marcavam uma descontinuidade em relação ao saber psiquiátrico do século XIX, e inseriam novas dinâmicas sobre o tratamento e as causas da doença mental que não deixavam de impactar a compreensão sobre a psicologia coletiva, conforme escreveu Ramos (1926) em *Primitivo e loucura*, bem como a psicologia social proposta em seu manual.

2.4.3 Fontes secundárias

Consideramos importante situarmos nossa pesquisa entre aqueles que se dedicaram à elaboração de uma genealogia da psicologia social no país, em especial os textos de Roseane Neves (2005; 2004) e Prado Filho (2014; 2011), com o objetivo de elaborarmos os limites de nossa colaboração. Destacamos esses textos entre nossas fontes secundárias por apresentarem de forma mais direta aproximações quanto às nossas escolhas metodológicas, já que ambos os autores adotam os referenciais teóricos e metodológicos inspirados na arqueologia e na genealogia de Michel Foucault.

Da mesma forma, consideramos brevemente as relações entre nosso estudo e aqueles que analisaram as interfaces entre a medicina social e a psiquiatria, como os trabalhos de

²¹ Enfermidade que não apresenta febre.

Roberto Machado et al (1978), Jurandir Freire Costa (1983; 2006) e Silvia Neves (1988). Os estudos sobre a História da Psicanálise no Brasil, como os de Russo (2002), Morkejs (1993) e Perestrello (1986), que apresentavam Arthur Ramos como um de seus precursores no país, foram também de grande importância e são referenciados conforme sua colaboração. Consideramos que as proposições do médico Arthur Ramos para a constituição da psicologia social se apoiavam largamente nos estudos freudianos sobre a cultura, os grupos e a formação do sujeito psicológico, assim como de alguns de seus discípulos dissidentes.

Em a *Invenção da Psicologia Social* (2005) e *Notas para uma genealogia da Psicologia Social*, este último um artigo que retomava as proposições do seu livro, Neves desenvolveu sua análise da emergência do social como objeto científico e político partindo do que chamou de configurações do social em duas perspectivas: sócio-assistencial e político-institucional.

A dimensão sócio-assistencial se refere às condições históricas, sociais e econômicas que levam à criação de um conjunto de práticas sociais, instituições assistenciais, hospitalares e asilares, orfanatos e outras técnicas de subjetivação que adquiriram consistência em um determinado momento a partir das exigências para um novo arranjo da sociedade em compasso com a ordenação liberal, e que a autora nomeou como a primeira configuração do social que permanecia vinculada a espaços delimitados e voltados à população carente.

Por sua vez, no que chamou de a segunda configuração do social, já no século XIX, as exigências para o avanço do capitalismo industrial não deixavam de provocar impasses para a consolidação do ideal republicano baseado nas luzes e posicionavam em primeiro plano o controle social, não mais demarcado por um espaço institucional e assistencialista. Entravam em cena as multidões como dimensão da patologia social, a família como espaço de reprodução do social e o grupo como dispositivo individualizante.

Em resumo, a autora analisava inicialmente a emergência da questão social no interior da sociedade capitalista para em seguida compreender o interesse pelas relações entre indivíduo e sociedade que conduziram à constituição da psicologia social. O aumento da miséria na mesma proporção da produção e aumento de riqueza fazia entrar em cena o interesse pelo fenômeno da multidão como risco para a ordem burguesa. As multidões, os grupos e as famílias colocavam-se como interesse para a ciência e para o Estado e, segundo a autora, desta forma também impulsionaram a emergência das Ciências Humanas.

A autora dedicava-se a estudar as raízes americanas e europeias da psicologia social, assim como brevemente analisava autores contemporâneos da psicologia social brasileira, como Codo e Lane (1984/2012), deixando em aberto as pesquisas sobre as particularidades do

processo de constituição deste campo no país que, como propomos, tem seus primeiros passos ainda em meados do século XIX.

Compreendemos, na interface com a leitura de seu trabalho, que a emergência deste campo científico articulava-se com o cenário político e que a produção das técnicas sobre a população e os indivíduos também correspondiam aos temores que este cenário provocava: a crise econômica, o desmantelamento da sociedade com o declínio da moralidade liberal, a suposta desordem familiar e a fragmentação das tendências políticas, como o discurso que decretava a instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas. A população continuava a ser um problema político e científico para o Estado brasileiro.

Por sua vez, Prado-Filho (2011; 2014), ao escrever sobre a arqueologia e a genealogia da psicologia, dedicou-se à análise do exame, do interrogatório e da prática confessional, conforme apontadas por Foucault (2011). Em *Para uma arqueologia da Psicologia Social*, Prado Filho (2011) dedicou-se a investigar as condições que possibilitaram a emergência da Psicologia Social. O autor nos apresentava um amplo cenário que não deixava de analisar brevemente a formação histórica do campo no país. Ainda que mencionasse os períodos anteriores aos anos de 1960, sua ênfase parecia repousar nas décadas seguintes, especialmente nos grupos de trabalhos e pesquisas vinculados ao Programa de Pós-graduação da PUC/SP.

Em *Para uma genealogia da Psicologia Social*, Prado Filho (2014) analisava a emergência de um conjunto de técnicas psicológicas, como as observações sistemáticas, as anamneses, as entrevistas, a psicometria e o exame, relacionados não somente às práticas confessionais e aos inquéritos da Idade Média, mas também às formas de produção de processos de identificação e normalização dos indivíduos na sociedade capitalista moderna. No entanto, o autor manteve-se nos caminhos apontados por Foucault, que era mencionado como o autor principal em sua referência bibliográfica, deixando, portanto, o espaço aberto para a pesquisa sobre as singularidades deste processo no Brasil.

Em relação à *Danação da Norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, de Machado et al (1978), devemos diversas referências, principalmente em relação às teses elaboradas nas faculdades de medicina no Rio de Janeiro e Bahia e decretos publicados para a ordenação da vida social nas cidades, bem como de enfrentamento à conduta selvagem desde o século XVIII no Brasil. Selecionamos a partir de suas indicações textos que tratavam do tema desajustamento social e, se aqui não mencionamos todos, eles colaboraram para avançarmos em nossa compreensão dos processos históricos que estudamos. No entanto, como seu título apresenta, os autores dedicaram-se ao estudo das relações entre a medicina social e a psiquiatria.

E ainda que nos apresentassem valorosas referências, colocamo-nos na articulação entre a psiquiatria, a higiene mental e a psicologia social.

Em *Ordem médica e Norma familiar*, Costa (1983) apresentava uma análise das práticas de medicalização sobre a família que estavam em alguma medida associadas à medicina social e à higiene mental e que revelavam ainda as contradições do liberalismo escravagista no Brasil. O autor nos mostrava o cenário de transformação do espaço urbano e familiar como forma de constituição de uma racionalidade de governo que se tornava perceptível principalmente no Rio de Janeiro desde a chegada da família real. O autor ainda reintroduziu o conceito de funções latentes e virtualidades escondidas, que residiam não somente nos desajustados mas em todos os vivos, e que caberia ao médico lançá-los à luz do dia e submetê-los a um conjunto de práticas normativas que garantissem a abolição de condutas nocivas e, no caso das crianças, o alcance da vida adulta física e mentalmente saudável.

Em *História da Psiquiatria no Brasil*, Costa (2006) trabalhou principalmente a constituição da Liga Brasileira de Higiene Mental como dispositivo que organizou nos anos de 1930 o discurso psiquiátrico em três grandes perspectivas: preventista, organicista e terapêutico. O seu estudo foi ainda importante para a construção de um cenário amplo no interior desta instituição que, como mencionamos acima, juntou médicos e higienistas de correntes diversas, como aqueles que defendiam as teorias organicistas como principal delineador do campo psiquiátrico, outros que aderiam às ideias eugenistas e ainda outros que, talvez em menor proporção ou poder - já que desde meados dos anos de 1920 a eugenia ganhava cada vez mais espaço entre os médicos e higienistas - mantinham vivo interesse pela psicanálise, pela psicologia e pela psicometria.

Como podemos perceber, ainda que a questão do desajustamento esteja presente nas ideias dos psiquiatras e higienistas que Costa (2006) estudou e que prolongavam o alcance da psiquiatria para além dos muros asilares e principalmente sobre as multidões urbanas, mantinham-se abertas as relações que esses discursos estabeleceram com a psicologia social e os estudos sobre os grupos. Aqui, esperamos poder indicar algumas das interfaces, conforme propôs Ramos (1936), entre a psicopatologia, os estudos culturais e o desajustamento social que alcançaram os estudos sobre a psicologia social nos anos de 1930.

O texto *Da medicina Social à Psicanálise*, de Sílvia A. Nunes (1988), foi também fundamental para nossas aproximações e considerações de como o ajustamento social figurava em textos daqueles considerados precursores da psicanálise no país, como Franco da Rocha, o próprio Arthur Ramos, Júlio Pires Porto Carrero e Antônio Austragésilo. Da mesma forma,

como a constituição da higiene mental no Brasil se articulava com o movimento organizado pela medicina social e com isso forneceu novas perspectivas para o discurso psiquiátrico no país, debruçando-se sobre a sexualidade, a educação, a adaptação das crianças, o papel das religiões, o pensamento primitivo e a elaboração de estratégias que pretendiam formar uma massa de trabalhadores, homens e mulheres, organizada e disciplinada, “(...) no qual o trabalho e o exercício físico levariam a uma formação física e moral, supostamente ideal, em detrimento da capacidade de pensar e criticar dos indivíduos” (Nunes, 1988, p. 105).

Os seminários ministrados e publicados posteriormente por Foucault nos forneceram suporte teórico-metodológico fundamental. Entre os textos e cursos, destacamos a leitura de *O poder psiquiátrico, Em defesa da sociedade, Segurança, Território e população* e o *Nascimento da biopolítica*, o que nos possibilitou a compreensão das relações entre a razão do Estado, a população como objeto para a governamentalidade, a extensão do poder psiquiátrico para os espaços extra-asilares e a emergência do racismo científico. Com esses textos encontramos um amplo panorama das relações entre indivíduo e sociedade, entre o Estado, o indivíduo e a população e as formas de emergência das biopolíticas no Ocidente.

Mais ainda, a noção de biopoder tornava-se fundamental inclusive para a compreensão do processo de extensão do poder psiquiátrico e de medicalização da sociedade, estudados nos cursos *O poder psiquiátrico* e *Os anormais*. Na medida em que a psicologia social encontrava na psiquiatria brasileira um espaço de recepção, os debates em torno destes elementos tornavam-se parte do cenário de sua constituição.

3 A POPULAÇÃO COMO OBJETO: AS RELAÇÕES ENTRE O AJUSTAMENTO, A DISCIPLINA E A REGULAMENTAÇÃO DAS MULTIDÕES

Neste capítulo, nos dedicaremos a compreender como as relações entre a população e as demandas político-assistenciais produziram um cenário que abriria caminho para a Higiene Mental e atravessaria a recepção, o ensino e o início da institucionalização da Psicologia Social no Brasil que, assim como aconteceu com as Ciências Sociais, constituía-se como um dos instrumentos do projeto modernizador que garantiria a sintonia com o progresso (Lima e Hochman, 2004; Almeida, 1989).

Foi preciso um conjunto de transformações histórico-políticas que indicavam uma reorganização do pacto social, para que a população, e mais tarde o social, se colocasse como objeto para a Medicina, o Direito e outros campos que se constituíam como parte de um projeto modernizador da sociedade brasileira. Se a população foi elemento determinante para o projeto colonizador desde o século XVI, como problema de governo ela não se configurava exatamente como uma novidade no fim do século XIX. Mas foi nesse momento que encontramos mudanças significativas na organização do país que permitiram que ela se tornasse objeto para o higienismo, um dos campos de recepção dos saberes psicológicos, e permanecesse no centro das discussões políticas sobre a defesa do território e a soberania nacional.

Interessava-nos sobretudo os discursos produzidos na medicina sobre a população e que influenciaram a constituição da Psicologia Social no Brasil no início do século XX. No entanto, a população como tema esteve presente em diversos campos. Podemos encontrá-la, conforme escreve Almeida (1989), entre os estudos publicados por positivistas brasileiros como Miguel Lemos (1854-1917) e Carlos Teixeira Mendes (1855-1917) e outros autores influenciados pelo positivismo como Oliveira Vianna (1883-1951) e Alberto Torres (1865-1917). Teixeira Mendes, por exemplo, ao tratar da abolição defendia não somente a supressão imediata da escravidão, mas também a formação de um regime moral pela adoção da monogamia, a regulação do trabalho e do salário e a supressão de todo castigo corporal (Almeida, 1989).

Alberto Torres (1865-1917), político, jornalista e bacharel em Direito, também influenciado pelo positivismo e um dos fundadores da perspectiva que orientou a Escola Superior de Guerra, não deixou de se preocupar com saúde e a organização social brasileira destacando o povo e suas características como objeto central para a garantia da soberania e unidade nacional. Em *O problema nacional brasileiro*, lançado em 1914, em meio às discussões a respeito das reformas sanitárias, Torres (1914/2021) escreveu que

As noções da saúde e da moléstia serão forçosamente transformadoras por força desta nova orientação [uma ciência médica científica, adaptacionista e preventiva que se desloca do conhecimento

da patologia e do estabelecimento do normal]. A menos que se não pretenda substituir a metafísica das grandes categorias: do espaço, do tempo, do absoluto, do infinito por uma metafísica dos micro-organismos e das causas de moléstias, será fácil concluir que há germens particulares a certas regiões e a certas épocas, e que estes germens, inócuos até certo ponto, devem ser, até certo tempo e em dadas condições, propícios ou, pelo menos, relacionados, à adaptação local e às circunstâncias dominantes. (Torres, 1914/2021, p. 115-6)

Entre os problemas nacionais elencados por Torres (1914/2021) e que impediam ou dificultavam a soberania nacional estava a saúde do povo. Entre as causas da fraqueza física, conforme escreveu, estavam as cósmico-sociais, o clima e a falta de condições de vida saudável, escassez e improbidade de alimentos e as econômicas, sociais e pedagógicas.

Contudo, mesmo que o autor fizesse uma crítica à escravidão, ele propôs um tipo de hierarquização dos povos caracterizando-os e diferenciando-os entre aqueles mais selvagens, que encontravam uma evolução lenta, e aqueles mais civilizados sustentados por sua suposta cultura elevada. Estes últimos coincidiam com os povos europeus, que supostamente haviam superado os aspectos selvagens e primitivos do desenvolvimento social pela via da educação.

A população poderia alcançar novos estratos na sociedade, superando o seu primitivismo com uma educação adequada e ajustar-se às exigências morais do novo século. Período de instabilidade que contrastava com o anterior que, segundo o autor, conseguira certa estabilidade econômica, social e política oferecida pela escravidão. Em sua perspectiva, a população brasileira caracterizava-se pelas relações entre diferentes tipos sociais e raciais, pelas interfaces entre o primitivo e o civilizado, entre o patológico e o normal, a escravidão e seus resquícios e o ideal modernizador (Torres, 1914/2021). O primitivo era ainda um obstáculo para a formação de uma unidade nacional.

No que se referia à Medicina, ainda durante a chamada República Velha e sob a influência determinante do higienismo, os estudos sobre as condições de vida da população objetivavam construir ações para integrá-la ao projeto de modernização. A primeira consequência deste movimento foi reposicionar o Estado como responsável pela elaboração de dispositivos de cura e de prevenção das doenças que acometiam as populações urbanas e sertanejas. Estes dispositivos deveriam atenuar as difíceis condições sanitárias provocadas, segundo o discurso médico-sanitário, pelo abandono do próprio Estado: exigia-se da sociedade medidas efetivas para a melhoria da saúde da população pobre e combatia-se, pela via médico-pedagógica, a presença dos elementos primitivos que, segundo o discurso médico, caracterizavam parte da população. Ao mesmo tempo estes discursos encontravam suporte nas proposições a respeito da melhoria da raça.

A educação é o meio de evitar ao indivíduo a repetição de experiências e a pesquisa de descobrimentos, feitos através dos tempos, pela humanidade. Por um caminho curto, de atalhos imediatos, o resultado é atingido, sem a longa e infinita pena que a menor dessas aquisições importou aos nossos

antepassados. Faz-se a cultura de galho ou de enxerto, sem a recapitulação do processo natural, lento e acidentado: em poucos anos pode um homem ser posto ao nível da civilização do seu tempo. (Peixoto, 1939, 355)

Neste contexto, a Higiene, como uma aplicação prática para todas as ciências e de interesse dos governos, constituía-se como um estudo da saúde e dos meios que possibilitavam a sua manutenção. Ela assumiria, enquanto um novo tipo de medicina que não se dedicaria exclusivamente à ação curativa das doenças, o objetivo de remover as condições de vida insalubres e cuidar da saúde para evitar a doença, conforme afirmava Afrânio Peixoto (1939) em seu livro *Noções de Higiene*, publicado originalmente também em 1914. A saúde da população vinculava-se ao projeto modernizador do país.

É ainda no livro de Afrânio Peixoto (1876-1947), médico baiano que integrou a chamada Escola Nina Rodrigues, que encontramos as diferentes dimensões que compunham a noção e os objetivos da Higiene: o estudo das condições de saúde incluía aspectos da microbiologia, da parasitologia e da biologia, assim como os hábitos alimentares e as disposições eugênicas. Em especial, a Eugenia era definida como o estudo das “(...) condições sadias de geração, para conseguir uma prole forte, inteligente, apta para a vida, uma seleção humana, que, pela saúde, nos traga a felicidade...” (Peixoto, 1939, p. 11). Assim, a educação, a sexualidade e o casamento, submetidos às proposições e o controle eugênicos, encontravam espaço entre os interesses dos higienistas que os elevavam ao status de dispositivos que possibilitariam a regeneração e a melhoria da população, que nesse sentido figurava como sinônimo da raça.

Ainda que não nos dediquemos a estudar diretamente o eugenismo no Brasil, é importante que façamos breves observações a seu respeito. A recepção das teorias neolamarckianas e mendelistas determinavam as formas de compreender as ações relacionadas à população. Em torno destas controvérsias sobre a hereditariedade e os caracteres adquiridos conforme a ação do ambiente, segundo Stepan (2014), nas duas primeiras décadas do século XX, a Eugenia no Brasil ganhava um sentido diverso daquele aplicado nos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Alemanha. Muitos dos higienistas compreendiam a eugenia como um novo campo científico da higiene pública que permitiria a superação do pessimismo relacionado ao determinismo biológico. Paradoxalmente parte desses intelectuais entendiam a eugenia como uma oposição ao racismo científico que fixava os indivíduos em estágios inferiores do desenvolvimento humano. Olegário Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, por exemplo, insistia em estabelecer uma correspondência entre o saneamento e a eugenia: sanear é eugenizar.

(...) os eugenistas brasileiros baseavam sua eugenia não na concepção mendeliana de genética, a estrutura dominante na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Alemanha, mas em uma corrente

alternativa de noções lamarckianas de hereditariedade. Esse estilo de eugenia refletia conexões científicas de longa data com a França, bem como fatores mais locais de cultura política; ajudava também a estruturar os debates sobre a degeneração e determinava como a nova genética e as ciências do saneamento interagiriam de forma inovadora na ‘eugenia’. (Stepan, 2014, p. 14)

A visão neo-lamarckiana permitia aos higienistas, como Belisário Penna (1923), associar as condições sanitárias às características da população e estabelecer um plano preventivo para a formação de um povo forte. Politicamente, conforme escreveu Stepan (2014, p. 83), “(...) as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível”.

Para o pensamento higienista, impulsionado também pelas viagens aos sertões, as características primitivas da população, sobretudo daquela de ascendência africana, encontravam na falta de condições sanitárias e higiênicas o terreno fértil para sua permanência (Penna e Neiva, 1916). E isso também significava que, sob condições sanitárias adequadas, as características culturais e mentais de um povo poderiam permanecer latentes ou completamente superadas.

Assim, as populações pobres, objeto primeiro dos estudos que buscavam compreender as características raciais, os hábitos, a religião e a moral do povo brasileiro, e que com isso revelavam parte do seu funcionamento mental, foram consideradas perigosas porque poderiam oferecer risco à ordem social, já que caracterizadas pelo discurso médico como primitivas, indolentes e violentas. Ofereceriam ainda problemas para a organização do trabalho, devido a sua suposta preguiça e dificuldade de adaptação. Além disso, a população submetida às precárias condições de vida se colocava como elemento para a irradiação das epidemias e para a permanência do primitivo (Chalhoub, 2006).

Conforme escreveu Mota (2003), a ação saneadora esperava construir uma nova perspectiva sobre a formação do povo: a análise sobre a educação, as condições de saúde e moradia, dos costumes e da cultura levaria a um suposto conhecimento empírico dos brasileiros. Ao mesmo tempo, entre o pessimismo e a promessa da emergência de uma nova Canaã nestas terras, as elites tentavam compreender os fatores que dificultavam os interesses dos capitalistas estrangeiros e os planos republicanos de modernizar o país. “Eis por que os médicos da época aceitaram a missão de restaurar a sociedade avariada: só eles poderiam desvendar – e combater – as causas que tornavam o progresso nacional incerto” (Mota, 2003, p. 20).

Desta forma, os problemas relacionados à população, sobretudo após a Abolição e a Proclamação da República, levaram as elites política e econômica a constituírem dispositivos institucionais, jurídicos e assistenciais que se organizavam em pelo menos duas direções: entre

os médicos permanecia a certeza de que somente a medicina e o sanitarismo possuíam o poder de resolver os males do Brasil, diagnosticando-os e apontando as soluções no conjunto das ações administrativas e sociais (Mota, 2003); de outro, o controle do ócio, do adoecimento, da sexualidade, dos hábitos, da moral e dos diversos tipos de desajustamentos sociais que não podiam mais ser absorvidos pelas relações informais e encontravam seu lugar na educação higiênica (Peixoto, 1939).

Portanto, o discurso médico-sanitário sustentava que a ação da medicina não se resumia em apresentar a cura das doenças, mas incluía afirmar no interior de uma sociedade os elementos civilizatórios que o governo republicano pretendia instaurar (Mota, 2003). Abria-se espaço para o início de uma gestão científica da população, elemento que compunha a governamentalidade moderna, o governo das populações, e que nos revelava o esforço do país em adequar-se ao mundo capitalista.

Assim, não se tratava da afirmação de um poder que se colocava como uma forma puramente negativa, ou seja, um poder que se caracterizava especificamente pela repressão aos indivíduos e ao corpo social. Ainda que os dispositivos jurídicos, assistenciais e institucionais descrevessem as penalidades relacionadas aos comportamentos disruptivos à ordem capitalista, como a chamada vagabundagem, a medicina colocava-se como um dispositivo de poder que se constituía também como uma positividade, o que significava estabelecer parâmetros normativos e dispositivos reguladores para a ação dos indivíduos e do corpo social.

Cabia ao médico resgatar o brasileiro mergulhado nas circunstâncias deploráveis de sua sobrevivência. Para muitos, inclusive, o mestiço não era inferior, como já imputavam as leis raciais, apenas se encontrava em conjunturas adversas, das quais podia sair por meio da saúde, do saneamento e de sua regeneração moral. (Mota, 2003, p. 26)

A busca de padrões normativos para o comportamento dos indivíduos e do corpo social e de dispositivos para a prevenção das doenças e para a regeneração da população como parte do ideal médico formava uma tradição que abria espaços para a recepção de novos saberes e técnicas que não se caracterizavam *a priori* como parte do seu domínio. Com o auxílio da educação, a medicina almejava alcançar a população, corrigir seus hábitos, superar seus aspectos primitivos e com isso produzir indivíduos que correspondessem ao novo pacto social que se formava. Assim, os acontecimentos políticos que marcaram o fim do século XIX foram fundamentais para a reorganização dos dispositivos do governo das populações.

Desta forma, nos afastaremos dos marcos históricos que comumente encontramos para compreender a emergência da psicologia social, como os lançamentos dos primeiros livros de Edward Ross (1866-1951) e William McDougall, (1871-1938), em 1908, ou as referências aos debates metodológicos sobre a Psicologia dos Povos de Wilhelm Wundt (1832-1920), ou ainda

as suas raízes modernas em solo norte-americano ou europeu. Da mesma maneira, não iremos de imediato aos autores que trataram sobre a psicologia do povo brasileiro, como Silvio Romero (1888/1960) ou Raimundo Nina Rodrigues (1932/2008; 1939).

Nossa primeira passagem será por alguns dos elementos que constituíram a história do movimento sanitário no início do século XX e que hipoteticamente inspiraram a organização do higienismo mental no Brasil (Costa, 2006). Estes elementos caracterizavam a nossa população e apontavam saídas que conciliavam duas formas essenciais do exercício de poder predominante na racionalidade de governo das sociedades capitalistas: a dimensão disciplinar, que se dedicaria aos indivíduos de forma isolada e em espaços institucionais precisamente demarcados, e a formação de dispositivos sociais que se caracterizariam pela elaboração de estratégias que consideravam a totalidade da população em sua naturalidade biológica.

Nesse sentido, os problemas sobre o governo das populações posicionavam os discursos médicos em direção às populações, aos indivíduos desajustados, o que recolocava em cena uma dualidade: as relações e os confrontos entre o primitivo-selvagem, representado pelos hábitos e pela moral das populações negras, mestiças, sertanejas e indígenas, e o civilizado, imagem que fazia aparecer no horizonte o ideal de uma sociedade aos moldes das populações europeias. À condição social da população negra corresponderia nesses discursos o reflexo de sua suposta verdade mais íntima, uma natureza essencial que supostamente justificava a divisão social do trabalho e estabelecia uma forma de hierarquização das raças²².

Como mais tarde fez o higienismo mental, o movimento sanitário não deixava de apontar as relações entre o primitivo e o civilizado: se os sertões, na imagem do sertanejo e seus hábitos rudimentares, poderiam invadir as cidades, e já o fazia com os ciclos migratórios crescentes e o aumento da população urbana, as características do funcionamento mental primitivo ameaçava invadir até mesmo o indivíduo mais civilizado.

Tanto vale dizer que em cada um de nós, civilizados, ainda dorme o velho aborígene, nosso secular predecessor, a arreganhar as unhas mal encobertas, sob punhos rendados que a civilização procura tecer. Haverá, então, diferença irredutível ou a identidade real entre os não-civilizados e nós? Qual o

²² Stepan (2014) refere que apesar das vozes dissonantes, entre eles Edgar Roquete-Pinto, Belisário Penna, Fróes de Magalhães, assim como de Arthur Ramos e o conjunto de intelectuais baianos que assinavam nos anos de 1930 o manifesto antifascista denunciando o racismo e as posições autoritárias que reconfiguravam a sociedade brasileira, a eugenia ganhava ainda mais força no governo de Vargas. Ela configurava-se como elemento presente nas políticas de saúde e educação e sugeria mudanças sobre os processos de imigração. Remetia ainda às ideias de construção de uma unidade nacional com inspiração nos discursos políticos e eugênicos que chegavam da Alemanha e dos Estados Unidos da América, países centrais no desenvolvimento da eugenia. Nos anos de 1930, a unidade nacional implicou na restrição de determinados grupos étnicos, principalmente as populações japonesas e judias: “as cláusulas de restrição à imigração da Constituição de 1934 foram mantidas na de 1937 – a Constituição do Estado Novo – ratificando assim, o compromisso com o branqueamento, a eugenia e a homogeneização como política oficial do Estado-Nação (Stepan, 2014, p. 176).

móvel tão resistente e rebelde aos efeitos do progresso e da civilização? Quais os germes destas atitudes que forçam os adultos cientes a assemelharem-se, de um só passo, aos primitivos, às crianças e a certos doentes psíquicos? (Ayrosa *apud* Dias, 2015, p. 222)

3.1 O governo das populações: ocupação, produção e crescimento

Somente no século XVII, período caracterizado pelo mercantilismo, que para os europeus a população, como um conjunto de indivíduos que formavam a categoria geral de súditos, passou a ser considerada como elemento central na dinâmica de poder dos Estados. A combinação entre a extensão territorial, a medição dos tesouros e o número da população indicava a riqueza e a força do soberano: uma população numerosa seria capaz de fornecer tropas para a defesa de seus pertences e garantir a força dos mercados. Tudo isso sob o jugo de duas condições suplementares, a população precisava ser obediente e animada ao trabalho (Foucault, 2008).

Desde o final do século XVI e começo do século XVII todas as nações do mundo europeu se preocuparam com o estado de saúde de sua população em um clima político, econômico e científico característico do período dominado pelo mercantilismo. O mercantilismo não sendo simplesmente uma teoria econômica, mas, também uma prática política que consiste em controlar os fluxos monetários entre as nações, os fluxos de mercadorias correlatos e a atividade produtora da população. A política mercantilista consiste essencialmente em majorar a produção da população, a quantidade de população ativa, a produção de cada indivíduo ativo e, a partir daí, estabelecer fluxos comerciais que possibilitem a entrada no Estado da maior quantidade possível de moeda, graças a que se poderá pagar os exércitos e tudo o que assegure a força real de um Estado com relação aos outros. (Foucault, 2011, p. 82)

Nos territórios colonizados, desde as disputas pela posse das terras, a população tornava-se elemento central para a economia das metrópoles, o que exigiu no decorrer dos séculos um número cada vez maior de pessoas escravizadas para o trabalho nos engenhos, plantações e afazeres domésticos. O povoamento dos territórios colonizados não foi só um dos elementos que garantiria a sua posse, mas imprescindível para a extração de riqueza que alimentava o projeto de extração colonial sob o sangue e o suor da população autóctone e africana (Losurdo, 2006). Ao mesmo tempo, para que a população se caracterizasse como força produtiva, ela deveria ser efetivamente adestrada, repartida, distribuída de acordo com os mecanismos histórico-jurídicos no interior do projeto e da prática colonialista.

Um século mais tarde, os fisiocratas adotavam posições que se diferenciavam daquelas mantidas pelos mercantilistas em razão de considerarem a população não mais como um agrupamento de súditos, mas como composta por um conjunto de processos que era preciso administrar no que tinha de natural e, portanto, naquilo que possibilitava considerá-la também enquanto espécie humana. O que significava dizer que a população não era a simples soma de indivíduos e nem o resultado da vontade destes em se reproduzirem. Ela era considerada como

um corpo social dependente de um conjunto de variáveis naturais e artificiais: o clima, a natalidade, a mortalidade, as doenças, a distribuição dos alimentos, os fluxos das moedas, as taxas de exportação e a oferta de trabalho. Ela também se diversificava de acordo com os hábitos e as formações culturais que se constituíam, ou que se procurava estabelecer, em consonância com as práticas de governo: a forma de se educar as crianças, os valores morais e religiosos, a regulação do casamento e do direito à propriedade (Foucault, 2008).

Conforme escreveu Foucault,

A população é um dado que depende de toda uma série de variáveis que fazem que ela não possa ser transparente à ação do soberano, ou ainda, que a relação entre a população e o soberano não possa ser simplesmente da ordem da obediência ou da recusa da obediência, da obediência ou da revolta. Na verdade, as variáveis de que depende a população fazem que ela escape consideravelmente da ação voluntarista e direta do soberano na forma de lei. (Foucault, 2008, p. 72)

A população apareceu então como um fenômeno natural que não se poderia simplesmente modificar com o efeito de um decreto, do exercício de um poder histórico-jurídico. Não se tratava somente de impor a obediência, mas compreender as leis de seu funcionamento e atuar sobre os aspectos que determinavam a vida cotidiana e a força das variações sobre a população a fim de transformá-la conforme os interesses de governo. Entravam em cena para os filósofos do liberalismo, além das variáveis climáticas, da mortalidade, da alimentação e das epidemias, o desejo, as paixões da alma e o manejo dos afetos (Hirschman, 2002).

Isso significava que para os primeiros teóricos da população, como François Quesnay (1694-1774)²³, a naturalidade da população se expressava como desejo. O desejo e a gestão das paixões, a um só tempo como parte da naturalidade e da artificialidade das populações no interior das técnicas de poder e de governo: “(...) esse desejo é tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população” (Foucault, 2008, p. 95). O interesse, enquanto conceito auxiliar para os liberais no deslocamento das paixões, como Adam Smith (1723-1790), John Stuart Mill (1806-1873) e David Hume (1711-1776), é o efeito do manejo da naturalidade do desejo e a inserção de um substituto sublime em oposição ao risco dos excessos (Hirschman, 2002).

O desejo, e vale dizer que não se tratava obviamente da noção freudiana elaborada na aurora do século XX, assim como as outras paixões da alma, era o ponto de intersecção entre os indivíduos e os grupos sociais e suporte fundamental para a compreensão do comportamento individual e coletivo (Hirschman, 2002). A afirmação da individualidade no interior da

²³ François Quesnay, médico francês e economista que viveu na França durante o século XVIII.

população é suporte essencial para a sociedade capitalista e seus dispositivos de regulação, inclusive para o manejo do interesse em substituição à artificialidade e à naturalidade do desejo:

Resultante do embate e confluência do exercício de um poder que se exerce como incitação a um modo de viver que individualiza, a experiência subjetiva do e na modernidade instaura as condições de constituição de um modo-padrão de experimentar as relações no mundo, o MODO-INDIVÍDUO. (Barros & Josephson, 2011, p. 441)

De uma só vez, o desejo tornava-se problema para os governos e suporte para a possibilidade de previsão do comportamento das populações. Neste sentido, a emergência do Estado moderno impulsionada pela revolução burguesa e a moral liberal apoiava-se no ajustamento das populações compreendidas como uma naturalidade que correspondia à espécie humana e, na afirmação do indivíduo, como alvo e efeito privilegiado das suas intervenções e dos seus investimentos de controle (Barros & Josephson, 2011). De um lado a população enquanto categoria e eixo para a ação do Estado, de outro os indivíduos que somados formavam o corpo social que se movia segundo suas próprias leis de funcionamento (Foucault, 2008).

No século XVIII, mas principalmente no século XIX, a noção de população exigia a compreensão das leis de seu funcionamento e a elaboração de técnicas que se abriam a toda uma série de domínios e saberes. A emergência das ciências humanas, segundo Foucault (2008), associava-se diretamente à constituição da população como correlato de poder e objeto de saber e articulava, como vimos, pelo menos três dimensões da vida social e política: a totalidade da vida em sociedade, a vida dos grupos e a afirmação da individualidade. O texto de Gustave Le Bon (1895/2008) sobre a multidão, escrito ainda com os ventos que se moviam desde a insurreição das multidões francesas, indicava-nos estas interfaces.

As estatísticas referentes à fecundidade e à mortalidade da população, assim como os problemas de morbidades, os estudos sobre os grupos sociais específicos que se formavam e a circulação dos indivíduos e das mercadorias, partes do conjunto de variáveis artificiais e naturais que condicionavam os movimentos das populações, entravam em cena como categorias para o seu governo que demandavam novas tecnologias que deveriam se dirigir não somente ao homem-corpo, como faziam as técnicas disciplinares, mas também ao homem-vivo, ao homem-espécie (Foucault, 2005).

As novas tecnologias sobre os corpos individuais e sociais, uma biopolítica da espécie humana que vimos aparecer em fins do século XVIII e que ressoava no Brasil como parte de sua modernização conservadora no século seguinte, se dirigia à multiplicidade dos homens na medida em que eles formavam uma massa global que Foucault denominou como população e que era afetada pelos processos de produção e contágio.

Simultaneamente, o Estado deveria supostamente atuar para manejar o desejo e garantir a realização livre dos interesses individuais na medida em que estes se ajustavam à moral burguesa que se constituía, se articulavam aos interesses das classes dominantes e asseguravam o funcionamento produtivo e as relações de poder e dominação estabelecidas no corpo social. O corpo individual não deixava de se remeter ao corpo social como parte produtiva exigida pelo sistema fabril fundado na divisão social do trabalho (Barros & Josephson, 2011).

Nas colônias europeias em toda a América Latina, e Foucault pouco escreveu e falou sobre este tema, as relações sociais se caracterizavam como relações de dominação representadas no Brasil, até o fim do século XIX, principalmente pelo poder do senhor sobre o escravo. Este último encarnava diferentes formas: da animalidade e objeto para o sadismo das famílias senhoriais à mercadoria e meio de produção, do medo da revolta ao fetiche dos corpos (Freyre, 2004)²⁴. Foi preciso que a burguesia se constituísse como força política e econômica e construísse por aqui os primeiros passos de sua “revolução” para que as relações sociais ganhassem novas formas e imposições. Essa transformação era marcada pelo conservadorismo, pela posição de submissão econômica dessa burguesia em formação em relação aos centros capitalistas e pela tentativa de fazer prevalecer sobre o trabalho livre alguns dos elementos que estruturavam o trabalho escravo.

A forma “prussiana” da revolução burguesa brasileira diz respeito ao caráter autoritário das diferentes formas históricas adquiridas pelo poder estatal. Há algo de singular nessa revolução – na história dessa revolução – pois que se cria e recria um estado sempre predominante, impositivo. Uns se referem “via prussiana”, em contra posição a “via democrática”, conforme sugeriu Lenin, inclusive beneficiando-se de indicações de Marx e Engels. Outros sugerem que no Brasil tem havido uma “revolução passiva”, ou “revolução-restauração”, de acordo com expressões cunhadas por Gramsci. Também fala-se em “modernização conservadora”. Em todos os casos busca-se chamar a atenção para o caráter autoritário do Estado, ao longo das fases em que se desenvolve a revolução burguesa no Brasil. (Ianni, 1985, p. 32)

Desde as disputas que concederam a Portugal o direito de ocupar e explorar o território, a população foi elemento determinante. O povoamento dos territórios passava a ser um dos critérios para que outras nações respeitassem a bula papal e, um pouco mais tarde e não sem as tentativas de ocupação das terras nos séculos seguintes por holandeses e franceses, a soberania lusitana (Williams, 2012).

²⁴ Segundo Freyre (2004, p. 115),

“(…) a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de Autoridade ou ‘defesa da Ordem’. Entre essas duas místicas – a da ordem e da liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída de senhores e escravos”.

Além de garantir a posse do território, a população escravizada foi elemento central para a extração em larga escala das matérias-primas e outras riquezas que se destinavam à metrópole. O termo população, no interior deste processo, referia-se primeiro ao povoamento das terras como meio de garantir sua posse. Em segundo, para a produção em larga escala, referia-se à necessidade da presença de uma superpopulação que garantiria no continente Europeu os impulsos para a industrialização.

De maneira geral, as populações originárias foram caçadas e seu território desfigurado com o passar dos séculos pela formação dos latifúndios e divisões territoriais promovidas pelo rei de Portugal. Nos séculos seguintes, a população era composta por vários atores que circulavam pelo território: os senhores e as famílias que se encarregaram de dirigir os grandes latifúndios concedidos pela metrópole; outros portugueses que se encarregavam do controle das pessoas escravizadas, de tarefas administrativas e, com o passar do tempo, formavam ainda pequenos comércios nas vilas e cidades; as pessoas escravizadas sequestradas na África, as quais eram encaminhadas para o trabalho compulsório nos engenhos e nas casas grandes, originárias de várias nacionalidades encontravam a violência constante dos senhores e suas famílias, a subnutrição, as dificuldades da língua e os castigos; aos povos originários foi atribuída a condição de escravo até a intensificação do trabalho compulsório das populações negras, com isso, chamados pelos termos de gentio e bugre, que lhes retiravam a condição de humano, eram reduzidos a uma coisa que poderia ser caçada, trocada como mercadoria e exterminada.

A escravização dos povos africanos e indígenas apoiava-se em pelo menos dois falsos argumentos, os quais tendiam a suprimir o elemento econômico determinante: no suposto primitivismo de suas formas de organização social e na inferioridade atribuída às suas características mentais, as quais, no século XIX, transformaram-se em elementos que justificavam retrospectivamente a escravidão como o fardo do homem branco (Césaire, 2020)²⁵.

²⁵ Aimé Césaire (1913-2008), poeta e político martinicano, referia-se ao famoso poema do britânico Rudyard Kipling (1868-1936) que exaltava o imperialismo e o colonialismo, que para ele significavam um gesto de bondade do homem branco frente as raças inferiores:

Tomai o fardo do homem branco
Enviai vossos melhores filhos
Ide, condenais seus filhos ao exílio
Para servirem aos vossos cativos
Para esperarem, com o pesado chicote
Os agitadores selvagens
Vossos cativos, povos sombrios
Metade demônios, metade criança (...) (KIPLING *apud* CÉSAIRE, 2020, p. 51).

Os efeitos deste processo são sentidos nos escritos médico-sanitários. Seja porque não deixavam de se remeter às hipóteses que atribuíam à população negra a origem dos males da nacionalidade sem deixar de lado os seus aspectos mentais, seja ainda porque as noções de classes perigosas e o risco do desmantelamento do tecido social não deixavam de se referenciar aos processos de formação do Brasil.

Arthur Ramos (1942; 1948), ao considerar os processos de aculturação dos negros no país, inclusive relatando o triste episódio que ordenava a queima dos registros e arquivos sobre a escravidão pelo decreto de Rui Barbosa, em 1891, apresentava estatísticas que, de imediato, nos possibilitavam compreender como era formada a população brasileira²⁶. Já em 1585, segundo o autor, quatorze mil negros escravizados eram distribuídos pelos trabalhos agrícolas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Este número se multiplicou enormemente nos séculos seguintes e em 1817-1818 o quadro populacional se dividia da seguinte forma:

Tabela 1 - Quadro populacional 1817 -1818

Branços	Pretos e pardos livres	Pretos e pardos escravizados	Total da população
1.302.000	585.000	1.930.000	3.817.000

Fonte: Ramos (1942).

Em 1819, este número apresentava alguma diferença. Entre a população geral calculada em 4.396.132, 2.488.743 eram livres e 1.907.389 eram escravizadas. Considerando os números anteriores, a soma da população negra no país durante aqueles anos era senão maior que a branca, pelo menos em número quase equivalente.

As províncias de maior prevalência da população escravizada eram Maranhão, nas fazendas de algodão, Goiás, nas minas auríferas, Mato Grosso e Alagoas, embora em números totais a maioria dos negros escravizados encontravam-se em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Ceará, nesta ordem. Vale dizer que essa população foi flutuante conforme os ciclos econômicos e os impactos da lei que proibia o tráfico transatlântico de negros, desde 1831. Ramos (1942) ainda nos apresentava as estatísticas elaboradas de forma indireta, pelo Coronel Arthur Lobo e o professor Edgar Roquette-Pinto

²⁶ A respeito da justificativa para a queima dos arquivos, consideramos que não se tratava somente de apagar da memória a violência da escravidão no Brasil, mas evitar que no futuro os escravocratas tivessem que responder por sua violência e escapar de qualquer forma de ressarcimento.

(1884-1954): tratava-se de análises dos arquivos encontrados ou de pesquisa sobre populações específicas que poderiam refletir a população geral.

O primeiro reunia os seguintes resultados após pesquisar estas proporções entre trinta mil soldados brasileiros nos anos de 1920:

Tabela 2: Formação étnico-racial conforme Arhtur Lobo

Branços	59%
Mulatos e mestiços ²⁷	30%
Negros	10%
Caboclos	1%

Fonte: Ramos (1942).

Roquette-Pinto, antropólogo que também atuou na Liga Pró-saneamento e foi membro da Associação Brasileira de Antropologia fundada nos anos de 1940 e que teve Arthur Ramos como seu primeiro presidente, depois de seus estudos nos arquivos do Museu Nacional, em 1922, apresentou o seguinte quadro:

Tabela 3: Formação étnico-racial conforme Roquete-Pinto

Branços	51%
Mulatos	22%
Negros	14%
Caboclos	11%
Índios	2% ²⁸

Fonte: Ramos (1942).

Estas pesquisas, que Ramos (1942) já advertia o caráter indireto e inespecífico do período ao qual se remetiam, apresentavam dados diferentes daqueles do Censo de 1872. Naquele ano

²⁷ Usamos os termos para a classificação étnico-racial da população conforme apresentados na obra estudada. Vale dizer que alguns deles encontram-se em desuso e, mais que isso, significam expressões racistas e coloniais.

²⁸ Triste percebermos em números o massacre dos povos originários. No momento da escrita deste capítulo o Supremo Tribunal Federal vota um projeto de lei que estabelece o ano de 1988 como o marco temporal de referência para a demarcação das terras indígenas. Desconsiderando o processo de expulsão e massacre dos povos da terra, a bancada ruralista e o governo federal, liderado pelo político medíocre de extrema-direita Jair Bolsonaro querem a aprovação de uma lei que em termos práticos faz avançar ainda mais a violência naquelas terras.

a população negra livre e escrava somavam 5.538.789 (IBGE, 1872), isso significava a maioria da população brasileira:

Tabela 4: População livre e escravizada

Total da população	9.975.841
População livre branca	4.437.052
População negra livre	4.027.983
Total da população negra escravizada	1.510.806

Fonte: IBGE (1872).

As províncias que possuíam o maior número de pessoas escravizadas eram Minas Gerais (3.704.450), Rio de Janeiro (2.926.37) e São Paulo (1.566.12), o que correspondia ao declínio da produção de açúcar no Nordeste e o avanço do café na região do Oeste Paulista (IBGE, 1872). Conforme Botelho (2005), além do declínio da indústria açucareira no nordeste brasileiro, a diminuição da população cativa que chegava a 16% pouco antes da abolição, “[...] a observação destes componentes da população brasileira deixa claro, a meu ver, os rumos da transição para o trabalho livre, no sentido de carrear escravos ainda úteis para as novas áreas dinâmicas, especialmente o café” (p. 80).

Carone (1976), referia que entre 1872 e 1890 a população brasileira crescia em torno de 2% ao ano. Na década de 1890 a 1900, o crescimento foi de 2,4%, e entre os anos de 1900 a 1920 atingia a marca de 3,8%. Nos anos de 1920 a 1940 esse ritmo decaiu alcançando sua porcentagem mais baixa, 1,8%. Em números totais o autor apresenta o seguinte quadro:

Tabela 5: Crescimento da população entre os anos de 1872 e 1890

1872	10.112.061
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315

Fonte: Carone (1976).

Somente duas capitais, segundo Carone (1976), registravam população acima de um milhão de habitantes entre os anos de 1872 e 1939. A cidade do Rio de Janeiro registrava

1.896.998, e São Paulo a marca de 1.322.643 habitantes. Nos anos de 1920, 70% da população do Brasil vivia no campo, mas a população urbana registrava um crescimento, sobretudo a partir de 1929, de 60% enquanto a população no país aumentava em torno de 2,8%.

De forma geral, a abolição da escravidão, como uma etapa para a superação da estrutura colonial, sem qualquer dispositivo de proteção aos trabalhadores libertos, não significava a inteira destruição da ordem que configurava a sociedade brasileira fundada nas relações entre senhor e escravo. Por sua vez, as oligarquias assumiam o papel de liderança do país com a Proclamação da República e alcançavam a autonomia que desejavam e o sistema monárquico, centralizado e unitário, não permitia. Nesse contexto, os libertos tiveram que enfrentar o preconceito racial e as ideias que habitavam o imaginário social sobre seu suposto primitivismo e propensão à violência e ao crime (Costa, 2010). “O negro marcado pela herança da escravidão, não estando preparado para concorrer no mercado de trabalho e tendo de enfrentar toda sorte de preconceitos, permaneceu marginalizado” (Costa, 2010, p. 513-4).

A suposta tendência à ociosidade e a sua inadequação às formas de trabalho livre são os elementos ideológicos para a exclusão das populações negras²⁹. Por outro lado, a condição de vida dos imigrantes que chegavam para substituir a mão-de-obra escrava ficou marcada pelas precárias condições de vida, inclusive pela violência dos antigos senhores. Vale dizer que desde meados do século XIX o Império brasileiro instalou agências que estimulavam a chegada de imigrantes com a promessa de condições justas de trabalho e bons ganhos salariais, o que muitas vezes não se consolidava, restando aos colonos dívidas e condições em alguns aspectos próximas ao trabalho escravo.

Carone (1976) nos apresentou o seguinte quadro sobre a chegada dos imigrantes no Brasil:

Tabela 6: Número de imigrantes que chegaram ao Brasil entre os anos de 1884 e 1943.

Ano	Número de imigrantes
1884-1893	883.668
1894-1903	862.110
1904-1913	1.006.617
1914-1923	503.891

²⁹ As populações negras figuravam ativamente nas primeiras tentativas de industrialização ainda em meados do século XIX, o que contraria qualquer argumento para a sua suposta inadequação às formas de trabalho exigidas pela modernidade.

1924-1933	737.223
1934-1943	203.118

Fonte: Carone (1976).

Observemos que nas últimas décadas do século XIX, o imigrante foi o substituto do trabalhador escravizado e os números referentes a sua entrada no país eram crescentes a cada ano. Durante a Primeira Grande Guerra e nos anos seguintes houve uma diminuição acentuada da sua chegada. Entre meados da década de 1920 até 1933 este fluxo retomava o crescimento para em seguida voltar a decrescer, principalmente nos anos marcados pela ascensão do nazismo e pela Segunda Grande Guerra.

Os números registrados entre os anos de 1884 e 1913, nos mostravam que a transição para o trabalho livre provocava o efeito de exclusão e fixação das populações negras em papéis sociais determinados segundo as suas hipotéticas características mentais que continuavam a corresponder ao primitivo, ao selvagem e ao paganismo. Desde 1889, na formação das indústrias no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, a população negra correspondia a apenas 3% do operariado que era em sua maioria formado por imigrantes ou por seus filhos (Decca, 1987).

Sob a população negra escravizada recaía a imagem do desajustado. Conforme Moura (2021), “sem uma política de absorção do ex-escravo na nova economia, a Abolição se transformaria em uma ‘ironia atroz’, para usarmos a expressão de um dos seus líderes [André Rebouças]” (p. 31).

O desajustamento, representante da suposta prevalência do elemento primitivo sob o civilizado, tinha suas causas divididas entre a suposta naturalidade das populações, as suas características mentais e físicas que hipoteticamente contribuíam para a afirmação de sua anomia e a artificialidade dos estilos de vida trazidos pelos estrangeiros e pela modernização das grandes cidades transformadas em espaços multiculturais. Estas perspectivas estiveram presentes nas reformas urbanas e na representação das classes perigosas que serviam como argumento para as ações autoritárias comandadas por Barata Ribeiro, presidente da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1892 e 1893 (Chalhoub, 1996).

No Brasil, desde o século XIX, e isso também como resultado da recepção das premissas e saberes vindos da Europa para a configuração moderna dos Estados, o que incluía os discursos médicos e jurídicos, as referências à população brasileira classificada como ociosa, ignorante, indolente, assolada pelas doenças endêmicas, pelo analfabetismo e pelo alcoolismo eram temas constantes.

A ciência médica e as estratégias dedicadas à saúde e à higiene pública no Brasil continuavam a confrontar-se com as relações entre o civilizado e o primitivo. Tais relações estiveram presentes no discurso ideológico-sanitário que justificava o autoritarismo das reformas urbanas, como aquelas que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro (Lima, 2013). O interesse pelo caráter e pelas características mentais da população estava presente nos argumentos que justificavam o autoritarismo das reformas e também nos debates em torno da higiene e da melhoria da raça. A dualidade saúde-doença evocava continuamente os processos de formação do povo brasileiro e suas supostas determinações raciais, climáticas e naturais (Lima & Hochman, 2004).

A preguiça, a indolência, a violência, o crime e a falta de moral seriam resultado direto da ação do clima sobre os corpos? Qual era o papel da raça na transmissão e no desenvolvimento das doenças? Como enfrentar a hostilidade da natureza e construir práticas capazes de mediação entre o estado natural e a civilização, considerando ainda as ameaças singulares encontradas nas zonas tropicais?

A noção de que os crescentes efetivos de “ociosos”, “vadios” e “intrusos” eram um produto da decisão voluntária dos trabalhadores “livres” ou de que eles existiam por causa de sua “incapacidade para o trabalho” que seria intrínseca à natureza do trabalhador nacional e em geral das classes pobres do campo, havia sido incorporada à mentalidade das oligarquias rurais do Brasil. Era também um dos componentes tradicionais da ideologia colonial, que sempre encontrou para justifica-la as mais diversas “teorias”, como a da inferioridade racial, a o fatalismo histórico, do rigorismo do clima tropical e várias outras. (Guimarães, 1981, p. 142)

Se de um lado, como geralmente aconteceu nos países colonizados, a elite intelectual brasileira procurava respostas para estas questões recorrendo ao pensamento científico europeu, que continuava a apontar para o problema de sua diversidade racial (Munanga, 2019); de outro, o movimento sanitarista que se constituía nos anos de 1910 sinalizava que os males da população residiam no seu abandono pelo Estado. Nesta perspectiva, “seriam o governo e a doença, e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, os grandes culpados pelo abandono da população à sua própria sorte” (Lima & Hochman, 2004, p. 501).

3.2 A população e as classes perigosas

O caso do Cabeça de Porco e as ações do governo para o seu desmonte mostravam-nos a intersecção do confronto entre o civilizado e o primitivo no interior das cidades e, ao mesmo tempo, suas representações no imaginário e na vida social.

Em vinte e seis de janeiro de 1893, Barata Ribeiro (1843-1910), médico, abolicionista e republicano que exercia o cargo de prefeito do Distrito Federal, encaminhava-se para as portas

do cortiço com o objetivo de cumprir a intimação da Intendência Municipal que determinava o despejo dos moradores e a demolição das pequenas habitações que o formavam. O exército, os trabalhadores da Intendência, policiais e a cavalaria policial iniciavam a ação sob os olhos dos curiosos, dos políticos e de empresários que contribuíam com a ação repressiva do Estado providenciando a presença de operários para auxiliarem a demolição (Chalhoub, 1996). Apesar dos apelos da população do cortiço, Barata Ribeiro mostrava-se certo e intransigente: o Cabeça iria ao chão!

O Cabeça de Porco era reconhecido pelas autoridades, da mesma forma que outros cortiços da região central do Distrito Federal, como um esconderijo de desordeiros e um perigo permanente à saúde, o que fazia que sua destruição ganhasse não só o destaque da imprensa, mas a elevação de Barata Ribeiro ao status de um Hércules dos novos tempos que tinha a missão de purificar a cidade combatendo corajosamente aquele âmago de imundice (Chalhoub, 1996).

Conforme Chalhoub (1996),

Se nos detivermos apenas nos lances do espetáculo em si, é impossível perceber o sentido de tamanha demonstração de força, de capacidade de intimidação e, mais fundamental ainda, não se encontra a explicação de tanto ódio de classe. Os atos de Barata Ribeiro não surpreendem muito, pois esta [este?] foi um personagem que, valendo-se do seu apadrinhamento do todo-poderoso Floriano Peixoto, agiu frequentemente como um déspota durante o período no qual esteve à frente da administração da cidade. Mas e a aclamação da imprensa, com suas metáforas de guerra e de masculinidade, e seu regozijo na eliminação de um 'outro' tão unanimemente indesejado? (Chalhoub, 1996, p. 19)

Para o historiador dois pontos são fundamentais para a compreensão do ódio contra o Cabeça de Porco: o primeiro era a formação da noção de classes perigosas e o outro era a emergência da ideia de que a cidade deveria ser administrada exclusivamente segundo os critérios técnicos e científicos.

Guimarães (1982), ao escrever sobre a formação da noção de classes perigosas no Brasil, referiu que apesar de seu surgimento na França durante o século XIX se restringir especificamente aos ex-detentos e àquelas pessoas que tiravam o seu sustento das práticas criminosas e não do trabalho, o termo estava presente nos debates em torno da Abolição e das demandas para a formação de leis de combate à ociosidade e ao vício associados *a priori* às populações negras. Portanto, o conceito no Brasil referia-se principalmente à população negra e a posicionava como suspeita preferencial (Chalhoub, 1996).

O debate parlamentar que girava em torno do projeto de lei sobre a repressão à ociosidade apresentava a necessidade de garantir a unidade nacional e o combate aos vícios, ao crime e à ociosidade dos pobres. Conforme os Anais da Câmara dos Deputados, referente à sessão de dez de julho de 1888:

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável³⁰, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais provavelmente sob o título de – classes perigosas -; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O mesmo perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que pior, pela ociosidade. (Chalhoub, 1996, p. 21)

Com a queda do regime escravista, como garantir que os libertos trabalhassem para a riqueza dos antigos senhores? A noção generalizada de classes perigosas permitia a elaboração de um conjunto de estratégias de repressão fora dos limites das unidades produtivas. Desta forma, os negros tornavam-se suspeitos preferenciais também em acordo com o que havia sido a falsa justificativa para sua escravidão e que povoava o discurso dos seus ex-senhores que ainda em tempos republicanos formavam a elite econômica do país, ocupavam ou elegiam os seus representantes e posicionavam seus filhos ou amigos nos altos cargos do Estado.

Assim, o Cabeça de Porco, era lugar de negros e de imigrantes pobres que corriam o risco de se abrigar, era um antro de suspeitos. Segundo Chalhoub (1996), outro fator que colaborava com a associação entre o negro e as classes perigosas era que os cortiços foram nas últimas décadas do século XIX, lugar importante da luta contra a escravidão. As habitações populares foram espaços que serviram de esconderijo para as pessoas escravizadas fugidas e, com o crescimento do número de alforrias, serviu de moradia para os libertos. A demolição do Cabeça de Porco condensava todos esses elementos e se constituía também como um capítulo que colaborava com o apagamento das memórias sobre a escravidão.

Em cinco de maio de 1869, quase vinte anos antes da Abolição, o *Jornal do Commercio* publicava uma carta dirigida ao chefe de polícia da Corte:

Pedimos a S.Ex. mandar buscar em vários cortiços da Corte, que se estão transformando em asilo de escravos fugidos, em detrimento de seus possuidores para jogos e outros atos imorais e prejudiciais. Será um grande serviço que prestará S.Ex. aos possuidores de escravos, que com esperança recorrem ao zelo e justiça de S.Ex. (Chalhoub, 1996, p. 26)

No que se referia ao surgimento do que Chalhoub (1996) chamou de ideologia da higiene, as classes pobres, sinônimo de classes perigosas, além do risco que ofereciam para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública, representavam o perigo do contágio. Era necessário corrigir os hábitos nocivos da população nas habitações coletivas que seriam focos das epidemias e dos vícios. A longo prazo, era necessário cuidar da educação das crianças, ajustá-las à moral, às formas produtivas e aos preceitos da higiene.

³⁰ Tratava-se de M.A. Frégier, segundo Chalhoub (1996), um alto funcionário da polícia de Paris que, baseado nas estatísticas e inquéritos policiais, escreveu um livro sobre as classes perigosas da população nas grandes cidades, onde tinha o objetivo de apresentar uma descrição dos tipos de criminosos. Apesar disso, seu livro se resumiu em uma descrição das condições dos trabalhadores pobres associando então a pobreza à criminalidade e à noção de perigo social.

Nos discursos de políticos que se inflamavam nas tribunas do fim do século XIX, dois princípios apresentavam-se para o governo das populações: primeiro, novamente a oposição entre a civilização e o primitivo, o que acentuava a importância do aperfeiçoamento moral e material do povo; em segundo, a higiene colocava-se como fator fundamental para a superação do primitivo e para o alcance da grandeza e prosperidade dos países cultos.

Assim, a higiene, expressa Chalhoub, colocava-se como:

[...] um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma ‘científica’ – isto é, ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. (Chalhoub, 1996, p. 35)

A parcelas mais marginalizadas da população, sob a sombra dos discursos a respeito das classes perigosas, eram associadas ao primitivo e ao risco à sociedade. Tudo o que se colocava em oposição aos princípios da sociabilidade da sociedade burguesa tornava-se adversário, um obstáculo para a modernização: o massacre em Canudos, por exemplo, justificava-se como uma luta contra o antirepublicanismo foi associada ao primitivismo das populações mestiças e sertanejas.

Ainda que o conceito de classes perigosas tenha precedido as transformações sociais provocadas pela Abolição e a chegada da República, ele se estendeu para além destes dois acontecimentos, ganhou novas cores e, como dissemos, permaneceu na consciência social e nas teorias sobre as populações. Em todo o século XX, estas ideias forneciam sustentação para todo um conjunto de práticas autoritárias e excludentes que revelavam não só o preconceito racial como também a violência das sociedades capitalistas (Moura, 2021).

A Abolição da Escravidão e a Proclamação da República marcavam a formação do Brasil moderno. Embora “a grande revolução brasileira não é um fato que se registre em um momento preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século” (Holanda, 2014, p. 204). O espírito e a consciência coletiva brasileiras ainda não podiam desligar-se totalmente da atmosfera escravista do Brasil Imperial, inclusive no que se referia às ambições e caracterizações do próprio povo. Ao mesmo tempo, o empenho político no país era de desarmar e de prevenir todas as expressões do primitivo e do desajustamento em nossa sociedade.

A decadência de segmentos da aristocracia não significou total estagnação econômica e a perda de prestígio político, já que é de suas camadas, no plano federal e principalmente entre mineiros e paulistas, que se produziu um conjunto de lideranças políticas da Primeira

República: Rodrigues Alves (1848-1919), Campos Sales (1841-1913), Epitácio Pessoa (1865-1942), que era sobrinho de latifundiário, Prudente de Moraes (1841-1902), Washington Luís (1869-1957) e Afonso Pena (1847-1909). Além disso, uma parte desta mesma aristocracia, aquela que sofreu maior decadência com as crises do café, ao migrar para a cidade investiu em outros setores ou se tornou parte da pequena burguesia urbana e reforçou o conservadorismo desta classe (Carone, 1976). Desta forma, explica Holanda (2014):

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriciado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca foi restaurada. (Holanda, 2014, p. 209)

Encontramos ainda um outro traço característico da oligarquia agrária brasileira que era importante na produção discursiva sobre a população e os destinos do país: o bacharelismo. Tornar-se bacharel em Direito ou Medicina não significava apenas diplomar-se em uma profissão que garantiria o sustento. O título ampliava as possibilidades de exercer cargos públicos, tornar-se político ou ainda jornalista, função de valor também para a modulação da opinião pública que se colocava como importante dispositivo para o manejo das massas. O bacharelismo significava uma chave para delinear os rumos do país. Completa Carone (1970),

[...] os fazendeiros fazem de seus filhos doutores, ao invés de os destinarem a escolas técnicas e agrícolas; o ideal, nas famílias ricas, é ter alguém bacharel. É assim que as duas faculdades de Direito – Recife e São Paulo – e a de Medicina formam a elite representativa no Brasil, reproduzindo-se na República o quadro existente no Império: ‘como que dominava a reação que se formava, a superstição de que só o bacharel em direito era apto as funções de dirigentes’. (Carone, 1970, p. 155)

Como podemos perceber, a Abolição transformava-se em um marco paradoxal visível das lutas pela liberdade e, ao mesmo tempo, desencadeava um movimento de reorganização das relações de poder que muitas vezes, conforme nos revelava Monsma (2016), ganhava tons de extrema violência³¹. Por outro lado, este acontecimento colocava-se como episódio final de um processo que em tese cessaria as ameaças das rebeliões que mantinham o temor que permaneceu vivo durante as décadas seguintes entre aqueles que foram os senhores de escravos: na condição de libertos, toda uma população tornava-se objeto para a Medicina, para o Direito e fazia emergir os primeiros passos para o estabelecimento de conhecimentos que se dedicavam a estudar suas relações sociais, sua religião, sua psique, seus hábitos e suas formas de adoecimento.

³¹ Ao estudar sobre as formas de reprodução do racismo no Oeste Paulista, o autor encontrou nos arquivos policiais relatos de agressões e linchamentos contra uma parte da população liberta. Estes relatos apresentavam ainda o temor, o ressentimento e a tentativa de manter a ordem escravocrata que desmoronava.

Fosse sob o signo da ordem econômica ou marcada como risco social, a noção de população continuava em cena. Mas esse risco não se referia, como vimos, a toda a população, ainda que sua totalidade também fosse objeto das formas de regulação dos hábitos e da moral. Haviam os indivíduos sobre quem era permitido o exercício de alguma medida de violência. E essa medida pouco precisava possuir relação com a justiça, tratava-se muito mais da manutenção da ordem.

De toda forma, as regulamentações sobre a obrigatoriedade do trabalho contra a vadiagem não revelavam somente a necessidade da mão-de-obra, mas a norma e a ação do Estado na tentativa de produzir, ajustar os corpos à ordem do dia. O selvagem-primitivo representaria essa parcela indomável do desejo que deveria ceder seu lugar à civilidade: “o selvagem é aquele que tem entre as mãos uma espécie de superabundância de liberdade, que ele acaba cedendo para garantir sua vida, sua segurança, sua propriedade, seus bens” (Foucault, 2005, p. 234), mesmo que o único bem seja a própria vida.

Era possível antever todo um conjunto de medidas e regulamentações que nas décadas seguintes à Abolição, principalmente no interior das cidades após a Proclamação da República e entre a classe trabalhadora, surgiram ou se aperfeiçoaram: a higiene das famílias, os estudos sobre a criminalidade, os cuidados dispensados à criança, o controle da mortalidade e da natalidade, o controle sobre o trabalho e à sexualidade, os códigos de postura que incluíam tantos os aspectos de saneamento e construção das casas quanto a regulamentação dos comportamentos.

Este circuito de práticas sociais que combinava dispositivos disciplinares e formas de regulamentação da população, exigia a emergência de um conjunto de conhecimentos especializados. Os bacharéis, filhos da antiga aristocracia que se transformava na burguesia industrial, financeira e comercial, se encarregavam de classificar, com seus olhos amparados pelas lentes da ciência, os doentes, os criminosos e todos os outros desajustados e estabelecer os meios necessários correspondentes ao seu ajustamento ou ao definitivo isolamento, como a internação asilar.

Tratava-se de estabelecer, assim como já apontavam os fisiocratas do século XVIII quando tratavam do manejo das paixões e do desejo, a norma, a disciplina, a economia dos gestos e a regulamentação da vida social. Estes novos saberes eram convocados a responder sobre o futuro do país.

Os discursos médico-científicos habitavam o cenário que se constituiu em meio ao avanço de revoltas e das manifestações de movimentos populares no século XIX que

produziram uma reorganização política e que “(...) passam a agitar as camadas médias da sociedade, as quais, finalmente, despontam e se afirmam em meio a uma sociedade fortemente dividida entre senhores e escravos” (Teixeira & Ramos, 2012, p. 369).

É nesse cenário histórico, no qual as populações negras representavam no imaginário social o risco político, social e sanitário, que, em fins do século XIX e começo do seguinte, Nina Rodrigues (2008; 2006) estudou os africanos no Brasil, as coletividades anormais e a loucura das multidões e iniciou uma tradição de estudos antropológicos e psicossociológicos aos quais Arthur Ramos, Afrânio Peixoto e toda a Escola Nina Rodrigues se filiou (Correa, 2013).

Não era à toa que, para a psicologia social proposta por Ramos (1936/2003), o desajustamento social continuava como o objeto fundamental da prática psicossociológica relacionada ainda ao higienismo mental e confrontando-se com os preceitos eugênicos. A formação da psicologia social e de seu objeto relacionava-se com os eventos que marcaram a invenção do Brasil moderno e a necessidade da emergente burguesia brasileira de encontrar formas de governar que se distanciassem das sombras da dualidade senhor-escravo, ao mesmo tempo em que pudessem manter seus privilégios e as relações de subordinação dos trabalhadores livres e assalariados (Costa, 2010).

A estratégia política implicava divulgar que eles haviam sido ‘contemplados’ com a lei, recebido uma dádiva, e mais: precisavam mostrar apenas gratidão pelo ‘presente’, assim como ampliar e consolidar antigas redes de dependência. Mais uma vez, uma perspectiva priorizava o ressarcimento e uma liberdade apenas gradual e progressiva se inscrevia na recepção e na interpretação da nova lei, que buscava, entre outros, reconfigurar antigas estruturas de servidão, processos complexos de troca de favores e de formas de submissão. (Schwarcz & Starling, 2018, p. 311)

Os acenos da luta contra o desajustamento eram percebidos de imediato. A população era recolocada como objeto para a ciência e fator de risco para os interesses da burguesia brasileira em formação. A saúde da população entrava nesse circuito e não deixava de representar os mesmos riscos políticos. A cultura e as características biológicas se cruzavam, às vezes a segunda determinando a primeira, como pensavam os eugenistas na Liga Brasileira de Higiene Mental, nos anos de 1930 (Costa, 2006). Esse acontecimento, o desajustamento elevado a um problema político, que em nossa perspectiva atravessava o movimento sanitário, marcava uma descontinuidade fundamental relacionada ao governo da população.

Desde 1888, hipoteticamente o chicote e o tronco não eram mais aceitos como dispositivos disciplinares e a população antes submetida à violência e à racionalidade escravocrata encontrava-se “livre” para conduzir a vida conforme as direções apontadas por seus supostos apetites primitivos, segundo pensavam os fazendeiros indignados pelo abandono das plantações e exigentes pelo reconhecimento de sua generosidade passada (Costa, 2019).

Conforme apontava Chalhoub (1996, p. 24), “os negros se tornaram suspeitos preferenciais também devido àquilo que os ex - senhores e atuais patrões imaginavam ser o caráter dos indivíduos no cativoiro”.

Nesse momento de incerteza em relação ao que poderia acontecer, a primeira invenção que permitiu pensar a organização das relações de trabalho em novos termos foi a “teoria” da suspeição generalizada – que é, de fato, a essência da expressão “classes perigosas”. Já que não era mais possível manter a produção por meio da propriedade da própria pessoa do trabalhador, a “teoria” da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar. Daí o porquê, em nosso século [XX], de a questão da manutenção da “ordem” ser percebida como algo pertencente à esfera do poder público e suas instituições específicas de controle – polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho etc. Nenhum desses elementos estava no cerne da política de domínio dos trabalhadores na escravidão; na verdade, até 1871, não existia sequer algum registro geral de trabalhadores. (Chalhoub, 1996, p. 24)

Não tardou para que se apurasse, ao mesmo tempo que essa população era incluída no conjunto geral da humanidade, mesmo que se estabelecesse sua suposta inferioridade, sua responsabilidade penal, como é o caso do estudo de Nina Rodrigues (1894/2011). Isso implicava na produção de dispositivos jurídicos para forçá-la a integrar-se à sociedade competitiva.

A civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la, não só contra os atos antissociais – os crimes – do seus próprios representantes, como ainda contra os atos antissociais das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam ao contrário manifestações do conflito, da luta pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas, ou submetidas. (Rodrigues, 1894/2011, p. 73)

Assim, o que fazer com todos estes sujeitos, somados aos grupos de imigrantes que desde meados do século XIX chegavam no país e colocavam em cheque a ordem escravocrata e seus resquícios na organização do trabalho livre? Eles agora poderiam circular pelas cidades, revoltar-se, dedicar-se ao “ócio”, à “promiscuidade” e à “vagabundagem”?

A emergência destas novas configurações da vida social, especialmente nas cidades que assistiam o aumento progressivo de sua população, as crises habitacionais e do trabalho e a necessidade de reorganizar seu espaço, demandavam a elaboração de saberes que contribuíssem para o ajustamento dos indivíduos e das populações à ordem burguesa. Estas novas configurações demandavam uma reorganização dos exercícios de poder e isso também reconfigurava as relações de poder e de opressão.

O processo de instauração da ordem burguesa inseriu novos elementos que exigiam não mais um poder que se apresentasse como puramente repressivo, mas de um exercício que se colocasse como uma positividade, isso obviamente sem excluir completamente os dispositivos de dominação. Neste sentido, para a burguesia brasileira em formação que desde o século

passado formava os bacharéis que dirigiriam o país, era preciso disciplinar a massa disforme. O que não significava a ausência de medidas violentas pelo Estado contra certas populações.

Este aspecto é interessante pois, se durante todo o período colonial e também durante o Império a escravidão forneceu os elementos que mantiveram a integridade social do país, os acontecimentos que marcaram o final do século XIX e início do seguinte, trouxeram uma nova ordenação do trabalho e das formas de produção que, mesmo que mantivesse alguns dos elementos anteriores, afastava-se em alguma medida daqueles e provocava o temor do desmantelamento do tecido social e da frágil unidade republicana.

Segundo Alberto Torres (2021), mesmo que a escravidão fosse uma das instituições amaldiçoadas pela magistratura crítica, ela havia sido o elemento social e político que atribuiu alguma unidade ao país:

A escravidão foi, entretanto, uma das poucas coisas com visos de organização, que este país jamais possuiu; nas aéreas instituições políticas, que temos tido, as boas intenções do segundo monarca, a honestidade e o saber de seus ministros, não conseguiram fazer descer para o nível dos fatos a nuvem luminosa das doutrinas adotadas; a República vai sendo um jogo floral das teorias, sobre um campo de misérrimas realidades. Social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem que então possuíamos, e fundou toda a produção material que ainda temos. (Torres, 2021, p. 39)

O discurso médico, conforme um dos maiores representantes do movimento sanitário, Belisário Penna (1923), não deixava de concordar com a afirmação de Torres e adicionar proposições em relação à suposta precocidade da libertação das populações escravizadas:

A Abolição do elemento servil, pela maneira precipitada como foi efetuada, além do abalo formidável produzido na economia pública e particular, pelos vultuosos e irreparáveis prejuízos materiais causados a inúmeros fazendeiros e pela desorganização dos trabalhos agrícolas, concorreu de modo decisivo para a difusão e para o incremento dos vícios e das endemias que infestam as zonas rurais de nosso vasto território. (Penna, 1923, p. 35)

Penna (1923) alertava seus leitores que não possuía preconceito racial e que suas observações refletiam um observador que, após livrar-se do elemento afetivo para avaliar o tema, concluía que havia sido rápida a dissolução do sistema escravista e que isso resultou em um abandono das populações e em prejuízo dos antigos senhores de escravos. O que teria provocado, nas primeiras décadas do século XX, um cenário desastroso. Nesse sentido, o médico definia o objetivo da publicação de seus textos, aqueles publicados no Correio da Manhã, como a sua contribuição para a Defesa Nacional, o que não significava apenas a organização das forças armadas, mas de uma série de elementos de natureza higiênica, política, social, moral e econômica. A defesa da saúde, individual e pública, colocava-se como elemento primordial para o trabalho e a produção.

Num país de doentes e de analfabetos, como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento físico, moral e intelectual dos seus habitantes. Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando à

ignorância se juntam a moléstia e os vícios, o abatimento físico e intelectual, as lesões de órgãos essenciais. É esse desgraçadamente o caso do Brasil, que conta seguramente 80% de analfabetos e outros tantos dos seus habitantes afetados de várias doenças ‘evitáveis’, vegetando pelas cidades, pelos campos e pelos sertões, consumindo sem produzir, anemiando a nação, ou pelo menos embaraçando o seu surto para o progresso. (Penna, 1923, p. 26)

Com o fim da ritualística e dominação escravista que ordenava os gestos, as posições sociais e a mobilidade dos indivíduos conforme a dualidade senhor-escravo, a racionalidade capitalista, integrada pela noção de acumulação, superexploração do trabalho, controle moral dos indivíduos e da natureza, contrastava com a necessidade de ajustar os indivíduos às suas formas de produção (Fernandes, 2007; Prado Jr, 2011; Monsma, 2016).

A abolição da escravatura, conforme os ideólogos do regime, provocava dois efeitos fundamentais: o empobrecimento do setor da população que supostamente era responsável pela criação de riqueza no país, o que é um equívoco conceitual e político; e revelava a suposta incapacidade de adaptação dos povos libertos e de seus descendentes. No pensamento dos intelectuais brasileiros das décadas seguintes isso não deixou de ressoar. Conforme Celso Furtado (2007):

Cabe tão-somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de ‘necessidade’, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas. (Furtado, 2007, p. 204)

Considerando a formação social do Brasil, Caio Prado Junior (2019) afirmou que:

As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo. O processo de sua absorção se prolongará até nossos dias e está longe de ter terminado. (Prado Jr, 2020, p. 293)

Mais ainda, e é por isso que essa população parece dar corpo ao desajustamento social no início do século XX:

[...] a mistura das raças não tem para o país importância alguma, e de certa forma até poderá ser considerada vantajosa. O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. (Prado Jr, 2020, p. 293)

A multidão de desajustados como perigo à ordem social, as definições das classes perigosas, os dispositivos para a produção de corpos dóceis, as interfaces entre o poder disciplinar e os dispositivos de controle sobre o corpo social, todo esse conjunto de noções a respeito da população integravam os processos de mudanças sociais no Brasil.

3.3 A higiene e a saúde das populações como elemento político: as metamorfoses, as invasões e as simbioses entre o civilizado e o primitivo

No que se referia ao movimento sanitário, nosso trabalho era compreender a construção de uma certa tradição médica que tomou a população na dupla dimensão do exercício do poder, o disciplinar e em sua dimensão biológica, com as particularidades encontradas no território brasileiro e sem ignorar a influência da recepção dos discursos científicos vindos da Europa e Estados Unidos da América. Nosso objeto não era propriamente o movimento sanitário, mas as ressonâncias que seu trabalho provocava no campo médico, inclusive na psiquiatria nos anos de 1930.

A trinta de maio de 1926, Macunaíma endereçava sua carta às Senhoras Amazonas. Nela apresentava as notícias de sua passagem pela cidade de São Paulo, “toda cortada de ruas habilmente estreitas e tomadas por estátuas e lampiões graciosíssimos e de rara escultura; tudo diminuindo com astúcia o espaço de forma tal, que nessas artérias não cabe a população” (Andrade, 2019, p. 88).

Entre os mistérios da cidade e da libido, das imagens de Freud e dos vice-reis latinos, a polícia garantiria o equilíbrio da riqueza pública e, nesse afã, no cumprimento da ordem, se atiraria contra os gigantes antropófagos que povoavam as rechãs distantes de nossa geografia. Mas a notícia maior, o segredo que dali em diante se tornava público, registrava seus traços no livro de visitantes ilustres do Instituto Butantã:

Inda tanto nos sobra por este grandioso país, de doenças e insetos por cuidar! Tudo vai num descalabro sem comedimento, e estamos corroídos pelo morbo e pelos miriápodes! Em breve seremos novamente uma colônia da Inglaterra ou da América do Norte!. Por isso e para a eterna lembrança destes paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados de locomotivas, nos demos ao trabalho de metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça: “pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são”. (Andrade, 2019, p. 90-1)

“Pouca Saúde e muita saúva”, são estes os males, os riscos e os segredos do Brasil. A distância entre esta sentença anunciada por Macunaíma, o herói brasileiro sem caráter de Mário de Andrade, e a atualização das palavras do jesuíta seiscentista Antônio Vieira na boca do médico Miguel Pereira, “o Brasil ainda é um imenso hospital”, pareciam aproximar-se e revelar mais do que simples coincidências. O escritor modernista, conforme Lima e Hochman (2000), colocava em questão o debate em torno da preguiça como expressão do modo de ser dos brasileiros e da imagem da doença na composição dos retratos do Brasil em que se acentuavam seus males de origem.

Entre essas formas de refletir sobre os dilemas da nação brasileira, o movimento pela reforma da saúde pública e pelo saneamento rural, que tanta visibilidade adquiriu durante as duas últimas décadas

da Primeira República, teve um papel decisivo no debate mais amplo sobre interpretações, dilemas e rumos da sociedade brasileira. (Lima & Hochman, 2000, p. 315)

As proposições que integraram o movimento pela reforma da saúde pública no país ainda na primeira República apresentavam as enfermidades como obstáculo ao progresso e à civilização. Ao mesmo tempo, a ciência médica, com as ações de higiene e saneamento recomendadas para implementação pelas autoridades públicas, apontava para superação do pessimismo derivado dos determinismos climáticos, físico e racial³² que condenavam o país ao atraso e à barbárie e que conduziam inevitavelmente ao debate sobre a miscigenação e, pouco mais tarde, à imigração. “(...) Era urgente transformar esses estranhos habitantes do Brasil em brasileiros” (Lima & Hochman, 2004, p. 501), e essa transformação, que deveria buscar educar a população conforme os saberes médicos e higiênicos, exigia do Estado ações que melhorassem as condições sanitárias e higiênicas da população tanto no campo quanto nas cidades.

Segundo Lima e Hochman (2004) quatro eventos assinalavam a formação do movimento sanitário no Brasil em 1916, a publicação do relatório da expedição médico-científica do Instituto Oswaldo Cruz realizada, em 1912, por Arthur Neiva e Belisário Penna, que percorreu o norte da Bahia, o sudoeste de Pernambuco, o sul do Pará, cruzando Goiás de norte ao sul; a repercussão dos artigos de Penna sobre saúde e saneamento publicados no jornal *Correio da Manhã*, entre 1916 e 1917, e depois compilados no livro *O saneamento do Brasil*; o discurso de Miguel Pereira pronunciado em outubro de 1916, caracterizando o país ainda como um imenso hospital e denunciando, com inspiração nos relatórios de Penna e Neiva, as condições de abandono da população sertaneja; e por último a fundação da Liga Pró-Saneamento, formada em fevereiro de 1918, que trazia nomes expressivos entre advogados, engenheiros e médicos, entre eles o psiquiatra Juliano Moreira, o antropólogo Roquette-Pinto e o higienista J. P. Fontenelle³³, este último integrou o conselho redator da revista Saúde que foi publicada pela Liga³⁴, o que também indicava a psiquiatria como um dos campos presentes na sua formação.

³² Conforme Santos (2012), a eugenia permaneceu como fundamento teórico para os planos da educação higiênica. Foi o caso do próprio Belisário Penna (1923) que não deixou de participar dos debates sobre a importância da eugenia para a sociedade brasileira. Porém, a melhoria da raça para os sanitaristas que combatiam as teses sobre o caráter inato dos males que assolavam os sertões e as periferias das grandes cidades, exigia a melhora das condições sanitárias e higiênicas da população e a formação de dispositivos de controle e normatização.

³³ J.P. Fontenelle foi docente efetivo de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal. Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene. Membro efetivo da Seção de Puericultura e Higiene Infantil da Liga Brasileira de Higiene Mental. Inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1925, nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Fontenelle publica o texto *Higiene Mental e Educação* no qual posiciona os saberes psicológicos como propedêuticos à psiquiatria (Nascimento e Mandelbaum, 2020).

³⁴ As ações a respeito do tratamento das doenças mentais se justificavam como profiláticas no combate aos males endêmicos que assolavam o Brasil. Na Paraíba, por exemplo, foi fundado o Hospital Colônia Juliano Moreira que

A população, que continuava a ser considerada como um dos males de origem dos problemas do país, e as condições a que estava submetida nas primeiras décadas do século XX, o abandono, a miséria, a doença e a ignorância (Penna, 1923), eram considerados problemas essenciais para os médicos-sanitaristas. Médicos como Belisário Penna, Arthur Neiva e Miguel Pereira denunciavam a falta de interesse dos políticos e do Estado em mudar esta situação que se repetia também nos grandes centros urbanos, como São Paulo e o Distrito Federal. Em contrapartida, segundo as denúncias destes médicos, os políticos e as elites econômicas se beneficiavam com os privilégios e a corrupção.

Para os higienistas, a educação das populações deveria somar-se às ações políticas e sociais que se organizariam segundo as normativas e as leis da higiene e da Saúde Pública. Estas ações tornavam-se um dispositivo importante para assegurar a saúde do povo e garantir o futuro do país (Penna, 1923). Neste sentido, a saúde pública e a saúde da população constituía-se como elemento político:

A saúde, base incontestável do vigor físico, da melhoria da raça, da produção, da alegria, da riqueza e do progresso, constitui interesse primordial, não só de cada Estado, mas interesse vital da Nação, constituída da União e prosperidade de todos eles. (Penna, 1923, p. 321)

O discurso de Miguel Pereira tornava-se um ponto de intersecção entre os debates médicos sobre a saúde, a política e as soluções para o futuro na nação.

Vivemos tristemente em um país triste. As nossas desditas políticas e as nossas misérias administrativas cedo, apenas conscientes da vida nacional, nos envenenam as fontes de alegria, de onde deveríamos haurir reservas de energias físicas e morais indispensáveis à nossa dignidade de povo independente. (Pereira, 1916/1995, p. 05)

Conforme Brito (1995) o discurso do médico caracterizava-se como um marco do debate público sobre temas que haviam permanecido confinados aos fóruns acadêmicos e que passavam a expressar publicamente os interesses dos grupos médicos. A crítica provocada pelo discurso provocativo de Miguel Pereira, tanto quanto a defesa que se levantou em seu nome, demonstravam seu prestígio e a ressonância de suas palavras.

Pode-se imaginar a repercussão se levarmos em consideração o prestígio social e científico de que ele gozava no meio médico e entre as elites políticas da República. O “olhar” médico sobre o Brasil difunde-se e impõe-se nos debates políticos a partir de então, extraindo sua força do consenso revelado a propósito do episódio envolvendo Miguel Pereira. (Brito, 1995, p. 28)

A afirmação incontornável pronunciada por Miguel Pereira (1916) em seu discurso de saudação ao Professor Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, respondia também a um debate sobre as possibilidades de recrutamento das populações

tinha o objetivo de reduzir os riscos que os loucos ofereciam à ordem pública e, ao mesmo tempo, diminuir o número de internos na Santa Casa de Misericórdia.

sertanejas na defesa do território e da nação brasileira³⁵. Ela se situava em meio às controvérsias entre o deputado mineiro Carlos Peixoto de Melo Filho e o próprio médico sanitарista Miguel da Silva Pereira.

De um lado um político mineiro liberal que se empenhava na campanha civilista contra Hermes da Fonseca, representante do exército na sucessão de Afonso Pena; do outro, o médico que, em seu discurso na Faculdade de Medicina respondia ao deputado referenciando-se à condição sanitária que se encontrava a população e, seguindo o poeta e político Olavo Bilac, assumia a defesa da militarização da sociedade como forma de discipliná-la por completo com o objetivo de curá-la de seus males físicos e mentais. A militarização e o patriotismo seriam os remédios do país!

Num impressionante arroubo de oratória já perorou na Câmara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ankylostomiase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroidos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitroante de trombeta guerreira, ressoando de quebrada em quebrada ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender porque a Pátria, lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva (...) Não carregue as cores do quadro. É isso sem exagero a nossa população interior. Uma legião de doentes e imprestáveis. (Pereira, 1916/1995, p. 06)

Carlos Peixoto (1871-1917), deputado federal pelo partido Republicano Mineiro (PRM), líder da bancada daquele estado e uma das figuras principais da câmara federal nas duas primeiras décadas do século XX, inclusive por seu destacado nacionalismo e tom combativo, teria afirmado que ele mesmo estaria disposto, em razão do conflito mundial que ocorria nas terras europeias, a ir aos sertões convocar os caboclos e os sertanejos para o exército brasileiro e a defesa nacional. Carlos Peixoto, influenciado pela leitura de Alberto Torres (2021), para quem o ideal nacional não deveria confundir-se “(...) com qualquer das formas mórbidas da exaltação nativista” (p. 193), defendia as ideias de construção de um Estado forte que buscasse a liberdade e a autonomia nacional, criticava as ações punitivas e o ajustamento do povo motivados pelos brados das paixões dos “puritanos” e “incorruptíveis”, e afirmava a proposição de que o exército deveria ser uma força permanente na sociedade e que o serviço militar obrigatório, mesmo em tempos de paz, deveria estender-se a toda a população como forma de superação do suposto atraso do país (Sá, 2009).

Portanto, o discurso de Miguel Pereira inseria-o no debate que somava às perspectivas médicas a necessidade de militarização da população como garantia de disciplinar o seu caráter

³⁵ Esse debate acontecia em meio as angústias e notícias provocadas pela I Guerra Mundial.

e garantir o acesso generalizado aos pressupostos morais que a ordem burguesa promulgava. Não somente como forma de defesa nacional, mas principalmente como resposta à suposta crise moral e como forma de nivelamento dos interesses, não mais os desejos primitivos, e da moral da população (Sá, 2009). A saúde, para o médico, ligava-se ao projeto de construir uma unidade nacional que o exército poderia representar e oferecer-se como paradigma naquela época: “O exército, a força armada de uma nação, a nação em armas, é a unidade nacional (...)” (Pereira, 1916/1995, p. 06).

A unidade nacional e a educação da população foram os pontos de convergência destes discursos. Tanto Carlos Peixoto quanto Miguel Pereira apresentavam proposições para a defesa nacional e a manutenção de sua unidade pela via da disciplinarização: um pela via da educação cívica, o outro pela militarização.

Alberto Torres (2021) postulava que a ciência moderna deveria banir da sua atitude de avaliação e julgamento os princípios do determinismo biológico, o que incluía a degeneração racial na produção das enfermidades que assolavam a população e destacava as causas econômicas, sociais e pedagógicas como determinantes. Por outro lado, mesmo que apontasse os erros provocados pela “precoce” Abolição, o autor afirmava que a mistura das raças poderia colaborar para a anulação das tendências mais desreguladas presentes na população. A mestiçagem ganharia a hipotética qualidade de remédio aos males relacionados às características mentais e físicas da população que encarnava o risco e o primitivo.

Por outro lado, para Torres (2021) as lutas entre o imperialismo financeiro e a liberdade econômica dos países pobres, assim como as lutas entre o imperialismo militar e a autonomia destes países, davam forma aos problemas sociais brasileiros. Para manter independente a nação, afirmava o autor, era necessário afirmar suas fontes de riqueza: a indústria, os instrumentos que garantiriam a circulação dos agentes econômicos, a ampla liberdade do comércio, o combate aos monopólios e as garantias de proteção ao trabalho livre.

Precisamos, para isso, de homens e de capitais, proclamam, solenemente, os que governam. Estou de acordo, com a condição de acrescentar-se um terceiro elemento, que não ocorre a ninguém, colocando-se em primeiro lugar: o de trabalho; e com a clausula expressa de que, se o Brasil precisa de capitais e de homens, só os não tem recebido, e os não continuará a receber, naturalmente, sem solicitação, em boas e justas condições, por não haver organizado o seu trabalho. (Torres, 2021, p. 155)

Para Torres e Carlos Peixoto, o problema do país estaria em suas formas de organização social e política e a saída deveria ser o ajustamento dos indivíduos pela educação e uma combinação de elementos que garantiriam o avanço da economia. No entanto, para Miguel Pereira, o deputado, ao subir no púlpito e assumir a tarefa de recrutamento das populações sertanejas, mostrava não só o desconhecimento sobre as condições que encontraria, mas

também expressava as ideias dos políticos que se mantinham em seus gabinetes afastados da realidade do país.

Nesse sentido, Miguel Pereira fazia aparecer em seu discurso outra personalidade da época, com a qual o médico demonstrava acordo sobre os caminhos para a militarização do país: Olavo Bilac (1865-1918). Bilac foi um dos principais defensores do serviço militar obrigatório e presidente da Liga de Defesa Nacional. Nos discursos e pronunciamentos que fez aos estudantes, militares, professores e intelectuais sobre os males que atingiam o país apontava o serviço militar obrigatório como o caminho para a cura da população:

Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instauração primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. (Bilac, 1917, p. 07)

Diante da indolência, da falta de patriotismo, da depressão física e mental, que era o resultado das misérias que submetiam o povo, a disciplinarização e a militarização da sociedade apresentavam-se como único caminho possível. O analfabetismo, o alcoolismo, os males provocados pelos insetos e pelas condições insalubres formavam um amplo espectro que deveria também ser combatido pela via do patriotismo. Estes, a militarização e o patriotismo, garantiriam a humanização das populações pobres urbanas e sertanejas: “(...) os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores” (Bilac, 1917, p. 06).

Segundo Bilac (1917) em discurso pronunciado aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em nove de outubro de 1915,

As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de ‘abc’ e do banho, - animais brutos, que de homens tem apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: de lá saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão. (Bilac, 1917, p. 07)

Ao discursar para os estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo, em catorze de outubro de 1915, Bilac (1917) convocava os futuros médicos a cultivar o patriotismo e pregá-lo em todos os espaços sociais: “O Brasil carece de uma nova terapêutica moral e de uma nova cirurgia audaz” (Bilac, 1917, p. 15). Para além dos saberes médicos, cada estudante deveria ser um salvador providencial em que o elemento patriótico, a busca pela integridade física e moral da população deveria produzir-se como ferramenta para a cura dos males da nação. O nacionalismo, que se somava aos remédios contra os males do corpo e as ações de saneamento na cidade e no campo, era mais um elemento para o ajuste da população e a supressão de seus aspectos primitivos. Desta forma, o movimento sanitário colocava-se como ator político em defesa da unidade nacional.

O movimento sanitário incluía também estratégias para a formação de uma mentalidade coletiva, para a alteração do comportamento da população e para a educação e a inserção das condutas higiênicas e sociais segundo os preceitos sanitários. Nesse sentido, as ações médicas invadiram também o âmbito da vida privada: para a modernização do país, ao lado das ações sanitárias, seria importante o ajustamento dos hábitos infantis, a adaptação do indivíduo ao meio social, a vigilância sobre os costumes, a assistência e a educação de gestantes, a educação das mulheres para o lar, garantir a família e o casamento como espaço primeiro para o progresso da coletividade nacional³⁶.

Segundo Lima (2013), entre os intelectuais que aderiram à campanha pelo saneamento dos sertões, ainda que persistissem estereótipos sobre as diferenças raciais, o discurso sanitário refutava a inferioridade étnica atribuída à população brasileira. A noção de raça revelava, ainda segundo a autora, certa imprecisão e algumas vezes indicava a população observada em sua totalidade do ponto de vista biológico.

Os relatórios das viagens de Penna e Neiva (1916) apontavam que os males do país residiam no abandono da população e não nas diferenças de raças ou na miscigenação. Miguel Pereira encontrou nestes relatos outra inspiração para combater as proposições de Carlos Peixoto.

Tratava-se dos relatórios que denunciavam a condição das populações sertanejas e que, de alguma forma, refletiam o estado de abandono também nos centros urbanos, sobretudo nas regiões periféricas ou consideradas de maior risco sanitário, aquelas, como os cortiços, que acolhiam os migrantes e imigrantes, os operários e outros trabalhadores nas cidades, assim como zonas de maior circulação das chamadas classes perigosas. Neste sentido, a higiene, considerada como uma forma de ciência social aplicada (Lima, 2013), ou como um campo de aplicação de diferentes ciências e não somente da medicina, como propôs Afrânio Peixoto (1939), instalava uma tradição médica que, para o desenvolvimento de suas ações profiláticas, além dos limites institucionais, penetravam nos lares, no trabalho e nas escolas.

Belisário Penna esteve com Carlos Chagas (1879-1934) na viagem a Lassange, um vilarejo no Norte de Minas Gerais, por requisição da estrada de Ferro Central do Brasil. O

³⁶ Santos (2012) refere que os trabalhos publicados nos anos de 1970 sobre a História da Medicina ou da Saúde Pública no Brasil e que situavam-se com inspiração nos trabalhos de Foucault, apresentavam uma falsa ideia de que o poder da medicina e dos médicos era total, ignorando as formas com que a população reagiu a cada uma delas. Talvez a Revolta da Vacina seja um dos indicativos que não se tratava somente de um conjunto disforme, uma massa de pessoas sem consciência que simplesmente era conduzida pelos discursos dos filhos da aristocracia brasileira. Ainda assim, segundo o mesmo autor, sanitaristas, eugenistas e higienistas certamente sonharam controlar vários aspectos da vida social.

objetivo era a profilaxia da malária que dizimava os trabalhadores contratados para a extensão da linha férrea. Durante o trabalho, Chagas observou um inseto hematófago comum na região que era vetor de uma doença até então desconhecida e que mais tarde ficou conhecida como Doença de Chagas (Lima, 2013). Em janeiro de 1912, quatro anos após a viagem com Chagas, Belisário Penna parte para os sertões acompanhado pelo médico Arthur Neiva. A viagem dos médicos, não somente pelo amplo registro fotográfico, mas também por sua duração e percurso, tornou-se um marco para o movimento sanitarista na primeira República.

Penna e Neiva (1916) descreviam o clima, a condição das águas, as plantas e os animais que encontravam em cada uma das regiões que visitavam. Os hábitos, a alimentação, as doenças, a violência, o fatalismo e a moral da população faziam também parte deste conjunto de observações, o que posicionava toda a gente dos sertões em descompasso com a modernização do país:

O abandono em que jazem as populações do Brazil Central, muito contribuiu para aumentar o natural espírito de rotina que os domina; grande número de habitantes, quiçá a maioria, é misonéista. Praticamente são impermeáveis ao progresso, pois em localidades onde artefatos da indústria moderna são vendidos a preços perfeitamente ao alcance da bolsa de grande número de moradores, são repelidos por mil e uma razões [...]. (Penna & Neiva, 1916, p. 173)

A saúde e a educação constituíam-se como um problema primordial e a

[...] ‘base incontestável do vigor físico, da melhoria da raça, da produção, da alegria, da riqueza e do progresso’. A doença não comprometia apenas a saúde física dos indivíduos, mas também a higidez moral, acarretando consequências negativas para o corpo social”. Assim, “o médico deveria substituir a autoridade governamental, ausente na maior parte do território, bem como influir no comportamento das populações”. (Brito, 1995, p. 28)

A população animalizada pelo discurso médico e jurídico, bestializada como afirmou Carvalho (2015), seja por qual razão, filogenética ou ontogenética, carregava a marca do primitivo, do desajustado, que teria como remédio a ação do governo e a chegada da civilização: “à medida que a civilização penetra o bócio vai desaparecendo, pelo menos a observação do que se tem passado no Brasil, é sem exceção favorável a essa teoria (...)” (Penna & Neiva, 1916, p. 124). Na medida em que a civilização penetrava os sertões, ela substituía a condição primitiva. A civilização deslizava para o interior do primitivo.

A escravidão deixava seus traços nas relações sociais estabelecidas. A religiosidade era também marcada por estas relações e, apesar da predominância do cristianismo, o culto religioso da população sertaneja guardava elementos, segundo os médicos, profanos e supersticiosos. As representações de animais, o pensamento mágico na cura das doenças e as rezas espalhadas nas paredes como forma de evitar o adoecimento, características psíquicas que estavam presentes no funcionamento mental primitivo, conforme Arthur Ramos (1936/2003),

caracterizavam a população na qual “(...) o aperfeiçoamento moral ou material dos habitantes não se percebe” (Penna & Neiva, 1916, p. 168).

“A índole dos habitantes é pacífica, contudo certos fatos deixam transparecer um fundo de crueldade inexplicável”, afirmavam Penna e Neiva (1916, p. 172). O castigo que era infligido aos conquistadores de mulheres casadas era a emasculação total. Violência que se estendia ao poder judiciário que, conforme os médicos, quase sempre absolviam os mandantes já que era a sua moral e honra que eram desrespeitadas em tais episódios. A defesa de sua honra lhes garantia inclusive aplausos e simpatia da população. Esse processo que desafiava a moral civilizada havia sido atribuído aos costumes da população negra africana, assim como a mutilação dos dentes incisivos, outra marca do selvagem no povo: “a esta prótese selvagem, é dado o nome de ‘apontar’; os ‘dentes apontados’ são preparados por um operador que, com a lamina dum canivete ou punhal impulsional por uma pancada rápida, corta certa porção lateral do dente” (Penna & Neiva, 1916, p. 173).

Quanto à punição dos crimes naquelas regiões, Penna e Neiva (1916) apontavam as recorrentes fugas, as condições precárias e o suplício dos presos. Quando haviam cadeias fortes os presos permaneciam sem contenção; em outras, os presos eram mantidos nos troncos enquanto aguardavam transferência para detenção final. Em um dos casos narrados, o condenado permanecia acorrentado pelo pescoço à uma parede. O sistema de condenação apresentava-se, para os autores, em conformidade com aqueles nas zonas civilizadas do país: “o júri não é mais imperfeito que o de lugares mais adiantados do país; a absolvição dos criminosos, depende do maior ou menos prestígio que possui na zona” (1916, p. 173).

O “folclore rudimentar” e o “batuque selvagem” são apontados como característicos destas populações.

Os vulgares instrumentos de corda tão comuns entre as populações nortistas, quase não existem entre os habitantes do Brasil Central, o que acarreta a ausência dos trovadores e, portanto os melhores colaboradores para o folclore. Tão pouco vimos ou soubemos da existência de qualquer festa ou costume local interessante, sob o ponto de vista em questão, apesar de termos passado o São João na vila de Parnaguá onde, a não ser a tradicional fogueira que um ou outro habitante acendia, e bárbaro batuque que se prolongou por toda a noite, e que se reuniu grande número de moradores, nada mais foi observado. (Penna & Neiva, 1916, p. 177)

Por sua vez, a linguagem, de acordo com o relato de viagem, encontrava-se condicionada a um arcaísmo que a transformava em obsoleta e que resultava no pouco intercâmbio de ideias entre as populações do litoral e as do sertão. Entre as observações a respeito da linguagem, os médicos destacavam a transformação dos substantivos em verbos que “(...) torna-se mais acentuada entre aquelas gentes:

“Recurzar” (procurar recursos), “encardurmar” (formar cardumes), “encestar” (colocar as cinzas dentro da “estiladeira”), “estilador” ou ainda “cacite” (utensílio doméstico em forma de cesto infundibuliforme, onde se guardam as cinzas que se prepara a “decoada” (lixívia)); “abajulador” (dar adjutório), “respostar” (dar resposta), “melar” (extrair mel), “paliar” (obter-se paliativo), “ensementar” (encher-se de sementes), “milhar” (fornecer milho aos animais), “castear” (cruzar um animal com outro de casta ou de raça), “embernar” (adquirir berne), “pulsar” (tomar o pulso), “encangar” (unir prendendo dois animais, mesmo que seja sem canga, afim de marcharem juntos), “pestear” (adquirir ou produzir peste). (Penna & Neiva, 1916, p. 178)

Entre outros elementos característicos do atraso e do primitivo, os autores relatavam ainda a presença de condições que mantinham a dinâmica escravocrata e o trabalho infantil:

Todavia, mais revoltante ainda, é o que se dá com as crianças segundo as informações de várias pessoas. Certos indivíduos chegam às moradias mais miseráveis e depois de se mostrarem interessados pela sorte de algum menino, empregam-no imediatamente com um salário que é pago ao chefe de família; em seguida levam-no em sua companhia; entregam-no a algum fazendeiro em troca de 90 a 100\$ preços de despesas inverossímeis que teve de fazer para a manutenção do pequeno; o infeliz ao entrar no serviço do novo dono, terá que trabalhar por miserável salário sofrendo ainda o desconto da roupa e gêneros fornecidos, até conseguir alforriar-se. (Penna & Neiva, 1916, p. 180)

Em resumo, o primitivo se estendia dos hábitos, da moral e da linguagem ao funcionamento da justiça, da organização do trabalho e da vida social e familiar. A linguagem, o folclore, as relações familiares, o trabalho, como vimos, eram objetos de interesse para os médicos sanitaristas ao lado das condições naturais.

O primitivo e suas relações com a saúde tornava-se problema para o governo da população. E se o elemento étnico-racial, somado ao alto índice de analfabetismo, era nos sertões predominantemente negro e, em algumas regiões, indígena, conduzindo uma parte destes intelectuais às noções propostas pela eugenia, como estes reflexos se faziam nas cidades? E se o Brasil dividia-se entre as zonas civilizadas e os sertões, este último invadia as cidades modernas e encurtava a distância entre o civilizado e o primitivo, o ajustamento e o desajustamento: o sertão invadia as cidades lá onde terminava a Avenida Central, o grande *boulevard* da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do país, conforme afirmava Afrânio Peixoto, em 1918 (Hochman, 1998).

Estes elementos, a população, o confronto entre o civilizado e o primitivo, a invasão do bárbaro nos espaços civilizados e as formas de combate aos males do Brasil, entrelaçavam-se e formavam uma rede discursiva que também se refletiu no conjunto dos saberes psicológicos. Para além dos psiquiatras nas discussões sobre o saneamento do país, os campos de recepção dos discursos psicológicos, sobretudo a Psiquiatria, a Educação e a Higiene Mental, herdavam do movimento sanitarista o objetivo de ampliar sua ação por todo o tecido social, denunciavam e tentavam encontrar formas para o ajustamento dos aspectos primitivos presentes no psiquismo através das ações profiláticas e corretivas. Assim como o primitivo invadia as cidades em que

também se encontrava o abandono da população, o primitivo invadia, deslizava para o interior do indivíduo civilizado?

Neste sentido, o Estado buscava dispositivos que atuassem sobre a população e que visassem efetivar um processo civilizatório que coincidia em ajustá-la minimamente às demandas econômicas e políticas que se anunciavam pela via da educação e da repressão. A modernização coincidia então com o suposto processo civilizatório que significava garantir as condições mínimas de existência, evitar as revoltas, possibilitar a circulação de mercadorias, controlar a população, combater as doenças na medida que isso se tornava elemento fundamental para assegurar a produção de valor.

Estas considerações nos possibilitavam localizar os discursos científicos como correspondentes aos acontecimentos históricos, às condições da sociedade e às formas de existência dos vivos, seja em seus aspectos normativos, seja em suas possíveis rupturas³⁷.

Com o higienismo mental e a Liga Brasileira de Higiene Mental o tema da população permaneceu fundamental. E se a Liga anunciava em seu estatuto a intenção de disseminar entre a população geral os princípios da higiene mental, a melhoria da raça não deixava de comparecer nas justificativas de combate ao alcoolismo, à masturbação infantil e nas propostas eugenistas de controle nupcial. A higiene mental, que se incorporava às tradições médico-sanitárias, afirmava-se também enquanto dispositivo político que garantiria não só a força de trabalho para a indústria e a saúde das gerações futuras, mas também a unidade nacional, assim como prometia o discurso médico-sanitário.

³⁷ Foucault (2008) ao descrever os processos de escassez de alimentos e das epidemias de varíola durante o século XIX na Europa, refere-se à elaboração de estratégias biopolíticas sobre a população que, por sua vez, influenciariam diretamente na economia, no trabalho e na vida social dos países europeus. Podemos considerar que a Liga Brasileira de Higiene Mental sustentava suas proposições, campanhas de prevenção e atendimentos nas suas clínicas relacionando diretamente a Higiene Mental ao desenvolvimento econômico e moral do país.

4 A POPULAÇÃO E A INVENÇÃO DO SOCIAL; DOS DEGENERADOS AOS CORPOS DESAJUSTADOS

Os primeiros autores brasileiros que escreveram sobre a Psicologia Social, nos anos de 1930 - Arthur Ramos e Raul Briquet -, ao apresentarem as suas bases psicológicas, sociológicas e biológicas, filiavam esse campo do conhecimento a saberes com os quais mantinham uma relação de dependência. Principalmente nos trabalhos de Arthur Ramos, a Psicologia Social apresentava-se ainda em interface com a Higiene Mental e os estudos psicopatológicos. No entanto, o autor apresentava uma categoria sociológica como central para a prática dos psicossociólogos, o desajustamento social.

Em relação à psiquiatria e ao higienismo mental, a inserção dessa categoria poderia provocar algum impacto na percepção do sofrimento mental? O desajustamento social, enquanto categoria sociológica, era definido como o desvio dos indivíduos e das populações em relação a uma norma social estabelecida (Carvalho, 1935). Por sua vez, no interior dos discursos psicológicos filiava-se às noções que permaneciam como categorias diagnósticas nos discursos psiquiátricos da época, como a paranoia e a histeria. A doença mental grave, aquela que provocava a alienação do indivíduo em relação à realidade, seria então a representação maior dos desajustamentos.

A noção de desajustamento, e a sua parcial separação do degenerado, significava uma descontinuidade no discurso psiquiátrico que revelava, principalmente em relação à higiene mental, a inserção de saberes psicológicos e psicanalíticos e, com eles, a revisão da hereditariedade como causa única dos sintomas psicopatológicos. Além disso, o desajustamento e as estratégias para a adaptação dos indivíduos e o controle das populações revelavam ainda a permanência do ideal médico de se colocar como dispositivo social auxiliar do Estado. Da degeneração ao desajustamento social, encontramos um deslocamento importante para o discurso médico e o poder psiquiátrico, no que se referia à medicalização do social. No entanto, é importante dizer, que muitas vezes esses termos se sobrepuseram e a emergência do desajustado não fez desaparecer do discurso médico a degeneração enquanto categoria diagnóstica. Ela adquiriu um caráter médico-sociológico quando se estendia para a compreensão da população brasileira: “O Brasil passava a ser associado a uma condição bárbara, atrasada, e sua população parecia marcada à ‘personalidade primitiva’, no fundo de seu Id, selvagem, instintivo, inconsciente, ‘estando ambos na infância da humanidade’ (Castro, 2015, p. 224).

Portanto, em nosso percurso de pesquisa, o conceito de degeneração, conforme elaborado pela psiquiatria francesa, relido pela escola kraepeliniana e recebido pelos médicos brasileiros, mostrou-se importante para a compreensão da descontinuidade que significava a noção de desajustamento.

Considerando isso, temos neste capítulo o objetivo de compreender a constituição do desajustamento social como problema para o governo das populações e o conseqüente interesse médico na direção dos estudos sobre as multidões, os grupos e a psicologia social. Primeiro, tomaremos como objeto algumas das proposições filosóficas e históricas sobre a população que foram influentes na formação dos intelectuais brasileiros e, em seguida, examinaremos os discursos psiquiátricos produzidos no Brasil sobre a alienação e a doença mental, principalmente aqueles que circularam no interior da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) entre os anos 1925 e 1947.

Em fins do século XIX no Brasil, emergiram novos debates em torno da hereditariedade e da saúde das populações. O higienismo, como vimos no capítulo anterior, dedicava-se também a compreender os aspectos culturais e mentais da população. O problema que se colocava, podemos dizer em termos psicológicos, era o confronto entre o civilizado e os aspectos primitivos que seriam o resultado da formação social do país.

Neste sentido, a condenação do Brasil encontrava na imagem do Jeca Tatu uma de suas representações. A personagem de Monteiro Lobato (1882-1948) era um caboclo pobre, um sertanejo que morava no mato, em sua casinha de sapê. Aos olhares de indignação dos que passavam e encontravam-no de cócoras pitando seu cigarro, bêbado e preguiçoso, ele respondia: “não paga a pena”. Frente às comparações com o vizinho italiano, que mesmo já arranjado na vida trabalhava o dia inteiro, repetia com preguiça e desânimo: “não paga a pena”.

“Amigo Jeca, o que você tem é doença” (Lobato, 2010, p. 104). Era essa a sentença que iniciava a resolução do problema. Não era mais pela degeneração da raça que o povo, por consequência, condenava a pátria. Era a doença, e a tarefa que se colocava era sanear o Brasil. Os remédios de “Nhá Ciência”, o convencimento do ignorante e a instrução sobre as medidas higiênicas recuperaram o Jeca que, aos 89 anos, morria com a consciência tranquila de quem havia cumprido o dever até o fim (Lobato, 2010).

As doenças parasitárias afetavam o corpo e o ânimo. A mentalidade, que se formava à distância da educação higiênica e das condições adequadas para a vida, tornava-se sensível a todos os males morais, políticos e econômicos. “Em um corpo doente, impossível um espírito

são” (Lobato, 2010, p. 50). Ou ainda, conforme escreveu Penna (1923), médico que influenciou diretamente Monteiro Lobato a rever a sentença do Jeca:

A independência, o preparo intelectual, a moralidade, a ordem, a consciência, o dever, a elevação de caráter, a dignidade, o brio, a lealdade, a energia moral, o patriotismo, o respeito, todas as qualidades enfim que distinguem o homem dos irracionais passaram à categoria de coisas sem valor apreciável, anacrônicas e impróprias de um *estado moderno*. (Penna, 1923, p. 78)

Para o médico, a educação higiênica da população brasileira seria a sua incorporação real à civilização. Ela os alcançaria não somente quando soubessem ler, escrever ou pudessem votar, mas quando tivessem incorporado em seu cotidiano as recomendações sanitárias para a construção de suas habitações, para o afastamento dos insetos e das moléstias transmissíveis e prejudiciais à coletividade (Penna, 1923).

Lobato (2010), que mesmo com a redenção do Jeca não deixava de expressar os preconceitos raciais de sua época, entusiasmava-se com as descobertas de Oswaldo Cruz e Pasteur, e atribuía a eles o nascimento da higiene e do sanitarismo. Belisário Penna, Carlos Chagas e outros que se aparelhavam dos métodos modernos da ciência e do futuro. O que antes lhes parecia condenado, apresentava-se em vias de revitalizar-se pela força dos achados do movimento sanitário.

O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa ideia o programa de todos os governos, a ideia fixa de todos os particulares. (...) Só a alta crescente do índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político. (Lobato, 2010, p. 59)

Educar a população com os princípios higiênicos, convencê-la a abandonar a ignorância e seguir a “Nhá ciência”, era a tarefa urgente que incluía algum saber psicológico: “no indivíduo enfermo o primeiro passo rumo à cura é de ordem puramente psicológica: há o doente de convencer-se de que o é” (Lobato, 2010, p. 56).

Se a Higiene e o movimento médico-sanitarista abriam novos campos e possibilidades para a compreensão dos males do Brasil e da interface entre os aspectos sanitários, sociais e fisiológicos da população, eles também constituíam uma tradição médica que considerava a prevenção das doenças e a ação terapêutica corretiva organizada pelo Estado como tarefas fundamentais para Saúde Pública e para o desenvolvimento econômico do país.

Se os bacharéis, os filhos das elites econômicas, não encontravam total concordância em relação aos saberes produzidos sobre o Brasil, já que muitas vezes seriam eles mesmos posicionados como condenados pela raça, não deixavam de considerar aqueles saberes contra os riscos biológicos em suas respostas aos problemas políticos e ao governo das populações. O embranquecimento da sociedade, como fator biológico associado à necessidade de novas conformações dos modos de produção de riqueza, foi uma dessas respostas. Ele articulava os

discursos político, médico e jurídico e alavancava com maior intensidade, como vimos, desde as últimas décadas do século XIX, a chegada de imigrantes em duas perspectivas: diminuição da população negra e prevalência do elemento branco em nossa sociedade; e o preenchimento dos postos de trabalho por indivíduos hipoteticamente mais preparados e habituados ao trabalho livre e à civilização.

Portanto, o primitivo, antes de se converter em um tipo de categoria psicológica que representava um certo modo de funcionamento psíquico, figurou como elemento para as formas de classificação das populações em sua dimensão antropológica e sociológica, como representante de uma ameaça à racionalidade competitiva que se colocava sob o nome de modernização (Williams, 2012; Fernandes, 2021).

Os saberes científicos, como parte desses dispositivos de controle, se ocupavam com a diferenciação entre as supostas raças boas e ruins, civilizadas e primitivas, e entre elas tentavam estabelecer linhas de separação e parâmetros de normalidade. Em um país que sentia a influência decisiva das tradições africanas na sua formação, considerava-se que estas tradições representavam o primitivo, os dinamismos psíquicos característicos das psicopatologias e as particularidades de estágios primeiros do desenvolvimento mental, como o animismo, o fetichismo e o pensamento mágico (Rodrigues, 1894/2011; Ramos, 1936/2003).

No interior dos discursos psiquiátricos, já com a influência dos saberes psicanalíticos nas primeiras décadas do século XX, estabelecia-se uma relação de reciprocidade entre o primitivo e o psicopatológico: o primeiro, como estrutura psíquica atávica e indício da permanência ou do perigo da irrupção do selvagem no civilizado, e o segundo como sinal do regresso do indivíduo aos estágios primeiros do desenvolvimento e da vitória do primitivo (Castro, 2015). Nesse sentido, “‘O brasileiro’ passava a ser concebido, no psicodiagnóstico destes psiquiatras, como um ‘id primitivo’, bárbaro, selvagem, ainda na infância de seu desenvolvimento moral e intelectual, passível de ser educado e normalizado para se transformar num ‘ego nacional’” (Castro, 2015, p. 208).

Essa perspectiva fazia emergir as vinculações estabelecidas no discurso psiquiátrico entre o alienado, o primitivo e a infância. Ela estabelecia procedimentos de observação e comparação como elementos do biopoder que regulariam a infância e a vida adulta e como parte disso abria espaço para os debates nos campos jurídicos, por exemplo, sobre a imputabilidade ou não do negro no Brasil.

O negro não tem mau caráter, mas somente caráter instável como a criança, e como na criança – mas com essa diferença de que ele já atingiu a maturidade de seu desenvolvimento fisiológico -, a sua instabilidade é a consequência de uma celebração incompleta. (Rodrigues, 1894/2011, p. 49)

4.1 A população como imagem do primitivo e do risco social

Ao analisar brevemente nossa formação nacional, Vanucchi (2017) afirmou que não somente nossa representação da nação foi marcada pelas formas que assumia a violência racial, mas que as relações sociais e econômicas foram constituídas pela brutalidade que afirmava continuamente, ao longo de quase quatro séculos, uma política de desumanização e morte contra as populações negras e os povos originários destas terras. Essas populações figuravam nos enunciados dos discursos médicos, jurídicos e históricos, em fins do século XIX e início do século seguinte, como representação primeira dos desajustamentos e da incapacidade de adaptação aos novos tempos.

O pacto social que dividia o Império entre superiores e livres e seres inferiores e cativos não só permitia o uso da violência, mas recomendava-a como instrumento de manutenção da ordem (Vanucchi, 2017). Enquanto dispositivo político para a dominação do corpo social, a violência organizou nossa sociabilidade e estabeleceu as formas de mobilidade social da população, inclusive a fixação da população pobre e marginalizada nas condições mais precárias de vida e trabalho (Moura, 2020). A mesma violência não fez menos por nossas instituições, conforme demonstrava o relatório sobre as condições encontradas para o tratamento dos loucos nas Santas Casas de Misericórdia, onde o tronco foi usado para a punição das pessoas escravizadas e dos loucos agitados (De-Simoni, 1839/2004).

A associação entre o louco e o escravo não parava na aplicação dos castigos e na ameaça e medo do primitivo. O louco era aquele que, tomado por um mal do espírito, perdia o bem mais precioso para um cidadão: a liberdade. O debate sobre a loucura não deixava de se referir à liberdade como conquista maior da civilização e, contraditoriamente, como princípio moral para a organização social do país. Negros e loucos, os primeiros, mesmo quando libertos, continuavam atados à sua suposta condição primitiva; os segundos cediam à influência do mal que lhes tirava a inteligência e lhes impunha o delírio paranoico, a fúria, a mania, a tristeza ou a idiotia.

Sob ambos recaíam as representações da degeneração e do desajustamento. A degeneração, vale dizer, sobretudo desde meados do século XIX, colocava-se como um problema importante para a medicina e para os alienistas. O desajustamento, como problema político, social e jurídico, só se tornava possível na medida em que o trabalho escravo cedia cada vez mais lugar ao trabalho livre e, com isso, se constituía a exigência de novos dispositivos médico-jurídicos para o controle da população e o ajustamento dos indivíduos.

A invenção do social, expressão que objetiva nomear o movimento da história e, assim, desnaturalizar o seu sentido, se configurava em relação à emergência dessas novas condições políticas e institucionais que acompanhavam a formação do país e que estabeleciam dispositivos jurídicos que regulavam o trabalho, assim como os processos de urbanização e industrialização (Ivo, 2012).

O termo social, então, diferenciava-se da noção de sociabilidade dos grupos e comunidades, referindo-se às transformações na sociedade que mostravam a necessidade de formação desses novos dispositivos. As instituições para o acolhimento dos indivíduos impossibilitados de trabalhar, a elaboração de normas de conduta e a formação de leis para garantir a seguridade social foram elementos que alicerçaram a nova ordem burguesa. Conforme Castel (2012, p. 41), “a ‘questão social’ pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é representada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”. Isso justificava inclusive a entrada da multidão no debate médico (Le Bon, 2008).

Embora não tenhamos o objetivo de estabelecer uma ordem cronológica de emergência da questão social, Donzelot (1994) escreveu que foi somente na segunda metade do século XIX que ela propriamente apareceu no Ocidente, associada ao ideal republicano e às contradições entre o direito ao trabalho e o papel do Estado em garantir a ocupação da população. Em uma perspectiva genealógica, conforme escreveu Silva (2005), as configurações do social encontravam variações conforme as condições históricas de cada sociedade. Foi no instante em que os desajustamentos não podiam mais ser regulados no conjunto das relações informais que assistimos primeiro à criação de espaços institucionais e de um corpo profissional especializado que se ocupava do sujeito desajustado. Conforme Castel (2012, p. 41), “velhos, indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos, cegos, paralíticos, escrofulosos, idiotas [...] todos têm em comum o fato de não suprirem, por si mesmos, as suas necessidades básicas, porque não podem trabalhar para fazê-lo”.

Dessa forma, o social implicava uma forma de intervenção que se distanciava das relações informais e, com isso, estabelecia-se o campo sócio assistencial como parte de sua primeira configuração. A sua segunda configuração emergiu quando a multidão passou a ser objeto de conhecimento, e isso não somente porque ela, como agente político, colocava em risco a ordem social supostamente racional, mas porque ela tornava evidente as contradições do projeto liberal e mantinha vivo o temor da revolta e do irracional. Por esta razão, afirmou

Silva (2005), as multidões se tornaram objeto de investigação sistemática, o que colocou a medicina e a psicologia moderna em direção ao social.

No Brasil, que vivia as contradições entre a recepção do ideário liberal e a manutenção da escravidão como elemento central para o seu desenvolvimento econômico, a ameaça à ordem social não esteve ausente do debate intelectual, econômico e político, inclusive no que se referia a condenar o fim da escravidão nas décadas seguintes de sua promulgação. Os setores mais conservadores da sociedade brasileira insistiam na ideia de que as mudanças sociais vividas afastaram a população da sua essência e de sua real natureza. O bandeirante, nos anos de 1920, oferecia-se para alguns intelectuais como a imagem do retorno à tradição e ao espírito de coragem lusitano, que deveria ser o ideal de todo sujeito (Vianna, 1921).

Com o fim da escravidão e o início da República, as populações negras e sertanejas enfrentavam a violência do Estado, que exigia o seu ajustamento com o peso dos discursos que lhes atribuíam o atraso e o primitivismo, o que equivalia a caracterizá-las como espíritos antirrepublicanos e antiliberais. Essas características foram suficientes para o discurso médico afirmar a sua suposta insanidade e o seu caráter degenerado, e para que elas ganhassem as páginas dos periódicos médicos.

A suposta paranoia do mestiço Antônio Conselheiro apresentava-se em sua defesa da monarquia e na negação dos dizeres da República. O beato degenerado anormalizava a vida das populações, distraíndo-as de suas ocupações para seguir uma vida errante e de comunismo, na qual os mais abastados compartilhavam seus recursos com os menos afortunados. O homem seduzia as populações que, segundo Rodrigues (1939/2006), eram predisponentes à sugestão devido à sua ascendência, às características selvagens herdadas e ao seu suposto insuficiente desenvolvimento intelectual (Rodrigues, 1939/2006).

Foi sempre nessas lutas, políticas ou pessoais, que se revelaram todas as qualidades atávicas do mestiço. Dedicado até a morte, matando ou deixando-se matar sem mesmo saber por que, foi sempre inexcedível o valor com que se batiam, consumada a tática, a habilidade de guerrilheiros que punham em prática, lembrando as lutas heroicas do aborígine contra o invasor europeu. (Rodrigues, 1939/2006, p. 51)

Nina Rodrigues (1939/2006), ao analisar a loucura das multidões, mencionava a proposição de Le Bon (1895/2008) para o entendimento dos atos violentos e criminosos e classificava o estado de multidão como resultado do contágio mental por sugestão coletiva. A influência que exercia o desequilíbrio mental sobre a população fazia despertar os resíduos das idades primitivas que permaneciam em repouso em cada indivíduo e que na vida comum eram contidos pelo temor do castigo. Conforme Rodrigues (1939/2006, p. 68), “não será possível que

o estado de multidão provoque uma manifestação de loucura transitória entre indivíduos normais predispostos por seu temperamento?”.

A multidão é, sobretudo, uma associação psicológica. É na aquisição de uma individualidade psíquica própria, diferente da constituição mental de cada uma das partes componentes, que reside a característica da multidão. Nela desaparecem as diferenças, as desigualdades, as individualidades, para a formação de uma unidade psicológica onde domina o caráter inconstante e impulsivo dos primitivos. (Rodrigues, 1939/2006, p. 62)

O sertanejo, absorvido pela psicose coletiva, recebia o nome antes empregado aos turbulentos das feiras, aos valentões e saqueadores: era o jagunço, um produto tão mestiço no físico que reproduzia caracteres antropológicos distintos; representava a fusão de civilizações desiguais e, como uma massa inconsciente e bruta, revivia os estigmas degenerativos das três raças (Rodrigues, 1939/2006; Cunha, 2000).

Retirantes, jagunços, sertanejos e negros libertos formavam a multidão de supostos primitivos que, em estado de exaltação coletiva, perdiam o controle da vida mental, da personalidade e do discernimento (Rodrigues, 1939/2006). Sob as condições propícias, seriam os protagonistas do risco que recaía sobre o civilizado, que poderia significar a ocorrência de episódios bárbaros, como aquele da Pedra do Reino, em Pernambuco, em 1838.

No sertão, conforme escreveu Euclides da Cunha (2000), o governo da Bahia, quando precisava intervir em Canudos, via-se de braços com outras insurreições em Lençóis, Barra Mendes, Jequié, no arraial de Santo Inácio e em Monte Santo. Em Canudos, as relações entre o patológico, o primitivo e a caracterização étnico-racial colocavam-se para o debate entre a liberdade, o republicanismo e o governo das populações.

O massacre não deixava com isso de receber alguma justificativa do discurso médico que, como efeito, ausentava do debate os aspectos políticos, sociais e econômicos. A liberdade oferecida pelo Conselheiro era um valor contraditório na República que se formava. A promessa de uma vida simples e comunitária, em seu aspecto rudimentar e empoeirado, espantava os olhos até de quem achava que o massacre era uma forma de injustiça cometida pelo Estado, mas não deixava de considerar aquelas condições como um estádio social inferior (Cunha, 2000). Criminosos, violentos, degenerados, alcoolistas, promíscuos, facínoras, fetichistas, brutos, inconscientes, produtos de uma psicose coletiva, ingênuos desordeiros, estes são os termos, alguns deles correntes no discurso médico, que encontramos na descrição daquela população (Rodrigues, 1939/2006; Cunha, 2000).

Em resumo, as causas para os males que assolavam o país e que modulavam a mentalidade do povo apresentavam-se, desde o fim do século XIX, em pelo menos três direções: a formação racial da população, o abandono das populações pelo Estado e a necessidade da

formação de estratégias sanitárias e higiênicas para a sua educação e a melhora de suas condições de vida.

Sobre essas direções e a sua presença no pensamento intelectual brasileiro, Skidmore (2021) descreveu a influência, entre outros autores, de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e Henry Thomas Buckle (1821-1862). O primeiro, um diplomata francês que esteve no Brasil em 1869 e publicou o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* entre 1851 e 1855; o segundo, um historiador inglês que dedicou algumas das páginas de seu livro *História da civilização na Inglaterra*, lançado entre os anos de 1857 e 1861, para analisar, sem nunca ter posto os pés nestas terras, a topografia, o sistema hidrográfico, as florestas, o clima e a população. Um condenava o país ao atraso devido à sua formação racial; o outro, em razão das características ambientais do território, que submetiam a população às condições mais inóspitas.

Gobineau, apesar de seu desprezo pela população brasileira e seu desagrado em assumir a função de embaixador francês no país, estabeleceu relações de amizade e debates filosóficos com D. Pedro II. Ainda que a erudição do imperador tenha surpreendido o diplomata, ele considerava que o país possuía “uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (Gobineau *apud* Skidmore, 2012, p. 70). A miscigenação lhe provocava uma desagradável impressão, que se expressava em suas atitudes e palavras. Nelas justificava suas teses racistas para o atraso do país: “já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos” (Gobineau *apud* Souza, 2013, p. 22).

O francês, que se parecia com um tipo de sacerdote do racismo, conforme escreveu Schwarcz (2014), sustentou as teses racistas do determinismo biológico e considerou a miscigenação como responsável pela permanência dos aspectos primitivos e selvagens no desenvolvimento do Brasil. Defendeu ainda a inferioridade e o primitivismo das raças não brancas, ao mesmo tempo que posicionou os povos anglo-saxões como os únicos capazes de erguer uma civilização. No entanto, mesmo as raças supostamente mais evoluídas sofreriam também sua degeneração, provocada pela mistura das raças. Nem mesmo seu país e as outras nações europeias, supostamente superiores, estavam livres do risco da degenerescência e, segundo sua perspectiva, o Brasil encontrava-se em um estado avançado de decadência (Souza, 2013).

Penso, pois, que a palavra degenerado, ao aplicar-se a um povo, deve significar e significa que este povo já não possui o valor intrínseco que antigamente possuía, porque já não circula em suas veias o

mesmo sangue, gradualmente depauperado com as sucessivas misturas. Dito de outra maneira, que com o mesmo nome não conservaram a mesma raça que seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, que chamamos degenerado, é um produto diferente do ponto de vista étnico do herói das grandes épocas. (Gobineau *apud* Souza, 2013, p. 26)

Vale dizer que Gobineau encontrava-se em compasso com a ciência de sua época e com as teorias a respeito da degeneração que se formularam desde o século XVIII e que, no século XIX, ganharam novos impulsos com Bénédict Morel (1809-1873) e depois com Valentin Magnan (1835-1916). As discussões a respeito da origem das desigualdades das raças e os debates entre poligenistas e monogenistas que povoavam os círculos intelectuais foram temas abordados em seu livro. O próprio Gobineau defendia o monogenismo com o argumento de que a humanidade havia sido gerada de um primeiro casal: o Homem primitivo, mais adaptável e perfeito, não pertencia a nenhuma raça específica e somente com a força do clima é que conseguiu qualidades particulares que o diferenciavam de outros. A mistura das raças levaria ao declínio daquela primitiva e superior e condenaria toda a civilização ao fim. Para ele, segundo esse argumento e considerando estatísticas que demonstravam o aumento de óbitos no Brasil oitocentista, os brasileiros deveriam desaparecer no final de um período de 270 anos, já que apesar da fertilidade dessas populações, elas herdariam as características mais negativas das raças em cruzamento e limitariam sua reprodução em algumas gerações (Souza, 2013; Raeders, 1996; Schwarcz, 2014).

Acrescente-se ainda uma nova observação: as chamadas raças inferiores, apesar de suas características, não apresentavam risco à civilização pois, na perspectiva do sacerdote do racismo, mantinham-se na imutabilidade das raças puras. Mas, o que poderíamos esperar das populações mestiças, essas sim, decadentes e degeneradas? Embora na Europa as proposições de Gobineau e seu pessimismo não alcançassem grande relevância e adeptos, o contrário aconteceu em sociedades nas quais a miscigenação colocava-se como um problema sócio-político.

Por sua vez, Buckle considerou que o Brasil permanecia atrasado em razão das suas condições naturais e os efeitos da interação entre a população e a natureza resultavam no desequilíbrio das paixões, na indolência e na apatia do povo, nos borbotões desordenados da atividade física e moral. Somava-se a isso o regime alimentício deficitário e os excessos venéreos provocados pelo clima, que condicionavam a compleição física e a mentalidade da população.

O historiador inglês, que teve algumas de suas páginas reproduzidas no texto de Silvio Romero (1888/1969) sobre a história da literatura brasileira, considerava também que, sob a influência dos ventos, do clima, da umidade, dos riscos frente à natureza e da hereditariedade,

a população mantinha-se distante da possibilidade de ultrapassar o barbarismo e o primitivismo, termos que voltavam a expressar os supostos aspectos negativos da população que se refletiam na organização das cidades:

As notas, todavia, predominantes no clima do país são, pois, o calor e a umidade, com todo o seu cortejo formado pelo impaludismo. Daí certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras, - o que tudo degenera em delírio; por que o exterior do país é risonho, as montanhas reduzidas e poéticas e não colossais e fantásticas como as da Índia, por exemplo. (Buckle *apud* Romero, 1969, p. 91)

Ou ainda, conforme o autor

Os hábitos do povo são tão bárbaros como dantes, e, quanto a seu número, é muito digno de notar-se que o Brasil, região onde mais que nas outras os recursos físicos são mais poderosos, onde animais e vegetais são mais abundantes, onde o solo é regado pelos mais nobres rios e a costa ornada pelos melhores portos, este imenso território, que é maior que doze vezes o tamanho da França, contém uma população que não excede a seis milhões de almas. Estas considerações suficientemente explicam por que é que em todo o Brasil não existem monumentos da mais imperfeita civilização, nenhum sinal de que o povo tenha, em período algum, saído por si mesmo do estado em que se achava quando o seu país foi descoberto. (Buckle *apud* Romero, 1969, p. 82)

Para o historiador inglês, que integrava ao lado de Friedrich Ratzel (1844-1904), segundo Schwarcz (2014), a escola do determinismo geográfico, para a qual os hábitos, as características mentais, o desenvolvimento cultural e o estado geral que ocupava a população na História da Civilização eram condicionadas totalmente pelas condições climáticas e geográficas e pelos seus efeitos sobre a formação da população. “Para os autores dessa escola era suficiente a análise das condições físicas de cada país – ‘dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala’ – para uma avaliação precisa de seu ‘potencial de civilização’” (Schwarcz, 2014, p. 76).

No terceiro capítulo de sua *História da Literatura Brasileira*, dedicado a analisar “a filosofia da História de Buckle e o atraso do povo brasileiro”, Sílvio Romero (1888/1969) sentenciava, em compasso com o historiador: “(...) temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua maior parte. (...) não temos filosofia, nem ciência, nem a grande poesia impessoal dos grandes gênios europeus” (Romero, 1969, p. 95).

Romero, conforme Skidmore (2012), influenciado primeiro pelo positivismo de Auguste Comte e depois pelo evolucionismo social de Herbert Spencer, acreditava que a nação seria o resultado da interação entre a população e as condições naturais que encontrava. Dessa forma, o caráter e a cultura do país seriam o resultado de um longo processo de ajustamento da população ao meio.

Ao escrever sobre a nação brasileira como grupo etnográfico específico, Romero considerou que não se tratava de um grupo étnico definitivo, pois formou-se no cruzamento de três raças diversas. A raça ariana reuniu-se nesse território a duas outras e, segundo suas

palavras, “[...] contribuiu para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia” (Romero, 1888/1969, p. 99).

O futuro da população brasileira, afirmava, seria uma mescla afro-indiana e latino-germânica, se perdurasse a imigração alemã, italiana e portuguesa. Estes “cruzamentos”, palavra usada pelo autor, influenciariam diretamente a psicologia do povo brasileiro, que idealmente deveria alcançar a prevalência das características europeias. Para ele, as populações negras, em sua maioria banto, se encontravam, seguindo os preceitos positivistas, no estágio fetichista, fase primeira da idade teológica, e eram caracterizadas pela brutalidade, submissão e robustez, características fundamentais para o trabalho na lavoura rudimentar (Romero, 1888/1969).

Os indígenas, segundo sua perspectiva, eram nômades, com exceção de algumas etnias que se alojaram nos litorais, e seu desenvolvimento correspondia ao homem geológico. Além disso, ainda segundo o autor, encontravam-se em outro estágio do fetichismo, no período da astrolatria. Apesar da sua variedade étnica, Romero (1888/1969) apresentava suas características gerais como selvagens e rudimentares quanto ao uso de instrumentos de caça e pesca, e uma agricultura precária, quase totalmente voltada ao cultivo de mandioca e milho.

Os portugueses, por sua vez, eram monoteístas, não obstante guardassem elementos do politeísmo, e eram aqueles que ligavam o Brasil à raça europeia. No entanto, pertencentes aos povos ibero-latinos, trouxeram para o novo mundo os seus males crônicos: “(...) seus prejuízos de toda casta, políticos, sociais, religiosos e econômicos...” (Romero, 1888/1969, p. 107).

Ao fim de sua análise genérica sobre a psicologia da população brasileira, ele afirmava: “o povo brasileiro não pertence ao número de nações inventivas; tem sido, como o português, organicamente incapaz de produzir por si” (Romero, 1888/1969, p. 146). Ainda assim, acrescentava:

Não sonhemos com um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das ideias. Do concurso de diversas aptidões dos Estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa. (Romero, 1888/1969, p. 151)

Para Romero (1888/1969), mesmo que suas proposições tivessem consonância com a ciência da época e guardassem vínculos estreitos com as teses racistas, a miscigenação não seria fator determinante para a condenação do país e o desaparecimento da população, mas poderia significar a formação de uma singularidade nacional, que no futuro seria determinada pela prevalência do elemento branco e pelo desaparecimento progressivo de negros e mestiços. Ainda assim, o Brasil seria sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas (Romero, 1888/1969).

Nos primeiros anos do século XX, em tempos republicanos, Romero (1888/1969) denunciava que as relações econômicas e sociais dos tempos coloniais ainda se achavam de pé. Era hora de destruir essas formações sociais, “dando incremento às classes produtoras, preparando o maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos...” (Romero, 1888/1969, p. 143). É preciso preparar o povo.

A cidadania aclamada por Romero expressava a emergência de novas noções que regulariam então as novas relações sociais. Mais que isso, expressavam a perspectiva de que a constituição do povo, com a predominância dos caracteres brancos e, conseqüentemente, a formação de novas relações sociais, culturais e políticas, colocavam-se como objeto para os intelectuais brasileiros. Em resposta ao médico francês Louis Couty (1854-1884), que trabalhou no Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro e sentenciava que o Brasil não tinha povo, Romero escreveu: “tomemos os encargos que os séculos nos legaram e aparelhemo-nos para solvê-los” (Romero, 1888/1969, p. 142). Formemos o povo que queremos, era essa resposta que o pensamento de Romero indicava.

Na análise de Couty, a população negra e mestiça deveria ser colocada em funções secundárias, enquanto os imigrantes ocupariam a função de elevar o país à civilização. Especialmente sobre a população negra, nas discussões que marcavam o fim do século XIX, ele notava que o fim da escravidão não tornava o negro um cidadão verdadeiramente livre e útil. Segundo Stahl (2016, p. 220), “Couty argumentava em cima de uma condição prévia, a de que o escravo era inferior, sendo ausentes qualidades que só eram encontradas nos europeus. Hierarquizava-se a sociedade e justificavam-se lugares sociais preestabelecidos”. O francês afirmava que ao negro seria impossível a assimilação dos valores morais da civilização e, em acordo com as teorias racialistas da época, estabelecia uma hierarquização racial que justificava a condição anterior do negro como escravizado. Restava o branqueamento da população como fator importante para o progresso do país, principalmente porque, “(...) com o imigrante, a obra da civilização dar-se-ia tanto na casa com a mulher, quanto no trabalho com o homem” (Stahl, 2016, p. 222).

Não se tratava mais de encontrar dispositivos de dominação que reposicionassem as populações sob o controle da mão pesada dos senhores de escravos, já que, como dissemos, o trabalho livre impunha outras formas de organização e ajustamento dos indivíduos. A população negra, frente à sua suposta anomia inventada pelos bacharéis filhos das elites, deveria ocupar as funções mais precarizadas na organização social do trabalho. Enquanto isso, o

imigrante deveria constituir-se como elemento civilizador e a miscigenação projetar-se como uma política para eliminação do negro, o que se tornou uma política de Estado com a Constituição Federal de 1934.

As teses sobre o embranquecimento da população brasileira encontravam nova expressão nas palavras de João Batista de Lacerda (1846-1915), no Congresso Universal das Raças, em 1911. Lacerda, formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi diretor do Museu Nacional e presidente da Academia Nacional de Medicina, o que o fazia destacar-se no cenário intelectual nacional (Schwarcz, 2011).

Naquele momento o Brasil possuía a imagem de um imenso laboratório racial entre os viajantes europeus e norte-americanos e servia como exemplo dos efeitos negativos provocados pelo cruzamento de raças. Lacerda acreditava que os resultados de suas pesquisas sobre a população indicavam que o Brasil mantinha grupos étnicos que permaneciam em estágios primitivos do desenvolvimento civilizatório. Essa premissa fazia-o defender o progresso contra os obstáculos provocados pela mentalidade e presença do primitivismo. É essa a racionalidade e o argumento para a sua defesa do extermínio dos Kaingang para a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (Schwarcz, 2014).

Ao país, conforme pronunciava Lacerda, restava a sua redenção pela via da miscigenação, que resultaria no embranquecimento da população em pelo menos 100 anos. A redenção da população e do país encontrava lugar no imaginário social e era representada no quadro de Modesto Broco (1852-1936), “A redenção de Cam”, que Lacerda utilizou na abertura de seu discurso no Congresso, com a seguinte legenda: “le nègre passant au blanc à troisième génération, par l’effet du croisement de races” (Schwarcz, 2014)³⁸.

Na verdade, Lacerda traduzia a pintura em termos de darwinismo social, e imprimia a noção de uma evolução de mão única: se a avó era preta retinta, a mãe já trazia traços ‘suavizados e evoluídos’, e o filho, localizado no centro da composição, fruto do casamento com um branco (possivelmente estrangeiro e português), mais se parecia com um europeu. (Schwarcz, 2011, p. 228)

Os vícios do negro, dizia Lacerda (1911/2011) em seu discurso, foram transmitidos aos brancos e aos mestiços. As concepções errôneas sobre a vida e a morte, os vícios da linguagem e de sangue, as superstições, o fetichismo religioso, o sensualismo, a incompreensão da honra e da dignidade humana foram as supostas heranças que, em suas palavras, recebemos da população negra. Ao mesmo tempo em que defendia que o preconceito de raça e cor nunca foram importantes na sociabilidade brasileira, afirmava que a miscigenação fazia com que os produtos do “cruzamento” entre brancos e negros não resultassem em uma intelectualidade

³⁸ “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”.

inferior, ainda que não pudessem se colocar em igualdade com o elemento ariano. Mesmo que os mestiços herdassem um instinto civilizatório inacabado, ele não poderia ser equiparado ao negro, segundo o autor a raça realmente inferior (Lacerda, 1911/2011).

A população mista do Brasil deverá então ter, dentro de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, que aumentam a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam persistir ainda alguns traços do negro. O Brasil, então, tornar-se-á, um dos principais centros civilizatórios do mundo; este será o grande mercado da riqueza da América, explorando todas as indústrias, aproveitando todas as facilidades de transporte para o comércio exterior e intracontinental, transbordando uma população ativa, empreendedora, que preencherá as grandes cidades do litoral, e se difundirá em seguida pelas vastas planícies do interior e ao longo dos rios sinuosos da América do Sul. (Lacerda, 1911/2011, p. 239)

Em resumo, a previsão de Lacerda (2011) era de que, no espaço de um século, a sociedade brasileira estaria embranquecida. Os mestiços, negros e indígenas sucumbiriam e dariam lugar inteiramente a uma população de aparência europeia, inteligente, amiga do progresso, ajustada ao trabalho e às conquistas da civilização moderna (Lacerda, 2011). Portanto, a defesa da sociedade e da modernização colocava-se como defesa da supressão dos caracteres supostamente inferiores e do ajuste da população à nova ordem social que ainda se formava.

O embranquecimento colocava-se como uma política de supressão do negro no Brasil e assim demandava do governo um conjunto de regulamentações que buscavam não somente evitar as revoltas, face fundamental das estratégias de Estado diante da naturalidade da população que não deixava de representar o risco da desordem social, mas ajustar seus modos de ser a nova ordem competitiva até o seu desaparecimento.

Esse movimento implicava também constituir essa população como objeto para o discurso médico, o que foi mais um elemento que impulsionava a recepção de novos saberes sobre a multidão, a coletividade e os grupos. A degeneração (ou degenerescência) continuava a fazer parte deste circuito na medida em que lançava luz sobre as causas dos comportamentos desviantes e anormais.

4.2 Ajustar os corpos e garantir o futuro

Ainda que a imagem do desajustado, em fins do século XIX e início do seguinte, pudesse ser representada *a priori* no imaginário social pelas populações negras, um conjunto de outros atores sociais que flutuavam em torno dos senhores de escravos e que exerciam diversas funções relacionadas à produção nos engenhos e nas fazendas poderia ser considerado como o de figuras anacrônicas aos novos tempos e, em alguma medida, marcadas pela mesma anomia. No entanto,

era a população negra e mestiça que figurava como objeto para a Medicina Legal e a Antropologia Criminal (Rodrigues, 1894; 1939/2006; Moura, 2021).

O debate em torno da responsabilidade jurídica abria espaços para os estudos sobre o folclore e suas relações com a mentalidade dos povos que formavam a população brasileira. Conforme Alvarez (2003), ao analisar os discursos jurídicos correntes na Primeira República, as elites republicanas manifestaram desconfiança de que a maior parte da população pudesse colaborar para a formação de uma nova ordem política e social. Entre as elites econômicas, condicionadas ao patrimonialismo familiar e à importância de manter o *status* dos seus componentes, apresentavam-se alguns descompassos:

[...] a própria dinâmica da vida econômica restringia as condições e os objetivos da reinversão dos lucros e canalizava para a expansão do patrimônio da família, concebido como o aumento da escravaria, da propriedade fundiária ou como aquisição de novas unidades produtivas, a acumulação de riquezas. O “engenho” ou a “fazenda” apareciam como empresa econômica apenas na medida em que forneciam bases materiais da “grande lavoura”. A produtividade e a remuneração dos fatores de produção não se colocavam de molde a converter o “proprietário rural” em “empresário”, fundamentalmente absorvido na solução dos problemas técnicos e econômicos com vistas ao aproveitamento máximo daqueles fatores e para as repercussões que isso teria na “remuneração do capital”. (Fernandes, 2021, p. 91)

O novo regime não possibilitou a expansão da participação política do povo, ao contrário, ganhou tons autoritários que restringiam a presença popular. As mesmas elites, pouco interessadas em ampliar a legitimação do regime e expandir as garantias de direitos civis, políticos e sociais, buscavam alternativas para a sustentação da ordem social e política por meio da vigilância das populações e da violência contra os movimentos populares. Repressão e controle que estavam dirigidos, portanto, contra os fantasmagóricos inimigos da ordem política e os desviantes, os desajustados em relação à nova ordem social e às formas de produção capitalista (Alvarez, 2003). As greves e as lutas dos trabalhadores no início do século foram alguns dos impulsos para a formação desses dispositivos, assim como fizeram a revolução figurar entre os problemas para o governo e objeto para os discursos psicológicos.

A universalização das formas de produção capitalista encontrava fases de desenvolvimento que se adequavam às condições políticas, econômicas e sociais particulares de cada país. Assim, se a revolução burguesa, como afirmou Fernandes (2020), implicava um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicológicas, culturais e políticas, o período entre a Independência e o começo da República no país possuía apenas os germes do poder e da dominação burguesa.

As três fases da formação do capitalismo no Brasil, segundo Florestan Fernandes (2020), poderiam ser descritas da seguinte forma: a emergência de um mercado capitalista moderno, a formação e expansão do capitalismo competitivo, e a irrupção do capitalismo monopolista. A

primeira dessas fases, a eclosão do mercado capitalista moderno, coincidiria com o período de abertura dos portos até os anos de 1860, momento marcado por uma transição neocolonial que posicionava a Inglaterra como detentora de grandes privilégios frente à política e à economia brasileira. A segunda fase alcançava o último quartel do século XIX até a década de 1950. Essa fase, de formação e expansão do capitalismo competitivo, corresponderia tanto à consolidação da economia urbano-comercial, quanto à transição industrial verdadeiramente importante (Fernandes, 2020). A última dessas fases corresponderia à reorganização do mercado e da produção considerando as operações comerciais, financeiras e industriais das grandes corporações. Ela corresponderia ao período posterior aos anos de 1950.

Mesmo que não avancemos na análise dessas fases, é importante compreender que, seguindo as elaborações de Fernandes (2020), o cenário de emergência da psicologia social, nos anos de 1920 e 1930, foi marcado pela formação de uma economia capitalista competitiva que ainda encontrava condições demográficas, sociais, políticas e econômicas imperantes em uma sociedade escravista.

Quanto aos fazendeiros, a ordem competitiva exigia deles desvencilhar-se do seu patrimonialismo, obrigando-os a desenvolver uma mentalidade propriamente empresarial capitalista. Sobre o restante da população, Fernandes (2021) primeiro observava a participação dos imigrantes em três níveis distintos no processo de consolidação do capitalismo brasileiro, para depois analisar a posição das populações negras. O imigrante era posicionado pelas elites e pelo Estado como o agente de expansão do capitalismo no campo e, principalmente, na cidade.

A população negra e marginalizada figurava nesse processo como a imagem do selvagem e da irracionalidade que definiam as multidões. As formas estruturais da dominação capitalista permaneciam invisíveis enquanto afirmava-se o suposto caráter primitivo da população, que se atualizava nos discursos sobre a sua pouca ambição, que não só dificultava sua concorrência aos postos de trabalho como impedia a acumulação de riqueza e explicava a dificuldade de ajustar-se às novas ocupações (Fernandes, 2021).

Os tempos de dominação escravocrata se apresentavam como fator determinante para a exclusão e a suposta anomia da população negra.

Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em consequência, viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíam uma *congérie* social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativo. (Fernandes, 2021, p. 130)

Isso justificava, desde a Abolição, explicar as razões para o esforço de se construir medidas compulsórias que obrigassem as populações libertas a trabalhar conforme as demandas da sociedade, que não deixavam de girar em torno dos novos processos de produção que se inseriam e do risco que as populações poderiam oferecer. Conforme explicou Fernandes (2021), todo o período de escravidão posicionou essa população no imaginário e nas representações sociais, resultado dos discursos produzidos no campo da história, do direito e da medicina, como essencialmente incapaz de se ajustar ao trabalho livre, à iniciativa individual e ao liberalismo econômico, mesmo que isso fosse desmentido pela experiência cotidiana dos indivíduos desde meados do século XIX e das primeiras tentativas de industrialização.

Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc.; não eram suficientemente ‘industriosos’ para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o ‘sucesso’; carecia de meios para se lançar às pequenas ou grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais; e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação de riqueza. (Fernandes, 2021, p. 63)

Essa população, lançada às ocupações marginais ou acessórias à produção capitalista em razão das precárias condições de vida que lhe foram impostas pelos séculos de escravidão, pelo preconceito racial persistente e pela violência e rancor dos antigos senhores de engenho, representava ao mesmo tempo as marcas da degeneração e do sujeito desajustado, o que se justificava continuamente pela suposta irracionalidade do seu comportamento e natureza. Enquanto o imigrante branco poderia ajustar-se adequadamente às formas de sociabilidade organizadas pela racionalidade liberal e apresentava-se como legítimo representante da modernização, as populações negras eram classificadas *a priori* como irracionais, seus hábitos cotidianos e sua religião considerados como primitivos e perigosos pelo discurso médico (Rodrigues, 1932/2008).

Por outro lado, e também ressaltando os efeitos da violência escravocrata sobre as populações escravizadas e seus descendentes, Moura (2020), décadas mais tarde, ao analisar a sociologia do negro brasileiro, afirmava que podíamos observar um conjunto de dispositivos sociais que empurravam a população negra para as condições de maior precariedade no mundo do trabalho e para marcá-las como uma das representações do desajustamento social. Esses dispositivos sociais, que estabeleceram uma constelação de barreiras que impediram a ascensão social das camadas negras e mestiças, dividiam-se em pelo menos três grupos: primeiro, a marginalização do ex-escravo encontrava fundamento no plano teórico que afirmava a existência de sua insuficiência cognitiva em elevar suas lutas ao nível da tomada do poder político; segundo, o desenvolvimento socioeconômico e as estratégias políticas para a formação

da população dificultavam a sua entrada no mercado de trabalho, o que funcionou como um tipo de peneiramento contra o ex-escravo; por último, após a Abolição, os atos das classes dominantes em favor da chegada de imigrantes.

O negro marginalizado, por isto, é visto através das racionalizações como sujo, incapaz de disputar com o branco a liderança da sociedade, nos seus diversos níveis. Fazem uma ligação reificada, para usarmos a terminologia lukacsiana, entre a etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que os seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades. A partir daí conclui-se que, se ele se encontra presentemente marginalizado e em sua situação inferior ao branco, isto se deve fundamentalmente à sua própria incapacidade, e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas. (Moura, 2021, p. 30)

A população negra, que era considerada um problema político e posicionada no jogo perverso da hierarquização racial como inferior, compunha uma das figuras do degenerado e do desajustamento (Serpa Jr, 2010). A aproximação entre as supostas características mentais da população negra e a loucura sob a perspectiva da doutrina da degeneração não significava dizer que todo esse conjunto populacional era louco, mas significava que o discurso médico-psiquiátrico, ao analisar os sintomas psicopatológicos, encontrava relações comuns entre as características mentais dessa população e a loucura, o que reafirmava o suposto funcionamento mental primitivo dessa população.

O debate em torno da degeneração possibilitava aos médicos brasileiros estabelecerem relações entre a raça, o primitivo, o desajustamento, as formas de alienação mental e os processos de modernização do país. Apresentavam-se os determinantes biológicos, representados principalmente pela noção de hereditariedade, os desvios das funções mentais por agentes exógenos como a intoxicação por substâncias químicas, e os desvios morais, como o alcoolismo, como as causas para a degeneração da população. Tudo isso permitia a interpretação dos fatores sociais, políticos e históricos pela via do biologicismo como paradigma médico e abria espaços para os processos de medicalização do social.

Portanto, as causas que afetariam negativamente a mentalidade do povo não se distanciavam do debate a respeito da alienação mental que, considerada como uma das formas da degeneração na espécie humana, acenava a sua aproximação aos temas de caráter sociológico.

Especialmente para a medicina mental, o sujeito louco apresentava-se como personagem que encarnava a degeneração e a abertura para o vazio em um mundo que sentia o risco de seu desmoronamento. O médico tornava-se uma personagem que se debruçava sobre a vida social integrando os saberes médicos e aqueles produzidos pela estatística, pela geografia, pela demografia, topologia e história natural. A prática médica posicionava, ou tentava posicionar, a Medicina como apoio ao exercício de poder do Estado (Machado et al, 1978). “O médico

moderno digno de seu nome e condição deve praticá-la plenamente no exercício da medicina política” (GMB *apud* Schwarcz, 2014, p. 263).

E se, como escreveu Schwarcz (2014), os médicos cariocas buscavam sua originalidade na identificação das doenças tropicais e das causas que impediam o povo de alcançar sua perfectibilidade, o que implicava também o tema racial sem que isso excluísse as teses sobre a alienação mental, os médicos baianos se dedicariam a compreender o cruzamento racial como o grande mal que afetava o país: “[...] era a partir da mestiçagem que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos de [19]20, se promoviam programas ‘eugênicos de depuração’ (p. 249).

Senhores, uma imensa ciência na força e disciplina de seus conhecimentos de longe domina a obra das grandes transformações humanas, multiplicando seus ofícios para a perfeita eurritmia da vida social quer estendendo suas asas tutelares na proteção e amparo às coletividades, quer no aperfeiçoamento das raças, na formação das nacionalidades, no destino do mundo. Eis senhores da medicina. (GMB *apud* Schwarcz, 2014, p. 265)

4.3 As Faculdades de Medicina e os corpos degenerados

As Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, segundo Antunes (2006), foram algumas das instituições que abrigaram os primeiros estudos que contribuíram para a produção dos saberes psicológicos no Brasil. As teses obrigatórias defendidas ao final do curso foram importantes para o estudo dos fenômenos psicológicos, no século XIX. Além das teses, as revistas e jornais médicos produziram e reproduziram textos a respeito de temas psicológicos e, em certos momentos, da relação entre os afetos e os processos fisiológicos (Dantas, 1873).

Nas Faculdades de Medicina foram apresentados, além das teses que tratavam da higiene e da saúde pública, os primeiros trabalhos sobre a alienação mental. As considerações sobre a alienação mental como uma das formas assumidas pela degeneração incluíam também proposições sobre a população na medida em que as relações entre a formação racial e a própria degeneração encontravam alguma sustentação sob o olhar médico.

O processo de fundação das academias médico-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro, desde a carta régia de 18 de fevereiro de 1808, e a consolidação da medicina como atividade diversa daquela praticada por barbeiros, sangradores e curandeiros, levaram à fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, que tinha como objetivos principais reforçar a higiene pública e defender as ciências médicas (Postel & Quétel, 1987).

Organizada com inspiração na Academia Francesa, a Sociedade também possuía a incumbência de analisar as propostas de reforma do ensino médico, como o projeto que, aprovado em outubro de 1832, transformava as academias médico-cirúrgicas em escolas ou faculdades de medicina, o que não significava a resolução dos problemas que circundavam a formação de médicos, como a falta de material didático ou do preparo adequado dos professores para suas novas atribuições (Schwarcz, 2014). Ainda em 1832, foi criada a cátedra de medicina legal nas duas Faculdades de Medicina. No Rio de Janeiro, ela foi ocupada pelo médico José Martins da Cruz Jobim (1844-1904), autor de um dos primeiros textos sobre alienação mental publicado no país, *Insania Loquaz*, em 1831; e, na Bahia, por J. F. de Almeida, que também não deixava de discutir as causas da criminalidade e da delinquência e o tratamento da alienação mental.

Na Bahia e no Rio de Janeiro, as epidemias de cólera, febre amarela, varíola, febre tifóide, entre outros males que acometiam a saúde da população, como a ancilostomose, a tuberculose e os insetos e animais peçonhentos, convocavam os médicos para a sua missão higienista. Alguns desses males eram atribuídos às características específicas de certas populações, como o agravamento da febre amarela relacionado aos imigrantes italianos ou ainda a introdução do Ainhum³⁹ no país, atribuída à população africana. Mais tarde, a multidão de mutilados e enfermos que retornavam da Guerra do Paraguai (1864-1870) demandou a atuação de cirurgiões ao mesmo tempo que nas cidades aumentavam a criminalidade, a embriaguez e os casos de alienação mental, o que impulsionava os debates em torno das taras e degenerações no campo da medicina legal (Schwarcz, 2014; Lima, 1867).

Ainda conforme Schwarcz (2014), esse é o momento, o último quartel do século XIX, da emergência do médico como missionário da cura, cuja intervenção não seria voltada apenas ao indivíduo doente, mas deveria mirar a totalidade da população. Foi também nesse movimento que as particularidades da formação da população brasileira figuravam entre os elementos para que os médicos, cariocas e baianos, encontrassem as causas para explicar a realidade social e constituíssem a representação da sociedade como um corpo doente que deveriam curar de seus males mais profundos: uma nação enfraquecida sob o risco constante da degeneração.

A medicina mental que se formava, e que não era uma disciplina autônoma no curso de medicina (Oda, 2013), buscava na Europa, especialmente na França, os estudos que fundamentavam as noções a respeito da loucura e de seu tratamento. Os textos de alienistas

³⁹ Doença que mais frequentemente acometia a população negra.

franceses como Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), Morel, Magnan e Paul-Maurice Laegrain (1860-1939), não só influenciaram as primeiras teses no Brasil a respeito da alienação mental como algumas das tentativas de organização do campo psiquiátrico até o fim do século XIX, inclusive no que se referia a estabelecer comparações entre as condições de tratamento dos alienados no Brasil e aquelas encontradas pelos franceses anteriormente ao gesto de Philippe Pinel (1745-1826) (Caponi, 2012; Brandão, /1956/1897).

Não exageramos; a causa que defendemos é bastante justa para dispensar *melopéas declamatorias*. Os fatos que vamos expor demonstram à sociedade que a condição atual do alienado no Brasil é, para maior parte, igual à que lhes era assinalada em França, antes da reforma de Pinel! Não havendo leis especiais sobre a matéria, os mentecaptos não têm entre nós outras garantias se não as do direito comum. (Brandão, 1956/1897, s/n)

Ao considerar o tratamento moral e a higiene moral a respeito da alienação mental, os médicos brasileiros encontravam, em última instância, a possibilidade de emergência de uma psiquiatria que poderia ampliar seu campo de ação para além dos asilos e que, com isso, articulavam os dispositivos disciplinares e o controle da população. A noção de alienação mental fazia da degeneração um elemento fundamental para esse processo de formação de uma Psiquiatria ampliada (Caponi, 2012).

Nesse sentido, as questões étnico-raciais não estavam distantes das discussões a respeito da alienação mental, já que a raça e a hereditariedade permaneciam entre as supostas causas da degeneração. Conforme escreveu Caponi (2012), a noção de um homem originário, primitivo, no sentido empregado por Gobineau, criado por Deus e que, em razão da ação do clima, desviava-se do seu estado primeiro de pureza, virtude e perfeição, corresponderia aos princípios gerais do processo de degradação de um povo. O homem primitivo corresponderia a um homem originário, equilibrado, branco e habitante das zonas temperadas da Europa, em relação ao qual os demais tipos humanos, como os povos originários das Américas e África, significavam desvios, formas degeneradas (Caponi, 2012). Assistia-se, e isso desde o fim do século XVIII, a morte do bom selvagem rousseano, que se convertia na imagem primeira da degeneração humana.

A teoria da degeneração apresentava-se como um fundamento científico sólido para legitimar as intervenções médicas sobre as condutas de indivíduos e grupos. Esse programa reforçava a crença de neurologistas e psiquiatras de que, mais cedo ou mais tarde, seria possível achar no corpo, particularmente no cérebro e nas conexões neurais, a explicação para os mais variados desvios de conduta. (Caponi, 2012, p. 101)

A medicina mental no país, frente à expansão urbana, aos problemas de habitação e ao aumento das populações pobres, marginalizadas e consideradas como perigosas, dedicou-se à produção de tecnologias de combate à degeneração mental, o que se colocava como:

Em primeiro lugar, a possibilidade de medicalizar, sobretudo sob o ângulo da medicina mental, amplos setores da população, atribuindo ‘morbidez’ às suas práticas sociais. Além disto, estratégias

caminham em direção à tentativa de conferir maior visibilidade aos ‘degenerados’, aperfeiçoando as formas de esquadramento e suprimindo seus locais de esconderijo no meio urbano. Finalmente, o esforço de moralização da sociedade corresponde ao imperativo de barrar a expansão da ‘maré de degenerados’, através de controles sobretudo morais e higiênicos introjetados na ‘boa’ sociedade. (Cunha, 1988, p. 26)

A variedade de comportamentos e sinais da degeneração exigia mais que um espaço delimitado para o isolamento e a efetivação do tratamento moral, ainda que ele continuasse imprescindível para a cura do doente. A higiene moral, principalmente nos anos de 1920 e 1930, estendia a sua vigilância aos espaços públicos, às relações familiares, às escolas e aos hábitos cotidianos, com o objetivo de identificar as características mórbidas da degeneração. A higiene moral abria espaços para a recepção da higiene mental, o que produziu, no âmbito da Liga Brasileira de Higiene Mental, o ideal de se estabelecer pela mão dos higienistas uma moral que condicionaria o futuro do país (ABHM, 1925).

A medicina mental, que desde os anos de 1920 somou-se ao higienismo mental, também incorporou as diretrizes para o melhoramento da raça como forma de prevenção da doença mental, e assim tornou-se um dos dispositivos para a intervenção pedagógica sobre as populações. Era necessário educar a população com uma nova moral, principalmente as classes mais pobres. Com essa tarefa, não deixavam de ressurgir antigas dualidades e confrontos: o civilizado e o primitivo, o primitivo sublime e os degenerados e desajustados, a natureza e a moral, o instinto e a educação.

Foi nesse movimento que as crianças, representadas pela busca do prazer selvagem, assim como os paranoicos o eram, deveriam ser submetidas ao mundo da ordem (Birman, 1978). Dessa forma, alienados e crianças vinculavam-se no discurso psiquiátrico. A autofilia, um dos sintomas paranoicos, era o resultado da falta de uma educação corretiva na infância, momento em que esse sintoma corresponderia a uma etapa do desenvolvimento mental infantil (Moreira & Peixoto, 1905/2010).

Havia ainda uma nuance nestas perspectivas, que Cunha (1989) identificou nos textos psiquiátricos escritos no início do século XX: não se tratava somente de identificar os alienados, termo que representava o descompasso entre o indivíduo, a moral e a sociedade provocado pelo declínio da vontade e da inteligência, mas inclusive aqueles que permaneciam na vida cotidiana sem a irrupção de seus sintomas: aqueles que “(...) não são declaradamente loucos nem de mentalidade perfeitamente normal: são os degenerados que, gradativamente, sem linha bem definida, estabelecem a transição entre o louco e o são de espírito” (Rocha, 2008, p. 151). Todos se tornavam objeto de observação para os alienistas (Cunha, 1988), e assim multiplicavam-se as figuras dos degenerados e dos desequilibrados.

4.3.1 A degeneração, o desequilíbrio mental e o desajustamento social

Antes de avançarmos, façamos uma breve digressão. E isso em razão de que em nosso texto três imagens se sobrepõem: o degenerado, o desequilibrado - que marcava uma descontinuidade em relação à noção de degeneração - e o desajustado, que se destacava nas proposições que estabeleciam relações entre o discurso médico e o sociológico. Assim, dedicarmos brevemente a traçar algumas direções e deslocamentos entre estes termos a fim de, mais tarde, compreendermos as descontinuidades entre um e outro no interior do discurso psicológico.

A doutrina sobre a degeneração foi o paradigma dominante na psiquiatria em todo o Ocidente entre a metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, e isso porque tentava oferecer uma explicação global para os problemas que enfrentavam as sociedades capitalistas (Grenier, 1994). As suas diferentes causas localizavam-se entre as teológicas, biológicas, morais e culturalistas, em relação de reciprocidade umas com as outras. Ao observarmos os significados que o termo recebeu no discurso psiquiátrico, encontramos uma polissemia de sentidos que não deixam de se vincular ao debate em torno das origens e do desenvolvimento da humanidade e de seu suposto estado original de perfectibilidade, o que se somava, em meados do século XVIII, às concepções eurocêntricas que postulavam uma suposta hierarquização racial (Schwarcz, 2014).

Serpa Jr (1998), em sua leitura do trabalho de Dupeu (1976) no que se referia à etimologia das palavras degenerar, degenerescência e degeneração, encontrou sua origem na palavra *genus, generis*, que significa raça, e o primeiro sentido que adquiriu foi o de um desvio dos costumes. No sentido anatomopatológico, escreveu o autor, a palavra encontrava um outro uso: a passagem de um estado primitivo superior a um estado inferior (como a substituição de um tecido normal por um canceroso). O terceiro significado atribuído ao termo, ainda segundo Serpa Jr, foi o que Dupeu (1976) chamou de registro bio-antropológico, e que corresponderia à ideia de que um tipo primitivo perfeito sofreria um processo gradual de degradação.

Grenier (1994) afirmava que o termo degeneração foi comumente associado ao nome do alienista francês Bénédict Augustin Morel (1809-1873) que, com o lançamento de seu *Traité des dégéréscences de l'espece humaine* [Tratado das degenerescências da espécie humana], em 1857, o popularizou. No entanto, o termo utilizado por Morel era derivado da noção empregada pelo naturalista Georges-Louis Leclerc, Conde Buffon (1707-1788), em 1766,

significando um desvio e declínio do funcionamento animal devido à ação do clima, da escassez de alimentos e da domesticação.

Aplicado à espécie humana, na perspectiva de Morel (1857), o termo se referia a um desvio patológico de um tipo primitivo que ocorreria sob a influência de condições debilitantes do ambiente e dos desvios morais, os quais provocariam lesões no sistema nervoso que seriam as causas da alienação mental. Essas lesões seriam transmitidas pela via da hereditariedade às gerações seguintes e, agravando-se e transformando-se, conduziriam ao surgimento de seres inaptos à reprodução e à sobrevivência, o que resultaria na extinção da linhagem familiar e da raça.

As causas para a degeneração, na pena de Morel (1857), dividiam-se em seis tipos: degeneração por intoxicação, as resultantes do meio social, aquelas resultantes de uma afecção mórbida, as derivadas da imoralidade, as provenientes de doenças congênitas ou adquiridas e as emergentes pela influência hereditária (Caponi, 2012). A grande novidade apresentada por Morel, segundo Grenier (1994), era a hereditariedade colocar-se como elemento fundamental para a gênese da alienação mental, que era apenas uma das formas de degeneração, ainda que em seu tratado Morel não se referisse a outras. Por outro lado, ao examinar as causas ligadas à imoralidade, Morel (1857) afirmou que o cérebro era o órgão sede da alienação mental e da alma, e era por isso que as degenerações provocariam alterações no sistema nervoso ou alguma desordem cerebral.

Dessa forma,

A teoria da degeneração oferece aos alienistas um fundamento organicista que se refere a lesões cerebrais e a predisposições hereditárias. Permite também estender os domínios da psiquiatria além das fronteiras do asilo. A identificação de redes causais e a classificação etiológica das degenerações, incluídas as alienações, abrem a possibilidade de se detectar e interromper a sucessão patológica, atuando diretamente sobre os processos causais de doença. (Caponi, 2012, p. 97)

Segundo Serpa Jr. (2010), era possível localizar na obra de Valentin Magnan (1835-1916) um segundo momento de efervescência em torno da degeneração. Embora Magnan rejeitasse a definição de desvio de um tipo perfeito, ele reconhecia a contribuição e o esforço de Morel para a identificação da gênese da alienação mental. No entanto, Magnan e Legrain (1895) caracterizaram a degeneração como um estado patológico e não como um estado regressivo, como a degradação de um tipo perfeito ao outro inferior indicava: “a ideia do tipo perfeito moreliano é descartada por ser inconcebível cientificamente” (Serpa Jr, 2010, p. 463).

A perfeição, condição de todo organismo que evoluiu sem desvio, deveria ser procurada no final do processo de formação dos indivíduos e não na sua origem, e o tipo perfeito seria aquele que melhor respondia à sua conservação e à conservação da espécie. E, se em alguma

medida o caráter regressivo ainda se fazia presente, a diferença era que este recuo seria de um estado mais evoluído para outro menos evoluído, “(...) mas ainda assim ‘normal’, no sentido de poder voltar a se aperfeiçoar” (Serpa Jr, 2010, p. 463). Portanto, “a degenerescência é o estado patológico do ser que, em comparação com seus geradores mais imediatos, é constitucionalmente diminuído na sua resistência psicofísica e só realiza incompletamente as condições biológicas da luta hereditária pela vida” (Magnan & Lagrain *apud* Serpa Jr, 2010, p. 463).

Conforme Caponi (2012), nessas proposições permanecia a noção de um tipo normal da humanidade. Porém, diferentemente de Morel, Magnan e Lagrain não se referiam a um modelo criado por Deus, mas um modelo socialmente desejado: “(...) o indivíduo capaz de agir de acordo com normas sociais estabelecidas, sem se submeter a impulsos ou desejos involuntários” (Caponi, 2012, p, 107).

Para Magnan e Lagrain (1895), as causas para a degeneração eram diversas e cada época trazia consigo seu conjunto particular, que significava o reverso da civilização. Os autores dividiram as causas da degeneração entre as influências hereditárias e as influências adquiridas ou acidentais. No primeiro grupo, as degenerescências hereditárias, encontravam-se aqueles com as predisposições simples e os predispostos com degenerescência. Entre as predisposições simples estavam as formas simples de loucura, como a mania e a monomania, que não implicavam em graves distúrbios da inteligência, as psiconeuroses transitórias e aqueles indivíduos que, até o dia da emergência da loucura, eram considerados normais. Entre os predispostos com degenerescência, hereditária ou adquirida, estavam aqueles que sofrem profunda perturbação das funções psíquicas e o tempo todo são identificados como anormais. Eram os indivíduos notados desde o seu nascimento por suas perturbações da inteligência, dos sentimentos e dos instintos. Estes quadros poderiam se desenvolver pela acumulação das taras hereditárias ou ainda pela ação de agentes etiológicos exógenos como a varíola, febre tifóide, traumatismos etc (Serpa Jr, 1998).

Ainda entre os degenerados hereditários, o primeiro grupo dessa categoria era composto por três figuras: o idiota, o imbecil e o débil mental. Nesse imenso grupo de degenerados hereditários encontravam-se também os que possuíam impulsos homicidas, cleptomaníacos, o incendiário, o exibicionista, os anormais sexuais (o onanismo, a pederastia, a sodomia, o fetichismo, a necrofilia, a gerontofilia, entre outras), tivessem ou não estigmas físicos. No entanto, mais do que determinada por lesão e pela hereditariedade, para Magnan e Lagrain (1895) a noção de desequilíbrio das funções mentais era considerada determinante para a

identificação do funcionamento patológico. Os estigmas que se ofereciam aos olhos, as má-formações cranianas, as distrofias faciais, as anomalias dentárias, o hermafroditismo etc, eram tratados como as marcas desse desequilíbrio patológico.

Para Magnan, o que unifica todos os degenerados é que estes compartilham certos estigmas psíquicos que manifestam uma conexão deficiente entre as diferentes partes do cérebro. Por essa razão, é possível encontrar um sujeito que alterne momentos de lucidez e de delírio; momentos nos quais as conexões neurais ocorrem corretamente, e outros momentos em que elas deixam de ocorrer. (Caponi, 2012, p. 108)

“O degenerado é um desequilibrado” (Magnan & Legrain, 1895, p. 98). Com essa afirmação o discurso psiquiátrico não só ancorava-se no evolucionismo, mas na medida em que as suas proposições pudessem estabelecer parâmetros ou direções para a compreensão do processo evolutivo do sistema nervoso central, estabelecia que “o desequilíbrio entre os centros do eixo ‘cérebro-espinhal’ responsáveis pelas funções intelectuais, afetivas, sensitivas e instintivas é o responsável, portanto, pelas diferentes formas clínicas dos ‘hereditários degenerados’” (Serpa Jr, 1998, p. 143). A noção de desequilíbrio, reavivada por Magnan e Legrain (1895), referia-se ao funcionamento mental e aos fatores orgânicos em sua gênese.

Como podemos perceber, as discontinuidades em torno da noção de degeneração permitiram as aproximações entre a figura do degenerado e a do desequilibrado mental. Da mesma forma, a noção de degeneração, sobretudo depois de sua revisão com Magnan e Legrain (1895), ao considerar o tratamento moral e as formas de prevenção da degeneração pela via da higiene moral, indicava os caminhos para a correção da alienação e dos comportamentos desviantes e desequilibrados, admitindo inclusive que haveria um conjunto de degenerados incorrigíveis que encontrariam o inevitável desaparecimento em algumas gerações e que por isso mesmo não significavam um risco à espécie humana. A higiene moral corresponderia às estratégias médico-pedagógicas que se estenderiam, como princípios para a vida coletiva, pelo tecido social.

Mesmo que as teorias sobre a degeneração tenham progressivamente perdido sua força no discurso psiquiátrico, encontramos seus reflexos nas proposições a respeito da doença mental em autores como Kraepelin e Freud, entre outros (Oda, 2020). O primeiro utilizou amplamente o conceito de degeneração e referiu-se à transmissão hereditária de caráter acumulativo para a compreensão do processo degenerativo das funções psíquicas, colocando a degeneração entre as causas para a doença mental, divididas estas entre endógenas e exógenas, (Serpa Jr., 1998). Freud - e voltaremos a ele quando analisarmos o desajustamento social nos discursos psicológicos - ainda que tenha posicionado as causas das neuroses e das psiconeuroses em outra direção, não deixou de afirmar que o termo degeneração referia-se a

um conjunto específico de quadros patológicos, visivelmente aqueles em que as funções psíquicas possuíam graves alterações, e que a influência hereditária tornava-se nesses casos o principal fator patológico.

4.4 Das paredes asilares à higiene mental: os deslocamentos do discurso psiquiátrico entre degenerados e desajustados⁴⁰

Não nos dedicaremos à História da Psiquiatria. Aproximamo-nos dela na medida em que os discursos sobre a alienação mental posicionavam a medicina mental como dispositivo social e político.

Nos discursos médicos a respeito da alienação mental produzidos no Brasil durante o século XIX, abriam-se duas dimensões indissociáveis para o cuidado do louco e a cura da loucura, seguindo a psiquiatria moral francesa: o tratamento moral e a higiene moral. Esta última estava presente no tratamento no interior dos asilos, mas visava também o espaço exterior às instituições e buscava de alguma forma amparar a sociedade, com a legitimidade da ciência, na consolidação de suas leis, regimes e instituições. Conforme Birman (1978), a medicina mental tornou-se um projeto de intervenção pedagógica que pretendia produzir uma nova moral e regular as relações sociais e familiares.

O tratamento moral referia-se aos espaços institucionais delimitados em que se tomava como objetos o corpo e sua anomalia com o objetivo de recuperá-los de seu mundo ilusório (Birman, 1978). O isolamento, princípio importante para o tratamento dos alienados desde Pinel (1801/2007), objetivava afastar o doente das situações que poderiam se tornar obstáculos para sua recuperação, confrontar o delírio, ajustar as paixões e submeter os doentes a uma educação moral que fortaleceria e desenvolveria as faculdades do entendimento.

Ao descrever o confronto entre o louco e o vigilante do hospício, que representava o confronto entre o desvio da vontade e do intelecto e a verdade do poder psiquiátrico, escreveu Pinel (1801/2007, p. 201): “se você é um soberano – lhe diz ele [o vigilante do hospício] -, como não faz cessar sua detenção, e por que permanece aqui confundido com alienados de toda espécie?”. O isolamento “[...] tem a finalidade de modificar a direção viciosa da inteligência e

⁴⁰ Em razão da pandemia de Covid-19, não pudemos visitar os arquivos que guardam as obras das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Contamos com os projetos de digitalização destas obras mantidos pela Fiocruz, no Rio de Janeiro, e pela Coleção de Obras Raras da Faculdade de Medicina da Bahia. Vale ainda acrescentar que os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental foram digitalizados pelo Grupo de Pesquisa Higiene Mental e Eugenia - GEPHE, coordenado pela Profa Dra Maria Lucia Boarini, da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

dos afetos dos alienados: é o meio mais enérgico e ordinariamente mais útil para combater as enfermidades mentais” (Esquirol *apud* Birman, 1978, p. 260).

Conforme escreveram Oda e Dalgarrondo (2007) na apresentação do *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania*, a produção científica de Philippe Pinel (2007), principalmente seu esquema nosográfico, esteve presente muito cedo no ensino médico brasileiro, ainda que somente tenha se consolidado no conjunto da obra de seu discípulo Jean-Ethiène Esquirol.

Um dos primeiros textos no Brasil que tratou da loucura como objeto científico e como problema político para a higiene pública foi publicado originalmente no Seminário de Saúde Pública, em 1831, escrito por José Martins da Cruz Jobim (1802-1878), médico brasileiro formado em Paris e, como vimos, um dos fundadores, em 1829, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, a primeira associação médica do país (Oda, 2005).

O relato de Jobim, além de apresentar o exame de um cadáver como prática médica, tinha o objetivo de analisar as relações entre o quadro clínico psicopatológico e as alterações anatômicas e, com isso, estabelecer as possíveis causalidades entre a loucura agitada e as alterações do organismo, no caso em questão, as hipotéticas afecções pulmonares. O médico oferecia ao leitor a descrição do corpo morto de um sujeito louco.

Silvestre, de uma constituição atlética, entrou no Hospital da Misericórdia há mais de um ano, como louco. Sua loucura consistia em falar muito com voz forte e cheia e, dava a perceber, tinha muitas alucinações, em que se lhe apresentavam diferentes pessoas com quem conversava, e estava sempre em disputa; isto com grande volubilidade, mudando a cada instante de objeto; no meio destas desordens da inteligência comia e bebia como se nada tivesse, sem se queixar de coisa alguma. Ele tinha um semblante carregado, e melancólico, e quando acontecia estar calado, se se lhe perguntava alguma coisa, então começava as suas vociferações e seus diálogos. Ele foi pouco a pouco emagrecendo, começou a lançar escarros purulentos em grande abundância, e faleceu no dia 17 de dezembro de 1830. (Jobim, 1831/2005, p. 557)

Silvestre era doido (termo que Jobim utilizou no trecho abaixo) e não tinha mais que o nome. Sem idade, classe ou etnia, era um corpo que se oferecia ao olhar médico. Mas os mortos não falavam: devia ser um doente conhecido pelo médico, que o descrevia em suas características de humor e personalidade, além de seu tipo físico. O conjunto de sintomas apresentava-se como voz alta, persistentes alucinações, desordem da inteligência, glutão, melancólico e furioso. Essas descrições eram completadas pelo resultado do exame cadavérico:

Necropsia: no ventre serosidade purulenta com algumas aderências em pequeno número, formadas por falsas membranas; o interior do canal intestinal são, assim como os órgãos do ventre; no peito aderência íntima da metade superior dos pulmões às pleuras costais; a parte superior dos pulmões hepatizada, no esquerdo havia três grandes cavernas, no direito duas pequenas. No meio do tecido pulmonar hepatizado havia grande número de pequenos tubérculos irregularmente circunscritos; o pericárdio dilatado continha 4 a 5 onças de serosidade; o coração estava perfeito. Os ossos do crânio eram duros e espessos; bastante serosidade entre a aracnoide; por baixo desta membrana, na parte convexa do hemisfério cerebral direito havia, o que já encontrei em outro doido, uma porção de sangue disseminado igualmente na extensão de três polegadas, a substância cerebral no estado perfeito; os ventrículos laterais

tinham uma capacidade tripla ordinária, e estavam cheios de serosidade límpida, reputada em seis onças; a extremidade inferior do *septum transversum* rota dava comunicação entre os dois ventrículos. (Jobim, 1831/2005, p. 558)

Não há nada mais que isso na descrição de Jobim: crânio, vísceras, serosidades, órgãos, ventrículos, e todo o exame parecia inconclusivo pela escassez de informações, já que Jobim havia visto apenas em outro doido aquela porção de sangue abaixo da aracnoide. De toda forma, tratava-se de uma busca pela causalidade psicofisiológica da alienação mental e o exame realizado obedecia à racionalidade científica, o que parece ter sido um passo importante para que os alienistas se colocassem como aqueles que tinham o poder de tratar e curar a alienação mental.

Além disso, os primeiros textos sobre a alienação mental no século XIX surgiram em compasso com as críticas relativas ao tratamento dos loucos na cidade do Rio de Janeiro. Além dos inconvenientes e riscos provocados por sua livre circulação na cidade, as críticas ao Hospital da Misericórdia referiam-se tanto às condições insalubres quanto à direção dos tratamentos. Naquele hospital, o que se repetia nos outros cantos do país,

Os doentes lá estavam acumulados em doze células. O corredor local recebia ar pelas janelas abertas para o jardim e para o pátio interno do Hospital, lugares de passagem para o serviço do mesmo, expostos por conseguinte os doentes à curiosidade dos que iam e vinham e, por vezes, às suas provocações. (Moreira, 2011, p. 731)

No mesmo ano, Jobim (1831) assinou o relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade Médica do Rio de Janeiro que considerava as condições encontradas para o tratamento dos doentes em geral e dos loucos como insalubres e inadequadas e, especialmente para estes últimos, o cúmulo da barbárie (Oda, 2004). Os maus-tratos observados fizeram o médico afirmar a necessidade da criação de um asilo especial para alienados (Moreira, 2011).

Essa mesma denúncia também se apresentava no texto de José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), médico francês radicado no Brasil, que publicou em 1835, no *Diário de Saúde - efemérides das ciências médicas e naturais do Brasil -*, suas *Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro*. O médico apontava que, além daquilo que a Câmara Municipal prometia a respeito da melhoria da higiene pública conforme as suas atribuições administrativas e judiciárias, era ainda importante somar a vigilância aos doidos.

Os que pertenciam às famílias abastadas ou eram assistidos pela caridade permaneciam em isolamento em quartos fechados, sobretudo quando apresentavam-se tomados por seus delírios, pela idiotia ou pela paraplegia. A sua presença era um fardo penoso, incômoda e insuportável para a vizinhança (Sigaud, 1835/2005). Ainda assim, afirmava o médico, não eram a esses doidos que a Câmara Municipal tinha dever urgente. Ela deveria ocupar-se daqueles que

circulavam livremente pelas ruas, excitavam as risadas e provocavam as injúrias dos passantes: o pobre brigadeiro com suas roupas e a razão maltratadas pelo tempo, o músico que caminhava pela cidade executando os modos de condução de uma orquestra, o ator que mergulhava nu em um dos chafarizes, o velho alto de braço estendido que deixava escapar palavras sem nexos, ou o mestre-escola apaixonado pelo estudo e que, quando tomado pelo delírio, ordenava a seu exército imaginário que devastasse o país (Sigaud, 1835/2005). Eram “[...] aqueles que circulam livremente pelas ruas, e que embuçados em grotescos andrajos excitam as risadas dos viandantes. E provocam apenas um sorriso de compaixão de envolta com a torrente de grosserias injúrias e ridículos epítetos com que são amofinados” (Sigaud, 1835/2005, p. 60).

Idiotas, imbecis, melancólicos, monomaniacos com delírio, paraplégicos e loucos de todos os tipos que podiam enfurecer-se e matar ao acaso o filho amado de uma família qualquer, são essas as categorias que se apresentavam no relatório e que já revelam a interface entre a psiquiatria emergente e o problema político de governo da população:

A sociedade nada ganha com o espetáculo ridículo e hediondo de certos doidos; a moral pública sofre com sua presença nas ruas; a caridade geme vendo vítimas votadas a uma morte certa, e a segurança dos habitantes corre risco que pode comprometer a vida de alguns deles. (Sigaud, 1835/2005, p. 561)

Não esqueçamos que o texto apresentava ainda um conjunto de outros personagens que lotavam as ruas do Rio de Janeiro, faziam parte do mesmo cenário e somavam-se aos alienados no mesmo espetáculo, conforme as palavras usadas pelo médico: as velhas enfermas, os mendigos, os bêbados e os leprosos. Fazia-se urgente, segundo o autor, a fundação de um hospício de doidos ou o estabelecimento de uma casa de saúde, já que o Hospital da Misericórdia possuía condições distantes daquelas ideais para o recolhimento e a cura dos doidos:

[...] que distância dessas gaiolas humanas, postas na vizinhança de um cemitério, e por baixo de enfermarias ajoujadas de doentes, a um local espaçoso, arejado, no meio do campo, com ruas de árvores para o livre exercício dos doidos, e com água corrente para banhos frios, que são de tanta necessidade no curativo da loucura! (Sigaud, 1835/2005, p. 561-2)

Importante notar que as categorias apresentadas no texto são aquelas elaboradas por Pinel (2007) em seu *Tratado: a mania, a melancolia, a demência e o idiotismo, e a ausência da noção de degeneração*. Com isso vale lembrar que, para Pinel (2007), segundo Pessotti (2001), a loucura seria uma lesão do intelecto ou da vontade que se manifestava nos sintomas orgânicos e comportamentais, e que o estudo de cada um desses quadros observados pelo alienista possibilitaria a compreensão da natureza dos desvios e uma adequada distribuição dos loucos pelo espaço asilar.

Ainda sobre a criação de um espaço de tratamento para a loucura, Luiz Vicente De-Simoni (1792-1881) publicou em 1839, na Revista Médica Fluminense, o texto *Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados*. Além das denúncias sobre as condições insalubres que encontravam os loucos nos porões da Santa Casa, o médico apelava para a preservação da liberdade do cidadão, que ao tê-la perdido com a coação e a desgraça que a moléstia mental lhe impunha, assumia frente à sociedade posição pior que a do escravo.

O homem escravizado e oprimido pela tirania, ainda fica senhor de si mesmo, dos seus pensamentos, da sua opinião, da sua vontade interior, que ninguém pode dominar. A loucura nem esse senhorio lhe deixa, e privando-o do entendimento e da livre vontade, o reduz a um estado muito inferior ao dos brutos. O indivíduo que tem a desgraça de ficar louco, perde imediatamente quase todos os direitos civis e políticos; as leis lhe tiram toda a faculdade ativa de cidadão; o ilota, servo da gleba, o escravo conservam mais direitos civis que ele, porque eles ainda podem dispor do que lhes pertence; o louco nem dos trapos que o cobrem: a sociedade o afasta de si, e do seu consórcio como faz um criminoso de quem se teme, ou que aborrece; e a título de precaução, e de cura ele vê-se privado da administração de seus bens, da companhia de sua mulher, e de seus filhos, e por fim da liberdade não só do corpo, como do espírito. (De-Simoni, 1839/2004, p. 157)

Tomado pelo delírio e furioso, o louco tudo desconhecia e tudo fazia em pedaços. Nu, aos gritos e ensopado pela imundície, restava-lhe a camisa de força e até o tronco: amarravam-lhe as pernas e os braços como a um escravo. E se seu estado não passava com os remédios que tinham à disposição os médicos e enfermeiros, expirava o louco, mirrado como uma múmia, sem que ninguém chorasse sua morte ou se compadecesse com a sua sorte. O texto de De Simoni colocava em questão a liberdade, a cidadania, os meios de tratamento do louco e, fator não menos importante, a noção de que todo cidadão corria o perigo de ficar louco. Os liberais, os filantropos e os pais da pátria que se horrorizavam ao contemplar as desgraças do louco em seu delírio, poderiam eles mesmos, como resposta aos infortúnios da vida civilizada e moderna, serem acometidos pelo mesmo mal, que lhes tiraria o intelecto e a propriedade e os colocaria nas mais terríveis masmorras (De Simoni, 1839/2004).

As categorias ou divisões da alienação não são mencionadas com detalhes, ela foi tratada de forma geral, talvez pela natureza do próprio documento. Entretanto, o autor não deixava de sinalizar as fontes que fundamentavam suas críticas e propostas. Referia-se a Esquirol e Guillaume Ferrus (1784-1861), também discípulo de Pinel, entre outros. Sobre o tratamento, o médico, diante da falta de condições para conduzi-lo adequadamente, restringia-se a um tratamento puramente físico, também imperfeito.

Nos textos de Sigaud (1835/2005) e De-Simoni (1835/2004) figuravam categorias que já apresentavam a influência dos ideólogos franceses e a noção de que todo cidadão poderia ficar louco devido às exigências da civilização moderna. A loucura poderia ainda apresentar-se

de forma intermitente, como a daquele doido que durante três dias era abandonado pela razão. Mesmo o mais civilizado, os liberais, os filantropos e os pais da pátria não estavam livres do risco de se encontrar em desatino. A noção de doença mental colocava para a sociedade um novo problema relacionado à liberdade e à cidadania, valores também liberais tidos como fundamentais e mais elevados da civilidade. A loucura distorceria o civilizado. Tirava-lhe, conforme esses discursos, o direito sagrado da propriedade, rebaixava o cidadão ao nível do escravo que poderia ser castigado no tronco. Desajustava o ajustado e revelava o risco da irrupção do desequilíbrio das paixões, do intelecto e da vontade.

No mesmo período, que antecedeu inclusive a abertura do Hospital de Pedro II, mais tarde Asilo Nacional dos Alienados, encontramos as primeiras teses a respeito da alienação mental escritas no Brasil. Esses trabalhos apresentavam uma estrutura formal semelhante, ainda que encontremos algumas variações com o passar dos anos como, por exemplo, a variação do número de páginas. No geral, os trabalhos dedicavam-se a apresentar observações generalistas sobre o fenômeno estudado, uma revisão bibliográfica sobre o tema e, no caso das teses que examinamos, uma definição da alienação mental, seguidas das seguintes sessões: o exame das suas causas divididas entre predisponentes, que abrangiam o clima, as idades, as profissões etc., os determinantes físicos, como agentes tóxicos, lesões no sistema nervoso, e os fatores hereditários e morais, como os desvios sexuais, os maus hábitos cotidianos, o onanismo etc.; o curso da doença, diagnóstico e prognóstico, a sua sede e as formas de tratamento. Após a última seção, os autores reproduziam, em latim, alguns dos aforismas do *corpus hipocraticum*.

Em *Considerações gerais sobre a alienação mental*, tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1837, por Antônio Luiz da Silva Peixoto, considerada a tese inaugural sobre alienação mental no país, a loucura era classificada conforme as categorias apresentadas por Pínel e Esquirol, o que refletia a influência da psiquiatria francesa sobre os médicos brasileiros. Conforme Oda (2013), não há muitas informações sobre o autor da tese e nem se pode encontrar outros trabalhos publicados por ele. A dissertação sobre alienação foi um trabalho teórico que, segundo a mesma autora, repetia trechos inteiros do *Dicionário de medicina e prática cirúrgica*, verbete alienação, e do *Dicionário de ciências médicas*. Para além do plágio, termo que usaríamos hoje, ambos os dicionários foram escritos na França, o que mais uma vez evidencia a influência do tratamento moral e da psiquiatria francesa, o que só começou a se modificar com a recepção da psiquiatria alemã e os trabalhos de Juliano Moreira, no início do século XX, o que obviamente não significou o seu total apagamento.

Quanto à noção de alienação mental, ela era apresentada como uma “[...] moléstia apirética⁴¹ do cérebro, ordinariamente de longa duração, com perturbação contínua ou intermitente das faculdades intelectuais e afetivas, algumas vezes parcial, com ou sem lesão das sensações e dos movimentos voluntários, e sem desordens profundas e duráveis das funções orgânicas” (Peixoto, 1837, p. 647).

A classificação apresentada pelo autor reproduz aquela elaborada por Pinel e Esquirol: mania, monomania, demência e idiotismo.

Definimos mania como, delírio geral, com agitação, irascibilidade e furor; monomania, delírio parcial, com abatimento, morosidade, e inclinação à desesperação; a monomania ainda se subdivide em amenomania, quando o delírio é alegre; em tristimania (hipocondria ou lipomania) quando o delírio é triste, o que também tem o nome de melancolia; demência, obliteração ou debilidade acidental das faculdades intelectuais, a qual provem dos progressos da idade, chama-se demência senil; idiotismo, obliteração ou debilidade congênica da inteligência. (Peixoto, 1837, p. 647)

Entre as causas predisponentes encontramos o clima, as estações, as idades, os sexos, os temperamentos, as profissões e os modos de vida. Entre as causas determinantes físicas encontramos a hereditariedade, as diferentes moléstias do cérebro, a menstruação nas mulheres, as hemorroidas nos homens, a epilepsia etc. Entre os determinantes morais encontramos os costumes, as exigências da civilização, a situação política dos povos, as paixões, como o desejo e a ambição.

Considerando esses elementos, o autor afirmava que a loucura era mais frequente em climas quentes e úmidos, e que isso explicava o imenso número de alienados no Rio de Janeiro. A alienação seria mais frequente nas mulheres, que costumeiramente manifestavam os sinais da loucura até os vinte e quatro anos de idade e depois dos cinquenta. Nos homens, entre vinte e cinco e trinta e cinco. A profissão também era fator importante para a emergência da loucura, sendo aquelas que exigiam estudos sérios e apurados as que favoreceriam a alienação. Além disso, as profissões de maior insalubridade, como as que expunham os indivíduos à insolação ou ao calor dos vapores de carvão, poderiam fazer emergir a loucura.

Os costumes também se encontravam em interface com as predisposições físicas: o consumo imoderado de álcool, uma educação viciosa, os prazeres venéreos, o celibato forçado, o onanismo, a religião supersticiosa e as formas de governo: todos esses elementos poderiam conduzir ao enfraquecimento das faculdades intelectuais. Vale observar que, para o autor, os governos republicanos, marcados pela liberdade de pensamentos que aguçavam as paixões, favoreciam o desenvolvimento da loucura, assim como também o faziam as revoluções e o aumento progressivo da população (Peixoto, 1837).

⁴¹ Que não apresenta febre.

Entre as causas determinantes físicas, o autor atribuiu à hereditariedade influência decisiva para a emergência da alienação mental. O verbo degenerar aparece pela primeira vez quando o autor afirma que a meningite, a encefalite, a epilepsia, a hipocondria e a histeria “(...) degeneram muitas vezes em moléstias mentais” (Peixoto, 1837, p. 652). O que significava que a alienação mental correspondia à forma final de degeneração, mas também que outras formas de adoecimento poderiam conduzir à degeneração do sistema nervoso central: “conhecemos um indivíduo afetado desta moléstia [a epilepsia], o qual, depois dos acessos, torna-se imbecil por muitas horas; e à medida que estes se repetem, as faculdades intelectuais se lhe vão enfraquecendo e deteriorando” (Peixoto, 1837, p. 652).

Peixoto (1837), ao elencar as proposições a respeito da sede da alienação, concordava com a opinião de que ela era uma afecção do cérebro, “(...) seja idiopática, sintomática ou simpática” (p. 669). O problema estaria na tentativa de localizar a região que primeiro era atingida por essa afecção, isso permaneceria desconhecido. Quanto à sua natureza, podia com alguma dificuldade estabelecer que a loucura seria o resultado de alguma inflamação ou ainda o resultado de alguma lesão orgânica.

Para o tratamento, o autor escreveu primeiro sobre o uso de evacuantes que, segundo ele, apresentavam em algumas ocasiões resultados satisfatórios. Por outro lado, defendia o tratamento moral e criticava os castigos bárbaros, como os que seguiam na Santa Casa de Misericórdia. Defendia o isolamento como forma de evitar os obstáculos da cura. O asilo deveria conduzir à recuperação e para isso observava que os estabelecimentos deveriam encontrar-se isolados dos centros populacionais. Os doentes deveriam ser divididos em alas conforme sua enfermidade, um único regulamento comum para todos e o médico revestido de um poder superior. Deveria ainda ser estabelecida uma vigilância ativa sobre os alienados e, conforme a necessidade, usar os meios convenientes para a repressão de seus comportamentos. No que se referia ao tratamento moral:

Não excitar as ideias ou paixões dos doentes no sentido de seu delírio; 2) não combater diretamente suas ideias e opiniões errôneas, pelo raciocínio, contradição, gracejo ou gritaria; 3) procurar fixar sua atenção sobre objetos estranhos ao delírio, e comunicar a seu espírito ideias e afetos novos por impressão diversa. (Peixoto, 1837, p. 674)

Em 1842, Geraldo Franco de Leão defendeu, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a *Dissertação sobre as analogias entre o homem são e o alienado e em particular sobre a monomania*. O texto apresentava uma reflexão a respeito das faculdades intelectuais e afetivas e baseava seu trabalho na classificação apresentada pelos alienistas franceses. Ela se dividia em subcapítulos, cada um deles dedicado a uma das classificações apresentadas pelo autor:

idiotismo, demência, mania e monomania. Ao final da tese, reproduziu alguns dos aforismos hipocráticos.

O autor escreveu que a filosofia, desde a Antiguidade, apesar de guiar o homem pelos caminhos da vida pública e privada, não oferecia ainda explicações sobre sua existência moral e intelectual. Para isso seria fundamental o estudo da inteligência e das faculdades afetivas, tanto regulares e ordinárias, como os diferentes graus de suas variações patológicas. A primeira faculdade intelectual do homem seria a atenção ou a percepção, a segunda, a memória, a terceira, o juízo, a quarta, o raciocínio e a quinta, a imaginação. Da mesma forma, as faculdades afetivas dividiam-se em desejo, preferência e liberdade (Leão, 1847, p. 8). A alteração dessas faculdades intelectuais e afetivas provocava um estado de privação das ideias e das sensações, ou a excitação de todo o seu conjunto. A alienação mental, nesse sentido, seria a perversão dessas faculdades, que se caracterizaria por um dos estados patológicos descritos por Pinel e Esquirol.

Leão (1842), ao classificar o idiotismo como um estado congênito que impedia o desenvolvimento das funções intelectuais, não mencionava, ao contrário de Peixoto, o termo degeneração. No entanto, localizava o homem afetado por ele como fixado em um estado bruto do desenvolvimento da humanidade, mesmo que alguns desses doentes, no seio da civilização, pudessem se dedicar a atividades simples e mecânicas. A demência foi situada como um estado de deterioração da razão que poderia emergir em decorrência de algum estado patológico, como a epilepsia. O texto segue com proposições a respeito da mania e da monomania que não apresentam diferenças significativas daquelas apresentadas por Peixoto.

Na tese *Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental*, escrita por Agostinho José Ignácio da Costa Figueiredo, em 1847, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a alienação foi definida conforme as proposições de Esquirol e de maneira muito próxima daquela apresentada por Peixoto (1837). Figueiredo (1847) buscava compreender os estados mentais particulares, caracterizados pelo desarranjo das faculdades intelectuais, morais e afetivas, inicialmente sem alteração profunda das funções orgânicas. O termo degeneração se fazia novamente presente para a definição de um estado de “verdadeira alienação”, diferente dos quadros decorrentes da encefalite ou da meningite.

A tese seguia o mesmo formato daquela apresentada por Peixoto: foram examinadas as causas, a marcha, diagnóstico e prognóstico, tratamento e necropsia, esta última uma novidade. O texto também se encerrava com a reprodução em latim de alguns dos aforismos hipocráticos. As causas se dividiam entre gerais, particulares, físicas, morais, predisponentes, excitantes,

primitivas ou secundárias. Da mesma forma que Peixoto (1837), são elencados os climas, as estações, as idades e os sexos, as profissões, o temperamento, as formas de viver, as situações políticas e os costumes entre as causas para a alienação (Figueiredo, 1847).

O clima temperado, sujeito às variações atmosféricas, produziam, segundo o autor, maior número de alienados do que as zonas de maior calor. A loucura encontrava na infância os elementos para a sua emergência, mas é na puberdade que seriam notados os primeiros sinais da alienação e, depois desse período, poder-se-ia observar as loucuras eróticas, histéricas e religiosas. “Na mocidade a mania e a monomania invadem com todas as suas variedades” (Figueiredo, 1847, p. 4).

Além dos excitantes relacionados à profissão, o autor mencionava a conformação do crânio e as moléstias do coração como indicativos da presença da alienação e causa para ela, respectivamente, mesmo que isso significasse discordar de outros alienistas: “ordinariamente nestes desgraçados nota-se frontal muito pequeno, e inclinado para trás” (Figueiredo, 1847, p. 6). Choques e quedas sobre a cabeça, bem como fatores hereditários, são relacionados entre as causas, assim como as paixões e as demandas da civilização, que acompanhavam o aumento da população. “(...) estes luxos da civilização nem sempre podem ser satisfeitos, e alguns só com grandes sacrifícios, que depois trazem graves embaraços àqueles que os praticarão” (Figueiredo, 1847, p. 7). O onanismo foi também relacionado às suas causas.

A classificação seguia a proposta de Pinel e Esquirol, coincidindo uma vez mais com a apresentada por Peixoto (1837). As lesões observadas no cérebro corresponderiam às perturbações e aos sintomas essenciais da alienação, que indicavam a degeneração do funcionamento cerebral. Entre as formas de tratamento o autor elencava a sangria, os banhos, os purgativos, os vesicatórios, os narcóticos (como o ópio e o acetato de morfina) e o tratamento moral, que se configurava como uma forma de persuasão do alienado a respeito de suas ideias mais ou menos delirantes.

Foi nessa tese que encontramos a primeira referência à escravidão e à condição da população escravizada. As ideias menos desenvolvidas dessa população seriam o resultado da violência e dos tratos mais grosseiros, conforme a expressão do autor. Esse argumento, ainda segundo o alienista, reafirmava a importância das causas morais na causação da alienação mental. As causas econômicas e políticas da escravidão permaneciam ausentes do texto.

Um ano mais tarde, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Antonio Martins Pinheiro (1848) apresentava a tese *Dissertação sobre a Histeria*. A histeria era conceituada como uma afecção apirética que majoritariamente atacava as mulheres. As suas causas estavam

entre aquelas predisponentes e adquiridas: a hereditariedade desempenhava importante papel, já que a criança herdaria da mãe tal condição. Entre as causas adquiridas, sobretudo na puberdade - período em que, segundo o médico, a moléstia se manifestava corriqueiramente -, a imaginação aguçada pela leitura dos romances, as secreções abundantes, as excitações, eram os elementos de sua aparição. O útero seria o ponto de partida da histeria, mas as modificações que provocariam no organismo se prolongariam até o sistema nervoso. Era essa a causa dos movimentos histéricos desordenados e era também esse o risco de que, como na epilepsia, o organismo sofresse a deterioração de suas funções (Pinheiro, 1848).

Notamos a presença de uma noção que foi importante para a medicina mental: a prevenção.

De todos os meios capazes de prevenir a invasão da histeria, ocupa o primeiro lugar a boa educação física e moral das meninas, acalmando a sensibilidade e moderando os sentidos ou a imaginação; o emprego bem dirigido de meios higiênicos; enfim, afastar para bem longe delas todas as causas capazes de ameaçar desarranjos nas funções da economia: tais são os meios pelos quais se pode prevenir o insulto e reincidência desta moléstia. (Pinheiro, 1848, p. 13)

Em 1898, Alberto Vieira Pereira da Cunha defendeu a tese *Obsessões*, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A obsessão era definida, segundo a leitura do autor de Magnan e Legrain e outros autores franceses, como um estigma psíquico de degeneração mental. O termo se repete em diversos momentos do texto para apresentar a noção de que o organismo, especialmente o sistema nervoso, sofria um desequilíbrio afetivo e intelectual que acometia os indivíduos impressionáveis, de ardente imaginação, nos quais, ainda segundo o autor, um pensamento corriqueiro transformava-se em uma ideia insistente e debilitante. O sujeito passava a figurar entre os alienados quando esse desequilíbrio se tornava permanente, e diferenciava-se daqueles degenerados hereditários nos quais os sintomas apresentavam-se de imediato (Cunha, 1898).

Assim, ao analisar a sua etiologia, a hereditariedade colocava-se como causa determinante: nos degenerados, o indivíduo já nasceria estigmatizado e o surgimento da moléstia seria certo. Por outro lado, as experiências do indivíduo não degenerado - aquele que, apesar da predisposição, não apresentava os sinais congênitos da degeneração - acumulariam materiais em sua história de vida para o desenvolvimento da neurose, e o comportamento mórbido só poderia romper a normalidade com o passar do tempo (Cunha, 1898). Isso significava que mesmo o indivíduo predisposto poderia não apresentar qualquer sintoma até o momento do seu adoecimento. O termo degeneração corresponderia aos indivíduos que apresentavam alterações congênitas em seu sistema nervoso e apresentavam de imediato os sinais de sua condição na relação com o mundo.

Essas perspectivas sobre a degeneração, principalmente em relação às alterações da vontade e do intelecto e à ausência de sinais mórbidos até a irrupção dos sintomas, mantinham abertos debates em torno da população: o crime, as desigualdades sociais, a responsabilidade penal, a mestiçagem e o futuro do país continuavam a ser objeto dos debates médicos.

Nina Rodrigues (1898), ao prefaciar o livro de Afrânio Peixoto (1898), escreveu que a degeneração, que era a consequência de simples acidentes a inúmeros estados mórbidos, era ainda o termo fatal de todos os excessos físicos, intelectuais ou morais. A busca pela realização dos instintos, o mais dedicado altruísmo ou a dedicação às causas mais nobres poderiam configurar-se como elementos que conduziriam os indivíduos às formas da degeneração. Nesse sentido, o médico afirmava que o crime era a manifestação da inadaptação dos indivíduos aos regimes e leis que regulavam a vida social e se configurava como sinal da própria degeneração.

Em 1897, Afrânio Peixoto defendeu a tese *Epilepsia e Crime*, publicada um ano mais tarde e elogiada por Juliano Moreira e Nina Rodrigues. Aqui não nos dedicaremos à análise da revisão que o autor apresenta em torno do seu objeto. Cabe-nos compreender como a degeneração ligava-se à noção de crime, compreendido como transgressão da ordem social estabelecida e, portanto, problema político fundamental para aquele momento. A epilepsia era conceituada pelo autor como um estado degenerativo, “(...) um estado involutivo, uma degradação do tipo original, uma perversão de toda a organização que se manifestará com a sua sintomatologia alarmante, violenta, desde que um móvel impila para este despenhadeiro” (Peixoto, 1898, p. 33-4). Uma enfermidade adquirida por duas possibilidades: traumatismos no sistema nervoso ou más-formações espontâneas.

Em torno do crime, Peixoto (1898) apresentava algumas problematizações sobre a noção de selvagem relacionada à lei, ao crime e à população africana. Se, indagava o autor, o selvagem brasileiro deveria ser punido severamente se praticasse o roubo, o estupro etc., o que dizer dos heróis que, em nome da civilização, praticavam na história esses mesmos atos? “O crime foi pois, e é ainda, só e unicamente, o ato antagônico a uma organização social dada e os atos, mesmo normais, praticados por quaisquer indivíduos serão considerados criminosos toda vez que forem de encontro a esta sociedade” (Peixoto, 1898, p. 79)⁴².

⁴² O autor refere que na história da humanidade existiram aqueles indivíduos de que a vida social não conseguiu modificar os impulsos. Entre estes, os tomados por forte inteligência armaram-se de palavras contra a sociedade: Bakunin, Kropotkin, Marx, Comte, Sócrates, Tolstoi, Huss e Jesus de Nazaré. Há outros indivíduos que empregaram guerras, como Napoleão, Danton etc.

Não era possível generalizar que todo criminoso era um louco, ou que todo crime, mesmo com o sinal de seu caráter antissocial, era um ato de loucura. “O louco e o louco criminoso não diferem entre si, separam-se da maioria dos criminosos por múltiplos sinais” (Peixoto, 1898, p. 107). A questão que se colocava então era como diferenciar um do outro. O médico afirmava que a anatomia, a psiquiatria, a fisiologia e a sociologia estabeleciam as diferenças. Aqui, há a introdução da sociologia no debate médico sobre o crime, a degeneração e a antropologia criminal. E ainda que os fatores sociais fossem importantes na gênese do delito, sendo apontados pelas ciências sociais, os fatores genéticos seriam os verdadeiros motivos para os atos antissociais (Peixoto, 1898).

Em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Nina Rodrigues (1894/2011) afirmava que a luta contra o crime e contra as manifestações dos conflitos sociais era a luta pela existência da raça superior branca contra os “[...] esboços de civilização das raças conquistadas ou submetidas” (Rodrigues, 1894/2011, p. 73).

Em tal país [Brasil], o germen da criminalidade – fecundo pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcada do estigma infamante da escravidão recentemente extinta, pela consciência geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas penes fundadas no livre arbítrio -, semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente. (Rodrigues, 1894/2011, p. 76)

No mesmo trabalho, o autor construiu novas aproximações entre o funcionamento mental da população negra e o infantil, afirmando que o negro não possuía mau caráter, só não havia atingido a maturidade necessária à vida social civilizada. Consequentemente,

O desequilíbrio, a perturbação psíquica provocada por uma adaptação imposta e forçada de espíritos ainda tão atrasados a uma civilização superior, a solicitação do grande esforço mental, exigido pela atual luta pela existência social, com certeza hão de criar entre nós na raça inferior, vestida de um momento para o outro a povos civilizados, tipos menos normais do que era o caso dos Drs Metet e Brouardel. (Rodrigues, 1894/2011, p. 53)⁴³

Pela via do evolucionismo social de Spencer, mencionado por Rodrigues (2011), a suposta fraqueza da população mestiça, sua indolência e imprevidência, eram as características selvagens que se explicavam pelo suposto menor desenvolvimento do cérebro, como resultado da própria mestiçagem. Ao mesmo tempo, a indolência e a imprevidência possuíam sua origem no estado emocional dessas populações: a ação reflexa, intempestiva, era a consequência de um desenvolvimento insuficiente das emoções superiores que refreariam as emoções mais simples. A multidão rendia-se ao funcionamento mental primitivo e à busca mágica pela realização do

⁴³ Nina Rodrigues cita um caso analisado pelos autores em que as circunstâncias sociais, sobretudo a falta de uma educação que ordenasse as demandas pulsionais, foram determinantes para o ato criminoso. O crime, portanto, ficava as suas raízes na infância e a necessidade de uma educação adequada se colocava como fundamental para a prevenção e a identificação dos atos antissociais (Rodrigues, 1894/2011).

desejo, o que se relacionava à sua origem étnico-racial e como esta se posicionava, seguindo as ideias do evolucionismo social, no estado de evolução da civilização. Estas proposições estavam presentes no texto de Gustave Le Bon (1895/2008) sobre a loucura das multidões, mencionado em diversos dos trabalhos do médico maranhense. “A multidão não é somente impulsiva e instável. Como o selvagem, não admite obstáculo entre seu desejo e a realização desse desejo, ainda mais que o número [de indivíduos] lhe proporciona uma sensação de poder irresistível”. (Le Bon, 1895/2008, p. 41)

Como parte desse debate, Rodrigues (1894/2011) desenvolveu suas reflexões em torno da mestiçagem e estabeleceu níveis entre as diferentes populações mestiças no país. O médico não considerava que, conforme escreveu Silvio Romero (1888/1969), os caracteres da população branca prevaleceriam na formação do povo, o que elevaria a população aos níveis de evolução próximos das populações europeias. Ele considerou que a mestiçagem significava um problema biológico que, além de despertar acalorados debates, relacionava-se diretamente com a política e a saúde da população (Rodrigues, 1939/2006).

A população negra estava no centro do debate, o que provavelmente fez François Jouin, diante da ausência dessa população, perguntar-se durante sua visita ao Hospital Nacional de Alienados, que desde o navio de sua chegada o impressionou, onde estavam os negros. Seriam eles menos afetados pelas formas de alienação? (Jouin, 2012). Ele dedicava-se brevemente a entender o baixo nível de internação de mestiços e negros. A resposta relacionava-se ao problema da raça, ainda que ele mesmo considerasse que a localização do Hospital, distante de outros grandes centros urbanos, pudesse interferir no envio dos loucos. Os negros seriam mais ingênuos? Não há loucura nos povos supostamente não civilizados?

Rodrigues (1894/2011) considerava que os mestiços do negro, o que chamava de “diversas espécies de mulatos”, apresentavam-se de forma superior a outros tipos: “(...) homens de talento e merecimento incontestável não só quase branco, mas ainda quase negros” (Rodrigues, 1894/2011, p. 64). Nesse sentido, considerava que o mestiço poderia retornar à raça pura e, principalmente em seu regresso à raça branca, tornava-se superior aos “verdadeiros mulatos”.

O desequilíbrio entre as faculdades intelectuais e as afetivas dos degenerados, o desenvolvimento exagerado de umas em detrimento das outras tem perfeito símile nesta melhoria da inteligência dos mestiços com uma imperfeição tão sensível das qualidades morais afetivas, que deles exigia a civilização que lhes foi imposta. E esta observação estreita ainda mais as analogias que descubro entre o estado mental dos degenerados superiores e certas manifestações espirituais dos mestiços. (Rodrigues, 1894/2011, p. 64)

A herança dos caracteres inferiores e o desequilíbrio que provocava explicavam, segundo o médico maranhense, a “criminalidade dos crioulos”, como formas de atentado da

raça que se somavam ao ódio das raças oprimidas contra as dominantes ou produziam rivalidades entre os grupos que constituíam as supostas raças inferiores (Rodrigues, 1894/2011). Crime, ódio, dominação e rivalidades que, na pena do médico, eram explicados por uma via que recorria a uma forma de essencialismo, fazendo figurar o social como mero cenário onde as relações políticas são encenadas com algum nível de esterilidade.

A defesa da sociedade, a educação das crianças, as formações de dispositivos para o estabelecimento das diferenças entre o normal e o patológico, além das relações entre a psiquiatria, a medicina legal e a sociologia, integravam esse debate que, mais do que a responsabilidade penal, classificava as personagens sociais que se apresentavam como risco à ordem social. Mais tarde, nos anos de 1920, o debate ganharia outras formas, mas as questões étnico-raciais permaneceram no centro dos problemas de governo e da higiene mental.

Por essa via, Medicina e Educação se encontravam entrelaçadas de diferentes formas: como parte do projeto de saneamento moral que se integrava às práticas higiênicas, como aquelas que se destinavam aos detentos, às crianças e às prostitutas; na elaboração de dispositivos de ajustamento das condutas; e nas práticas educacionais que serviam como formas de avaliação da aprendizagem e do comportamento infantil, ambas fundamentais para a psiquiatria como instrumento preventivo. Assim, a produção dos saberes psicológicos, para além de sua vinculação à Pedagogia e à Medicina, vinculava-se e habitava o amplo cenário de transformações que demandavam novas respostas institucionais e assistenciais aos problemas políticos e sociais do país:

Assim, uma sociedade que enfrentava, de um lado, os problemas relativos à saúde, saneamento, habitação e outros, criados pela densidade demográfica e, por outro lado, os movimentos sociais que questionavam as bases sobre as quais aquela sociedade se erigia, precisava de instrumentos para melhor compreender tais problemas e sobre eles intervir. Era necessário buscar o controle, não apenas de problemas como epidemias, mas também da conduta humana. (Antunes, 1998, p. 33)

A psiquiatria tornava-se nesse percurso um dispositivo disciplinar e de controle e este parece ser um elemento intrínseco determinante na fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental. De forma similar à higiene, que era colocada como ciência social aplicada, ultrapassando os limites da própria medicina (Lima, 2013; Peixoto, 1939), a psicologia social, conforme proposta por Arthur Ramos (1936/2003), colocava-se como uma higiene mental aplicada que teria como objeto fundamental o ajustamento dos indivíduos.

4.5 A Liga Brasileira de Higiene Mental: o ajustamento e a prevenção como objetivo

A constituição da Liga Brasileira de Higiene Mental inaugurava um novo capítulo na história da psiquiatria no país. Se a tarefa fundamental da Liga era a prevenção do crime e da doença mental, ela tornou-se, desde a sua fundação, um dos campos de recepção dos discursos psicológicos.

A LBHM foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1923, por Gustavo Riedel (1887-1934), inspirado também pelo livro e experiência de Clifford Beers (1876-1943), com o objetivo primeiro de melhorar a assistência aos doentes nervosos e mentais no interior dos asilos e fora deles. Somava-se a essa diretriz geral a prevenção das doenças mentais pela observação dos princípios da higiene geral e do sistema nervoso, a proteção aos egressos dos manicômios e a realização de programas de higiene mental e eugénica (ABHM, 1925). Nessas proposições, o espaço asilar continuava fundamental para os médicos que, ao mesmo tempo, se esforçavam por construir outros dispositivos de intervenção individual e social.

Da mesma forma que a higiene geral, a função da higiene mental seria a de aplicar os métodos profiláticos e preventivos sobre as doenças nervosas. E, se desde meados dos anos de 1920, a eugenia influenciava os higienistas da LBHM, conforme Costa (2006), nos anos de 1930, para os higienistas que defendiam as perspectivas eugênicas, não bastava direcionar a psique para a perfeição desejada, era necessário dedicar-se aos problemas psico-herodológicos. Isso posicionava a eugenia como a base de toda a ciência que objetivava a melhoria étnico-racial, o que incluía a melhora do funcionamento mental, a chamada eugenia psíquica.

[...] o fundamento médico da eugenia racista da LBHM fez parte da psiquiatria organicista da época. Este modelo mostrou-se totalmente incompetente para analisar os dados clínicos e estatísticos de que se dispunha. Os eugenistas serviram-se do organismo para reforçar as ideias eugênicas e reativar o racismo puro, recalcado na cultura brasileira, com finalidades político-ideológicas. (Costa, 2006, p. 113)

A LBHM surgiu em um momento de grande agitação política e crises econômicas que se intensificavam nos anos de 1930 e 1940. A ditadura do Estado Novo afirmava a representação de um indivíduo ideal, um novo homem que pudesse romper com as heranças do passado: branco, disciplinado, moralista, cristão, heterossexual, trabalhador e defensor da pátria contra os fantasmas que poderiam rondá-la, como era o comunismo. O autoritarismo varguista, presente desde o governo provisório, não encontrava espaço de críticas nos editoriais ou artigos publicados nos Archivos Brasileiros de Higiene Mental – ABHM –, periódico mantido pela Liga entre os anos de 1925 e 1947.

Considerando os seus objetivos, a LBHM deveria atuar junto aos governos federal, estadual e municipal sugerindo medidas e propagando as modernas ideias sobre a profilaxia mental, além das atividades de divulgação científica. No editorial do primeiro número dos ABHM, a Liga advertia que as suas publicações seriam voltadas para todo aquele que desejasse

colaborar com as campanhas neuro-higiênicas. Ainda mais que isso, a Liga objetivava com seus boletins e folhetos difundir entre as camadas populares os princípios já sancionados pelos especialistas e, ao mesmo tempo, os ABHM seriam um núcleo de atração de prosélitos e, com isso, “(...) no amplo domínio dessa Higiene Mental, que com justo direito aspira tornar-se ‘a moral universal de amanhã’” (ABHM, 1925, p. 1).

No ABHM, o governo só era alvo de reclamações quando as verbas de financiamento destinadas à associação se encontravam em risco ou diminuídas. O tom autoritário do governo varguista e a política pública de embranquecimento da população, sancionada na Constituição de 1934, pareciam adequar-se perfeitamente ao que pensava a maior parte dos médicos e higienistas. Entre os membros da Liga encontravam-se políticos, servidores públicos, juristas, representantes da sociedade civil, médicos, educadores e psiquiatras. Os presidentes do país ocupavam, cada um durante o seu mandato, o cargo de presidente honorário, como foram os casos de Getúlio Vargas e Arthur Bernardes.

A LBHM recebeu entre seus associados alguns dos nomes importantes para a História da Psicologia e da Psicanálise no Brasil no início do século XX: Júlio Porto-Carrero, Manoel Bomfim (1868-1932), Juliano Moreira, Plínio Olinto (1886-1956), Arthur Ramos, Ulysses Pernambucano (1892-1943), entre outros. Os ABHM publicaram trabalhos ou transcrições de conferências destes autores e de outros, como Durval Marcondes (1899-1981), Virgínia Bicudo (1910-2003) e Helena Antipoff (1892-1974). Os Archivos também publicaram as notícias sobre a abertura dos laboratórios de psicologia, a organização dos cursos de introdução à psicologia e à psicanálise voltados para médicos e professores, o processo de revisão dos testes de inteligência que foram desenvolvidos no Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e a abertura de espaços ambulatoriais para o atendimento da população, como a Clínica de Eufrenia ligada ao Laboratório de Psicologia e voltada ao atendimento infantil (ABHM, 1932).

Essa participação e recepção dos saberes psicológicos não significava uma total aceitação ou entusiasmo dos médicos em relação às teorias psicológicas ou psicanalíticas, assim como, apesar das novas relações estabelecidas com o discurso psiquiátrico, uma alteração definitiva na ritualística médico-psiquiátrica. Além disso, os saberes psicológicos foram articulados com as teorias sobre a degeneração e a melhoria da raça, mesmo entre aqueles que defendiam teses psicodinâmicas, como Porto-Carrero.

As contradições entre as proposições organicistas e eugênicas e as teorias psicodinâmicas não impediram que a Liga desenvolvesse diferentes atividades de divulgação dos saberes psicológicos, inclusive, como dissemos acima, as revisões dos testes de inteligência

nos anos de 1930. Os cursos de introdução à psicanálise e as conferências proferidas em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, tinham o objetivo de formar um corpo técnico capaz de identificar os sinais precoces do desajustamento e, nos casos leves, dar seguimento às formas de correção do comportamento (Ramos, 1933). Professores e médicos dedicar-se-iam à correção do comportamento infantil como forma de prevenção à doença mental e cura das neuroses infantis leves.

Nesse sentido, a prevenção da doença mental incluía, além das estratégias de correção do comportamento infantil, a orientação vocacional, a adaptação dos indivíduos ao trabalho e o combate aos chamados vícios morais, que correspondiam aos elementos chave de enfrentamento à degeneração e de melhoria da raça, já que os males que acometiam a população eram compreendidos como prevalentes em razão de sua predisposição genética, como era o caso da sífilis e do alcoolismo (Costa, 2006). O par desajustamento-ajustamento ganhava importância nas ações da Liga.

Entre suas ações, em 1926, mesmo ano em que foi inaugurado o laboratório de psicologia experimental pela LBHM sob a direção do professor Fessard e de Mme Fessard, Ernani Lopes convidou Júlio Porto-Carrero para dirigir o gabinete de psicanálise da instituição. Porto-Carrero (1929), que foi auxiliado por Mirandolino Caldas na condução do gabinete, escreveu que a psicanálise, ao analisar os complexos recalcados que impulsionavam os neuróticos ao excesso, à timidez e às peculiaridades patológicas de caráter, provocava grande impacto na compreensão das fronteiras da loucura. No entanto, a psicanálise era lida por muitos desses médicos como uma psicologia geral ou uma teoria psicológica do desenvolvimento humano.

Nos anos de 1920, em acordo com as perspectivas da medicina experimental e com a recepção da psiquiatria organicista alemã, a alienação mental e a degeneração cediam o seu lugar no vocabulário dos médicos higienistas à doença mental, e o caráter profilático das ações médicas era reafirmado com ainda maior ênfase. Na medida em que os desequilíbrios e os desajustamentos eram os sinais da presença das doenças mentais e tornavam-se problemas para a modernização, fazia-se necessário encontrar novas bases para algumas das ações médicas, principalmente no que se referia à educação das crianças.

Embora a Liga se alinhasse ao movimento de modernização do país, os médicos e higienistas que compunham o seu quadro de associados elegeram alguns dos fatores ligados à vida moderna para a emergência da doença mental: as exigências da vida urbana, as condições insalubres e os modos dos operários, os estímulos à imaginação, além da própria formação do

povo e seus aspectos étnico-raciais. Assim, segundo Costa (2006, p. 92), “como se pode observar, a LBHM fez de sua tarefa fundamental a correção dos hábitos sociais das pessoas e o saneamento moral do país” e, nesse movimento, figuravam os saberes psicológicos como ferramentas propedêuticas à psiquiatria.

As imagens dos degenerados não deixavam de circular entre os médicos. Elas representavam os doentes e os quadros psicopatológicos específicos como aqueles de maior comprometimento das funções cognitivas, os estados patológicos congênitos ou decorrentes do uso abusivo de álcool. O papel da hereditariedade mantinha-se importante e isso colaborou para a afirmação dos princípios eugênicos. A doença mental, considerada como uma das formas de degradação dos indivíduos, articulava-se com as especulações sobre a melhoria da totalidade da população, ainda que o discurso médico se dedicasse especialmente aos grupos considerados como perigosos e aos doentes que a eles pertenciam. A doença mental continuava a representar um risco para a integridade do tecido social.

Na LBHM, a eugenia significava, segundo Costa (2016) e Dias (2011), o prolongamento do organicismo kraepeliniano e justificava as suas ações sociais de caráter xenófobo, racista e autoritário. Ainda que a eugenia tenha se tornado prevalente já em meados dos anos de 1920 e os trabalhos eugênicos fossem publicados nos Archivos, eles figuravam ao lado dos trabalhos psicanalíticos e psicossociológicos sobre a profilaxia e a doença mental que contradiziam radicalmente o biologicismo eugênico, denunciando-o inclusive como um dispositivo ideológico e social.

Como parte do contexto histórico em que surgiram as proposições e práticas dos neuro-higienistas - termo proposto em 1933 para qualificar com mais justeza os médicos higienistas - , principalmente aquelas de caráter mais autoritário, vale dizer que a crítica a um suposto obscurantismo e sentimentalismo religiosos que impediam a implantação de dispositivos de controle dos degenerados e dos doentes nervosos, como o controle nupcial e a esterilização, somava-se à crítica à democracia liberal que sofria sua derrocada e abria espaço para a ascensão de regimes autoritários em todo o mundo, como foi a Alemanha nazista, que servia de inspiração aos higienistas brasileiros (Hobsbawm, 1995)⁴⁴.

⁴⁴ Na seção Fatos e Comentários dos ABHM, de janeiro de 1934, os higienistas reproduziram o decreto de Hitler que autorizava a esterilização dos degenerados:

No momento atual em que todo o mundo culto dos não especialistas em heredologia, tomou conhecimento, com surpresa, da nova e grande lei alemã da esterilização dos degenerados, pareceu-nos da maior oportunidade fazer traduzir diretamente do original para os “Archivos” o texto integral do referido Estatuto cuja repercussão em nosso meio apreciaremos num dos próximos números desta revista. (LBHM, 1934, p. 54)

Com as notícias vindas da Alemanha nazista sobre as medidas que instituíam o tribunal eugênico, Cunha Lopes (1933) escreveu um artigo sobre a profilaxia dos males hereditários. Se a medicina experimental marcava a história da psiquiatria, junto com a recepção da psiquiatria organicista, o autor se esforçava por localizar na história da civilização ocidental, desde os tempos bíblicos, os efeitos da degeneração e das taras sobre a população. Segundo ele, as concessões que se fizeram aos estrangeiros e aos escravos libertos resultavam que gradativamente as populações se abastardavam e declinavam de sua superioridade intelectual. Nos tempos modernos, segundo o autor, isso se perpetuava pela fraqueza e sentimentalismo que obstaculizavam a seleção artificial como o dispositivo de controle matrimonial poderia permitir. Para somar à sua argumentação, o autor citava Renato Kehl (1889/1978) e Edwin Grant Conklin (1863-1952)⁴⁵.

As piores linhagens perpetuam-se graças aos sentimentos para com os direitos individuais, ainda quando opostos ao bem da sociedade: e o Estado e a Igreja dão ambos consentimento e benção ao casamento e à propagação dos idiotas, insuficientes, loucos e depravados. Outras linhagens, melhormente dotadas, são extintas em consequência do celibato forçado, ao qual se prendem certas ordens religiosas; às guerras, quase incessantes, sorvem o melhor sangue que escapa ao claustro; a depravação, a esterilidade voluntária, os vícios, a doença e a infecundidade resultante fazem o resto. (Conklin *apud* Lopes, 1933, p. 378)

Em *Como evitar as proles degeneradas*, Alberto Farani (1931) defendia a ideia de que, para a elevação da população, era preciso evitar o nascimento de degenerados. Com isso, a pergunta que se colocava era: como fazê-lo?

Se no domínio neuropsíquico as medidas eram inócuas, restava um conjunto de procedimentos que garantiria a esterilização de parte da população, notadamente aqueles degenerados (os chamados idiotas, deficientes mentais e todos os indivíduos que apresentassem os sinais imperativos da degeneração). Para o médico, essa seria uma forma de defesa da sociedade que encontrava obstáculos de diferentes ordens: primeiro no campo médico, já que os sinais da degeneração poderiam não ser fortes o suficiente para a identificação desses indivíduos; segundo, era preciso cautela para se evitar erros, o que provocava entre alguns médicos certo temor; terceiro, a ação da igreja, que não admitia o controle médico sobre o casamento e a limitação dos nascimentos. Para o médico, a ação dos higienistas era fundamentada somente na neutralidade da ciência e não haveria espaço para sentimentalismos.

Em resumo, a higiene mental e a eugenia provocavam, sob a relação continuidade e descontinuidade no interior do discurso psiquiátrico, novos debates sobre a origem da doença

⁴⁵ Biólogo norte-americano que dedicou seus estudos à evolução humana.

mental e, com isso, revelavam as contradições que rondavam o campo psiquiátrico e que constituíam oposições entre os seus defensores e aqueles que posicionavam a condição da população como resultado da miséria e da precariedade que historicamente a submetia⁴⁶.

A maioria dos psiquiatras da LBHM, segundo Costa (2006), mostrava-se incapaz de compreender que a sua defesa dos padrões morais era o reflexo dos anseios do grupo social a que pertenciam e que representavam. E assim, a LBHM colocava para si, na pena de seus principais nomes, importantes tarefas que articulavam os discursos médicos com a política, a economia e a sociologia. Era um projeto audacioso que se estendia para outras regiões do país, como São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais.

A higiene mental tem um importantíssimo e um enorme programa a realizar. O seu programa é manter o ajustamento das funções psíquicas individuais ao meio social e cósmico, ou vice-versa, evitando, deste modo, os desequilíbrios e desajustamentos que constituem as doenças mentais. (Caldas, 1932, p. 31)

As camadas populares eram aquelas que viviam, empurradas pelos dispositivos sociais herdeiros do regime escravocrata, nas piores condições de vida e trabalho. Estas passavam a ser vistas como elementos constituintes das causas para a doença mental, ainda que a sua emergência continuasse a revelar a incapacidade de adaptação dos indivíduos ou os sinais de sua herança genética. O social, como parte daquele cenário onde se estruturavam a subjetividade e as relações político-sociais, se individualizava no sintoma de cada doente e, com isso, as próprias relações sociais e políticas estabelecidas se apagavam com mais ou menos intensidade. Ainda que alguma crítica à exploração capitalista pudesse somar-se à psicobiologia individual, a análise a respeito da higiene mental detinha-se no coeficiente psicológico individual (Ayrosa, 1934). Nesse sentido, a família era o lugar do desenvolvimento das predisposições patológicas, seja pela hereditariedade, por fatores congênitos, como eram aquelas provocadas pela sífilis, seja pela insuficiência da educação, pelo excesso ou pela precariedade de cuidado e do afeto.

Conforme escreveu J. P. Fontenelle (1925), a higiene mental apresentava-se em duas dimensões: do ponto de vista preventivo, ela atuaria contra as causas da degeneração psíquica; por outro lado, ela se dedicaria a preparar o equilíbrio e a justa adaptação dos indivíduos ao meio físico e social, o que seria, como afirmou o médico e docente, uma tarefa da higiene mental

⁴⁶ A análise genealógica não busca delimitar os heróis ou vilões da História. Ela revela que as contradições, continuidade e descontinuidades apresentam-se em uma maior complexidade. Por exemplo, os estudos de Freud, ao mesmo tempo que eram popularizados entre os médicos brasileiros, foram incorporados a uma prática que também aceitava os princípios eugênicos, como nos mostrou a defesa de Porto-Carrero do exame pré-nupcial como forma de evitar o nascimento de indivíduos degenerados, ou ainda o interesse de Renato Kehl, talvez o maior representante da Eugenia no país, pelos estudos sobre a personalidade e a psicanálise.

propriamente dita. Em última análise, buscava-se formar um indivíduo saudável e feliz, correspondente às exigências da sociedade segundo a moral burguesa. Nesse sentido se delineavam as intersecções entre os estudos psicopatológicos, as formas de adaptação dos indivíduos e os saberes psicológicos.

No editorial do terceiro volume dos ABHM, publicado em 1930, Mirandolino Caldas, ao apresentar os marcos históricos da higiene mental no Brasil, afirmava as relações deste campo com a tarefa de regeneração social que, em sua perspectiva, se efetivava desde 1926, com a abertura dos ambulatórios para o atendimento de crianças, toxicômanos, aconselhamentos para as famílias, prevenção de comportamentos antissociais na infância e a realização de exames periódicos para a preservação da saúde mental (Caldas, 1930).

A psicologia deveria fornecer as bases científicas para a higiene mental, tanto no que se referia a identificar os fatores psíquicos que provocavam a doença mental e, conseqüentemente, os desajustamentos dos indivíduos, quanto nas técnicas que, associadas aos processos pedagógicos, colaborassem para o seu devido reajustamento (Fontenelle, 1925; Radecki, 1925).

A doença mental seria então a falência da adaptação do indivíduo e a higiene mental, nas formas que operava a profilaxia da degeneração psíquica na população geral e as formas de reajustamento do indivíduo ao meio físico, implicaria a vigilância e a correção dos hábitos, dos instintos, da inteligência e da moral (Fontenelle, 1925).

Nesse sentido, segundo Radecki (1925), quanto ao suporte oferecido à psiquiatria em sua tarefa de correção e prevenção:

A psicologia deve fornecer as guias para tal observação e construir as perguntas que, não exigindo as respostas esquemáticas, podem não só dirigir a atenção dos educadores sobre os fenômenos onde se manifestam as principais modalidades das funções da criança, como também indicar as situações, em que a mesma observação se torna mais fácil. (Radecki, 1925, p. 15)

Portanto, a higiene mental no Brasil considerava diferentes dimensões relacionadas à doença mental: os aspectos físicos e hereditários, os desvios psicológicos, os elementos psicossociais e os determinantes étnico-raciais. E mesmo que estas dimensões estivessem intimamente relacionadas, elas revelavam o objetivo dos higienistas em interferir diretamente na formação do povo e na vida social com a inserção de hábitos que supostamente levariam os indivíduos à saúde mental, que significava o seu perfeito ajustamento (Caldas, 1929)..

A influência da psiquiatria francesa deixava de ser percebida. Não há qualquer citação importante dos textos de Esquirol, Pinel, Magnan ou de outros ideólogos franceses do século XIX, nos números dos ABHM que analisamos. A degeneração se apresentava como parte da

recepção e releitura que o termo ganhou na obra de Emil Kraepelin (1856-1926)⁴⁷: De um lado, permanecia no vocabulário médico para definir os casos de alteração da inteligência ou do comportamento que se relacionavam diretamente aos fatores hereditários, de outro definia os casos em que estes supostos desequilíbrios, resultado dos maus hábitos e das condições físicas, provocavam alterações permanentes no funcionamento das funções mentais superiores dos indivíduos.

O problema de higiene mental considera os dois elementos que se relacionam: a estrutura psíquica do indivíduo, não raramente deficiente e imperfeita, dependendo em grande parte da hereditariedade; e o meio físico e social, criando, às vezes, condições adversas, que podem perturbar e, em grau extremo, até esmagar as mentalidades mais equilibradas. (Fontenelle, 1925, p. 2)

O caráter profilático e corretivo posicionava os saberes psicológicos como fundamentais e, ainda que a figura do degenerado continuasse a circular nos textos produzidos pelos higienistas e publicados nos ABHM e em seus boletins, a figura do desajustado, aquele indivíduo que, em razão de uma educação insuficiente não conseguia responder às exigências da vida e da sociedade, constituiu-se. O desajustado era um desequilibrado.

Os saberes psicológicos figuravam como parte do processo de diagnóstico, tratamento e correção dos comportamentos desajustados: a recepção da psicanálise, da psicologia experimental e da psicometria colocavam-se como elementos para uma mudança que posicionava a Psiquiatria em compasso com a Pedagogia. Especialmente sobre os escolares, o “médico-psicólogo” ou o “psiquiatra-pedagogo” seria aquele que poderia identificar os defeitos afetivos, conforme escreveu Cavalcante (1943), classificar os tipos atrasados e prescrever adequadamente o processo de individualização da educação corretiva e o estabelecimento da terapêutica adequada. Educar é vencer a morte, repetia o médico a frase de Lombardo – Rodice, “[...] e para o inadaptado, o deficiente, o difícil, a vida para esses é uma morte moral, eternamente falhando, tropeçando ao menor escolho social, querelantes e ansiosos sempre” (Cavalcante, 1943, p. 19).

Em outra perspectiva, Henrique Roxo (1943), ao tratar dos problemas da higiene mental, sem deixar de considerar os efeitos da II Guerra sobre os indivíduos e na emergência das doenças nervosas, afirmava que era fundamental dedicar-se primeiro à compreensão da constituição emotiva dos indivíduos determinada pelos desequilíbrios neuro-glandulares, pela hereditariedade, pelo desequilíbrio das reações vasomotoras, pelas alterações musculares e cardíacas entre outros aspectos fisiológicos, para os quais receitava injeções de ultra-péptonas

⁴⁷ Ver Caponi (2012) e Serpa Jr. (1998; 2010).

de tireoide e pílulas em que associava o luminol, a beladona, a passiflora, o *Crategus* e o *Veratrum* para a atenuação do estado emotivo.

O médico escreveu que, em dias como eram aqueles, a profilaxia das emoções era um dos problemas mais importantes para a higiene mental. Nesse sentido, Roxo (1943) reconheceu a insuficiência das intervenções medicamentosas e colocou a psicoterapia como um recurso terapêutico de maior importância. Na perspectiva apresentada pelo médico, ela se constituía de diferentes dispositivos: a observação clínica, a observação técnica do paciente em seu meio social e domiciliar e a psicoscopia, uma espécie de decifração do pensamento mórbido. “Cada indivíduo deve ser analisado de *per si*. E ao mesmo tempo deve-se ver as relações entre ele e o meio. Com um exame, assim completo, pode-se curar muito mais facilmente a psicopatia” (Roxo, 1943b, 3). A psicoterapia se referia a um dispositivo médico no qual o poder mantinha-se nas mãos do psiquiatra, que era auxiliado por outros agentes, como os visitantes domiciliares, que observariam as condições de vida e os hábitos do doente a fim de devidamente reajustá-lo. O que significava transportar para o social a lógica do poder psiquiátrico no interior dos manicômios.

Em setembro de 1930, o editorial dos ABHM, que recebeu o título *Psicologia e higiene mental*, expressava a necessidade e o estímulo aos estudos psicológicos, que poderiam continuar a fornecer elementos para a compreensão do funcionamento mental normal. Com isso, lembravam da contribuição de Claparède, Pieron e, além de outros autores, F. H. Allport e sua pesquisa sobre opinião pública (LBHM, 1930). Os estudos estadunidenses sobre os aspectos psicossociais da educação foram também mencionados por Erasmo Braga no artigo *Os elementos psico-sociológicos dos programas de ensino*, publicado em janeiro de 1931. No texto, o autor ressaltava a importância de compreender os processos psicológicos no interior de uma comunidade, já que eles possuíam papel fundamental na aprendizagem, o que revelava novamente o interesse pelos aspectos sociológicos implicados amplamente na educação das crianças, com o objetivo de construir “(...) o bem-estar da comunhão social, reforçando a vontade e iluminando os ideais do indivíduo (...)” (Braga, 1931, p. 3).

Os aspectos psicossociais foram definidos pelo autor como: o instinto de conservação, as formas de habitação, vestimenta e alimentação, a família e a comunidade, os instintos culturais representados pelas festas e danças comunitárias. A importância dos saberes psicossociológicos, fundamentados pela psicologia experimental, estaria em fornecer ao educador subsídios para o seu programa de ensino.

O educador terá de estabelecer o seu programa levando em conta as necessidades de um agregado incontável de indivíduos, e a inumerável quantidade de fatos novos que as pesquisas científicas

e o desenvolvimento dos meios de comunicação, com o conseqüente intercâmbio de valores, acrescentam diariamente ao círculo de conhecimentos necessários ao indivíduo instrumental para as ações mais comensuradas na vida moderna. (...) Segue-se pois, que, ao lado do laboratório de psicologia experimental, é necessário que o aparelho escolar tenha, hoje, o gabinete de pesquisas sociológicas. (Braga, 1931, p. 5)

Além das contribuições para a compreensão do comportamento infantil, o que a higiene mental, com a contribuição da teoria freudiana, poderia dizer sobre os conflitos políticos, os movimentos coletivos e religiosos em efervescência naquele momento? E sobre as relações entre o folclore e a psicologia coletiva? De qualquer forma, escreveu Porto-Carrero (1929), para a efetivação das estratégias de higiene mental, eram fundamentais as pesquisas a respeito da psicologia coletiva. Temas que, na Faculdade de Medicina da Bahia, foram objeto de Nina Rodrigues e, mais tarde, de Arthur Ramos, que integrou os quadros da LBHM em 1933 e, até 1935, publicou três artigos inéditos: *A tecnica da Psychanalyse infantil* (1933), *O furto dos escolares* (1934) e *A educação physica elementar (sob o ponto de vista da caracterologia)* (1935), além de algumas resenhas.

Nos anos de 1930, Ramos era um médico conhecido por sua atuação na difusão da psicanálise e por seus trabalhos antropológicos e psiquiátricos. A sua entrada na LBHM foi marcada por algum entusiasmo, no entanto as notícias sobre sua saída não foram encontradas, já que em pouco tempo ele não foi mais mencionado nas atas da associação ou publicou qualquer outro trabalho em seus *Archivos*. Talvez o aumento do tom autoritário tenha colaborado para o seu afastamento definitivo da Liga que, no período da II Guerra, perdeu força, o que provocou também a diminuição de suas intervenções sociais (Dias, 2011). Nos anos de 1940, e esses poderiam ser elementos de seu declínio, o ideal de embranquecimento perde força no governo, ao mesmo tempo que o Brasil era levado ao combate contra os nazistas.

De qualquer forma, o interesse pela psicossociologia nos anos de 1930, momento do surgimento dos primeiros cursos de introdução à psicologia social, impulsionado pela tarefa urgente de modernização, o ajustamento dos indivíduos e controle das populações, encontrava espaço entre os médicos. O combate ao racismo científico, no qual o conceito de inconsciente primitivo figurava, estabelecia novas relações entre o psiquismo, o sintoma patológico e as questões étnico-raciais. O indivíduo normal, mesmo supostamente o mais civilizado, corria o risco de desviar-se. Não bastava vigiar os chamados anormais, o olhar médico-jurídico deveria estender-se por todos os cantos (Nascimento, 2021).

Em todos os corpos, o selvagem repousava em toda alma.

5 OS FUNDAMENTOS E O OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Neste capítulo nos dedicaremos a compreender as formulações a respeito do objeto da psicologia social e o seu espaço entre as ciências humanas e sociais, principalmente conforme elaborou Arthur Ramos em sua *Introdução*. No entanto, isso exige que antes observemos como os determinantes históricos recolocavam o problema do governo das populações e da modernização do país entre os anos de 1910 e 1930: as novas conformações na constituição da classe trabalhadora, as revoltas e as greves foram elementos fundamentais para que os grupos sociais permanecessem alvo das ciências, inclusive no que concerne à medicina.

Nos anos de 1930, a psicologia social no Brasil encontrava lugar nos debates a respeito dos problemas urbanos e, nas mãos de Arthur Ramos, viria a se caracterizar como ciência histórico-cultural que produziria espaços para a recepção de diferentes discursos científicos. Essa perspectiva caracterizava-se por manter aberta a fronteira entre a prática clínica e os estudos sobre as interações sociais que não deixavam de possuir influência das pesquisas antropológicas.

Arthur Ramos inseriu os estudos sobre a cultura e os grupos sociais no interior da psiquiatria e da higiene mental, sem que com isso abandonasse a psicanálise, os estudos culturais e antropológicos sobre a população negra no Brasil. Conforme Sodré (2011), ao examinar os traços que caracterizavam a obra desse autor, podemos assim considerá-lo como personagem importante para a apreensão e divulgação da psicanálise no país e, entre os anos de 1920 e 1940, para a recepção e institucionalização da psicologia social.

Situar Arthur Ramos na perspectiva histórica permite melhor entender o sentido dos atuais conflitos e lutas da psicologia social brasileira, surgidos a partir das divisões e recortes do campo científico da pesquisa social, assim como a possibilidade de uma visão integrada do ser humano. (Sodré, 2011, p. 180)

A psicologia social seria um dos dispositivos modernos que, apesar de suas antigas raízes, emergiu com as novas configurações sociais e políticas que marcaram um período de mudanças, que supostamente não mais se caracterizava pelos dispositivos de dominação, mas defendiam a liberdade de cada indivíduo. Esse pelo menos era o discurso dos políticos liberais que, ao menor sinal de revolta, não poupavam a população da violência do Estado.

Os conflitos provocados pelas contradições dessas novas configurações, desde o fim do século XIX, não deixavam de despertar o autoritarismo do Estado e das elites brasileiras que, conforme Guimarães (1981), teve origem nos tempos de opressão colonial e marcou decisivamente nossa sociabilidade. O Brasil, ainda segundo esse autor, chegava ao século XX sem a resolução de seus graves problemas estruturais, dentre eles aqueles relacionados ao

colossal excedente populacional que foi fundamental para o processo de acumulação e dominação capitalista europeu.

A situação das classes pobres começa a agravar-se, a partir dos grandes aglomerados urbanos, onde se formam, ou crescem de proporção. Os cinturões de miséria, que ocupam a periferia dos centros mais povoados e depois se reproduzem também nos centros menos povoados. O desequilíbrio entre o crescimento urbano e a disponibilidade de recursos e equipamentos sociais se reflete nos baixos padrões de habitabilidade, de saúde, de conforto, cujos níveis não cessam de cair. (Guimarães, 1981, p. 157)

Esta mesma população foi submetida às condições mais precárias de trabalho e, como vimos, ocupou territorialmente os espaços periféricos dos centros urbanos. Esse fenômeno, relacionado diretamente à falta de políticas reparatórias pós-abolição, segundo Clóvis Moura (2019), apresentava-se como uma política de Estado, colocando-se cotidianamente por meio de dispositivos raciais que impediam à população negra alcançar alguma ascensão social.

Como podemos ver, há um *continuum* de medidas que se sucedem como estratégias de imobilismo das classes dominantes brancas contra a população negra, em particular, e a não branca, de um modo geral. Essa estratégia racista se evidenciará em vários momentos, exatamente quando as possibilidades de, através de táticas não institucionais, os negros conseguirem abrir espaços nessa estratégia discriminatória. (Moura, 2019, p. 134)

Essas estratégias discriminatórias tiveram o efeito de generalizar, por mais falsos que fossem, os discursos que supostamente apresentavam as características essenciais da população marginalizada. Configurava-se assim, entre as estruturas do Estado republicano, um aparato jurídico, político e ideológico que se colocava a serviço do controle e da disciplinarização da população. E que, ao mesmo tempo, autorizaria a morte dos indesejáveis.

Segundo Prado Jr. (2020), a fragilidade da integração social da população e os temores relacionados às mudanças na organização política e econômica contrastavam com a hipotética coerência e solidez de um passado que se sustentava pela escravidão. A violência que se colocava como um dispositivo eficaz para a manutenção da ordem, naturalizou-se e assim se justificava.

A hipotética dispersão política e as contradições dos tempos pós-abolição, que marcaram a população marginalizada e definiram a sua posição social, colocavam-se também como problemas para a modernização do país, implicavam a segurança do Estado e a sua capacidade de se manter soberano em relação aos outros países. Ao Estado caberia não somente garantir a circulação das mercadorias, afirmar a propriedade privada e a defesa do território nacional, sobretudo em tempos de guerra, mas também elaborar estratégias que garantissem a regulação e administração da população (Foucault, 2008).

No primeiro livro publicado no país com as palavras “psicologia social” em seu título, *Pequenos estudos de psicologia social*, escrito por Francisco de Oliveira Vianna e lançado em 1921, os elementos da modernidade que atingiam a população e aumentavam a instabilidade

política e econômica estavam elencados: uma frágil democracia, as características étnico-raciais, a perda da identidade nacional, o fetiche pelo doutoramento e pelo estrangeirismo, o conseqüente afastamento das tradições regionais e, nas grandes cidades, os novos hábitos que se impunham à população e que retorciam as relações sociais estabelecidas anteriormente, inclusive naquilo que se referia ao papel social da mulher, ao cortejo e ao cavalheirismo (Vianna, 1921). “Retornemos ao interior” e, com essa premissa, partiu Vianna (1921) para as Minas Gerais com o objetivo de, quem sabe, reencontrar as tradições e a coragem do bandeirantismo. Vale dizer que o autor não apresentava discussões sobre os aspectos científicos da psicologia social ou debates teóricos sobre suas categorias. Os seus ensaios apresentavam suas opiniões, e sua viagem ao interior de Minas Gerais, em seus argumentos, apenas confirmavam as suas hipóteses e perspectivas morais.

É a apologia dessas virtudes hereditárias e históricas, dessas primitivas virtudes fundadoras, que devemos fazer, desde já, pela palavra e pelo exemplo. Os “professores de entusiasmo” têm aí, ao lado dos pensadores e dos estadistas, um campo admirável à sua sementeira apostólica. Para nacionalizar a nossa mocidade não basta instruí-la no manejo da espada – símbolo brilhante desse patriotismo militar, que é alguma coisa; mas é preciso, sobretudo, ensiná-la a amar a terra, a amar o campo, a amar o arado e a sua jugada – símbolos toscos e obscuros desse patriotismo civil, que é quase tudo. (Vianna, 1921, p. 25)

Duas observações: primeiro, o uso da palavra *primitivas* não está associado às populações originárias ou aquelas sequestradas na África, mas é ao caráter português que o autor se refere, o que não deixava de se relacionar também com um fetiche em relação ao estrangeirismo, nesse caso, como veremos a seguir, ligado às galochas, à crueldade e às armas dos bandeirantes; e segundo, se, em 1916, Bilac defendia a educação militar como forma de generalização da disciplina e do controle sobre a população, Vianna (1921) inseria outros elementos que posicionavam, e não em desacordo com o poeta conservador, o coração como um campo juvenil a ser conquistado e semeado.

Assim, como resposta para a crise social e política vivida no país, Vianna (1921) propunha a identificação da população com seus supostos tipos superiores, como Joaquim Nabuco e o regente Feijó e, além disso, um retorno ao homem do campo como personagem que guardava as tradições e o caráter bandeirante, este último como sinônimo de valoroso, corajoso e desbravador⁴⁸.

Os tensionamentos entre as formas de governo e as disputas políticas relacionavam-se diretamente com a reorganização do caráter nacional, expressando as contradições entre o

⁴⁸ O bandeirantismo significou para nossa história, para além da fundação de vilas e cidades, a perseguição, a escravidão, a exploração e o extermínio de nossos povos originários. Essas questões tão discutidas em nosso tempo não se colocavam para o autor que, no final das contas, apresentava-se como um ensaísta profundamente afetado pelos estigmas de sua atualidade.

suposto instinto gregário e a dispersão provocada pela República. “O método colonial levava a legalidade aos altos sertões de um modo permanente; o método republicano a leva de um modo violento e transitório” (Vianna, 1921, p. 163).

As teorias sobre os instintos como determinantes da vida social e individual e a perspectiva evolucionista figuravam como fundamentos superficiais para as afirmações do autor. O que Vianna (1921) percebia era que o mundo do século XIX deixava cada vez mais de existir, ainda que dele tivesse restado o poder das oligarquias. As demandas de modernização sobre o Estado exigiam outras formas de organização da vida social. Não foram as ideias que modificaram as relações sociais ou a filosofia de seus personagens e do bandeirantismo.

A proposta de um retorno a estes expressava somente o caráter conservador e idealista frente às mudanças que aconteciam irremediavelmente. As interfaces entre o governo das populações, a modernização do Estado e as demandas de desenvolvimento dos meios de produção capitalista, incluindo os seus aspectos subjetivos e comportamentais⁴⁹, foram os novos elementos que constituíram esse momento e conseqüentemente produziram o cenário de emergência da psicologia e da psicologia social no Brasil.

Assim, os discursos psicológicos não se constituíram como um desenvolvimento científico que se colocava natural e progressivo em sua história. Tampouco o seu aspecto normativo seria mero desvio ou erro metodológico: conforme nos ensinou Foucault (2008), esse discurso repousava sobre os princípios intrínsecos de um ideal de homem liberal, o *self made man*, que correspondia ao pressuposto de que ele representaria o civilizado e a superação do primitivo e de suas formações culturais. Se, como disse Clóvis Moura (2020), o capitalismo pelas mãos de seus ideólogos se impunha como consequência de um passado que alcançava tempos imemoriais, a subjetividade capitalista, fundada nas relações de troca e carregando todos os aspectos que estruturavam a sociedade capitalista, apresentava-se como a medida do normal e do civilizado. Caberia à psicologia formular essas medidas a partir de sua própria ritualística.

As revoltas, consideradas como o oposto de um avanço lento, gradual e civilizado, a despeito das desigualdades sociais e do autoritarismo do governo e dos padrões, seriam, conforme o caráter conservador que transversalizava o discurso científico da época, o indício da irrupção do primitivo, de uma constituição psíquica infantil marcada pelos conflitos que congelavam os indivíduos em um conjunto de ideias fixas, míticas e obsessivas (Briquet, 1935).

⁴⁹ Lembremos de Marx (2020), ao analisar a sociedade capitalista: a mercadoria responde às necessidades do espírito e do corpo e as próprias relações de troca implicam na formação de uma sociabilidade correspondente.

O risco político que significava a multidão para o governo fazia reaparecer o risco do retorno do primitivo, como já sinalizava Sighele (1884/2006) no fim do século XIX.

A mentalidade coletiva constituiria, segundo Briquet (1935), o núcleo de estudo para a psicologia social. Ela demonstraria, no caso das revoltas, o aspecto regressivo que possuía a multidão. Dominada pelo inconsciente, pela impulsividade e emotividade exaltada, a multidão seria o retorno à horda primitiva (Briquet, 1935). No entanto, para Ramos (1936/2003), ainda que a multidão pudesse movimentar-se conforme os processos de identificação social, o problema para a psicologia social seria estudar a ação do complexo de determinantes ambientais, físicos, sociais e culturais sobre o indivíduo e a influência dos grupos a que este pertencia sobre a sua personalidade. A mentalidade primitiva não seria somente uma característica da massa.

5.1 Operárias, tribofeiros, bilontras, grevistas e militares

A psicologia social, nos anos de 1930 e nas mãos de Arthur Ramos (1936/2003), alcançava o *status* de uma ciência aplicada que deveria responder aos problemas políticos, sociais e higiênicos do país. Isso implicava na constituição de interfaces que abrangiam não somente os estudos sobre a formação da população, mas a análise do comportamento e da personalidade individual. A saúde do espírito tornava-se não somente objeto para a psicologia social, mas elemento constituinte da política e da arte de governar.

Ambas as perspectivas, do indivíduo e dos grupos sociais, sobretudo aqueles marginalizados que eram representados como risco para a unidade e a ordem do Estado, se colocavam urgentes em um momento de efervescência política e de grandes manifestações operárias que poderiam recolocar no cenário político, assim como supostamente o fora em Canudos, a presença de degenerados que conduziriam a multidão a repetir os atos mais bárbaros.

Nesse sentido, como combate ao desajustamento e aos elementos contrários à civilidade, a noção de prevenção das doenças ganhava espaço entre os higienistas, e a psicologia social seria, conforme Ramos (1936/2003) e Briquet (1935), um dos dispositivos teóricos e práticos para identificar e corrigir os desajustados. Para ambos os autores, o primitivo poderia compor o cenário de emergência do comportamento dos grupos e das ações dos indivíduos em seu

interior: “da primitividade do comportamento decorrem o *egotismo*⁵⁰ e o *idealismo*” (Briquet, 1935, p. 236).

Seriam os operários, vivendo nos bairros pobres, nas sombras das fábricas e respirando os seus ares fétidos, os novos personagens de um país em mudança e que atualizavam o risco à ordem. No começo do século XX, o operariado urbano era formado principalmente por trabalhadores estrangeiros - italianos, portugueses e espanhóis - que eram considerados pelas elites de seus países de origem como ignorantes, fatalísticos e retrógrados. No pensamento das elites brasileiras, no entanto, em contraste com a população que havia sido escravizada e seus ascendentes, eles eram considerados bons e esforçados trabalhadores:

(...) em parte, o processo derivou de atitudes culturais e raciais que compunham a psique nacional. As elites brasileiras viam a Europa como centro da civilização. Assim, copiar ideias e práticas europeias tornava-se necessário ao desenvolvimento da nação. Os operários brasileiros, de ascendência negra ou mestiça, eram vistos como racial e culturalmente inferiores aos europeus. (Maram, 1979, p. 14)

Mas os imigrantes, brancos e civilizados, traziam consigo, como escreveu Rago (2014), não somente a força de trabalho, mas todo um conjunto de expectativas, valores e tradições que em pouco tempo foram contrariadas: “indolentes, preguiçosos, boêmios, grevistas ou anarquistas, segundo a representação imaginária construída pela sociedade burguesa, lutam para definir sua identidade a partir dos sistemas de representações, dos valores e das crenças que lhes são próprios” (Rago, 2014, p. 32)⁵¹.

Encontramos na literatura um exemplo desse processo. Otávia, Corina, Rosinha Lituana, Pepe, Eleonora e Alfredo, o burguês que se transformou em operário e continuava a deslizar entre as premissas liberais e as ideias sobre a revolução, são algumas das personagens do romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, a Pagu, que, em 1932⁵², descrevia e refletia sobre as lutas e as condições de vida do operariado paulista: a desigualdade social, a miséria, a militância política, a ação repressiva do Estado e as diferentes formas de expressão das lutas entre os trabalhadores e a burguesia.

⁵⁰ Esse termo se refere a um movimento relacionado à multidão pelo qual as suas convicções internas, fundadas em processos inconscientes, permanecem livres de qualquer transformação que não seja a representação das aspirações primitivas que conduziriam as massas.

⁵¹ No desenvolvimento da pesquisa essas questões emergiram. No entanto, um trabalho específico sobre o tema exigiria outros caminhos para além daqueles que traçamos aqui. Vale dizer que as clínicas de ortofrenia atendiam as crianças sem distinção dos setores trabalhistas a que pertenciam seus pais. Da mesma forma, as proposições a respeito da higiene mental da classe trabalhadora eram tratadas de forma geral, sem que, pelo menos nas publicações que localizamos nos boletins da LBHM, fossem traçadas diferenciações entre trabalhadores dos diversos setores, ou entre o comportamento público e o privado. As diferenciações que pudemos encontrar tratavam de cargos e tarefas específicas e não da relação entre o operariado fabril e os trabalhadores dos setores de serviço ou do campo.

⁵² A primeira edição de *O Parque Industrial* foi lançada em 1933.

O cenário era um bairro fabril de São Paulo, o Brás, um dos mais atingidos na resposta de Arthur Bernardes contra a revolta tenentista de 1924, a chamada revolução esquecida, que não deixava de expressar a atmosfera de mudança e revolta das primeiras décadas daquele século e que vitimou em sua maioria trabalhadores pobres: operários, choferes, empregadas domésticas, bordadeiras, pedreiros carroceiros, entre outros (Assunção, 2015).

A poeira subia nas ruas do bairro paulistano enquanto os operários e as operárias caminhavam para as fábricas. As conversas se misturavam e entre elas a revolta era alimentada, ao mesmo tempo que o temor pela perda do trabalho, dos policiais infiltrados, dos informantes e das perseguições do Estado: os sussurros e as idas ao banheiro durante a longa jornada de trabalho escondiam não somente os amores do jovem proletariado, mas o futuro de rebeliões que se formavam estrondosamente silenciosas.

Não se tratava de uma revolta qualquer, afirmava Rosinha Lituana, personagem operária que chegara ao país com sua família para trabalhar nas fazendas de café do Oeste Paulista e que depois, diante das condições de trabalho e dos rancores dos fazendeiros, fugira para a cidade. Também não estava em questão se unirem aos tenentes revoltosos: aqueles, segundo a personagem, eram tão conservadores como os seus superiores! É ao Partido Comunista, fundado em 1922, o partido dos trabalhadores, que deveriam se unir.

Camaradas! Não podemos ficar quietas no meio desta luta! Devemos estar ao lado dos nossos companheiros na rua, como estamos trabalhando nas fábricas. Temos que lutar juntos contra a burguesia que tira a nossa saúde e nos transforma em trapos humanos! Tiram do nosso seio a última gota de leite que pertence aos nossos filhinhos para viver de champanhe e no parasitismo! Nós, à noite, nem força temos para acalentar nossas crianças, que ficam sozinhas e largadas o dia inteiro, ou fechadas em quartos imundos, sem ter quem olhe para elas. (Galvão, 1933/2022, p. 81)

Galvão (1933/2022) destacava uma contradição entre as condições de vida do operariado e os princípios médico-higienistas, que não deixavam de corresponder ao ideário burguês que tentava impor-se às famílias dos trabalhadores: a emergência de dispositivos disciplinares sobre o corpo feminino, como foi o dispositivo da sexualidade associado ao da aliança, era a forma de garantir a permanência das leis patriarcais, a divisão entre o permitido e o proibido e, conseqüentemente, o futuro do país e o trabalhador devidamente ajustado. Nos textos psiquiátricos em fins do século XIX e começo do seguinte, os desvios que acometiam o corpo feminino, como dedicar-se ao onanismo, a negação da maternidade, a vida sexual excessiva ou escassa, seriam algumas das causas para a irrupção da doença mental, sobretudo a histeria (Engel, 2018). O corpo feminino, no trabalho ou em casa, era alvo importante para a universalização da família burguesa e manutenção do patriarcado.

O discurso médico-higienista, para além de seu espaço específico de trabalho e das paredes institucionais, contraditoriamente posicionava a mulher na função de guardiã do lar,

limitava sua participação na vida pública e atribuía a ela a função essencial de educar as crianças conforme os princípios burgueses (Engel, 2018). Ao mesmo tempo, elas eram consideradas frágeis e excessivamente sentimentais e, ao desviar-se demais de sua suposta natureza, restava-lhe a irrupção da enfermidade (Rago, 2014).

Ainda que o discurso higienista colocasse essas proposições como características naturais do gênero feminino, as condições de vida e de trabalho encontradas pelas operárias, aquelas que também eram descritas por Pagu (2022), significavam uma impossibilidade de realização dos mesmos princípios, dentre estes a experiência materna idealizada por médicos e juristas (Rago, 2014).

Por outro lado, a mulher foi associada à infância. Infantilizada e considerada incapaz de pensar por si só, ela seria possuidora de um espírito servil por natureza. Essas proposições não fizeram parte somente do imaginário conservador, mas invadiram os jornais operários que, mesmo denunciando a dominação sobre o corpo feminino, replicavam os princípios higiênicos e os preconceitos contra a mulher, ainda que os acontecimentos contradissem as palavras. “A imagem feminina que é construída na imprensa operária é a de que estas são românticas, sensíveis, frágeis, ingênuas, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso” (Cavalcanti, 1997, p. 61).

Todo esse processo de extensão dos discursos médico-higienistas, de delimitação dos papéis sociais e de divisão sexual do trabalho significava, como afirmaram Rago (2014) e Reis (2012), a extensão da moral burguesa a todo o tecido social.

O aburguesamento da família operária, conforme ainda escreveu Reis (2012), significou o estabelecimento de novos padrões higiênicos e comportamentais. Isso não deixou de estabelecer também novos discursos sobre as relações afetivas entre pais e filhos no interior das famílias e formas de separação entre o afeto e o prazer sexual como dispositivo para a garantia da propriedade privada e o direito à herança.

A família deveria se tornar o espaço primeiro para a inserção das crianças nos discursos que norteavam e normatizavam as condutas nas sociedades capitalistas. Nessa condição, ela seria de grande interesse para as ciências médicas e jurídicas. O primeiro espaço de ajustamento. Portanto, se a adaptação dos corpos implicava em produzir novas subjetividades associadas ao desenvolvimento dos modos de produção capitalista, a família e o ajustamento tornavam-se fundamentais também para as Ciências Humanas, especialmente a Psicologia. A recepção dos saberes psicológicos poderia ter esse elemento como condicionante? Vejamos.

Podemos perceber que, nos discursos psicológicos que eram recepcionados no país, entre eles a Psicanálise, as relações familiares ganharam grande importância. Em seu texto *A criança problema*, Ramos (1947) destacava as relações afetivas entre pais e crianças como determinantes para o (des)ajustamento infantil. A criança se transformaria no adulto mais ou menos ajustado conforme suas experiências de aprendizagem, afetividade e de sua predisposição genética. No interior dos discursos psicológicos, os aspectos sociais e políticos permaneciam em segundo plano, enquanto as relações afetivas eram destacadas. No entanto, havia nessas premissas novamente a afirmação de uma oposição ao determinismo biológico.

Os fracassos e as inibições escolares são a expressão do mecanismo inconsciente de auto punição. Aí estão todos esses comportamentos anômalos da fase escolar: o negativismo, os escrúpulos, os sentimentos de inferioridade, as reações exageradas ao juízo alheio, a suscetibilidade demasiada, o temor aos mestres, o medo diante das provas e até as ideias de morte, tudo isso ligado ao sentimento de culpa e a auto punição, originados das primitivas interdições brutais da sexualidade e da má resolução da situação edipiana. (Ramos, 1934, p. 121-2)

O aburguesamento da família operária fez emergir os cuidados à infância como elemento fundamental para o desenvolvimento do país, o que provocou diversas outras contradições, como aquela que se colocava como estopim para a revolta dos operários: como cuidar das crianças se aos trabalhadores e às trabalhadoras os regulamentos das fábricas impunham duras jornadas de trabalho, castigos e multas?

Os princípios higienistas, como parte dos dispositivos médico-jurídicos, posicionavam a criança como objeto de grande importância para assegurar ao Estado sua força e continuidade. Em termos terapêuticos e preventivos a infância ganhava especial importância na garantia de um adulto saudável.

A criança não é mais reconhecida como um adulto em miniatura, sua singularidade agora é um fato incontestável, cabendo assim, aos ramos da ciência a ela dedicados, produzir conhecimentos que possibilitem compreender suas características como um indivíduo em desenvolvimento, para, com isso, identificar as formas mais adequadas de gerir a sua educação. (Abrão, 2001, p. 32)

Retornemos aos operários e operárias do romance. Enquanto os donos das fábricas engordavam e circulavam com seus novos carros, os operários e suas crianças viviam ainda mais na miséria (Galvão, 2022). Metade do cortiço saía para a fábrica, o que fazia, ao juntar na rua o contingente de trabalhadores, subir novamente a poeira de mais um dia de trabalho. O casarão vermelho e suas chaminés gigantes, das quais lhes escapavam a fumaça e o aviso do início da jornada, eram o destino daquela multidão. Mas naquele dia um pedaço da fábrica regressara para o cortiço sem trabalho. A reação foi imediata: ninguém trabalha amanhã! Greve! “Estão arrancando o pão de nossa boca! Não podemos consentir. Diminuíram mais! Cachorros!” (Galvão, 1933/2022, p. 79). Greve e revolta agitavam as ruas. A massa se vingava. A limusine luxuosa ardia com a revolta dos tecelões e das fileiras pobres que se juntavam aos

operários. Vidros e estofados queimados! “Esta gasolina é o nosso sangue” (Galvão, 2022, p. 79).

Queimava o luxo, mas não só isso: a propriedade, em chamas pelo sangue da multidão, era um afronte. A massa e a revolta figuravam no cenário político das primeiras décadas do século XX, assim como as revoltas do século XIX permaneciam vivas e habitavam o imaginário e a memória da população, das elites política e econômica e dos seus representantes no Estado, que não deixavam sair de cena, ao menor indício de agitação, o suposto risco de esfacelamento do tecido social como justificativa de seu autoritarismo e da violência policial.

A família, a criança, a mulher, os homens desajustados e toda a população marginalizada tornavam-se objetos para a ciência médica que, talvez diante da sua insuficiência em oferecer respostas, como dissemos, tornava-se o campo de recepção de diferentes saberes. No Brasil, os estudos de Nina Rodrigues sobre a Antropologia Criminal e a população africana, por exemplo, correspondiam a esse movimento: o que fazer com esse conjunto da população que até pouco tempo era escravizada e que trabalhava sob as ordens e a dominação de um senhor e de seus capatazes? O que fazer também com aqueles considerados rebeldes, vagabundos e promíscuos, adjetivos facilmente associados à população pobre? O que fazer com a população que se deslocava das fazendas para a cidade e que poderia colocar a ordem e a sociedade em risco? Como regular o comportamento das pessoas e das populações? Como constituir uma população branca e em acordo com os princípios liberais? Como defender o país?

Se o governo da população continuava a ser um problema para o Estado, os pressupostos que deveriam regular e administrar os corpos individuais e o corpo social deveriam partir dos princípios científicos, das recomendações médico-jurídicas, ainda que a religião continuasse a exercer algum poder sobre o próprio Estado e sobre as decisões políticas e sociais.

O início do século XX não deixou para trás o poder e o tom autoritário que, desde de seus primeiros dias, coloria a República. No Rio de Janeiro, em 1904, as medidas autoritárias que visavam erradicar a febre amarela e combater a reação da população que se posicionava contrária à vacinação obrigatória liderada por Oswaldo Cruz provocaram depredações e ataques contra agentes de saúde, o que fez o governo uma vez mais suspender os direitos constitucionais, ordenar a prisão dos líderes da revolta e os deportar para o Acre (Schwarcz & Starling, 2018)⁵³.

⁵³ Sobre a Revolta da Vacina, ver *Os bestializados*, de José Murillo de Carvalho (2015) e *A cidade Febril*, de Sidney Chalhoub (2006).

Seria a população bestializada ao ponto de negar os princípios científicos e higienicos para a condução de sua saúde? Não, escrevia Arthur Azevedo na revista *O Tribofe*: o comportamento do fluminense é aquele do tribofe, que não obedecia as leis de Deus ou dos homens; “(...) é o espertalhão, o velhaco, o gozador; é o tribofeiro” (Azevedo *apud* Carvalho, 2015, p. 158).

Os impasses criados pelas medidas de higiene pública posicionavam novamente o confronto entre o primitivo e a civilização, representada agora pelos homens e pelos princípios da ciência: a higiene trazia o caminho da civilização e as formas de aperfeiçoamento moral e material que seriam válidas para qualquer povo e se colocavam como dever para o governo (Chalhoub, 2006). A higiene, como ideologia que fazia velar as questões políticas que percorriam todo aquele cenário, caracterizava-se como

[...] um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. (Chalhoub, 2006, p. 35)

A condução científica da população colocava-se no cenário e a sua negação seria o suposto índice de um povo ainda despreparado para o progresso que se anunciava e a encontrava como um dos seus obstáculos. Mesmo que a desinformação pudesse ser um dos elementos da revolta e a incitação da população contra as medidas do governo pudesse partir dos liberais indignados com o autoritarismo da República, do tribofe ao bilontra havia uma consciência que se formava na experiência cotidiana e que indicava a distância entre o formalismo da lei e os privilégios concedidos pela justiça (Carvalho, 2015).

Essas personagens eram o oposto do bestializado: este seria conduzido pela ignorância, pelas formas de pensamento primitivas e por seu caráter demasiadamente afetivo. No entanto, o bilontra era aquele que formava a consciência de que “o real se escondia sob o formal” (Carvalho, 2015, p. 159). Aqueles que legislavam privilegiavam os seus interesses pessoais e com isso não só desenvolviam formas de convivência distintas da ordem prevista pela lei como, ao revelar a sua duplicidade moral, provocavam na população o deboche.

A constituição dos movimentos da classe trabalhadora urbana encontrava-se relacionada ao crescimento das cidades, à diversificação das atividades laborais, à possibilidade de circulação de ideias e à chegada dos imigrantes (Fausto, 2019). No que se referia aos princípios higiênicos de prevenção e promoção da saúde, aos quais os saberes psicológicos se articulavam, foi esse conjunto de trabalhadores urbanos que se constituiu como seu objeto fundamental e impulsionou a elaboração dos dispositivos de controle e disciplinarização dos corpos, as

estratégias de orientação profissional e o melhor ajustamento dos indivíduos às tarefas laborais.

Foi também com a urbanização e a industrialização que, conforme escreveu Decca (1991), uma identidade operária começou a se forjar no Brasil e, com isso, a contraposição aos interesses burgueses. Como dissemos, aos imigrantes que haviam chegado com as políticas de imigração nos últimos anos do século XIX e que trocaram o campo pelas cidades, somaram-se novos trabalhadores vindos da Europa. Assim como as condições de trabalho no campo impulsionaram movimentos de resistência entre os imigrantes, as precárias condições de trabalho, os baixos salários e as longas jornadas diárias, que poderiam chegar até a dezessete horas, impulsionaram nas cidades um conjunto de greves que foram decisivas na formulação de leis que regulamentaram o trabalho a partir da segunda década do século passado.

Nos anos de 1910, apenas vinte e um anos após a Proclamação da República, em São Paulo, 60% dos operários da indústria têxtil eram italianos que vinham de Nápoles, Vêneto, Sicília e Calábria, e que ajudaram a difundir os princípios anarquistas entre os trabalhadores⁵⁴. Nesse sentido, a criação dos boletins operários foi um dispositivo fundamental para a organização em torno das reivindicações que envolviam a melhora das condições de trabalho e de vida. Entre os anos de 1900 e 1920, aconteceram cerca de quatrocentas greves organizadas pela melhora das condições de vida e trabalho ou de natureza política, como aquelas paralisações em protesto contra a guerra. A legislação trabalhista era inexistente e sua elaboração encontrou impulso fundamental nas mobilizações dos trabalhadores (Schwarcz & Starling, 2018).

No ano de 1902, dois anos antes da revolta da vacina, também no Rio de Janeiro, aconteceu a primeira manifestação grevista, envolvendo uma fábrica de sapatos. Um ano mais tarde, houve a primeira greve geral multiprofissional, com a adesão de pintores, gráficos, chapeleiros e outros setores (Schwarcz & Starling, 2018). Pela jornada de oito horas, em 1907, um ano depois da fundação da Confederação Operária Brasileira, as greves que alcançaram as cidades de São Paulo, Santos, Ribeirão Preto e Campinas animaram diferentes setores da

⁵⁴ Não trataremos da história do movimento operário no Brasil, que está para além de nossos objetivos. No entanto, vale sinalizar que, segundo Michael Hall (2016), pesquisador do tema, os imigrantes que chegavam no país em fins do século XIX e começo do seguinte estavam desesperados e escolhiam o Brasil por subsidiar em grande escala as suas passagens. Entre eles havia alguns militantes com experiência política, embora poucos no conjunto de quase um milhão de italianos. Isso também significava que para parte destes trabalhadores o contato com o anarquismo aconteceu por aqui. Outro aspecto importante a lembrar é que a diversidade de nacionalidades, ainda segundo Michael Hall (2016), ao mesmo tempo estimulou e trouxe dificuldades na organização do movimento operário: “(...) os imigrantes formavam grupos bastante divididos, de diferentes origens geográficas, havia hostilidades não só entre portugueses, espanhóis e italianos, mas entre italianos do Sul e italianos de Veneto e de outras regiões” (p. 17).

indústria e atingiram dois mil operários, que foram violentamente reprimidos pelo Estado. Em nova agitação, somou-se a eles o operariado fabril, o que possibilitou a vitória dos trabalhadores. No entanto, o descumprimento dos acordos pela burguesia fez novas greves e revoltas acontecerem.

As crises econômicas de 1910 e 1913, ainda segundo Schwarcz e Starling (2018), abriram caminho para a greve de 1917, que atingiu entre 50 e 70 mil trabalhadores no Rio de Janeiro e, em São Paulo, a maioria da população empregada. Conforme Fausto (2019), o programa de pautas do Comitê de Defesa Proletária, em São Paulo, apresentava as seguintes reivindicações:

[...] aumento de salários; proibição do trabalho de menores de catorze anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos; jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras; fim do trabalho nos sábados à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito de associação. Além disso, propunha medidas contra a carestia pela intervenção do Estado – separando-se pois neste aspecto da pureza doutrinária anarquista – e pela redução de 50% dos aluguéis. (Fausto, 2019, p. 257)

No dia 10 de julho de 1917, cartazes foram fixados nos postes da cidade de São Paulo: era um manifesto e apelo aos soldados para que não perseguissem os irmãos de miséria, aqueles submetidos à fome e à ganância dos patrões, os quais contavam com a Força Pública para acabar com a greve.

Os soldados brasileiros recusaram-se, no Rio de Janeiro, em 1881, a atirar sobre o povo que protestava contra o imposto do vintém e, até em 13 de maio de 1888, recusou-se a ir contra os escravos que se rebelaram, fugindo do cativeiro. Que belo exemplo a imitar, não vos presteis soldados, a servir de instrumento dos Crespi, Matarazzo, Gamba, Hoffman, etc. Os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres e grevistas não são vossos irmãos na miséria e sofrimento, os operários morrem de fome, ao passo que os patrões, de indigestão. Soldados, recusai-vos ao papel de carrasco. (Leuenroth, 2016, p. 82)

O apelo aos soldados nos possibilita compreender que a ação do Estado não foi de passividade ou de permissividade. O governo mobilizou as tropas aos bairros operários do Brás, Mooca e Ipiranga e a marinha posicionou navios de guerra no porto de Santos. As medidas repressoras, além de provocar cisões no interior do próprio movimento operário, tiveram outros efeitos sobre os novos movimentos grevistas. A onda grevista, conforme Fausto (2019), arrefeceu a partir de 1920, seja pela dificuldade de êxito das greves do passado, seja pela repressão que se abateu sobre os dirigentes operários estrangeiros.

Em janeiro de 1921, por exemplo, o Congresso aprovou duas leis que autorizavam o governo a adotar incisivamente instrumentos repressivos contra os movimentos grevistas. Uma delas previa a expulsão de estrangeiros que fossem considerados perigosos para a ordem pública e a outra tentava criminalizar o anarquismo como ação terrorista, considerando crime a prática de atos violentos e a defesa pública de ações contra a organização da sociedade e do Estado.

Segundo Fausto (2019), ao fim da Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média tornara-se mais visível na política, sobretudo no apoio às figuras e aos movimentos que levassem a República oligárquica a um tipo de liberalismo autêntico. Isso significava, além da defesa de um governo que pudesse garantir o cumprimento da Constituição e das leis do país, o apoio a reformas que impactariam a educação da população, tornariam as eleições limpas, instalariam o voto secreto e criariam a justiça eleitoral.

Os desgastes entre as oligarquias se expressavam nas disputas pela presidência. Entre o sudeste, especialmente Minas e São Paulo, e as outras regiões abria-se um conjunto de incertezas que afetavam a produção agrícola e o desenvolvimento econômico dos estados. Foi no movimento de disputa eleitoral que, em 1921, a insatisfação dos militares veio à tona. A suposta carta de Artur Bernardes ao político mineiro Raul Soares que ofendia Hermes da Fonseca e ameaçava o fechamento do Clube Militar precipitou a eclosão do primeiro movimento tenentista (Fausto, 2019). Vale dizer que mais tarde as cartas se revelaram falsas.

Os tenentes acreditavam, conforme Schwarcz e Starling (2018), que o país precisava de um governo centralizador, forte e com capacidade de intervir na economia, promover a industrialização e a sua proteção contra a exploração estrangeira. Denunciavam a corrupção e o regionalismo como elementos que dificultavam o avanço do país e, ainda que se posicionassem em acordo com as pautas liberais, mostravam-se autoritários no que se referia à política e ao papel do Estado. Tendo em vista reduzir a desigualdade no país, partiram para enfrentar o governo praticamente sozinhos.

Os “Dezoito do Forte” foi o primeiro ato de rebeldia: em 5 de julho de 1922, impulsionados pela defesa da honra militar, os jovens tenentes tomaram o Forte de Copacabana. Os rebeldes foram cercados e bombardeados e no dia seguinte centenas se entregaram, atendendo ao apelo do governo. Um pequeno grupo formado por dezessete militares resolveu resistir e, após novo bombardeio ao Forte, colocou-se em marcha contra as tropas do governo. Nesse caminho, ainda com o apoio de um civil, dezesseis dos rebeldes morreram (Fausto, 2019).

Em 1924, na nova revolta tenentista em São Paulo com o objetivo de derrubar o governo de Artur Bernardes, a cidade recebeu bombardeios que atingiram civis e militares e, em 27 de julho, os revoltosos a abandonaram e seguiram rumo a Bauru. Entre as reivindicações dos militares estava a reforma do ensino público, a obrigatoriedade do ensino primário e a moralização da política. Eles ainda denunciavam as condições miseráveis de vida e a exploração

dos mais pobres. A chamada Coluna Prestes, pouco mais tarde, foi fruto da união entre militares sublevados do Rio Grande do Sul e paulistas (Schwarcz & Starling, 2018).

Conforme descreveu Assunção (2015), as disputas pelo poder refletiam os tensionamentos dos pactos estabelecidos entre as oligarquias nacionais. A reação incisiva do governo em 1924 não deixava de lembrar as formas de repressão usadas contra os operários nos anos anteriores de greve e agitação. Inclusive o decreto para o fechamento do Clube Militar e a prisão de Hermes da Fonseca se fundamentava na lei de combate às atividades das organizações anarquistas.

Vale mencionar que, entre os anos de 1924 e 1927, o movimento tenentista viveu ainda maior repercussão, com a Coluna Prestes/Miguel Costa. O objetivo ainda era derrubar o governo de Artur Bernardes, mas a defesa do voto secreto, das reformas na educação, a diminuição das desigualdades e a moralização da política continuavam a figurar como pautas a serem defendidas. Luís Carlos Prestes convertia-se em símbolo de mudança que animava os militares e ganhava a simpatia de setores médios urbanos.

Por sua vez, as primeiras leis que regulavam o trabalho começaram a aparecer nos anos de 1920: a lei sobre acidentes de trabalho, a lei Elói Chaves sobre aposentadorias e pensões, e a lei de férias (Decca, 1991). E isso como forma de o governo impedir prejuízos causados pelas greves de setores fundamentais, como eram os ferroviários.

De um lado, as greves dos trabalhadores pressionaram o governo a elaborar, além dos dispositivos repressores, uma legislação que garantisse alguma estabilidade social e também o controle sobre a população. De outro, o cenário político permanecia instável e as crises econômicas foram determinantes para uma ruptura definitiva e o esfacelamento da República do café com leite, o acordo entre mineiros e paulistas para a sucessão presidencial. Chegava ao fim o século XIX.

5.2 Os anos de 1930

Os anos de 1930 se iniciaram com a ruptura de antigos acordos políticos que consolidaram a chamada República Velha e escreveram novos capítulos na história do autoritarismo brasileiro. Ao mesmo tempo, a prevenção e a correção dos comportamentos, noções que se colocavam na fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental e de suas entidades regionais, principalmente quanto ao corpo infantil, à doença mental e ao ajustamento, apresentavam-se como algumas das estratégias para garantir o futuro do país.

Assim, assistiu-se a emergência de novas propostas para a educação das crianças, como o manifesto escolanovista e a formação das clínicas de ortofrenia em São Paulo e Rio de Janeiro, as quais tentavam estabelecer novos pressupostos que se distanciavam de um modelo punitivo e exageradamente repressor (Ramos, 1947). A repressão e a correção dos comportamentos desajustados, segundo o discurso médico-higienista, deveriam ser utilizadas no combate, por exemplo, da masturbação infantil, mas com alguma moderação e, pela via médico-pedagógica, em seu tempo correto. A recepção da psicanálise, dos testes psicométricos e das proposições da psicologia a respeito dos processos grupais e familiares integraram esse cenário. A família e, em especial, a família operária, desde suas relações afetivas intrafamiliares até as condições sanitárias e os seus hábitos higiênicos, continuava a colocar-se como objeto para as ciências médica, jurídica e pedagógica, agora em consonância com as novas demandas da sociedade que se reorganizava, como dissemos anteriormente, em torno da moral burguesa.

Nos anos de 1930, assistimos ainda, ligada à crise econômica de 1929 e a uma profunda decepção com o liberalismo e sua moral, à aderência esperançosa de quase todo o mundo ocidental ao fascismo, seguindo o exemplo da Itália de Mussolini, como promessa de recuperação da economia. No Brasil, a depressão econômica impulsionou a ruptura dos acordos políticos entre as oligarquias que sustentaram a República Velha e conduziu ao poder Getúlio Vargas, que perdera as eleições e, pela via de um golpe militar, assumiu o comando do governo provisório (Hobsbawm, 2009; Fausto, 2019; Schwarcz & Starling, 2018).

O governo autoritário, intervencionista, centralizador e populista aliou-se a grupos religiosos, conservadores e fascistas como, a partir de 1932, a Ação Integralista Brasileira – AIB, e outros personagens que não detinham uma posição política particular a não ser a defesa da sociedade contra o fantasma comunista e a suposta desordem na estrutura patriarcal e cristã que ele provocaria (Hobsbawm, 2009).

A crise econômica ameaçava o frágil equilíbrio social e o autoritarismo apresentava-se como possibilidade de garantir alguma estabilidade. Lembremos das teses médicas que defendiam inclusive que, em sociedades democráticas, a prevalência das doenças mentais se colocava acima das estatísticas que se mostravam nas sociedades autoritárias⁵⁵.

Com a Constituinte convocada em maio de 1933 e a promulgação da nova Constituição em 14 de julho de 1934, parecia que viveríamos sob um regime democrático. A nova Constituição refletia os anseios e esforços modernizantes e democratizantes dos deputados: “a

⁵⁵ Ver capítulo 3.

racionalização da autoridade, a manutenção do federalismo, o reforço para o desenvolvimento das instituições políticas, a inclusão de novos setores sociais por meio de um processo eleitoral mais alargado” (Schwarcz & Starling, 2018, p. 367).

A Constituição assegurava ainda a pluralidade e a autonomia sindical da mesma forma que dispunha sobre a legislação trabalhista e submetia o Executivo à fiscalização do Legislativo, acabando com os decretos que permitiam ao Governo Provisório substituir o Congresso na função de elaboração das leis. Da mesma forma, ela limitou o mandato presidencial para quatro anos e vetava a possibilidade de reeleição.

Esse período foi também marcado por manifestações populares de apoio à democracia e pela ação reivindicatória dos trabalhadores, como as greves no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Rio Grande do Norte, principalmente nos setores de serviços como transportes, comunicação e bancos (Fausto, 2019).

Não ficaram ausentes as manifestações de caráter fascista de apoio ao governo e contra o comunismo. O embate entre integralistas e anti-fascistas, em outubro de 1934, resultou em diversas mortes em São Paulo e estimulou o governo a propor o projeto da Lei de Segurança Nacional, criticado pela opinião pública e por setores do Exército e Marinha. O seu substituto, aprovado em 4 de abril de 1935, definia os crimes contra a ordem pública, incluindo entre eles a greve de funcionários públicos, a provocação da animosidade nas classes armadas, a incitação do ódio entre as classes populares, a propaganda subversiva e a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem pública ou social (Fausto, 1935).

Para a elaboração da Lei de Segurança Nacional, o governo parecia fundamentar-se em diversos acontecimentos políticos que em seu discurso foram transformados em ameaças à ordem social e justificativa para o aumento dos dispositivos repressivos: as ações da Aliança Nacional Libertadora - ANL, na clandestinidade desde a leitura por Carlos Lacerda do discurso de Luís Carlos Prestes, e do Partido Comunista Brasileiro, em sua tentativa de tomada do poder em novembro de 1935; a farsa do Plano Cohen, que revivia o fantasma do comunismo; o risco ao futuro do país em razão do pluripartidarismo; a questão social e a ameaça do país de se tornar uma anárquica nova Espanha⁵⁶. Todos estes elementos se faziam presentes no discurso pronunciado por Getúlio na noite do dia 10 de novembro de 1937. Mais cedo, no mesmo dia,

⁵⁶ A Espanha, desde 1936, vivia um processo revolucionário que tinha como protagonistas os coletivos anarquistas articulados na Confederação Nacional do Trabalho (CNT), central anarco-sindicalista que chegou a reunir 2 milhões de trabalhadores e que, junto a Federação Anarquista Ibérica (FAI) e da Federação de Juventudes Libertárias (FIJL), defendiam o processo de coletivização da propriedade.

as tropas da Polícia Militar cercaram o Congresso Nacional. Naquela noite Getúlio Vargas proferiu em cadeia de rádio nacional a *Proclamação do povo brasileiro*, em que revelava os motivos do golpe militar e anunciava a entrada em vigor de uma nova Carta constitucional, elaborada por Francisco Campos. (Fausto, 2019).

Como vemos nos trechos que selecionamos abaixo, a unidade nacional, o reajuste econômico e social e o medo de males maiores foram elementos que não só constituíram o processo político para a instauração do Estado Novo como se mantiveram no seu programa de governo, o qual, ainda que indicasse a preservação de valores democráticos, caracterizou-se desde seus primeiros dias como uma ditadura, inclusive repetindo a queima de livros, como fizeram os nazistas na Alemanha. E as semelhanças e simpatias do governo brasileiro com os nazistas não paravam por aí: além dos concursos eugênicos e do embranquecimento da população, estendiam-se lado a lado a bandeira nazista e a bandeira brasileira. A possibilidade de construção de um Estado forte, que pudesse garantir seu lugar no cenário econômico mundial, passava por governar, conforme a ciência e os princípios eugênicos, a população.

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil. (Vargas, 1937, p. 21)

Continua Getúlio,

As novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado. (Vargas, 1937, p. 22)

Segue,

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação. (Vargas, 1937, p. 28)

Concluiu Vargas,

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país, a complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade. (Vargas, 1937, p. 32)

A suposta restauração da ordem pública, justificativa para o golpe de 1937, foi mais uma vez baseada na atualização daqueles fantasmas que vagavam no imaginário popular e que constituíram o discurso de que uma ameaça, antes representada pelas revoltas das pessoas

escravizadas, rondava a nossa sociedade e colocava em risco a sua própria existência com o desmantelamento das famílias, da propriedade privada e da moral cristã. Essa ameaça difusa rondava as fábricas, as oficinas, os campos, as câmaras de deputados e vereadores, as ruas, não poupava os quartéis, nem mesmo as dimensões mais íntimas da vida social e, fundamentalmente, cada indivíduo que em si poderia reencenar o conflito entre o primitivo e o civilizado.

Para todos esses espaços, a higiene mental lançava seu olhar e ela mesma se constituía como um dispositivo sobre os corpos (Dutra, 2012). Como vimos, os dispositivos psiquiátricos alcançaram o mundo do trabalho e a casa dos operários, chegaram às escolas, aos bares e às ruas, tendo como elementos fundamentais técnicas de prevenção e psicoterapia: “é preciso manter delimitados os campos do dia e da noite, do bem e do mal, da razão e da loucura, do velho e do novo, do atraso e do progresso” (Dutra, 2012, p. 206).

Frente à expressão da desordem e da irracionalidade, ao perigo de uma hecatombe social e do despedaçamento da nação, era preciso restaurar a ordem e a racionalidade, o que significava oferecer a unidade e a coesão social como resposta. A queima das bandeiras estaduais, em 27 de novembro de 1937, ritual conduzido sob a regência do maestro Heitor Villalobos e a benção da igreja católica, se colocava em acordo com a restauração da unidade nacional: só existiria uma bandeira (e uma identidade), seria a do Brasil! Brasil acima de tudo!

A unidade oferecida pela noção de identidade nacional alinhava-se com a ideia de uma coesão social harmônica e totalitária:

O indivíduo se identifica com o poder total da organização e seu desejo de onipotência vai ser realizado através da criação de um objeto comum que todos devem amar, com o qual devem se identificar e em seu nome se submeterem – objeto este que, no nosso caso em estudo, é a pátria. (Dutra, 2012, p. 31)

Assim, se a partir do século XIX no mundo ocidental temos, de um lado, a elaboração de legislações marcando a presença de um discurso jurídico que ordenava o direito público e uma trama de coerções disciplinares que garantia a coesão e a defesa do corpo social (Foucault, 2005), no Brasil, o conservadorismo e o totalitarismo da década de 1930 deram o acabamento ao temor de uma divisão social e provocaram a emergência da ilusão de uma unidade nacional que colocaria fim ao momento de instabilidade política e econômica (Dutra, 2012). O que exigia ainda, como elemento para modernização, a produção de um novo homem: “a pátria precisa de homens assim, firmes e corajosos, mas disciplinados e serenos, homens afeitos à ordem, aptos para a liberdade, e dignos da fortuna” (Capanema, 1937/2010, p.105). A produção de indivíduos em acordo com os princípios autoritários, o consequente ajustamento da população a esses

princípios e a exclusão dos incorrigíveis apresentavam-se como estratégias de poder e não se colocavam em conflito com o processo de consolidação da revolução burguesa no Brasil.

Entre conservadores, totalitaristas, democratas, servidores públicos, advogados, políticos e médicos, a perspectiva de produção de um novo homem tornava-se, nos anos de 1930, um discurso comum, corrente desde a década anterior e que significava não somente o aprimoramento da condição física e educacional, mas também a superação dos aspectos primitivos, como postulado por Ramos (1936/2003), ainda que este não aderisse à posição autoritária do governo e de setores do higienismo, como aqueles que compunham a LBHM.

O que seria então a psicologia social se o ajustamento colocava-se como tarefa fundamental para a higiene mental e os estudos raciais também permaneciam em seu horizonte?

5.3 A Psicologia Social: definição e objeto

Já nas primeiras linhas de seu texto, no prefácio de 1936 para a primeira edição da *Introdução*, Arthur Ramos indicava não somente o baixo número de publicações a respeito desse novo campo científico no Brasil, mas as relações entre a análise dos grupos, das multidões e os seus estudos sobre o pensamento civilizado e a mentalidade primitiva. E ainda que o autor procurasse apresentar um amplo panorama do cenário teórico da psicologia social, ciência que, para ele, assumia em sua época um importante papel no quadro das ciências sociais, ela parecia-lhe sem muita nitidez na definição de seu objeto. Além disso, mesmo que seu texto se apresentasse como uma ampla revisão dos autores e conceitos daquela época, Ramos advertiu que não podia furtar-se:

... a algumas vistas pessoais deste ou naquele ponto: apresentação da matéria e divisão do livro, critério de convergência metodológica, algumas aplicações da psicologia social a problemas brasileiros, desajustamentos infantis no lar e na escola, utilização do material psicopatológico e etnográfico, e principalmente, toda a terceira parte, objeto de antigos estudos, que, sobre a lógica afetiva, o pensamento primitivo e a mentalidade mágico-esquizofrênica, venho realizando desde 1926. (Ramos, 1936/2003, p. 23)

A psicologia social não deixava de reconduzir o interesse do médico para as chamadas estruturas primitivas do aparelho mental e à noção de inconsciente primitivo, a qual, na *Introdução*, foi discutida principalmente na sua terceira e última parte. O inconsciente primitivo, como uma síntese entre os aspectos mentais relacionados à ancestralidade e aos atuais processos mentais coletivos que atuam sobre o indivíduo, havia sido apresentado por Ramos em sua tese de doutorado, *Primitivo e loucura* (1926). Desde lá, a noção esteve presente

em diversos de seus estudos sobre o folclore, a população negra, a saúde do espírito e os estudos psicopatológicos.

A primeira parte do livro é dedicada à apresentação dos fundamentos da psicologia social, constando em seu primeiro capítulo a definição, o objeto e as relações com outros campos científicos. Ao mesmo tempo em que apresentava sua tarefa, Ramos afirmava que a dificuldade na caracterização desta ainda jovem ciência se devia à imprecisão de seus objetivos e de sua aplicação. Para ele, esse problema se relacionava às suas diferentes origens e desenvolvimentos, entre as influências europeias e estadunidenses: para William McDougall (1891-1938), a psicologia social guardaria relações com a psicologia, enquanto para Edward Alsworth Ross (1899-1951) o seu objeto de estudo quase se confundiria com a sociologia (Ramos, 1936/2003). Nesse sentido, e próximo da ideia de Gordon Allport (1935), Ramos buscava as origens ainda mais antigas para a Psicologia Social, alcançando não somente Comte, Durkheim, Sighele, Freud, Le Bon e Tarde, mas Aristóteles e Platão (Ramos, 1936/2003).

Segundo Allport (1935), Aristóteles e Platão foram os primeiros a despertarem a curiosidade do homem a respeito de sua própria natureza social. De Platão a Comte, as teorias sobre a natureza do homem estiveram virtualmente relacionadas às teorias sobre a arte de governar e, por essa razão, o interesse pela psicologia social, desde o século XIX, colocava-a como um campo da filosofia política. Ainda entre os autores que se dedicaram a estudar a natureza e as características das multidões, conforme veremos adiante, Ramos elencou um conjunto de estudiosos americanos e europeus vindos da Psicologia e da Sociologia, o que demonstrava a posição que para ele a Psicologia Social deveria ocupar entre as ciências sociais e humanas.

A psicologia social não seria, a princípio, uma ciência autônoma e, quando próxima da psicologia, se dedicaria aos estudos sobre o homem enquanto animal gregário, o desenvolvimento de suas funções psíquicas, o comportamento humano no jogo de suas relações sociais e familiares (Ramos, 1936/2003). No outro pólo, ao aproximar-se da sociologia, ela estudaria o fato social e, tendo o indivíduo como centro, converteria toda a sociologia em uma psicologia social. Assim, a psicologia social, ao mesmo tempo, participaria destas duas ciências.

É esta a orientação sociológica norte-americana, desde o impulso decisivo que lhe deu Lester Ward, com a sua doutrina das “forças sociais”. Será o caso de reservarmos à psicologia social um campo de estudos aplicados; nestas condições, o termo “social”, na sua função adjetiva, exprimiria a aplicação da psicologia aos fatos sociais, da mesma forma que a psicologia educacional estuda a aplicação da psicologia à educação, psicologia anormal, a aplicação da psicologia aos fatos mórbidos, e assim por diante. (Ramos, 1936/2003, p. 27)

Briquet (1935) também considerou que a psicologia social posicionava-se como um campo de intersecção entre a Psicologia e a Sociologia. Ele, assim como fez Ramos (1936/2003), dedicou-se a apresentar as diferentes correntes da psicologia social e traçou caminhos próximos àqueles que nosso autor percorreu. Dentre estas diferentes perspectivas, Briquet escreveu que “a psicologia social estuda os aspectos sociais da vida mental. Segundo Geck, examina os fenômenos psíquicos do grupo social. Para Ellwood, tem por escopo a aplicação dos princípios psicológicos à interpretação dos fenômenos sociais” (Briquet, 1935, p.1).

As relações entre a sociologia e a psicologia colocavam-se nas diferenças entre as obras seminais de McDougall (1908/1950) e Ross (1908), ambos mencionados por Ramos (1936/2003). Seguindo McDougall e sua teoria dos instintos, a psicologia social se ocuparia fundamentalmente do processo de moralização do indivíduo pela sociedade e do conjunto de forças que o transformaria, de uma criatura amoral e egoísta, em um indivíduo que superaria suas supostas tendências instintuais no percurso de seu desenvolvimento. Por outro lado, seguindo os passos de Ross, a psicologia social se aproximaria da sociologia e, com isso, se dedicaria a estudar os planos e correntes psíquicas que se produzem nas inter-relações e integram a vida social e dos grupos. Nesse sentido, ela deveria compreender ainda os processos de uniformização das crenças, sentimentos e desejos produzidos pela interação entre as pessoas. Portanto, a psicologia social segundo Ross (1908) se caracterizaria por ser uma interpsicologia e, seguindo as lições de Gabriel Tarde, deveria estudar as causas sociais que determinam os afetos e os comportamentos. “A psicologia social estudaria, então, os contatos mentais ou interações mentais” (Ramos, 1936/2003, p. 28). A essas duas perspectivas, Ramos (1936/2003) acrescentava a definição de Bogardus (1924) que parecia aproximar-se da perspectiva de uma interpsicologia conforme Ross a defendia: tratava-se de uma forma de estudo científico sobre a natureza social das reações do espírito.

O indivíduo e o social se colocavam como dimensões do mesmo objeto e, ainda que o fato social se apresentasse como determinante para a análise da formação do aparelho e do funcionamento mental, a psicologia social se dedicaria ao estudo das influências sociais e dos grupos sobre os indivíduos. Consequentemente, esse mesmo estudo possibilitaria a compreensão dos processos grupais. Ainda que se dedicasse a compreender as crenças, a religião e a cultura, como o fazia a psicologia dos povos, ela estudaria o indivíduo como pertencente ao grupo (Ramos, 1936/2003).

O indivíduo como objeto colocava-se como parte do processo que, segundo Foucault (2011), caracterizava a modernidade e a alma moderna. Assim, a psicologia social que se constituía correspondia a um amplo movimento de transformações sociais, econômicas e políticas nas sociedades ocidentais. Segundo Silva (2005), o processo de individualização do social relacionava-se de forma direta ao modo-indivíduo que se exigia nas sociedades capitalistas. O uso dos dispositivos de controle e disciplinarização, que tomavam os corpos social e individual como objeto, elaborava, a partir das aproximações em relação à família e aos grupos, as estratégias de adaptação dos indivíduos aos modos de produção capitalista.

Ao perceber que os dispositivos disciplinares se constituíam não somente como uma forma externa e estratégica de aterrorizar os indivíduos, mas como uma forma de produção subjetiva pela introjeção do olhar vigilante no próprio sujeito, Foucault (2011) nos ensinou como a tomada isolada do indivíduo em seus diversos espaços de existência se caracterizava como estratégia de governo. Das fábricas aos colégios e quartéis, “pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas” (Foucault, 2011, p. 139). Ou ainda, “cada indivíduo em seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (Foucault, 2011, p. 138).

A aproximação entre a psicologia e a sociologia era o que tornaria possível a psicologia social que, portanto, estudaria os indivíduos em suas relações sociais e também os aspectos psicológicos que circulam e condicionam os grupos e, conseqüentemente, os indivíduos. Assim, o objeto da psicologia social poderia colocar-se tanto na perspectiva dos indivíduos, quanto, a partir deles, possibilitar a compreensão dos elementos psíquicos no espaço grupal.

Nesse sentido, Ramos (1936/2003) encontrou em Charles Ellwood (1923) a definição que poderia sustentar essa posição: a psicologia social seria então o estudo das relações de reciprocidade entre o indivíduo e o grupo, e com isso consideraria os aspectos sociais na formação da consciência individual como também os aspectos mentais dos grupos. No entanto, os estudos dos elementos sociais na formação da consciência individual seriam parte da psicologia individual, enquanto o estudo dos aspectos mentais relacionados à associação posicionava a psicologia social novamente próxima da sociologia e, com isso, poderia se caracterizar como uma sociologia psicológica.

Em outras palavras, para Ellwood (1923), a psicologia deveria caracterizar-se como o estudo da vida mental dos indivíduos, o que se tornaria indispensável para o estudo da vida social. Por sua vez, a psicologia social estudaria as relações de reciprocidade entre o grupo e

os indivíduos. Nesse sentido, ainda segundo o autor, a psicologia social deveria dedicar-se aos aspectos sociais que formariam a consciência individual e aos aspectos mentais da associação entre indivíduos. Os estudos da consciência individual deveriam ser considerados como parte da psicologia individual, enquanto o estudo dos aspectos mentais da associação, do funcionamento mental na vida social, seria uma importante contribuição para os estudos sociológicos.

As interfaces entre o indivíduo e a sociedade, conforme os argumentos formulados por Ellwood (1923), indicavam a posição que o autor atribuiu à psicologia social: ela seria parte da sociologia. Em todas as ações sociais, sinalizava Ramos (1936/2003), encontramos a presença dos costumes, do hábito, dos sentimentos, desejos, tradições, crenças e todo um conjunto de elementos que seriam fundamentalmente psíquicos, já que não poderíamos pensar as instituições que modulam a civilização como exteriores à própria consciência. Isso não significava que a sociedade era considerada como um ato puramente psíquico, e a posição da psicologia social, englobada na sociologia, seria especificamente a de estudar os problemas relacionados a esses elementos. Com isso ela se aproximaria de uma psicologia dos povos, conforme sinalizava Wundt ao apontar as insuficiências da psicofisiologia e do introspeccionismo (Wundt, 2019). Mas a análise dos costumes, dos mitos e da linguagem guardaria estreita conexão com a consciência individual. Embora “(...) a mente coletiva é um produto das mentes individuais, das quais ela é composta; mas estas são igualmente produtos da mente coletiva, da qual elas participam” (Wundt, 2019, p. 110).

Ainda na tentativa de definir o objeto e o lugar da psicologia social, Floyd Allport (1890-1979), conforme Ramos (1936/2003), apresentava uma outra posição: a psicologia social seria parte da psicologia individual, já que o comportamento social somente poderia ser analisado em termos psicológicos, e isso sem recorrer à teoria dos instintos de McDougall. Nesse sentido, não haveria uma psicologia dos grupos que não fosse essencialmente dos indivíduos. “A psicologia social distinguir-se-ia da psicologia do indivíduo, porque estudaria o comportamento humano em relação com a ambiência social” (Ramos, 1936/2003, p. 29). Ao mesmo tempo, a psicologia social, nessa perspectiva, não se confundiria com a sociologia, já que esta se dedicaria ao estudo do grupo como um todo, enquanto a psicologia social estudaria o indivíduo no grupo e, com isso, os problemas de ajustamento, em suas diferentes manifestações, ganhariam maior visibilidade.

Para Floyd Allport (1924), a psicologia teria como objeto o estudo do comportamento e da consciência individual. As necessidades do organismo colocariam os comportamentos dos

indivíduos em relação íntima com o seu ambiente social, que lhes ofereceria uma complexidade de estímulos ao sistema nervoso central e revelaria duas posições do próprio organismo: o seu contínuo ajustamento e desajustamento biológico. A consciência emergiria da íntima relação entre a necessidade, a excitação e o comportamento ajustado para suprimi-la.

A afirmação do irmão de Floyd, Gordon Allport (1935), em seu texto para o *Handbook of Social Psychology*, organizado por Lindzey e Aronson (1935), parecia colaborar na consolidação dessa perspectiva:

A psicologia social é, acima de tudo, um ramo da psicologia geral. Seu centro de ênfase é o mesmo: a natureza humana localizada na pessoa. Alguns escritores argumentam que, uma vez que a vida mental pessoal é sempre influenciada pela “presença real, imaginada ou implícita de outros”, então tudo deve ser social. O ponto é defensável se quisermos pressioná-lo. Mas na prática tem pouco valor. Existem muitos problemas da natureza humana que precisam ser resolvidos além das considerações sociais: problemas de psicofísica, processos sensoriais, funções emocionais, extensão da memória, a natureza da integração da personalidade. A psicologia social se sobrepõe à psicologia geral, mas não é idêntica a ela. (Allport, 1935, p. 4)⁵⁷

Assim, a psicologia social não deveria ser posicionada em contradição com a psicologia do indivíduo, mas seria parte desta. “Da mesma forma, não há consciência, exceto aquela que pertence aos indivíduos. A psicologia em todos os seus ramos é uma ciência do indivíduo. Estender seus princípios a unidades maiores é destruir seu significado” (Allport, 1923, p. 4)⁵⁸.

A psicologia social se dedicaria então ao comportamento social, aquele que se produziria na relação entre os indivíduos e naquelas entre o indivíduo e o seu grupo social. A cultura, a linguagem e outros movimentos dos grupos revelariam, tanto quanto as necessidades biológicas, a contínua dualidade ajustamento-desajustamento. Esse último aspecto posicionava a psicologia social como uma ciência normativa e mantinha alguma relação com os estudos sobre a higiene mental.

Dessa maneira, no Brasil, esse aspecto inseriu a psicologia social nos debates sobre a psiquiatria e a higiene mental, conseqüentemente em diálogo com as questões relacionadas ao normal e ao patológico. O desajustamento encontraria sua maior expressão nos sintomas paranoicos.

⁵⁷ “Social psychology is above all else a branch of general psychology. Its center of emphasis is the same: human nature as localized in the person. Some writers argue that since personal mental life is Always influenced by “the actual, imagined, o implied presence of others’ then all must be social. The point is tenable if we wish to press it. But in the pratice it has little value. There are many problems of human nature that need to be solved apart from social considerations: problems of pshychophysics, sensoru processes, emotional functions, memory span, the nature of personality integration. Social psychology overlaps general psychology, but is not identical with it”.

⁵⁸ “There is likewise no consciousness except that belonging to individuals. Psychology in all its branches is a Science of the individual. To extend its principles to larges units is to destroy their meaning”.

As relações entre o indivíduo, o grupo e o ambiente social revelariam alguma descontinuidade em relação à ideia de um desvio essencial ligado à etnia dos povos e suas formações culturais, relacionada à noção de degeneração. É desse debate, por exemplo, que Juliano Moreira e Afrânio Peixoto (2005) participaram quando, em Lisboa, no Congresso Internacional de Medicina, em 1906, defendiam a tese de que, para além do clima que supostamente degeneraria os indivíduos dos trópicos, qualquer indivíduo exposto às condições insalubres e precárias de vida poderia tornar-se um degenerado, até o mais civilizado. Permanecia a figura do degenerado, aos poucos ela seria substituída em alguns casos pela do desajustado, mas as causas para o seu desvio se colocavam para além da mestiçagem e da raça, ainda que o debate racial, em sua interface com a doença mental, tenha permanecido até a possibilidade de construção de um novo pensamento nacional caracterizado pelo sincretismo religioso e cultural, o que obviamente não fez desaparecer o racismo e, mais que isso, ainda carregava os elementos do preconceito racial contra a população negra (Ramos, 1942).

...estamos convencidos de que as vítimas desta psicopatia pseudotropical [sudanita⁵⁹ são degenerados comuns que facilmente começam a delirar, principalmente por causa da maneira viciada de viver nos climas quentes. É preciso sanear as cidades: nelas quase todos se dedicam a perder a saúde. A estafa, o alcoolismo, o relaxamento mais ou menos disfarçado dos costumes, tudo isso forma candidatos ao fracasso moral e intelectual. (Moreira e Peixoto, 2005, p. 807)

A relação com o ambiente e o meio social tomava o lugar da noção de degenerescência, sobretudo aquela que *a priori*, considerando marcadores específicos que revelavam mais o preconceito racial do que uma leitura justa do real, classificaria os indivíduos, sentenciaria o destino dos povos e justificaria a violência colonial⁶⁰. O ambiente se colocava como fundamental para a psicologia social, mas restava compreender a formação das estruturas mentais e a irrupção dos sintomas psicopatológicos, o que na *Introdução* foi estudado nas seções seguintes, mas que deixava em suas entrelinhas uma questão: o que é o indivíduo?

A perspectiva de Kimball Young (1893-1972) foi reconhecida por Ramos como a mais interessante e completa para definir o objeto da psicologia e, de certa forma, responder à pergunta que indiretamente se colocava. Young (1945) posicionava o estudo da personalidade como central para a psicologia social: diferente da psicologia individual, que trataria dos aspectos organo-psicológicos, a psicologia social trataria das interfaces entre o

⁵⁹ Nina Rodrigues e Afrânio Peixoto (2005) referiam-se à sudanita como um quadro psicopatológico frequente no Sudão e que era descrito pelo professor Le Dantec como originado pelos fortes calores, insônia e ausência de qualquer distração.

⁶⁰ Todo esse debate no campo psicopatológico sobre as origens da doença mental encontrava espaço nos estudos de Kraepelin sobre a sua prevalência em povos que possuíam formas e estruturas diferentes de desenvolvimento social. Ver Dalgalarrodo (1980), *Civilização e loucura – uma introdução à História da Etnopsiquiatria*.

desenvolvimento da personalidade e a ambiência social. Essa definição, conforme nosso autor, refletiria a diferenciação elaborada pela escola de Park e Burgess (1921) entre a individualidade e a personalidade. Enquanto a individualidade seria objeto de estudo da psicologia, a personalidade seria objeto de estudo da sociologia e da psicologia social. “A personalidade é um conceito total que exprime o indivíduo dentro das influências socioculturais que o rodeiam” (Ramos, 1936/2003, p. 30).

A psicologia social, segundo Young (1945), seria o estudo dos indivíduos em suas interações com outros e dos efeitos dessas relações sobre os pensamentos, os sentidos, as emoções e os hábitos. Os conflitos sociais e os preconceitos se somariam a essas categorias, assim como o estudo sobre o comportamento das massas ou das coletividades. Young (1945) apresentava um campo largo para o estudo da psicologia social e com isso ela teria não somente raízes na sociologia e na psicologia, mas na história, na ciência política, na economia e na filosofia, campos que possuíam grandes contribuições para a compreensão das interações humanas e, embora os problemas de ajustamento, motivação e aprendizagem continuassem como temas importantes para a psicologia social, ela também deveria responder sobre como os valores e as atitudes de um grupo operavam sobre o indivíduo.

Para Young (1945), a psicologia social deveria lidar com três grandes campos de estudo que guardavam entre si estreitas relações: a personalidade, a sociedade e a cultura. No que se referia à personalidade, o seu ajustamento às exigências da sociedade tornava-se um importante problema para a psicologia social. Segundo o autor, assim como o interpretou Ramos, a psicologia social teria como objetivo o estudo da personalidade como expressão das interações do indivíduo com o seu meio sociocultural. E ainda que Ramos (1936/2003) tenha evitado tratar das proposições a respeito da estrutura biológica sobre a qual se ergueria a personalidade e os processos fisiológicos que produziriam impulsos que deveriam ser satisfeitos para a continuidade da vida, para Young (1945) esses processos não se encontravam distantes da produção das formas simbólicas que construíram, ao longo da história da humanidade, as diferentes formas de interação social.

A personalidade, se a considerarmos como o conjunto de características dos indivíduos que determinam e se expressam pelo comportamento, ganhava importância no que se referia aos estudos sobre as multidões, a responsabilidade criminal e as formas de consolidação de hábitos saudáveis (Alvarez, 2003). No centro desse debate, entre os médicos brasileiros, Afrânio Peixoto (1916) destacava diversos aspectos que compunham o indivíduo:

A gestação do indivíduo reproduz abreviadamente, em alguns meses, a genealogia milenária da espécie. Nesse indivíduo pode-se rastrear a herança até a décima geração, o que dá mais de duas mil

influências ancestrais, acumuladas, contrariadas, desfeitas, pervertidas. A vida intrauterina, o nascimento, a criação, a educação, a ambiência física, moral e social, acabam por imprimir, corrigir, mudar, sobre o complexo celular que é o organismo, as outras infinitas ascendências. Resulta um homem que, por uma ironia, se julga livre. Há quem não queira ou não possa ver: por isso não deixa a verdade de existir. (Peixoto, 1916, p. 21)

Ramos (1936/2003) dedicou-se então a traçar um breve panorama histórico de como os estudos sobre as interações humanas figuraram nos discursos filosóficos e políticos. Se na metafísica de Aristóteles encontramos uma teoria da ética e na *Retórica* apresentava-se uma investigação sobre os motivos humanos e as formas de condução das paixões da alma, segundo o nosso autor, no conjunto de autores e tradições que integrariam a história e o longo passado da psicologia social, foi somente na metade do século XVIII e começo do século XIX que economistas políticos, moralistas, juristas e criminologistas atribuíram grande importância à interação mental dos homens (Ramos, 1936/2003).

Vale lembrar que em meados do século XIX, a Europa vivia um conjunto de processos revolucionários em que a multidão e o comunismo colocavam-se como forças políticas para a transformação da sociedade burguesa. Em 1848 era publicado o panfleto que antecipou esses acontecimentos, dava corpo e direção a essas forças e, ao mesmo tempo, denunciava o temor das elites europeias e de seus ideólogos: *O manifesto do partido comunista*, de Marx e Engels (1986). Não cabe aqui traçar a história desse texto, mas é interessante analisá-lo como parte dos escritos que naquele período se dedicaram a refletir sobre a população como problema político. Nele não encontramos a multidão como sinônimo de selvageria ou primitivismo, mas como potência revolucionária para a construção de um mundo que superasse as formas de dominação e opressão capitalistas.

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Limitou-se a colocar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta, no lugar das anteriores. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está cindindo-se, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes de confronto direto: a burguesia e o proletariado. (Marx & Engels, 1986, p. 82)

Marx e Engels (1986) não deixaram de refletir sobre os obstáculos que o proletariado revolucionário encontraria pela frente. Nesse sentido, o lumpemproletariado, como o setor mais precarizado da classe trabalhadora e por isso aquele que estaria mais sensível à cooptação burguesa e às maquinações reacionárias, poderia colocar-se como uma barreira para as mudanças que se anunciavam. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011) se referiu ao lumpemproletariado como uma massa desintegrada que reunia os indivíduos arruinados, os soldados desmobilizados, os vários tipos de malfeitores, os mendigos, os batedores de carteira e toda a parcela marginalizada da população. Segundo Bottomore (2012), o significado da expressão implicava a noção de que, em condições de crise e de desintegração social, haveria

um conjunto da sociedade que se separaria de sua classe e formaria uma massa des governada vulnerável aos movimentos reacionários.

Em resumo, as revoluções burguesas e o desenvolvimento dos meios de produção, segundo Marx e Engels (1986, p. 92), que forjaram a sociedade capitalista, configuraram as novas forças políticas antagônicas e conduziram às novas formas de subjetivação: “de todas as classes que hoje em dia defrontam a burguesia só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes vão se arruinando e soçobram com a grande indústria; o proletariado é o produto mais característico desta”.

Foi somente mais tarde que os problemas a respeito da alma e do corpo social alcançaram os psicólogos que, até a constituição da *Völkerpsychologie*, dedicaram-se à procura da natureza da percepção, da memória e da associação de ideias. Mesmo através do incipiente método experimental, os estudos sobre os processos psíquicos correspondiam à análise das funções cognitivas em sua dimensão individual. “Os estudos dessa época desconheciam completamente a importância das influências sociais e culturais na personalidade humana” (Ramos, 1936/2003, p. 31).

Com a emergência da *Völkerpsychologie* em suas diferentes perspectivas, um conjunto de novas disciplinas surgiu: a psicologia étnica, a psicologia coletiva ou das multidões, a demopsicologia e a psicologia cultural (Ramos, 1936/2003). Disciplinas que, segundo o autor, colocavam-se ao lado da psicologia social ou integravam a totalidade de seu campo, caracterizando-se como subdisciplinas. Essa seria inclusive mais uma das razões para que até aquele momento os seus objetivos se apresentassem imprecisos.

Ao lado desse movimento, Spencer, Darwin, Bagehot e outros conceituavam as inter-relações entre os aspectos biológicos e psicológicos. Mais que isso, segundo Ramos (1936/2003), esses autores apontavam a relação entre os aspectos biológicos do evolucionismo e os conceitos fundamentais das ciências sociais com o objetivo de elaborarem um estudo unificado sobre a personalidade. Sem que se dedicasse a investigar as proposições evolucionistas, Ramos (1936/2003) descreveu brevemente as diferentes escolas e perspectivas teórico-metodológicas que organizaram a psicologia social entre os estudos experimentais e as análises a respeito da multidão, as quais não deixaram de alcançar Kurt Lewin, Sigmund Freud e toda uma geração de psicólogos sociais, como Solomon Asch e Gordon Allport.

A atenção de Ramos voltou-se à psicologia das multidões, o que correspondia ao seu próprio interesse nos trabalhos de Nina Rodrigues, e situou este último como um dos

precursores deste campo, o qual deveria ser parte da psicologia social (Ramos, 2006)⁶¹. O médico maranhense, nas palavras de Ramos, figurava ao lado de Sighele, Le Bon e Tarde como um dos fundadores da psicologia gregária, normal e patológica.

Com isso, Ramos (2003) apresentou essa breve história do desenvolvimento da disciplina, destacando a emergência dos estudos experimentais sobre a sugestão, considerada como um dos processos determinantes da interação mental. Por outro lado, sem que apresentasse precisamente o histórico dessas disciplinas em sua descrição, a psicologia das multidões, de Gustave Le Bon, e a psicologia dos povos, fundada pela escola de criminologia italiana que trazia nomes como Scipio Sighele (1868-1913), eram fundamentais, a seu ver, para a psicologia social.

A multidão criminosa, de Sighele, foi publicada em 1884 e inspirou o texto de Gustave Le Bon, publicado em 1895, *Psicologia das multidões*. Conforme Sighele (1884/2006), os problemas para a psicologia das multidões se colocavam primeiro em saber como elas se formavam e, depois, quais seriam os elementos que as mantinham mobilizadas: seria a rendição dos indivíduos ao grupo? O resultado imediato da soma de vários indivíduos que perderiam suas características pessoais na homogeneidade da multidão? Ou a multidão formaria uma totalidade com leis e tendências próprias?

Ainda no século XIX, Sighele (1884/2006), assim como um pouco mais tarde o fez Le Bon (1895/2008), revelava o problema do governo das populações como disparador para o estudo das multidões. As multidões, também para o italiano, colocavam-se como poder político e como importante objeto para os governos.

O observador menos perspicaz não pode negar que há no presente como que um frêmito de revolta no povo. A consciência contemporânea dos operários, e aqui e ali, nos camponeses proletários, sente que surgiu uma nova classe; e visto que as liberdades políticas da época deram o poder absoluto ao número, substituindo o direito divino dos reis pelo da maioria, esta classe, vendo-se a mais numerosa, pede, com uma lógica que as outras classes lhe ensinaram, muito mais direitos e privilégios do que tem tido até ao presente. (Sighele, 1884/2006, p. 68)

De forma geral, os olhares que se voltavam para ela não deixavam de apontar o seu caráter impulsivo, irracional e selvagem. Entre os motivos que colocavam a multidão em movimento estariam o ressentimento e as injúrias que se acumularam sobre ela, e não a violência dos Estados e das elites.

O estudo dos crimes da multidão é interessantíssimo, principalmente numa época em que — desde as greves dos operários até os motins públicos, — as violências coletivas da plebe não faltam. Parece que quer de tempos a tempos aliviar-se, por um crime, de todos os ressentimentos que as dores e injúrias sofridas acumularam nela. (Sighele, 1884/2006, p. s/p)

⁶¹ Ver o prefácio de *As coletividades anormais*, de Nina Rodrigues (2006).

Ao mesmo tempo, as análises de Sighele sobre a multidão contrariavam as proposições sobre a sua homogeneidade e apontavam que não se tratava de uma alma coletiva alcançada em termos evolucionistas, ainda que a multidão supostamente apresentasse tendência a agir de forma violenta e assim mantinha vivos os seus aspectos mais primitivos.

O grau de comoção das multidões obedeceria uma lei psicológica e cresceria conforme o número das pessoas no mesmo lugar e tempo. Esse seria, segundo Sighele (1884/2006), “o motivo do alto grau de frenesi a que sobe às vezes o entusiasmo ou a desaprovação, num teatro ou numa assembleia” (p. 64).

Um conjunto de elementos psicológicos e afetivos forneceriam à multidão, formada pelas supostas classes inferiores, as suas diferentes características:

A heterogeneidade dos elementos psicológicos (ideias, interesses, gostos, hábitos) torna impossível, num caso, a relação entre os caracteres do agregado e os das unidades, relação que a homogeneidade dos elementos psicológicos torna possível, noutra caso. Mas não basta que as unidades sejam muito semelhantes entre si, para estabelecer analogia entre os seus caracteres e os do agregado que compõem; é necessário ainda que essas unidades estejam unidas entre si por uma relação permanente e orgânica. (Sighele, 1884/2006, p. 25)

Somente a organicidade forneceria as relações afetivas necessárias para a construção da heterogeneidade apontada por Sighele (1884/2006). Portanto, ela dizia respeito às relações afetivas e cotidianas entre os indivíduos:

... para que um agregado dê as qualidades dos indivíduos que o compõem, é necessário que esses indivíduos estejam unidos entre si por meio de relações permanentes e orgânicas, como, por exemplo, os membros de uma mesma família, os indivíduos que pertencem à mesma classe da sociedade. (Sighele, 1884/2006, p. 25)

No entanto, isso ainda não seria suficiente para explicar os movimentos da multidão. Era preciso que entre os indivíduos existissem aqueles degenerados e loucos que conduziram a multidão ou tomariam parte nos seus atos mais selvagens (Sighele, 2006). A sugestão, a imitação e o contágio moral apresentavam-se na análise de Sighele. A sugestão e a imitação, somadas às disposições dos indivíduos e às leis psicológicas particulares, explicariam a formação e o caráter da multidão e indicariam as respostas tanto para os movimentos de sublevação quanto para as loucuras epidêmicas e convulsivas, como aquelas que aconteceram na Bahia e foram analisadas por Rodrigues (2006):

Portanto, na multidão — como no indivíduo — toda a manifestação é devida às duas ordens de fatores, antropológicos e sociais; — a multidão pode ser em potência o que quiserem, mas é a ocasião que há de fazer nascer tal ou tal acontecimento. Há todavia a seguinte particularidade: que a ocasião, isto é, a palavra ou o grito de um homem, tem, perante a multidão, uma importância infinitamente superior à que ela tem perante um só homem. O indivíduo isolado — na sociedade, no estado normal — é sempre, mais ou menos, uma matéria pouco inflamável; aproximem dele uma mecha; arderá mais ou menos lentamente e talvez se extinga. A multidão, pelo contrário, está sempre como a pólvora seca: se aproximam a mecha, a explosão não pode deixar de dar-se. A ocasião tem, portanto, na multidão, o terrível do irreparável. (Sighele, 1884/2006, p. 56)

Para Sighele (1884/2006) a multidão possuía uma tendência maior aos atos violentos e contrários à civilidade justamente por posicionar-se psicologicamente no avesso da civilidade política. Ainda que os indivíduos isolados apresentassem os mais altos valores da civilização, a multidão poderia conduzi-los aos atos mais vis e contrários a ela. Essa afirmação não estava distante daquelas que sustentavam o texto de Le Bon (1895/2008) e a ideia de que os movimentos das multidões se caracterizavam pelo primitivo. A multidão seria não somente um problema para o governo, mas a expressão do primitivo.

A revolução e o poder político da multidão colocavam-se como preocupações centrais do estudo de Le Bon (1895/2008). Inaugurava-se, segundo suas palavras, a era das multidões, que seria marcada por transformações que destruiriam as crenças religiosas, políticas e sociais que consolidaram a civilização. A suposta chegada das classes populares à vida política traria, segundo o ideólogo francês, consequências políticas que poderiam marcar decisivamente as formas de governar, destruindo inclusive a suposta racionalidade implicada no governo das populações: a multidão cortava a cabeça dos reis e esse seria um risco permanente aos governantes.

Por outro lado, essa nova era criaria também novas condições de vida, geradas pelas descobertas científicas e pelo desenvolvimento industrial, e a multidão continuaria a representar o medo e o risco de reconduzir a civilização ao seu bárbaro passado:

Hoje as reivindicações das multidões tornam-se cada vez mais claras e tendem a destruir completamente a sociedade atual para reconduzi-la ao comunismo primitivo, que era o estado normal de todos os grupos humanos antes da aurora da civilização. Limitação das horas de trabalho, expropriação das minas, das estradas de ferro, das fábricas e do solo; distribuição igual dos produtos, supressão das classes superiores em proveito das classes populares etc. Essas são as reivindicações. (Le Bon, 1895/2008, p. 21)

A representação do primitivo encontrava forma em reivindicações como a limitação das horas de trabalho, expropriação dos meios de produção e distribuição igual dos produtos para a manutenção da vida. Que primitivo tudo isso!

A psicologia das multidões, no texto de Le Bon (1895/2008), posicionava-se ao lado do Estado e de seus dispositivos para o controle da população. Além de destacar seu suposto aspecto contrário à civilização, ela revelava os elementos instintivos, bárbaros, primitivos que percorriam o seu funcionamento. Nesse sentido, Le Bon (1895/2008) destacava um elemento que foi importante para a constituição da psicologia social, sobretudo em suas análises sobre os processos psicopatológicos:

A vida consciente do espírito representa apenas uma pequena parte comparada à sua vida inconsciente. Nossos atos conscientes derivam de um substrato inconsciente formado sobretudo por

influências hereditárias. Esse substrato contém inumeráveis resíduos ancestrais que constituem a alma da raça. (Le Bon, 1895/2008, p. 33)⁶²

A vida consciente, a ancestralidade e a raça emergiram como categorias para a análise das multidões. No entanto, ainda que a psicologia das multidões cumprisse esse papel para a emergência da psicologia social, a sua imprecisão metodológica e conceitual, segundo Charles Blondel (1876-1939), autor mencionado por Ramos (1936/2003), fazia-lhe parecer tão inexata quanto anticientífica. As noções de raça, povo e multidão, assim como de inconsciente racial e, podemos acrescentar, as conceituações sobre o comportamento e as supostas psicopatologias sociais, como o vegetarianismo, refletiam essa inexatidão e impulsionavam novos debates em torno do texto de Le Bon.

Freud (2011), em sua *Psicologia das Massas e análise do Eu*, e Gabriel Tarde (1992), ao refletir sobre as multidões e a opinião pública, não deixaram de retornar ao texto de Le Bon para apontar suas imprecisões, o que se deu de forma decisiva na teoria freudiana da identificação. Ainda que Freud (2011) reconhecesse o valor das contribuições de Le Bon a respeito das semelhanças entre o dinamismo mental das multidões, das crianças, dos processos inconscientes e das neuroses e o uso do termo inconsciente sem seu sentido dinâmico⁶³, afirmou que as considerações sobre a sugestão permaneciam insuficientes para a compreensão do funcionamento da multidão:

O que Le Bon afirma sobre os líderes das massas é menos completo e não deixa transparecer tão claramente as possíveis “leis” em jogo. Ele acredita que, quando seres vivos se reúnem em determinado número, seja um rebanho de animais ou agrupamento de homens, instintivamente se colocam sob a autoridade de um chefe. A massa é um rebanho dócil que não pode jamais viver sem um senhor. Ela tem tamanha sede de obediência, que instintivamente se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor. (Freud, 2011, p. 30)

Se estas considerações não se harmonizavam com as contribuições a respeito da alma coletiva, Freud (2011) reconhecia nas proposições de Le Bon outro elemento importante: ao se reunirem os indivíduos na massa, os instintos mais primordiais que repousavam em seu corpo levantavam-se e exigiam livre satisfação. O primitivo supostamente despertaria com a fúria da massa.

Por sua vez, Gabriel Tarde, que para Ramos foi o fundador da psicologia social como ela era reconhecida naqueles tempos,

Reagiu contra as concepções organicistas da vida social, explicando com a psicologia todos os fatos da vida social em sociedade. A sociologia reduz-se para ele a uma interpsicologia, isto é, uma inter-relação dos indivíduos na vida dos grupos. Baseou Tarde todos os fenômenos psicossociais no jogo

⁶² Em Ramos (1936/2003), os processos relacionados ao contágio serão estudados nas seções dedicadas à formação da identidade social, conforme veremos adiante. Assim, retomaremos essas questões no próximo capítulo.

⁶³ Freud também utilizava o termo “povos primitivos” e atribuía a eles a predominância do pensamento mágico-simbólico.

sucessivo da *invenção* e da *imitação*. Um indivíduo ou grupo de indivíduos *inventa*, e outros copiam ou *imitam*; por esse mecanismo se explicam a ordem e o progresso sociais. (Ramos, 1936/2003, p. 32)

Para Tarde (1901/1992), ao contrário do que afirmava Le Bon, não se inaugurava uma era das multidões, mas a opinião pública colocava-se como elemento central para a construção de uma racionalidade que auxiliaria o Estado em seu governo, e que ela própria caracterizaria os novos tempos: seria a era da opinião pública.

A opinião está para o público, nos tempos modernos, assim como a alma está para o corpo, e o estudo de um nos conduz naturalmente ao outro. Poderão objetar que sempre existiu uma opinião pública, enquanto público, no sentido que especificamos, é bastante recente. (Tarde, 1901/1992, p. 80)

Os novos tempos, inaugurados pelas revoluções do século XIX e a ascensão das multidões como sujeitos políticos, seriam caracterizados por Tarde (1901/1992) como a era da opinião pública, e a imprensa seria um dos dispositivos de controle das populações: a informação deveria fornecer aos indivíduos os ideais que formariam os valores morais da civilização e colaborariam para a constituição e ampliação da razão sobre a multidão. Mais que isso, a diferenciação entre a multidão e o público, este último como um tipo de multidão individualizada e virtual, permitiria que cada sujeito se tornasse objeto político celular, bem como a conjugação e extensão dos dispositivos de disciplina e segurança pelo tecido social.

Embora Tarde (1901/1992) diferenciasse as formas psicológicas que nomeariam as multidões - as expectantes, as atentas, as manifestantes ou atuantes -, algumas de suas características pareciam permanentes:

As multidões se assemelham todas por certos traços: sua intolerância prodigiosa, seu orgulho grotesco, sua suscetibilidade nascida da ilusão da onipotência e a perda total do sentimento mutuamente exaltado. Entre a execração e a adoração, entre o horror e o entusiasmo, entre os gritos de *viva* e *morte*, não há meio-termo para a multidão. *Viva* significa: viva para sempre. Existe aí um desejo de imortalidade divina, um começo de apoteose. Basta um nada para transformar a divinização em danação eterna. (Tarde, 1901/1992, p. 57)

As multidões, segundo Tarde (1901/1992), não são apenas crédulas. As suas características gerais seriam as mesmas que aquelas observadas nos hospícios. Elas se exaltariam ou se entristeceriam como faziam os loucos. Enfurecer-se-iam, sentir-se-iam perseguidas ou compartilhariam de imagens alucinatórias como fariam os paranoicos: “sua fé é baseada em raciocínios de alienados” (Tarde, 1901/1992, p. 72). E seu movimento, poderíamos acrescentar seguindo a lógica de Tarde, supostamente refletiria a predominância das formas de funcionamento mental infantil e primitivo.

A teoria da imitação-sugestão de Tarde, como dissemos anteriormente, influenciou Ross (1908) na elaboração de suas proposições para a psicologia social e, até a publicação da *Introduction to social psychology*, de McDougall, dominou o pensamento dos psicossociólogos (Ramos, 1936/2003). Ainda que McDougall reconhecesse a teoria de Tarde e as contribuições

de Ross, para ele o comportamento humano encontrava na ação dos instintos sua determinação principal. O comportamento era explicado pela ação dos instintos, que se multiplicavam conforme novos problemas emergiam para a sua compreensão, o que fez com que teóricos como Knight Dunlap (1912) dirigissem críticas contra os exageros da escola instintivista (Ramos, 1936/2003).

As obras de Thorndike, por exemplo, e de Woodworth são típicas neste esforço de catalogação de instintos. Podem-se citar ainda os livros de Veblen e de Trotter, que tanto sucesso lograram. Entre os psicólogos “instintivistas”, com algumas divergências de concepção, citam-se Floyd H. Allport, Bogardus, Ellwood, Bernard, E.T. Krüger and W.C Reckless, etc. (Ramos, 1936/2003, p.33)

Dunlap (1912), segundo Ramos (1936/2003), deslocava com isso a determinação instintual e ressaltava o hábito como determinante do comportamento individual e social. Nesse movimento, Dunlap (1912) acentuou ainda a importância do desejo no funcionamento mental e, com isso, Ramos pode posicionar a psicanálise e a sua teoria do desejo como parte desse movimento de superação das teorias instintivistas. A psicanálise colocava-se como uma das bases para a compreensão dos fenômenos sociais.

Gordon Allport, Carl Murchison e Gardner Murphy, entre outros, partiram da psicologia geral para fazer da psicologia social uma ciência experimental, o que a fazia penetrar os campos da psicologia comparada e da psicologia infantil. O *Handbook of Social Psychology*, organizado por Murchison, é apresentado por Ramos como uma obra que traçava ao leitor os diferentes campos que envolvem a psicologia social, desde a psicologia animal até alcançar a antropologia social (Ramos, 1936/2003).

As doutrinas a respeito do inconsciente também não deixaram de influenciar a psicologia social. Para Ramos, as correntes que compunham os estudos analíticos tiveram grande importância em toda a sua elaboração sobre a mentalidade primitiva e o inconsciente primitivo. Entre os psicanalistas citados por ele, encontramos Adler e o protesto masculino, Silberer, Freud e Jung. A psicanálise também foi citada por ele como fundamental, somada aos estudos sobre a atitude, na análise dos conflitos sociais e dos processos de identificação no interior dos grupos, como veremos ao examinar a segunda parte de seu livro.

Dois últimos aspectos apresentam-se ainda como importantes. Primeiro, a psicologia social se colocava em relação com diferentes campos científicos. A biologia poderia fornecer-lhe subsídios para os estudos da predominância dos elementos hereditários no comportamento. Nesse sentido, ela se colocaria em contato com a psicologia racial e étnica. Em sua relação com as ciências sociais, especialmente a Antropologia Social, a Psicologia Social encontraria a arqueologia, a história e o folclore como importantes elementos para a compreensão da personalidade e dos processos psicopatológicos nos grupos sociais.

O segundo aspecto é que Ramos, diante da diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas, assinalava uma crise entre as correntes da psicologia que se originara nas polêmicas entre introspeccionistas e empiristas. Em seu tempo, afirmava que essas disputas colocavam-se entre subjetivistas e objetivistas, ou nos termos da época e apresentados também por Vigotski ao examinar a suposta crise da psicologia, entre compreensivistas e explicativistas. Os primeiros estudariam as estruturas da personalidade como totalidade, enquanto a segunda dedicou-se à relação causal entre o comportamento e os estímulos que o determinam.

Foi nessa descrição da história e das contradições no interior da psicologia social que Ramos (1936/2003) afirmou as diferentes dimensões de seu objeto:

De toda a visão panorâmica da psicologia social, chegamos à conclusão que ela estuda três ordens gerais de fenômenos. Em primeiro lugar, a psicologia social estuda as bases psicológicas do comportamento social e por aí se aproxima da psicologia do indivíduo. Em seguida, estuda as inter-relações psicológicas dos indivíduos na vida social. Torna-se então uma interpsicologia, no velho sentido de Tarde. Por fim, a psicologia social tem de considerar a influência total dos grupos sobre a personalidade. Ela será então uma sociologia psicológica e uma psicologia cultural. (Ramos, 1936/2003, p. 36)

5.4 A biologia dos motivos: instintos e emoções

Embora não possamos reduzir os problemas da psicologia social e os determinantes do comportamento aos seus condicionantes biológicos, segundo Ramos (1936/2003), estes condicionantes figuram nas obras que marcaram a emergência da disciplina. Foi William McDougall quem inaugurou uma psicologia social que explicaria o comportamento nas interfaces entre o instinto e o meio social. Assim, os elementos biológicos do comportamento – também chamados de impulsos, instintos, tensões, desejos – apresentavam-se como comuns ao estudo do comportamento humano e animal.

Estas proposições fizeram, como dissemos antes, multiplicar os instintos: falava-se, por exemplo, de instinto gregário para descrever as atividades coletivas vividas pelas pessoas. Do mesmo modo, falava-se de instinto político, religioso, econômico e outros que se referiam a funções e comportamentos da vida cotidiana. Ao mesmo tempo, sobretudo após a obra de Dunlap (1912), ao lado dos impulsos hereditários, figuraram os impulsos adquiridos, os hábitos e outros fatores físicos e psicológicos. Ramos (1936/2003) reproduziu o seguinte quadro conforme apresentado no estudo de Ellwood (1908):

- I – Fatores físicos
 - a. Ambiente geográfico, incluindo clima, alimentação, solo, recursos naturais, topografia, etc;
 - b. Forças biológicas, herança, variação, seleção, etc.
- II – Fatores psíquicos
 - a. Impulsos hereditários (instintivos) e adquiridos (habituais);

- b. Sentimentos hereditários (emoções) e adquiridos, ambos agradáveis e desagradáveis;
- c. Elementos intelectuais, incluindo sensação, percepção e ideação (concepção, imaginação, raciocínio etc.). (Ramos, 1936/2003, p. 38)

Para Ramos o quadro apresentava-se falho, já que não incluía os elementos culturais, importantes na formação da personalidade. Por outro lado, os elementos biológicos dispunham-se também como psíquicos e na vida social eles não poderiam ser encontrados isoladamente. Na vida social, por exemplo, as crenças não estariam distantes dos sentimentos e elementos intelectuais, da mesma forma que os interesses gerais seriam o resultado da reunião dos mesmos fatores.

Se Ramos anteriormente apontava para as inter-relações entre a psicologia social e a antropologia social, a história e o folclore, e a consequência dessas reflexões era sentida nas suas aproximações entre a higiene mental e a psicopatologia, a multiplicidade da teoria dos instintos inseriu elementos que foram fundamentais no sentido de construir uma perspectiva ampla para a psicologia social, que abrangia desde as teorias freudianas do desenvolvimento mental às noções que se originaram nas teorias empiricistas e cognitivistas.

O debate sobre os instintos, que foram muitas vezes considerados o oposto da razão e da inteligência, implicava não só em compreender os determinantes biológicos do comportamento, mas as suas bases fundamentais. Mais ainda, as reflexões a respeito da adaptação percorriam o debate sobre a interface entre os aspectos biológicos e o comportamento social e individual. Os neolamarckistas compreendiam que a adaptação da espécie era um esforço de centenas de anos e que o instinto representaria uma espécie de inteligência automatizada. Consequentemente, o desajustamento dos indivíduos indicaria uma constituição instintiva degradada. Assim, o par ajustamento-desajustamento traria à tona os problemas da união entre os instintos e a inteligência. Claro que essa perspectiva provocava cisões e, enquanto uns percebiam o instinto inseparável da inteligência e do conhecimento, outros o definiam como atividades neuromusculares que operavam de maneira mecânica (Ramos, 1936/2003).

Outra consequência da teoria dos instintos na *Introdução* é que a noção de que um elemento psíquico ancestral e primeiro que permaneceria vivo nas funções superiores do aparelho mental se delineava. Na medida em que os elementos instintuais permaneceriam vivos na ação dos indivíduos, o que incluía a construção do seu pensamento, os elementos mais primitivos desses mesmos instintos deveriam, pela lógica, ser admitidos com alguma possibilidade de emergência.

É o que Ramos parecia apontar quando afirmava que o estudo dos instintos o levaria diretamente às investigações sobre o inconsciente:

A concepção psicanalítica acentuou esses aspectos de transformabilidade das tendências e instintos humanos, como veremos, estudando-os no homem adulto, em aspectos estruturais, inseparáveis das notas emocionais e caracteriológicas. São estruturas instintivo-afetivas que impulsionam o comportamento. É o afeto (*Affekt*), na sua acepção mais larga, o motor da atividade humana, individual e gregária. (Ramos, 1936/2003, p. 51)

Até essa definição, Ramos percorreu um caminho que passava por estabelecer, entre a multiplicidade de instintos, sua relação com o desejo e as emoções. O instinto de fuga diante do perigo, o medo e a angústia formavam no homem uma tríade das mais poderosas. Da mesma forma, os supostos instintos de sujeição e de asserção, o instinto de combate, o instinto parental, o instinto de aquisição e gregário, de conservação, nutrição e reprodução figuravam entre aqueles que significariam as mais importantes conquistas da civilização e o seu ajustamento significaria também o seu estágio mais elevado.

5.5 O hábito e a aprendizagem social

Na seção anterior, Ramos afirmava que o instinto representava a herança automática do comportamento, mas isso não significava dizer que todos os instintos existiam desde o nascimento. Assim, foi introduzida a noção de maturação para referir-se a processos instintuais relacionados a épocas específicas da vida. Haveria instintos que só apareceriam na vida adulta e dependiam diretamente da maturação orgânica: por exemplo, os instintos sexuais, que surgiriam na puberdade.

A consequência teórica disso era que os instintos se renovariam ou deixariam de existir conforme a evolução do indivíduo. Mas como separar o que é da maturação orgânica e o que é devido à aprendizagem? Ramos respondeu: “o estudo do instinto é inseparável do hábito” (Ramos, 1936/2003, p. 53).

No mundo orgânico, temos o vasto capítulo da adaptação. Sabemos o grande sucesso das hipóteses transformistas. As espécies mudariam e se transformariam ou pela adaptação só, pelo hábito (Lamarck), ou pelo hábito combinado com a seleção natural (Darwin). As adaptações do ser vivo são o resultado de hábitos adquiridos. Adaptar-se é aprender. (Ramos, 1936/2003, p. 55)

Nos indivíduos, o problema do hábito remetia diretamente aos processos de aprendizagem social e isso fazia com que novos estudos tomassem as crianças como objeto. Mas, se os instintos, o hábito e a aprendizagem social formavam uma tríade relacionada ao comportamento e ao desejo, como dissemos anteriormente, isso implicaria em uma concepção sobre as psicopatologias que, conseqüentemente, seriam a combinação das diversas dimensões do desajustamento: biológico, sociocultural e psíquico.

Para os behavioristas, continuava Ramos, a aprendizagem se explicaria pelo esquema S-R (estímulo-resposta). O que significava que, no interior do arco reflexo, a aprendizagem implicava uma complexa combinação de elementos que se relacionavam na elaboração do comportamento. E isso inclusive no abandono de ações que seriam inúteis e no reforço de conexões que conduziriam o comportamento ao seu fim.

Para Ramos (1936/2003), os estudos sobre o comportamento animal de Thorndike ilustravam essas proposições. “Por fim, a experiência provou a Thorndike que se pode obter uma reação, associando-a com qualquer situação capaz de influir sobre ela. É a lei ‘da troca associativa’, que parece resumir todos os postulados dos reflexos condicionados” (Ramos, 1936/ 2003, p. 57).

Por sua vez, a noção de reflexo condicionado foi introduzida pela psicologia soviética, especialmente pelos estudos de Ivan Pavlov (1849-1936). Ramos, que anteriormente a essa discussão já havia mencionado L. Vygotsky (1896-1934) e seu estudo crítico sobre o método de investigação da reflexologia, acentuava a importância do estudo sobre o reflexo condicionado e os jogos de inibições e excitações, de reflexos positivos e negativos, para a sua aplicação na educação. Na psicologia social, o estudo dos reflexos condicionados conduzia à compreensão das relações entre o comportamento e o condicionamento ambiental.

Ramos (1936/2003) mencionava o caso estudado por J. B. Watson (1878-1958) para ressaltar a importância das emoções no condicionamento do comportamento. Alberto era um menino de pouco menos de um ano. As suas reações de medo foram condicionadas à presença de uma ratazana e à escuta de um som estrondoso. O experimentador conseguiu transferir as reações de medo em relação a outros estímulos (sons estrondosos etc.) à presença da ratazana apenas. Watson chamava esse fenômeno de transferência do reflexo.

Os diversos estudos sobre as relações entre os afetos e os reflexos condicionados conduziram Ramos a considerar que, na vida cotidiana, os comportamentos estariam relacionados a um conjunto de percepções que nos fariam agir automaticamente. Na criança, tudo acabava por ser condicionado, e se mesmo o comportamento adulto estava sujeito a um conjunto de reflexos condicionados, Ramos alcançava a psicanálise e afirmava que “a formação de um complexo não é mais do que, em última análise, um reflexo condicionado” (Ramos, 1936/2003, p. 60).

O complexo seria então uma formação afetivo-representativa na qual o afeto primitivo desempenha o papel de excitante condicional. “Quando se depara novamente com esse afeto ou essa emoção, o ‘complexo’ entra em funcionamento, ‘reage’, voltando à tona da consciência”

(Ramos, 1936/2003 p. 60). No entanto, ainda que a relação entre a psicanálise e a reflexologia estivesse em desenvolvimento, a formação de complexos e o recalçamento eram concebidos como ciclos de excitação e inibição dos reflexos condicionados.

Por outro lado, Ramos não deixava de considerar as contribuições da Gestalt-psicologia sobre a relação entre o comportamento e o seu condicionamento como uma contraposição aos postulados objetivistas do behaviorismo. Ainda que a Gestalt, em sua perspectiva, pudesse ser considerada como um tipo de neo-behaviorismo, ela nos mostraria a impossibilidade de compreender o comportamento assumindo uma posição unilateral, objetivista ou subjetivista. A aprendizagem seria mais do que o resultado de reflexos que se constituiriam a partir das tentativas e erros; ela seria a compreensão total de uma situação. Em outras palavras, a aprendizagem seria a apreensão da totalidade de um problema, e sua resolução se basearia na memória e no êxito (Ramos, 1936/2003).

Para os behavioristas, diante de uma situação nova, o animal ou a criança tentariam um conjunto de novos comportamentos, até a resolução do problema. Para os gestaltistas, “o animal ou a criança alcançam o que desejam, quando ‘compreenderam’ a situação total” (Ramos, 1936/2003, p. 61). E ainda que o êxito pudesse ser alcançado ao acaso, para os últimos ele implicava para o comportamento humano a presença de traços mnemônicos que serão revisitados com a aparição de novos problemas. Portanto, para os behavioristas a memória seria explicada pela repetição, enquanto que, para os gestaltistas, sua presença na resolução de problemas seria o indício de uma percepção inteligente, como chamou Ramos (1936/2003).

Não é aqui o lugar de estudarmos a percepção, de acordo com a teoria da Gestalt. Basta lembrar que a percepção é um processo total indecomponível em elementos sensoriais, como queria a psicologia funcionalista. Não se percebem elementos isolados, mas o conjunto total, figuras sobre ‘fundos’, estruturas. (Ramos, 1936/2003, p. 63)

Em resumo, na vida social o homem, afirmava Ramos, seria um animal de hábitos adquiridos por múltiplos e sucessivos condicionamentos. O ambiente social atuaria sobre os impulsos originários, primitivos, transformando-os em comportamentos que se ajustavam à vida em grupo. Se os instintos e a inteligência eram expressões da individualidade, os hábitos forneceriam, novamente conforme Ramos, as chaves para a compreensão do comportamento social. Portanto, o maior ou menor grau de ajustamento dos indivíduos se devia também à superação das formas primitivas de expressão das relações entre o instinto e a aprendizagem, bem como ao alcance de hábitos que se ajustassem ao tempo, às normas sociais, aos desejos e impulsos correntes em uma sociedade.

A moral humana é decorrente das atividades do homem como ser social: é um hábito social. Mas outros psicossociólogos tomam a palavra e estudam ao lado dos hábitos as atitudes e outros aspectos da personalidade. Na aprendizagem social, há também reações internas que não se exteriorizam. Reações

emocionais da personalidade. “Complexos recalcados” da psicanálise. Estes vão determinar “tipos” de personalidade, “atitudes”, e “opiniões”. O problema do hábito não é tudo em psicologia social. (Ramos, 1936/2003, p. 67)

5.6 As estruturas instintivo-afetivas

Se Ramos terminava o seu terceiro capítulo afirmando que o hábito não era a totalidade das expressões relacionadas às emoções e aos instintos, se correspondia a diversos processos dinâmicos e não somente ao comportamento reflexo autômato, de imediato na seção seguinte começava por delinear as elaborações da psicanálise sobre as diferenças entre o instinto e o impulso (*trieb*). O capítulo foi quase todo dedicado a compreender as posições a respeito da dualidade pulsional e da formação e funcionamento do aparelho psíquico conforme Sigmund Freud havia elaborado. As relações com outras teorias, como a da lógica afetiva de Ribot, também figuram no texto e mostram o esforço do autor em estabelecer inter-relações entre diferentes campos teóricos, como a psicanálise, a antropologia e a psicologia social. Sobretudo na investigação dos supostos aspectos primitivos do aparelho mental e sua possibilidade de diagnóstico, já que estariam envolvidos também nas expressões do desajustamento. Lembremos que, para Ramos, as psicopatologias eram a expressão maior do desajustamento.

A distinção entre o impulso e o instinto também posicionava a teoria freudiana no conjunto das contribuições teóricas que sustentavam as suas proposições para a psicologia social, ainda que a sua leitura das teorias psicanalíticas não se caracterizasse como ortodoxa, e isso talvez impulsionado pela realidade histórica do país e de sua população. As questões étnicos-raciais foram sem dúvida fundamentais para a elaboração das suas ideias a respeito do funcionamento mental e, ainda que Dante Moreira Leite (1969) tenha denunciado a permanência dos elementos racistas nas ideias de Ramos, este posicionava-se, como vimos em sua conceituação sobre o papel da psicologia social, em combate ao racismo.

Conforme Leite (1969),

Arthur Ramos ficou, apesar de tudo, preso a uma concepção evolucionista, de forma que se o negro não é visto como raça inferior, é analisado como possuidor de uma cultura atrasada, de que deve ser lentamente libertado. Em parte, isso se deve ao fato de ter aceitado a teoria da mentalidade pré-lógica do primitivo, de Lévy Bruhl, e de ter dado uma interpretação talvez muito restrita da psicanálise. (Leite, 1969, p. 238)

Tal perspectiva parecia se delinear também, por exemplo, quando Ramos (1936/2003) afirmava que “o progresso social do homem é, para os psicanalistas, uma conquista da socialização da libido” (p. 72). Isso aconteceria pelo desenvolvimento progressivo da libido, que deveria sucumbir às exigências da realidade social. A psicanálise, em sua perspectiva,

tornava-se uma teoria que denunciava as forças que imprimiam um conjunto de restrições sociais e que provocariam nos indivíduos o seu desajustamento. É nesse movimento que Ramos posicionava também a psicologia social: “É aqui que intervém a psicologia social, quando indaga das forças antagônicas, de proveniência social, que se opõem à exteriorização simples e espontânea dos impulsos, das emoções, dos ‘complexos’ humanos” (p. 72).

Para a psicanálise, segundo Ramos (1936/2003), “o instinto é a atividade manobrada por um excitante interno ou externo, contínuo ou periódico, mas sempre específico, que produz um prazer também específico se se responde de maneira adequada’ (R. de Saussure)” (Ramos, 2003, p. 67). O impulso por sua vez era definido como uma “(...) atividade dinâmica primordial, inscrita na substância viva” (Ramos, 1936/2003, p. 67). Segundo o autor, e em continuidade com essa última afirmação, Freud considerava a existência de uma dualidade pulsional: os impulsos de vida e os de morte. Os primeiros relacionavam-se com o princípio do prazer-desprazer, enquanto os segundos ao princípio da repetição e de um retorno a uma constância pulsional.

Ramos propôs o exame da vida pulsional conforme a sua elaboração nos estudos de Freud, o que fez aparecer a morte, a repetição, a libido, a sublimação, os processos de deslocamento libidinal e os mecanismos defensivos do eu como elementos de interesse para a psicologia social - e tudo isso articulado com a noção de personalidade, que anteriormente ele posicionara como o seu objeto central: “devemos demorar no estudo dos ‘disfarces’ da libido, que devem interessar de mais perto à psicologia social” (Ramos, 1936/2003, p. 73).

Assim, os psicanalistas descreviam com a noção de libido uma história da evolução tópica, dinâmica e econômica, conforme os deslocamentos da libido pela superfície do corpo. Do ponto de vista tópico, seguindo as proposições do autoerotismo de Havelock Ellis (1859-1939), se descreveu uma libido difusa, oral, anal, fálica e genital. Do ponto de vista dinâmico, a libido foi descrita em razão de seus objetivos: sem objeto, narcísica, edipiana, homo-erótica e hetero-erótica. Do ponto de vista econômico, descreviam-se os mecanismos de fixação e regressão (Ramos, 1936/2003).

A primeira proposição de Ramos para a compreensão desses deslocamentos da libido foi a de analisar as concepções a respeito da sexualidade infantil. Segundo o autor, Freud, afastando-se do conceito de que a sexualidade era uma manifestação da vida adulta e genital, admitia que todas as manifestações que eram vividas pela criança como prazer estavam ligadas a um princípio geral que ele chamava de libido. A libido, segundo Ramos, seria o impulso (*trieb*) do instinto sexual (Ramos, 1936/2003).

Foi através de suas observações clínicas que Freud elaborou o primeiro dualismo pulsional, entre a libido e as “forças sociais do eu”, entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Essas mesmas observações clínicas posicionaram Freud diante das neuroses traumáticas e de certos jogos infantis em que a repetição de acontecimentos desagradáveis escapava à noção do princípio de prazer. Os jogos infantis e as neuroses traumáticas eram expressões de um automatismo de repetição (Ramos, 1936/2003). “Este automatismo de repetição mostra que existe uma força incoercível de volta, de regressão a um estado anterior, para o qual tende toda a matéria viva” (Ramos, 1936/2003, p. 69).

Esta tendência de regressão impulsionaria o ser a estágios muito primitivos de negação da vida. E assim, citando Freud, Ramos (1936/2003) chegava aos impulsos de morte em oposição às forças pulsionais que tenderiam a manter a vida e a construir novos vínculos afetivos, os impulsos de vida. Eros e Thanatos: o primeiro manteria “a coesão do ser vivo contra as tendências de volta ao inanimado” (p. 70-1).

Temos assim, de acordo com as concepções mais recentes da teoria psicanalítica, duas classes gerais de impulsos individuais. Os primeiros têm uma finalidade de defesa: as tremendas forças de agressão que vêm das energias cósmicas e desabam sobre o indivíduo são desagregadas por estes impulsos, que tornam assim menos perigosa a carga externa agressora. São os instintos de morte. Os segundos conservam a energia externa, aproveitando-se para os trabalhos de nutrição e reprodução. São os instintos de vida. Eles ligam a excitação muito forte proveniente da desagregação das forças de agressão. Por isso, ambos se acham associados intimamente. Como a observação clínica já o havia mostrado a Freud. (Ramos, 1936/2003, p. 71)

A dualidade pulsional, os embates entre Eros e Thanatos, poderiam abrir caminhos para a compreensão, como Freud assinalava, das expressões de violência que percorriam o tecido social. Lembremos que Ramos elaborou seu texto no período de ascensão do nazismo na Alemanha e do avanço autoritário no Brasil. Porto-Carrero (1933), por exemplo, ao analisar aquele momento, ressaltou a presença de aspectos psíquicos que correspondiam aos processos de identificação dos grupos e das massas, conforme elaborado por Freud, mas de um certo infantilismo que percorreria a relação da população com a política e projetava sobre o caudilho as possibilidades de realização de seus desejos infantis e primitivos. Especialmente a sublimação, a introjeção e os processos de identificação mostravam-se fundamentais para a psicologia social de Ramos e para a possibilidade de superação dos elementos sociais e individuais mais primitivos.

Todos os disfarces e transformações da libido, para Ramos (1936/2003), só poderiam ser compreendidos na medida em que se pudesse traçar as interfaces entre eles e as interações sociais. Em última análise, afirmava, a transformação da vida instintivo-emocional é um produto da interface dos indivíduos com o seu meio social. Com isso, e na medida em que o

ajustamento colocava-se como tarefa fundamental dos psicossociólogos, como veremos adiante, Ramos fazia repousar sobre essa transformação o interesse da psicologia social.

A psicanálise, como se sabe, retomou a teoria do crime primitivo dos filhos contra o pai para a posse das fêmeas, construindo toda uma concepção de sociedade no crime primitivo, a religião e a moral baseadas no remorso e no sentimento de culpa comuns. (Ramos, 1936/2003, p. 79)

A guerra - Ramos dedicou-se a analisá-la em um folheto especial sobre o tema - seria um fenômeno que, além dos elementos econômicos, religiosos e sociais, implicaria ainda a transformação da libido e as expressões da agressividade, as quais seriam também expressões da pulsão de morte. A insatisfação sexual, como escreveu Reich, o medo, o orgulho, a vingança, os elementos sádicos e masoquistas, seriam expressões primordiais dos impulsos de morte e encontrariam parte de suas origens nas restrições das sociedades patriarcais (Ramos, 1936/2003).

Ramos ainda apontava um elemento comum entre o suposto civilizado e o primitivo: o perigo interno era projetado para o exterior e, assim como fazia o suposto homem primitivo que, com seus medos, gerava os espíritos maus que o ameaçavam, o inimigo fundamental se constituía para o civilizado. O inimigo era também a emergência do primitivo que repousava mesmo no indivíduo mais civilizado. A civilização se colocava como origem das angústias e obstáculo à realização dos impulsos primitivos, o que caracterizaria o sacrifício do indivíduo às exigências sociais (Ramos, 1936/2003).

Nessa perspectiva, a política de paz, asseverava Ramos (1936/2003), deveria se inspirar nas lições apresentadas pela psicanálise, que apontava os caminhos para a socialização pela via da sublimação dos instintos agressivos. Em relação às crianças, a escola deveria ocupar-se dessa tarefa. Ela deveria ensinar as crianças a percorrerem “as vias normais que levam à socialização dos seus impulsos de agressão” (Ramos, 2003, p. 80). A psicologia social deveria seguir estes mesmos caminhos, ocupando-se dos processos de reajustamento.

5.7 As reações da personalidade

Ainda que a noção de personalidade tenha sido colocada por Ramos como um dos eixos centrais para a psicologia social, com esta se interessaria mais de perto pelas influências socioculturais que atuam sobre a personalidade, ainda que não abandonasse por completo os elementos hereditários, ambientais, nutricionais e climáticos. Assim como escreveu sobre a relação entre o reflexo condicionado e a influência decisiva das reações instintivo-afetivas, os

grupos sociais exigiriam dos indivíduos padrões de comportamento, mesmo que isso também permita certa variação em relação ao grupo.

Ramos afirmava com isso que mesmo funções psíquicas como a percepção, a memória e a afetividade seriam moduladas pelo grupo social, e esta influência se somaria às diferenças individuais hereditárias. “As percepções variam com os grupos e com as civilizações, e mais ainda: variam de um indivíduo ao outro, conforme o seu meio social” (Ramos, 1936/2003, p. 82).

A personalidade seria, portanto, mais do que uma determinação puramente biológica. Ela seria constituída com a participação dos indivíduos na vida social e seria ainda o resultado de todas as determinações ambientais que atuam sobre eles. Assim, o estudo da personalidade comportaria pelo menos três dimensões: constitucional ou hereditária, temperamental ou fisiológica e psicossocial (Ramos, 1936/2003). Por sua vez, no que concerne à psicologia e à psicologia social, a noção de personalidade colocaria ainda dois problemas gerais. Conforme Ramos (1936/2003),

... o primeiro, que se dirige aos fundamentos da organização do *eu*, às funções psicológicas que se coordenam nesta síntese superior, que é a personalidade; o segundo, que estuda as diferentes personalidades concretas, e que é, por assim dizer, o lado aplicado, do primeiro: é a psicologia diferencial, ou *caracterologia*. (Ramos, 1936/2003, p. 84)

O campo da caracterologia seria reivindicado como parte da psicologia social. Uma caracterologia social que incluiria o estudo das atitudes e das opiniões, dos líderes e das reações psicológicas presentes na vida social que, por sua vez, constituiriam a personalidade total, medida da personalidade individual. Em outras palavras, também se estabeleceriam parâmetros para o funcionamento normal da personalidade e, dessa forma, a psicologia e a psicologia social se encontrariam uma vez mais frente ao psicopatológico, agora para determinar com sua ritualística própria os mínimos indícios de sua presença.

Como vimos anteriormente, ainda que os aspectos constitucionais e psicofisiológicos ultrapassassem a psicologia social e correspondessem mais de perto à psicologia aplicada e à clínica médica, segundo Ramos (1936/2003) seria possível encontrar no seu conjunto teórico relações estabelecidas entre estes aspectos e aqueles relacionados à vida e à interação social. Para colaborar com essa afirmação, Ramos menciona principalmente os estudos de Ernst Kretschmer sobre as relações entre o tipo físico e o caráter e suas divisões em tipos morfológicos. A observação dos doentes alienados supostamente mostrou a Kretschmer as relações entre tipos morfológicos e determinadas formas de alienação mental. “Assim, a psicose maníaco-depressiva se instalaria, de preferência, nos indivíduos que têm estrutura pícnica; a

esquizofrenia, nos indivíduos leptomáticos, atléticos e certos displásicos” (Ramos, 1936/2003, p. 90)⁶⁴.

Nesse sentido, ainda seguindo os estudos de Kretschmer, Ramos escreve que o psicossociólogo se interessaria pelas atitudes sociais daqueles indivíduos cujas características de personalidade transitarium entre o normal e o patológico, apresentando variações desde sintomas regulares da psicose maníaco-depressiva até a esquizofrenia. Estes últimos estariam entre as personalidades esquizoides, enquanto os primeiros entre as personalidades cicloides.

Os cicloides seriam indivíduos que procurariam contato com outros e que seriam agradáveis; sentiriam o desejo de fazer confidências e oscilariam entre a tristeza e a alegria. O tipo esquizoide se caracterizaria pelo isolamento em relação à realidade, aproximando-se do que Bleuler chamava de autismo: fogem do mundo, procurando evitar as excitações externas. Indivíduos que supostamente viveriam uma mistura de indolência, ansiedade e hostilidade, timidez, desconfiança e impotência afetiva (Ramos, 1936/2003). Por outro lado, o autor afirma, sem se deter nesse ponto, que os psicossociólogos norte-americanos prefeririam os tipos apresentados por Carl Gustav Jung: os introvertidos e os extrovertidos.

De toda forma, Ramos afirmava também que os métodos de estudo e classificação da personalidade, conforme W. Stern, poderiam ser resumidos em cinco perspectivas, que aqui somente mencionaremos: o método fisiológico e morfológico, o método biográfico, o método de impressão pessoal, o método de questionários e entrevistas, os métodos de testes. Estes últimos, conforme observou o autor, se multiplicavam na América do Norte. Diversos autores propunham escalas para a análise da personalidade que se caracterizavam pela rapidez e simplicidade. Na educação, a aplicação de testes era feita em larga escala, movimento que podemos também perceber já durante os anos de 1920 e principalmente nos anos de 1930, inclusive no interior da LBHM. Vale dizer que Ulysses Pernambucano, Helena Antipoff (1892-1974), Ernani Lope (1885-1969)s e outros se dedicaram à aplicação de testes durante esses anos e que a LBHM dedicou-se também à revisão e validação de diferentes testes de personalidade e inteligência. Para Ramos, a psicologia social estaria incompleta sem o estudo da personalidade.

É o homem, o tipo humano total, que deve ser compreendido nos seus hábitos sociais, nas suas opiniões, mas inseparável do seu círculo de vida, do seu passado, da sua história, dos seus ideais e das

⁶⁴ Segundo Ramos, Kretschmer classifica quatro tipos morfológicos: o tipo leptossomático, de indivíduos que se caracterizam por um crescimento diminuído em largura e normal em comprimento; o tipo pícnico, de rechonchudos, gordos e com disposição às curvas; o tipo atlético caracterizaria-se por um forte desenvolvimento do sistema muscular; o tipo displásico, como obesos, feios e desarmônicos (Ramos, 1936/2003).

suas aspirações. Considerado numa visão esquemática, solto no tempo e no espaço, nunca virá a ser compreendido, mesmo com todas as escalas e testes. (Ramos, 1936/2003, p. 93-4)

6 A IDENTIDADE SOCIAL, O DESAJUSTAMENTO E O PRIMITIVO

Neste capítulo nos dedicaremos à descrição e análise da segunda parte da *Introdução* de Arthur Ramos (1936/2003), voltada à interação mental. Esta se divide em subseções que tratam dos seguintes temas: a sugestão, imitação e simpatia, interferência e conflito, os desajustamentos sociais, a opinião pública, a censura e a propaganda e a liderança. Percebemos que, desde as primeiras subseções, voltadas à análise dos processos de formação da identidade social (sugestão, imitação e simpatia), o problema do desajustamento está presente, ainda que o autor tenha se dedicado especialmente a ele na seção “Os desajustamentos sociais”.

Assim como em nossos passos anteriores, podemos observar a diversidade de referências teóricas que Ramos apresentava para analisar os processos de interação mental, a formação da identidade social, as relações grupais e intergrupais e os problemas de desajustamento dos indivíduos. A revisão bibliográfica era novamente extensa e articulava diferentes perspectivas teóricas, como a psicologia social experimental norte-americana de Floyd Allport e a psicanálise de Freud e Ferenczi, aproximando-as apesar das diferenças metodológicas entre uma e outra.

Ao longo do texto, essas articulações formavam um mosaico amplo e diversificado que analisava os processos de conformação dos indivíduos aos grupos, elegendo a tarefa de trabalhar com os problemas de ajustamento como tema importante para a psicologia social. Assim, não se tratava somente de uma revisão do conjunto de formulações teóricas a respeito dos processos de formação dos indivíduos e de sua conformação aos grupos sociais, mas da elaboração de proposições a respeito da prática dos chamados psicossociólogos, o que estava em conformidade com os princípios da higiene mental.

E se no capítulo anterior dissemos que a pergunta que se colocava tangente ao texto de Arthur Ramos (1936/2003) dizia respeito ao objeto da psicologia social e a constituição do indivíduo, nesse novo passo em que seguiremos, a pergunta ganha novos contornos e se modifica: a questão que se coloca é sobre como os indivíduos se conformam à sociedade e aos grupos sociais e quais são os processos afetivos, cognitivos e motores implicados nessa conformação.

A imagem do poder médico se constituiu historicamente. Ela encontrou expressão na literatura e ganhou o cotidiano até se consolidar durante todo o século XX. A decisão, no romance *Seara Vermelha*, de Jorge Amado (2019), sobre quem poderia ou não atravessar o sertão e chegar ao sul do país era do médico que, cansado daquela gente miserável e doente, se rendia às formas grosseiras de corrupção e fatalismo. Os adoecidos não ganhariam a permissão

e passariam os dias a vagar pela estação de trem ou voltar para o árido sertão. Apenas os aptos ao trabalho encontravam livre passagem. Crianças, homens e mulheres chegavam e partiam. Aos doentes e desajustados de outros tipos, a mesma sorte dos empaludados.

A medicina ganhava a representação em nossa sociedade de uma ciência que, com os olhos no futuro, combateria os males que assolavam a saúde da população, e isto não sem enfrentar e condenar como charlatanismo as diferentes práticas sociais que se caracterizavam como dispositivos populares para a cura, como o chamado espiritismo ou a homeopatia (Machado *et al*, 1978).

Foi em 1829, com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro ‘que [a medicina] lutar, de diversas maneiras, para impor-se como guardiã da saúde pública’, que se inicia a implantação da medicina social no Brasil, que lutar, também, pela defesa da ciência médica. (Nunes, 1980, p. 182)

Como consequência,

O controle do saber médico dar-se-á através da elaboração do projeto das Faculdades de Medicina e dessa forma há a possibilidade de se afastar do charlatanismo para que a ‘medicina social se assegure do controle perfeito, interno à sua profissão e externo da sociedade’. Estas medidas não se realizam repentinamente; mas a intervenção médica irá se deslocar para conhecer as causas das doenças, e para isso deve-se ‘conhecer o meio e agir sobre ele para proteger o indivíduo’ e basicamente a medicina é uma medicina preventiva. (Nunes, 1980, p. 183)

O termo medicina social marcava, ainda na primeira metade do século XIX, uma ruptura com a noção de polícia médica que vigorava no século XVIII, e que designava uma organização interna e reguladora do Estado especialmente relacionada aos fatores que afetavam a segurança, o bem-estar, a prosperidade, a moral e a saúde dos indivíduos. A proposição fundamental da medicina social estava na noção de que o processo saúde-doença relacionava-se diretamente às condições de vida da população, o que fazia entrar no circuito de considerações médicas, e não sem controvérsias, as relações de poder, o trabalho, o papel do Estado, a alimentação, as condições sanitárias e higiênicas, a pobreza e a opressão (Rosen, 1985).

Segundo Rosen (1985), os debates em torno da medicina social que apareceram entre os anos de 1900 e 1920, além de extensos, se espalhavam por diferentes regiões da Europa até alcançar os Estados Unidos da América. Entre os teóricos da medicina social, Rosen (1985) destacava Ludwig Teleky (1872-1957) que, na inauguração de um curso de medicina social, em Viena, em 1909, anunciava que a tarefa da medicina social era investigar as relações entre o nível de saúde de um grupo demográfico e suas condições de vida. O processo saúde-doença seria determinado pela posição social, assim como pelos fatores nocivos que atuavam de forma particular ou com especial intensidade em um grupo ou classe social. Um princípio maior ainda se anunciava: “a saúde do povo é um problema que diz respeito a toda a sociedade. A sociedade tem a obrigação de assegurar a saúde de seus membros” (Rosen, 1985, p. 81).

Assim,

A medicina social está no limite entre a medicina e as ciências sociais. Determina o efeito das condições sociais e ocupacionais da saúde, e assinala como mediante medidas sanitárias ou sociais se pode prevenir as influências nocivas e eliminar ou aliviar seus efeitos. É também missão da medicina social assinalar como colocar à disposição dos indivíduos incapacitados as conquistas da higiene individual e da medicina social e com base em seus próprios meios beneficiar-se com eles. A medicina social deve entregar aos médicos as ferramentas científicas que necessitam para estar ativos nos campos da seguridade social e do bem-estar social. Por último, deve estudar as mudanças na posição da profissão médica, assim como também as tendências de desenvolvimento que se fazem evidentes. (Teleky *apud* Rosen, 1985, p. 120)

Foucault (2011), em seu estudo sobre o nascimento da medicina social, encontrava suas raízes na Alemanha, a medicina do Estado, na França, e a medicina urbana, na Inglaterra, esta última debruçada sobre a relação entre a saúde da população e o seu ajustamento enquanto força de trabalho. A sua hipótese de pesquisa era que

... com o desenvolvimento do capitalismo não se deu uma passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (Foucault, 2011, p. 80)

No Brasil, ainda no início do século XIX, a medicina social dedicou-se à neutralização dos focos de doenças nos centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro, o que incluía a análise das condições de vida da população, levantamento das estatísticas vitais, à saúde materno-infantil, estudos das condições ambientais e demográficas (Nunes, 1980). Machado *et al* (1979), ao analisar a instalação da medicina social no Brasil, afirmava que ela possuía um caráter político:

A medicina social, portanto, é necessariamente política. O que não significa que ela seja um contra-poder ou um poder paralelo. Ela é política tanto pelo modo como intervém na sociedade e penetra em suas instituições, como pela sua relação com o Estado. Ela precisa do Estado para realizar seu projeto de prevenção das doenças da população. (Machado *et al*, 1979, p. 242)

Conforme Silva (2005), partindo da leitura de Castel (2012), o social entra em cena como objeto para o Estado e para as ciências humanas impulsionado pelas novas configurações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo e na medida em que as relações informais não eram mais suficientes para a resolução dos desajustamentos e disfunções presentes na vida social, o que exigia a criação de espaços institucionais que tinham como função assistir os extratos da população mais carentes.

Entre a medicina social, que se dedicava a compreender a relação entre os determinantes sociais e os níveis de saúde da população, e a higiene mental, dedicada à prevenção da doença mental e à promoção da saúde do espírito, o que também incidia na elaboração de dispositivos de correção do comportamento e estratégias de isolamento social (Ramos, 1948; ABHM, 1928),

houve um longo processo histórico marcado por discontinuidades. O movimento sanitaria revelava-as no debate sobre as causas dos males que afligiam a saúde da população: do abandono do determinismo racial, ainda que ele permanecesse vivo, às condições materiais de vida da população como determinante para a saúde.

Mesmo que a discontinuidade se revelasse nas práticas e no olhar médico, a medicina continuava o ideal de se posicionar como um norteador para os dispositivos do Estado que garantiriam a ordem social. Segundo Machado *et al* (1979), a medicina se esforçava para oferecer os princípios orientadores para a condução da vida social, inclusive no que dizia respeito ao seu aparato jurídico e pedagógico. “Lei, medicina, civilização: o necessário para tornar doces os costumes de um povo” (Machado *et al*, 1979, p. 195). A Higiene Mental herdava e mantinha em suas proposições e ações esse ideal.

A psicologia ganhava alguma importância nesse cenário, ainda que estivesse delimitada pelo saber e pela prática médico-higienista: recebia a função de saber propedêutico para a psiquiatria e a higiene mental. As proposições a respeito do corpo social estabeleciam entre indivíduo e sociedade não somente uma relação de subordinação, mas a necessidade de um constante ajustamento dos indivíduos às exigências de cada função na sociedade. A higiene mental seria um campo dedicado às ações de prevenção à chamada degeneração psíquica, à profilaxia mental e àquelas que objetivavam adaptar a mentalidade individual ao meio físico e social. O ajustamento seria a tarefa fundamental da higiene mental, em duas perspectivas: prevenção e correção (Fontenelle, 1925).

O par ajustamento-desajustamento teve uma posição fundamental na história da Psicologia. Na arqueologia das Ciências Humanas, Foucault (2007) posicionava o normal, o anormal e as formas de ajustamento do homem como elementos da equação que sustentou os discursos psicológicos em sua emergência. E, tratando-se de um acontecimento complexo, que envolvia um deslocamento da *epistémê* moderna, que agora posicionava o homem como objeto para um conjunto de novos saberes que não carregavam de imediato um método como aqueles das Ciências Naturais, a Psicologia era um dispositivo normativo fundamental.

No Brasil, o ajustamento da população às formas de agir, pensar e sentir conforme a moral burguesa era um problema importante para o Estado. Os saberes psicológicos que, como dissemos, eram apreendidos na qualidade de saberes propedêuticos para a elaboração de parâmetros de normalidade e para a formação e a gerência dos dispositivos de correção do comportamento - como podia-se observar na criação das seções de Ortofrenia, em São Paulo, com a coordenação de Durval Marcondes, e no Rio de Janeiro, sob a direção do próprio Arthur

Ramos; e no conjunto de publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental que, além da clínica psicanalítica, sustentou a Casa da Eufrenia, nos anos de 1930, como dispositivo de diagnóstico e correção, sobretudo dos escolares pobres (Porto-Carrero, 1929).

Os problemas de ajustamento foram objeto para o campo médico-pedagógico e jurídico, se relacionavam com o desenvolvimento econômico do país e, como já dissemos, com o projeto de modernização, que não escapava do conservadorismo e dos preconceitos da sociedade brasileira. O desajustamento esteve presente como problema, por exemplo, para Plínio Olinto (1921), em seu texto *Psicologia*, assim como para outros autores da época que passavam a considerar suas causas como relacionadas aos aspectos afetivos emergentes no interior das famílias, nos locais de trabalho, nas escolas e outros espaços que compunham o universo particular do indivíduo.

Qualquer um desses espaços era considerado potencialmente um campo de investigação para a medicina, um território privilegiado onde o desajustamento poderia encontrar suas causas ou alguma de suas expressões. Portanto, cada indivíduo em cada espaço singular tornava-se idealmente sensível para a intervenção médico-pedagógica, seja na perspectiva corretiva ou preventiva, ainda que a própria realidade tornasse isso difícil de ser concretizado.

A instrução de professoras e das famílias apresentava-se como possibilidade para a identificação dos comportamentos desajustados: aqueles menos graves poderiam ser tratados em sala de aula, os outros, as neuroses graves e psicoses, seriam devidamente observadas e curadas pelos higienistas (Ramos, 1934). Assim, a noção de ajustamento fazia estender o alcance dos dispositivos psiquiátricos, já que a psicopatologia seria apenas a expressão máxima do desajustamento.

Por sua vez, a Higiene Mental e a LBHM estenderiam seus braços para além das instituições, ainda que elas tenham sido fundamentais para o desenvolvimento da psiquiatria no país. Conforme Radecki (1925):

A concepção de higiene no domínio mental reduz-se a um certo conjunto de ações práticas, com o fim de criar condições que possam facilitar o desenvolvimento psíquico dos indivíduos humanos, adaptando esse desenvolvimento às exigências sociais e à felicidade pessoal. Iniciando uma ação prática, cujo objeto é representado por um determinado domínio de fenômenos, devemos utilizar, em primeiro lugar, as noções recolhidas pelas ciências teóricas que do mesmo tratam. (Radecki, 1925, p. 11)

Nesse sentido os discursos psicológicos sobre o desajustamento se articulavam com os princípios médico-pedagógicos: “embora a educação propriamente dita, sistemática, seja apenas um complemento da educação instintiva, inconsciente, que se manifesta como uma função fundamental, espontânea, ao educador compete facilitar e tornar mais suave esse ajustamento entre o indivíduo e o meio” (Olinto, 1921, p. 15). Olinto (1921) ainda apresentava

uma perspectiva que articulava essas duas dimensões da vida psíquica, a singularidade na particularidade do meio:

O homem não se limita a sofrer as influências do meio, mas influi sobre o meio. As adaptações se fazem ora de um ora de outro lado. Quando no homem falta, não se manifesta, ou tarda a necessária capacidade de adaptação, torna-se um desadaptado merecedor de cuidados de higiene mental, como já dissemos em outro ponto e não cansaremos de repetir sempre. (Olinto, 1921, p. 21)

Do conjunto de disposições orgânicas emergem as funções psíquicas que com elas estabelecem uma relação de reciprocidade. Estas últimas também seriam produzidas na relação do indivíduo com o seu meio, mediada pela linguagem e pelo afeto.

Do conjunto de nossas reações, das condutas que convergem no comportamento, resulta a noção de uma síntese psíquica, que conhecemos como personalidade. Ela se forma necessariamente do conjunto das respostas que o indivíduo apresenta a cada uma das situações do meio físico e social em que vive, durante o seu desenvolvimento mental. Ela evolui com as substituições e correções das reações naturais que recebem modificações das reações adquiridas, da educação. (Olinto, 1921, p. 265)

Ao mesmo tempo, podemos notar que os desajustamentos marcavam uma descontinuidade em relação à proposição de que a doença mental significava a degeneração, um desvio de uma natureza primeira do homem, ainda que o determinismo biológico associado à noção de raças e à sua hierarquização não tenham deixado de existir e circular entre os textos médicos, como podemos ver com as proposições eugenistas até os anos de 1940. Mesmo uma das principais vozes do movimento eugenista brasileiro, Renato Kehl (1889-1974), ainda nos anos de 1930, interessava-se pelo estudo da personalidade, posicionando-a como importante objeto para a compreensão da conduta dos indivíduos:

Os atos voluntários pressupõem intenção e fim determinado, visam um motivo ou utilidade, por mais insignificantes que pareçam ser. Tais atos são ordenados e comandados pelos centros superiores; mesmo certos movimentos automáticos promanam, originalmente, da vontade refletida, embora sob a forma de simples tendências. Nos graus mais elevados, entretanto, os menores atos são precedidos de ideias, deliberações, projetos e resolução, num encadeamento quase sutil ou mesmo de todo imperceptível. (Kehl, 1935, p. 13)

Invejosos, indisciplinados e inconsequentes, personalidades patológicas de interesse da chamada psico-crítica⁶⁵, tornavam-se objeto para o estudo do funcionamento mental e denunciavam diferentes tipos e níveis de desajustamento. Eles indicavam a necessidade de condução dos indivíduos à superação de seus conflitos ou da sua inadequação às normas sociais pela via disciplinar, o que não significava, nas palavras do médico, sujeição ou subserviência, mas a compreensão e segurança que cada indivíduo deveria ter de seu papel social (Kehl, 1935).

⁶⁵ Segundo Renato Kehl, em seu texto publicado nos Archivos Brasileiros de Higiene Mental, “a psico-crítica, ramo da caracterologia, pretende realizar a análise do dinamismo psíquico afim de desvendar a verdadeira estrutura da personalidade” (Kehl, 1935, p. 13). (Personalidades patológicas à luz da psico-crítica. ABHM, ano 8, n 1, 2,3, jan-set, 1935).

Os exames psicométricos de Binet e Simon também ganhavam importância para essa tarefa, e a própria LBHM, com Ernani Lopes (1865-1969) e outros, dedicou-se à adequação do teste para a realidade brasileira. De qualquer forma, os papéis sociais estavam naturalmente delimitados: quais seriam os aspectos que marcavam essas delimitações? Em alguma medida, a raça e a racialização da população, considerada como fator natural e não como produção sócio-política, continuava a ganhar espaço (Costa, 2006). O degenerado continuava em cena mesmo com a presença do desajustado.

A dimensão afetiva na formação da identidade social ganhava importância, pelo menos entre os autores mais críticos às formulações do racismo científico, como eram Manoel Bonfim, Arthur Ramos, Raul Briquet, Plínio Olinto e outros. Nesse sentido, nos anos de 1920 e 1930, sobretudo no interior da Liga Brasileira de Higiene Mental⁶⁶, os saberes psicológicos, como importantes ferramentas para o diagnóstico das doenças mentais, não deixaram de provocar diferentes contradições e disputas entre os higienistas. A identidade e os afetos, não a raça, estariam no centro dos processos de ajustamento e desajustamento dos indivíduos (Ramos, 1935). Assim, o desajustamento fazia operar as diferentes dimensões da vida psíquica e noções que caracterizavam de forma geral os saberes psicológicos:

Pode-se dizer, de maneira geral, que a psicologia é fundamentalmente um estudo do homem em termos de funções e normas (funções e normas que se podem, de maneira secundária, interpretar a partir dos conflitos e das significações, das regras e dos sistemas). (Foucault, 2007, p. 495)

Estes três pares - função e norma, conflito e regra, significação e sistema -, segundo Foucault (2007), cobririam todo o domínio das ciências humanas e do conhecimento sobre o homem. E isso tornava necessária a distinção entre o comportamento normal e o patológico, este último como um tipo de reflexo invertido que lançava luz sobre o funcionamento do primeiro. Ao compreendermos as neuroses, por exemplo, encontraríamos respostas para o comportamento normal, que se distinguiria do outro em termos qualitativos e quantitativos.

Para além do comprometimento fisiológico do corpo e das causas especiais para a doença mental, o desajustamento estendia suas raízes até alcançar as relações sociais, as tradições, os afetos e a formação social do país. O desajustamento representava o descompasso

⁶⁶ O caso da LBHM carrega alguns elementos que sintetizam essas controvérsias no campo da higiene mental. Ao mesmo tempo em que os médicos empolgavam-se com a ascensão nazi-fascista na Alemanha, elogiando as medidas eugênicas de Hitler e seus ministros - tais como a instauração dos tribunais eugênicos -, reproduzindo decretos nazistas em seus informes e indicando que esse também deveria ser o caminho assumido pelo governo brasileiro, diferentes autores continuaram a publicar em seus boletins, mesmo se colocando frontalmente avessos a essas medidas e denunciando o racismo e o cientificismo de tais proposições. Ulysses Pernambucano, Helena Antipoff, Durval Marcondes, Virgínia Bicudo, além do próprio Arthur Ramos, que se filiou à LBHM em 1933, continuaram a ter seus discursos transcritos ou artigos inéditos publicados.

entre o indivíduo e os modos de ser, sentir e pensar exigidos e fixados no jogo das relações sociais, políticas e econômicas que produziram o discurso médico e suas ressonâncias.

Por sua vez, a noção de degenerado ganhava cada vez mais um sentido limitado: era relativo às psicopatologias em que o fator hereditário se colocava como determinante, ainda que os elementos racistas da ciência eugênica pudessem tornar, naqueles anos, nebuloso até mesmo esse limite. Conforme escreveu Roxo (1946) sobre as causas da alienação mental, ainda que os fatores orgânicos ganhassem importância de primeira ordem, os elementos morais e psicogênicos, principalmente com a influência da psicanálise (que mesmo assim não deixava de ser criticada) encontravam algum lugar:

À cabeceira do doente, muito pacientemente, vai se esmerilhando a causa do mal e quando os recursos do laboratório não elucidem bem a questão, o tráfego diuturno e carinhoso com o alienado vai pouco a pouco deixando perceber a causa moral que o vulnerou e que como uma espinha irritante, lhe estorva o pensamento desanuviado. Os estudos modernos têm feito perceber que se deve investigar tudo, a bem se interpretar a causa de um estado de alienação mental. Não se deve cogitar em demônios ou espíritos, como fatores do mal, mas na ciência moderna - a par dos recursos cada vez mais precisos do laboratório, há a perquirição dos abalos morais que o doente experimentou, das obsessões que sobre ele campeiam ou da aflitiva moral, em que se debata, sem esperanças. (Roxo, 1946, p.15)

A noção de desequilíbrio moral ou orgânico colocava-se como um princípio geral para a compreensão das causas do sofrimento mental. Sobre a moral, a educação das crianças ganhava importante papel, já que por sua suposta deficiência os indivíduos poderiam ser conduzidos ao vício ou à paralisação de seu desenvolvimento intelectual, sendo essa a causa da esquizofrenia: uma má educação pedagógica (Roxo, 1946). A noção de desajustamento encontrava-se novamente posta para a psiquiatria que reafirmava o seu afastamento da teoria moreliana, pelo menos no que se referia à degeneração, tendo como medida universal um tipo preciso de indivíduo:

Não há um tipo primitivo de que a humanidade se esteja desviando: há porém uma certa soma de caracteres que se devem deparar no homem normal. É preciso que ele sinta, pense e saiba querer normalmente, dentro das regras dos reflexos psíquicos, que se adapte perfeitamente ao meio e nele se saiba conduzir, que possa dosar voluntariamente a sua reação pela excitação que receber e que a cada instante, na labuta diária, a sua consciência oriente a sua conduta. (Roxo, 1946, p.23)

Em sua tese de doutoramento, Ramos (1926) escreveu que a psicologia coletiva - um dos campos da psicologia social, segundo o médico - encontrava na descrição dos quadros psicopatológicos os elementos gerais do funcionamento mental primitivo, como o animismo, que, pela via da sublimação, circulava na cultura e nos costumes das populações. Nessa perspectiva, as psicoses foram definidas como a expressão máxima do desajustamento, ainda que este pudesse encontrar diferentes formas de expressão, como no comportamento escolar ou nas lutas políticas, além de sua presença constante nos chamados povos primitivos, o que marcaria o suposto anacronismo destes em relação à civilização.

Dessa forma, a identidade social e a compreensão dos seus determinantes tornavam-se importante para a análise do desajustamento.

6.1 Três fatores para a formação da identidade social: a sugestão, a imitação e a simpatia

A sugestão, a imitação e a simpatia foram definidas como três fatores relacionados à formação da identidade social. Intimamente conectadas e interdependentes, exigiriam uma interação de pelo menos dois indivíduos e encontrariam no ambiente familiar o seu primeiro espaço fundamental. A família ganhava mais uma vez importância como espaço primeiro de preparação do indivíduo para a vida social e representante inicial da sociedade frente ao sujeito. Ainda que estes conceitos encontrassem sua origem em textos sociológicos, principalmente nas proposições de Gabriel Tarde, encontramos neles um primeiro espaço para a aproximação entre a psicologia social e a higiene mental (Ramos, 1936/2003).

Ainda que diferentes autores pudessem acentuar a importância de apenas um deles, Ramos (1936/2003) apresentou uma distinção entre o processo intelectual ou cognitivo, o processo motor e o processo afetivo, correspondendo o primeiro à sugestão, o segundo, à imitação, e o terceiro, à simpatia. Portanto, o processo de formação da identidade social era condicionado pela afetividade, pela cognição e pelos aspectos motores: o sentir, o pensar e o fazer.

A imitação, um comportamento que conscientemente copiava outro comportamento, constituía-se como o processo básico da interação mental. Tarde (1921), em seu livro *As leis da imitação*, posicionava a imitação como a base da sociedade, e a ela estavam intimamente conectados os processos de uniformidade mental nos grupos sociais. Consciência, comportamento e afetividade eram considerados como dimensões importantes na formação e continuidade dos grupos e da sociedade (Ramos, 1936/2003).

Mesmo que inicialmente Ramos tenha destacado os processos de imitação, foi pela sugestão, como primeiro fator da identidade social, que iniciou sua análise. Ela foi definida como a dimensão intelectual da interação mental: primeiro, uma forma de aceitação sem crítica de ideias transmitidas no processo de comunicação consciente; em seguida, como uma forma de persuasão subconsciente que modularia a consciência; e um tipo de reação do espírito humano que não estaria condicionada pelo resto da personalidade, mas que segue “no completo desenvolvimento da tendência acordada” (Ramos, 1936/2003, p. 99).

O psicólogo polonês radicado no Brasil, Wacław Radecki (1887-1953), segundo Ramos (1936/2003), resumiu o caráter parcial destas proposições: “a sugestão consiste na influência que exercemos sobre a subconsciência alheia, para aí introduzir os conteúdos intelectuais que não queremos submeter à crítica consciente do sugestionado e que são destinados a provocar tendências ativas não controladas” (Radecki, 1929 *apud* Ramos, 1936/2003, p. 99).

A sugestão colocava-se então como um processo de ação intersíquico que pressupunha um sujeito agente e um outro paciente: o primeiro com seu contingente de força de imposição ou de prestígio; o segundo, com maior ou menor sugestibilidade. Esta última seria indispensável, segundo Ramos (1936/2003), para a vida social. O homem seria sugestionável porque é um animal gregário, e a sugestibilidade seria um dos fatores fundamentais para a vida em grupo, mesmo que pudéssemos encontrar nos estudos sobre ela diferentes graus de influência de um indivíduo considerado normal sobre outro. Os graus maiores de sugestibilidade estariam sujeitos a condições de quatro espécies, entre as quais estavam também os processos psicopatológicos: 1) estados anormais do cérebro; 2) deficiência e imperfeita organização do conhecimento; 3) caráter impressivo da fonte da proposição sugerida; 4) particularidades do caráter e disposição inata do paciente (Ramos, 1936/2003).

Foi a partir dessas proposições que Ramos (1936/2003) sugeriu as diferenças entre o indivíduo de cultura científica, a criança e o homem primitivo: se alguém dissesse ao primeiro que os mortos levantariam de suas tumbas, ele não aceitaria tal afirmação, ao passo que a criança e o homem primitivo acreditariam piamente nas histórias. Ramos esquecia que este mesmo exemplo poderia ser encontrado no livro sagrado do cristianismo e que os mortos eram aguardados com alguma impaciência pela chamada sociedade civilizada.

Quanto ao agente, a força de sua credibilidade residia em seu prestígio. A criança acreditaria em seus pais, o homem primitivo, no feiticeiro. O mesmo mecanismo psicológico coletivo entraria em ação no homem civilizado que seguiria as tendências apontadas por seus supostos agentes de prestígio. Dessa forma, a sugestão, enquanto funcionamento mental, se repetiria em toda sociedade organizada. A hipnose coletiva seria uma de suas formas: ela poderia ser descrita, como o fizeram os psicossociólogos, como sugestão por prestígio, tal como ocorreria na relação entre a massa e os seus líderes (Ramos, 1936/2003).

A sugestão seria então examinada pela via da teoria dos instintos. As proposições de McDougall descritas na *Introdução* inseriam no debate a influência do jogo instintivo e caracterológico que determinaria variações individuais da sugestibilidade: o instinto de asserção ou afirmação pessoal e de submissão ou sujeição. As variações desses instintos

explicariam as relações entre o agente e o paciente. Frente aos indivíduos que nos achamos superiores, exemplificou o médico, prevaleceria nosso instinto de afirmação e por eles não seríamos sugestionáveis. O instinto de submissão prevaleceria em situações contrárias à anterior, em que o indivíduo viveria o sentimento de inferioridade. Vale ainda mencionar uma terceira possibilidade: as combinações desses instintos provocariam um sentimento complexo de timidez e vergonha.

Em uma primeira observação, ao apontar a influência instintual, Ramos tirava de cena os determinantes sociais. Ainda que os identificasse em outros de seus textos sobre a população e o folclore, ao revisar as teorias instintuais de McDougall, eles não figuraram entre suas considerações, revestindo esses processos, talvez pelo didatismo que sua tarefa exigia, de neutralidade e subjetivismo, na medida em que as condições materiais de vida da população e as relações sociais de poder não figuravam diretamente entre os determinantes do comportamento.

Ramos (1936/2003) continuava a verificar em seu textos as diferentes posições sobre a sugestão: de Charcot, Janet, Mesmer, Bernheim, Binet, Grasset até Freud. Das sessões de Charcot na Salpêtrière, passando pelo magnetismo de Mesmer e a doutrina do automatismo de Janet, é com Grasset que se dedicou a entender os processos relacionados ao comportamento gregário:

O que domina a psicologia das multidões – escreve Grasset – é que cada indivíduo que as constitui abdica, mais ou menos voluntariamente, a direção pelo psiquismo superior; seu psiquismo inferior desagregado funciona só, como na distração e na paixão; é dirigido quer pelos vizinhos (contágio psíquico), quer pelos *meneurs*. A multidão pode, aliás, ser esparsa; pela imprensa, conferências etc.; pode estabelecer-se uma comunidade de opinião, que forma uma grande unidade mental, análoga à alma das multidões; unidade, cujos membros são separados uns dos outros, no espaço e no tempo. É assim que se formam os partidos, as seitas, o espírito de corpo, de casta, etc. O principal caráter do espírito gregário, qualquer que seja a forma sob a qual se desenvolva, entre os homens em grupo, é certamente o apagamento da atividade psíquica superior e a obediência dos psiquismos inferiores ao pastor. Isso pertence ao estudo da psicologia das multidões. (Grasset, 1920 *apud* Ramos, 1936/2003, p. 106)

Para Grasset, conforme Ramos (1936/2003), na vida normal, assistimos as atividades de dois psiquismos que se acham fundidos: superior e inferior. Mas há casos em que eles se desagregam, seja em razão de alguma causa fisiológica, extra-fisiológica ou patológica. O sono, por exemplo, seria caracterizado como um estado em que repousa o psiquismo superior, o que libertaria as atividades automáticas do psiquismo inferior. O hábito, o instinto e a paixão seriam formas de expressão do psiquismo inferior. Os processos de sugestão que condicionariam o comportamento gregário seriam também expressões dessa desagregação: o indivíduo deixaria de exercer sua função racional para perder-se na obediência do psiquismo inferior. Todos esses exemplos se caracterizariam como parte das causas fisiológicas.

Entre as causas extra-fisiológicas encontrariam-se a hipnose, o automatismo motor, o espiritismo científico, os fenômenos de desagregação dos médiuns em transe, a cristalomania e as alucinações causadas pelo psiquismo desagregado. Nos estados patológicos encontrar-se-iam o sonambulismo, a catalepsia, a histeria, os tiques e os maus hábitos motores, assim como algumas formas de sofrimento mental (delírio) e certas lesões orgânicas que afetariam o psiquismo superior (afasias, agnosias, assimbolias etc).

Para além desses estados especiais, Ramos (1936/2003) pontuava a influência que alguns indivíduos exerciam sobre outros, e isso não somente entre os povos primitivos. Ramos havia assistido a ascensão de Hitler e a influência que a Alemanha nazista possuía sobre a Liga Brasileira de Higiene Mental. A sugestão se colocava como um elemento importante para a compreensão da vida social. E foi a partir da psicanálise que novas perspectivas pareciam se delinear: desde o abandono do hipnotismo por Freud, até alcançar as relações familiares, afetivas e transferenciais. A hipnose seria um fenômeno transferencial e a relação hipnotizado-hipnotizador significaria uma relação regressiva que evocaria influências antigas do complexo paterno. A sugestão faria o indivíduo reencontrar a imago paterna.

A aparência de poder, prestígio e mistério remeteria ao pai todo-poderoso, a quem o filho deve somente obedecer, imitar e convertê-lo em seu ideal. Nesse sentido, “a sugestibilidade é pois uma dependência inconsciente, de raízes infantis, uns indivíduos obedecendo e seguindo a outros, sem razões lógicas, desde a simples sugestão até os graus mais profundos da hipnose” (Ramos, 1936/2003, p. 111). Com a influência da psicanálise, Ramos deslocava o problema: a história dos indivíduos e da formação de seus sintomas entrava em cena, diminuindo a influência e a prevalência dos elementos instituais.

Em suma, a sugestão, em sua relação com a imitação e a simpatia, tornara-se importante para a compreensão da formação da identidade social e dos processos psicológicos que provocariam a acomodação ou a desagregação do indivíduo em relação ao grupo e à sociedade. A revisão dos autores europeus possibilitava alguma aproximação para a compreensão dos processos histórico-culturais relacionados à população negra no Brasil. Parecia ainda insuficiente que a sugestão, inclusive em sua revisão pela teoria freudiana, pudesse levar à compreensão desses fenômenos sem recorrer em algum momento ao estabelecimento de uma hierarquia entre o funcionamento mental de indivíduos e grupos de diferentes culturas e religiões. Nesse sentido, por exemplo, a mediunidade foi compreendida como um tipo patológico transitório, uma forma primitiva de expressão do funcionamento e dos complexos infantis (assim como o fetichismo e o pensamento mágico).

6.2 A imitação

Após considerar a sugestão como primeiro fator no processo de formação da identidade social, Ramos passou a analisar a imitação, que era definida pela literatura como o aspecto motor da interação mental e em relação contínua com a simpatia e a sugestão.

McDougall (1908) postulava para ela um sentido mais delimitado: a imitação dos movimentos corporais e ações de um indivíduo por outro (Ramos, 1936/2003). O próprio McDougall, segundo Ramos, se recusava a considerar a imitação como um instinto especial: primeiro, porque as ações imitativas mostravam-se variadas, sem um elemento específico na natureza da própria ação; segundo, não haveria estados afetivos comuns relacionados à variedade das ações imitativas (Ramos, 1936/2003).

Por outro lado, ainda outros psicossociólogos não concebiam a imitação como uma repetição do movimento corporal de um indivíduo sem a presença de uma função cognitiva. Essa última era o que possibilitava a apreensão da significação da ação de imitar. Dessa forma, ela seria um modo de percepção social a que o termo intuição pouco corresponderia.

De todo modo, segundo essas variações na compreensão do termo, o processo de imitação seria composto por elementos cognitivos e afetivos associados e, nesse sentido, McDougall (1908) distinguiu cinco classes de ações imitativas: a primeira, que se referia às ações expressivas excitadas emocionalmente, relacionadas às ações gregárias e às atitudes dos indivíduos na multidão, que se colocaria como um método social de desenvolvimento instintivo; a dimensão ideomotora referia-se à tendência de um indivíduo fazer o que os outros fazem de modo inconsciente e involuntário, como nos casos de epidemias coletivas, as epidemias gregárias de astasia-abasia coreiforme que ocorreram na Bahia, em 1882 (Rodrigues, 1939/2006); o terceiro grupo referia-se à imitação racional, a qual não seria uma cópia para assegurar a conformidade social ou satisfazer os impulsos primitivos, mas que seria assumida de forma proposital; uma quarta classe referia-se mais comumente ao comportamento infantil de observação e repetição do comportamento de outro em razão do fim que se poderia conseguir; uma quinta classe referia-se à ação dos bebês de repetir comportamentos que não seriam expressivos de emoções e sentimentos (Ramos, 1936/2003).

Gabriel Tarde foi, segundo Ramos (1936/2003), aquele que desenvolveu uma definição audaciosa da noção de imitação. As suas formulações teóricas se colocavam em oposição aos exageros do biologismo e do sociologismo durkheimiano na explicação dos fenômenos sociais. Segundo Durkheim (2012), a sociedade não seria a soma dos indivíduos, mas uma espécie de

supra organismo que submeteria, coagiria as vontades individuais, ultrapassando os indivíduos. E essas formas de coação exprimiriam a essência dos fatos sociais, os quais seriam realidades exteriores às consciências individuais que deveriam ser consideradas em sua objetividade. “Nós somos, então, vítimas de uma ilusão que nos faz crer termos elaborado de nós mesmos aquilo que se impôs a nós a partir de fora” (Durkheim, 2012, p. 34).

Para Tarde, a sociologia só poderia ser explicada pela psicologia, ainda que isso não significasse que ela se confundisse com a ciência da alma (Ramos, 1936/2003). A sociedade seria a expressão das influências psicológicas de uns indivíduos sobre os outros, e o que caracterizaria um fenômeno social seria a intermentalidade que influenciaria cada indivíduo. A sociologia se tornaria, nesse sentido, uma psicologia social, uma interpsicologia. Nessa interação a imitação seria um processo básico.

Os fenômenos sociais, para Tarde, obedecem em primeiro lugar ao princípio da repetição; eles se repetem e são, portanto, limitados. As ideias surgem de um foco de iniciativa individual que é a invenção. A invenção é um processo de onde partem novas ondas de imitação. Estas ondas podem encontrar, por sua vez, ondas oriundas de outros focos inventivos e então se estabelece um conflito. Este conflito é descrito por Tarde com o nome de oposição. Invenção, imitação e oposição explicariam, para Tarde, a fenomenologia social. (Ramos, 1936/2003, p.121)

Se para Durkheim (2012) um fato social, como o crime, estava condicionado à vida social, a perspectiva de Tarde, conforme apresentada por Ramos (1936/2003), acentuava a dimensão subjetivista, deixando escapar, ou pelo menos permanecer em segundo plano, a materialidade da vida dos indivíduos concretos.

Conforme Ramos (1936/2003), Tarde desenvolveu a sua teoria da imitação principalmente em seu texto *As leis da imitação*. As suas proposições abririam novas relações entre os processos físico, orgânico e social, já que a imitação colocava-se como um princípio universal nessas três dimensões. Sobretudo a respeito da vida social e das influências orgânicas, a hereditariedade e a invenção eram consideradas determinantes fundamentais. Foram justamente esses elementos que estiveram no centro do debate sobre as origens da alienação mental, na interface entre a psicologia social e a psiquiatria. Ramos (1936/2003) buscava as delimitações e os pontos de contato entre estes campos e as consequências teóricas que isso poderia provocar. De todo modo, os conflitos sociais foram compreendidos como que possuindo suas origens nos processos de formação da subjetividade de cada sujeito e grupo social. O social corresponderia, e isso em interação com os fatores hereditários, a uma interação mental, ou pelo menos esta desempenharia um importante papel em sua formação.

Enquanto todas as similitudes que se observavam nos organismos vivos eram resultado da transmissão hereditária, aquelas observadas na vida social eram o efeito das diferentes formas de imitação: imitação-costume, imitação-moda, imitação-simpatia, imitação-educação.

Na vida social, desejos e crenças diferentes se encontravam em um processo de interferência, o qual poderia resultar na harmonia ou no conflito social, com a destruição parcial dos desejos e crenças daqueles submetidos nas relações de dominação. Assim, essas sobreposições e antagonismos de desejos e crenças poderiam provocar dois tipos de interferências: interferência-combinação e interferência-lutas.

Na vida social, desejos e crenças que se propagam por imitação, podem encontrar outros desejos e crenças, dando-se então a interferência, com resultado feliz, havendo junção e harmonia ou conflito, com destruição parcial de desejos e crenças, que sobrepujam os outros. Estes desejos e crenças, como quantidades psicológicas, podem originar interferências-combinações, de onde resulta uma descoberta, uma adição, um acréscimo de desejo e fé, ou podem dar lugar a interferências-lutas, antagonismos internos que levam ao conflito social. (Ramos, 1936/2003, p. 122)

A invenção, como processo de transformação renovadora dos hábitos, dos costumes e do conhecimento, nesse sentido seria mais que um processo de interferência-combinação. As invenções possuíam suas raízes nas combinações de diferentes ondas imitativas e encontravam seu germe nos processos de imitação anteriores. A sociedade, por sua vez, era compreendida como uma reunião de indivíduos que imitam, tendo como mediação fundamental a linguagem. A imitatividade seria o traço essencial da vida social e obedeceria ainda leis lógicas e extra-lógicas para seu funcionamento.

As leis lógicas referiam-se à percepção e ao reconhecimento de que um conhecimento ou ação seria mais verdadeiro que outro, sem que o prestígio influenciasse decisivamente. As leis extra lógicas operariam quando a razão da escolha não se colocava como resultado do reconhecimento do valor do conhecimento, mas por uma forma inconsciente ou involuntária de submissão a uma classe ou indivíduos considerados superiores. Essa proposição de Tarde nos encaminhava diretamente para a segunda de suas leis: a imitação do superior pelo inferior (Ramos, 1936/2003).

O afeto seria uma dimensão importante desta proposição, mas não o único elemento: o senhor era imitado pelo escravo, o nobre pelo burguês, o homem da cidade pelo homem do campo, em razão da formação de uma hierarquia social que estabeleceria as desigualdades entre os homens desde os primeiros tempos. A imitação do superior pelo inferior seria um processo inevitável, relacionado às formas de ordenação da sociedade que gradualmente e sucessivamente se propagaram. A sociedade em sua atualidade seria supostamente uma consequência das ondas imitativas e das invenções que progressivamente se produziram.

Se de alguma forma essas proposições aproximavam Ramos das teorias sobre a mobilidade social de Pitirim Sorokin (1927)⁶⁷, é em Delgado de Carvalho (1933), sociólogo brasileiro, que encontrava as consequências da hierarquização social que culminariam na divisão e na luta entre as classes sociais, ainda que estas últimas se colocassem como fenômeno predominantemente determinado pelos desejos e afetos dos indivíduos e pelos valores sociais que determinariam as formas de estratificação social.

Pode haver transformações sociais – a sociedade, de teocrática pode passar a aristocrática, a democrática, etc. – mas a lei da imitação do superior pelo inferior subsiste. O que era superior, ontem, pode passar a inferior e vice-versa; e é isto justamente, é essa mobilidade das classes que explica a mudança e o progresso sociais. (Ramos, 1936/2003, p. 126)

Nesse sentido, a terceira lei de Tarde tornava-se importante para a compreensão da presunção da superioridade na hierarquização social. Tal suposição poderia ligar-se ao passado ou ao presente. O prestígio pelo passado colocava-se como imitação-costume, enquanto a imitação-moda condicionava as posições dos indivíduos em seu presente. O costume guardaria as tradições que conservavam a imobilidade social, ao passo que a moda seria a possibilidade de inovação que impulsionaria o progresso social, o que significaria, como vimos, a superação do senhor feudal pelo burguês e, ao mesmo tempo, a imitação do burguês pelo operariado. As noções de dominação, poder e exploração que poderiam lançar luz ao processo histórico de formação da burguesia passavam despercebidas.

Ainda que nesta seção Ramos (1936/2003) investigasse outras posições a respeito da imitação, como as de Floyd Allport (1924), que apresentam algumas variações conceituais, o que é importante notar é que as relações sociais de poder ganhavam um aspecto subjetivo e progressivo. A imitação, que como vimos apresentava-se como importante determinante nas formas de hierarquização social, colocava-se no plano do desejo e dos afetos. E mesmo nas teorias que tratavam da determinação social do comportamento pelos condicionantes sociais, estes últimos foram descritos como estímulos que operavam com alguma neutralidade sobre os indivíduos.

6.3 A imitação: moda e costume

⁶⁷ Para Sorokin, conforme Ramos (1936/2003), a sociedade dividia-se em classes hierarquizadas e em três tipos de estratificação: a econômica, a política e a profissional. A passagem de um indivíduo de uma classe social para outra ele chamava de mobilidade social, a qual podia se dar verticalmente ou horizontalmente: de uma camada inferior para uma superior (e vice e versa), e a passagem do indivíduo de um grupo para outro.

As lutas e os conflitos sociais foram também definidos na relação entre a moda e o costume. Por isso, Ramos (1936/2003) dedicou o oitavo capítulo da *Introdução* para analisar as relações entre elas:

O costume é uma função da herança social. Transmitindo a tradição, ele é conservador por excelência e assegurador da ordem social. A moda provém de um foco de invenção que se propaga por imitação; é uma função do presente, revolucionária e impulsionadora do progresso social. (Ramos, 1936/2003, p. 131)

As formas de organização da sociedade encontrariam suas mudanças nas formas de superação dos costumes pela moda que, em alguma medida, deveria transformar-se na racionalidade dominante. O antigo perderia seu prestígio em razão da emergência do novo: “o costume é, pois, uma imitação de tipo fechado, por herança social. Aos poucos, vai-se operando uma libertação desse processo, pela imitação-inovação; mas para este ser eficiente, é preciso que se incorpore à corrente da tradição” (Ramos, 1936/2003, p. 132). Ou ainda, “para que as inovações sigam a sua rota, é preciso que haja uma nacionalização do progresso e sua incorporação à seiva tradicional. Em outras palavras, é preciso que a moda se torne costume dentro daquela lei trifásica de Tarde”⁶⁸ (Ramos, 1936/2003, p. 136).

O termo sociedade primitiva se apresentava para a compreensão de que as relações entre costume e moda se colocariam de modo universal. Especialmente nas sociedades primitivas, regidas pelos supostos interesses da raça e por relações apenas embrionárias de civilidade, o prestígio repousava sobre a imagem do pai criador. No entanto, de acordo com Ramos (1936/2003), as relações coloniais de dominação exigiam que os povos se adaptassem às novas formas de ciência e indústria. O mesmo aconteceria com a linguagem dos primitivos que, ao se colocar sob o domínio de uma casta dominante, veria a unificação das línguas dos diversos clãs em uma só. Assim, poderíamos concluir que a linguagem seria transformada conforme novas conformações se impusessem nas relações sociais entre colonizados e colonizadores. A suposta superioridade de um sobre o outro garantiria a dominação nas formas de expressão da realidade. A língua se propagaria por conquista ou por cópia literária.

A dominação religiosa obedeceria o mesmo processo de superação e incorporação do costume pela moda e a conversão da moda em costume. O triunfo da moda seria sentido na linguagem, na religião e nas diversas relações sociais na medida em que ela provocasse uma reorganização dos processos sociais e determinasse diferentes caminhos para o futuro da sociedade.

⁶⁸ A imitação das ideias, a imitação do superior pelo inferior e a imitação pela presunção da superioridade de um sobre o outro.

Nas formas de governo o mesmo ciclo também se verificaria. A invenção do Estado significou a superação das formas de poder gerador e do poder imperativo do pai no interior das famílias e dos conglomerados familiares. O poder paterno cedia lugar ao poder dos magistrados. A emergência das cidades consolidou a imitação-moda em seus espaços, enquanto no campo predominaria o costume e o poder paterno. Consequentemente, nas análises sobre as lutas sociais, estas poderiam ser reduzidas a expressões das contradições entre costume e moda. E ainda que o conflito pudesse se fazer presente, a centralidade da transformação social colocava-se sob termos que a faziam parecer sucessões contínuas e naturais.

Nas origens, a família era o único grupo social e cada uma formava um Estado distinto. Progressivamente veio se estabelecendo o *connubium*, conglomerado que englobava várias famílias falando o mesmo idioma e praticando a mesma religião. Formou-se então um Estado único, contendo milhares de famílias. Foi a origem do Estado governamental com a formação das cidades, com o estabelecimento dos governos. O poder paterno cedeu progressivamente o lugar ao *imperium* dos magistrados. A função de mando deslocou-se das famílias, para as classes especiais, que comandavam as outras. (Ramos, 1936/2003, p. 135)

O desenvolvimento das leis poderia ser considerado, segundo Ramos (1936/2003), um desenvolvimento particular das religiões. As leis primitivas eram sagradas e os pais da família primitiva seriam os primeiros legisladores. As transformações dos grupos e dos espaços familiares estabeleceriam progressivamente a necessidade da emergência de um direito legislativo. Portanto, o Direito se constituiria com a substituição da ideia de consanguinidade familiar pela coabitação familiar e a superação do prestígio da autoridade paterna pela autoridade eclesiástica e, mais tarde, pela autoridade jurídica.

Por sua vez, os usos e desejos, assim como a economia política, obedeceriam as mesmas leis do costume e moda e corresponderiam, a um tempo, às particularidades de costume de um país e às formas de invenção emergentes. Os usos poderiam ser definidos como hábitos que foram recebidos tradicionalmente e que regulariam a vida privada, os desejos e as formas de condução dos indivíduos e da sociedade. Os usos, assim como o direito e o governo, ligavam-se naturalmente às religiões.

Sobre as relações de troca e consumo, Tarde, segundo Ramos (1936/2003), seguiu as mesmas proposições: o desejo de imitação dos produtos de consumo das outras famílias provocou a abertura para novas formas de consumo e produção.

Isso é um fenômeno muito geral na história da economia política: os artigos de consumo são logo imitados, antes mesmo de serem fabricados por um povo ou nação. A razão deste fato estaria em que os desejos de consumo se espalham entre a grande massa de homens, ao passo que o desejo de produção só tem necessidade de se espalhar entre um pequeno número. (Ramos, 1936/2003, p. 138)

Os preços e salários, segundo Ramos (1936/2003) e sob os protestos dos marxistas, também obedeceriam as relações entre costume e moda. Os fatores subjetivos seriam

fundamentais para a economia política, mantendo assim o caráter misterioso da mercadoria e das relações sociais estabelecidas nas sociedades capitalistas. Foi principalmente Marx (2017) que nos revelou esse processo, posicionando-o como histórico-social e relacionando a determinação do valor e do salário à produção de mercadorias:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação entre objetos, existentes à margem dos produtores. (Marx, 2017, p. 147)

Nas diferentes dimensões da vida,

. . . o reino do costume está ligado ao sentimento, ao passo que o da moda está ligado à razão. A moda assinala-se deste modo pelo seu caráter naturalista e individualista. Os períodos de inovação são os períodos das invenções e descobertas, por um indivíduo ou grupos pequenos de indivíduos: gramáticos e fabricantes de idiomas, reformadores religiosos, fundadores de impérios e legisladores ilustres, inventores industriais, criadores de arte. (Ramos, 1936/2003, p. 139)

Nas operações entre a moda e o costume, Ross (1908) dividiu-as em dois grandes grupos e encontrou nelas os fatores que impediriam a inovação: o primeiro grupo referia-se aos fatores que favoreceriam a imitação-costume; o segundo, fatores que favoreceriam a imitação-convencionalidade, esta última sendo “um plano psíquico resultante da imitação deliberada, não competitiva, não-racional, dos contemporâneos” (Ross, 1908 *apud* Ramos, 1936/2003, p. 131).

Entre os primeiros, aqueles fatores que favoreceriam a tradição, encontraríamos a autoridade e o governo dos antigos, o culto aos antepassados, hipertrofia de certas organizações de governo como o Estado e a Igreja, a ignorância, o familismo, a falta de contato cultural, o isolamento físico, social e linguístico, os sentimentos tradicionalistas etc. Entre os elementos que favoreceriam a convencionalidade como forma de emergência de novos hábitos sociais, Ross (1908) elencou a autoridade e direção dos jovens, os meios de comunicação, a igualdade civil e social, a amizade e hospedagem, a admissão das mulheres em espaços e atividades exteriores ao lar, a difusão da educação, a emancipação do familismo, a individualização, a liberdade de discussão, o conhecimento, a assimilação, a guerra e conquista, a viagem e a migração (Ramos, 1936/2003).

A imitação, seja por moda ou costume, ainda que consideremos as particularidades de cada processo, conduziria os indivíduos à conformidade social, impulsionada também pelos elementos emocionais e afetivos. Nesse sentido, Ramos (1936/2003) encontrou em Young (1945) duas novas dimensões do problema do ajustamento: a afirmação da individualidade, a diferenciação entre os indivíduos e a sua conformação aos grupos sociais.

Na psicologia da moda, os dois processos exprimiriam um antagonismo entre conformidade e individualidade. Não seria a racionalidade que impulsionaria os processos de afirmação da individualidade, mas fatores emocionais e irracionais - narcisistas, na perspectiva dos psicanalistas - que estariam relacionados sobretudo à conquista e afirmação da superioridade do Eu (Ramos, 1936/2003). “O desejo de mudança, de diferenciação, de expansão do eu, aparece, pois, na moda, como um dos processos básicos” (Ramos, 1936/2003, p.141).

O desejo de mudanças estaria relacionado ao desejo de expansão do eu e, com isso, abria-se a possibilidade de classificar todo e qualquer conflito como o resultado reflexo de processos subjetivos e particulares que ganhariam a dimensão social quando expressos por muitos indivíduos. Além disso, a imitação revelaria as formas sociais e culturais de ajustamento dos indivíduos à sociedade, aos seus valores e exigências.

6.4 A simpatia

A simpatia seria o terceiro processo de constituição da identidade social, enquanto base afetiva da interação mental dos participantes de um grupo social. Ellwood, segundo Ramos (1936/2003), propôs a distinção entre três formas de identidade e relação afetiva no interior dos grupos: o contágio psíquico, as expressões afetivas ligadas à família e aos grupos que se colocam como um sentir pelos outros, e a simpatia racional ou reflexiva.

A primeira, o contágio de sentimentos, se caracterizaria como a dimensão afetiva de uma ação induzida e, dessa forma, como o processo pelo qual um indivíduo, no interior dos grupos, poderia convencer e mobilizar os outros membros para um determinado fim. A segunda, sobre o afeto no interior dos grupos, se referiria a uma forma de sentir pelo outro: são emoções que acompanhariam a vida familiar e grupal em geral. Por outro lado, ainda sobre essa segunda definição, Ramos (1936/2003) afirmava que alguns dos psicossociólogos, como McDougall, rejeitavam a noção de afeto e em seu lugar posicionavam o instinto como combustível fundamental para a vida grupal: o instinto gregário ou parental que reforçaria as tendências humanas naturais. A terceira forma, a simpatia racional, encontraria sua base de desenvolvimento na simpatia ativa, definição apresentada por McDougall em correspondência ao instinto gregário e parental, e seria um tipo de emoção que seria controlada pela razão. Tal proposição encontrava críticas, como aquela de Allport (1924), que, ao invés de considerá-lo como uma dimensão da vida instintual, posicionava o afeto como um processo de condicionamento e aprendizagem social.

Ramos (1936/2003), ao apresentar essas três dimensões dos processos de simpatia, destacou a importância dos afetos para a organização da sociedade e considerou os impulsos e as emoções como a base afetiva para o progresso social. Com Giddings, em toda a organização social, a solidariedade e a cooperação repousariam em uma forma de consciência da espécie que construiria, somada à intensidade dos estímulos, a solidariedade entre os indivíduos e a possibilidade de progresso social (Ramos, 1936/2003). O que, para Floyd Allport (1924), não significava que todos os indivíduos reagiriam da mesma forma, mas que a coordenação social também se constituiria de ações dessemelhantes e recíprocas, como a submissão do filho ao pai.

A simpatia e consciência da espécie constituíam apenas uma classe de fatores na vida do grupo, instrumentos de adaptação no processo de interação. A ordem social estaria assegurada na medida em que os códigos e os símbolos sociais fossem incorporados na compreensão e na ação de cada indivíduo e grupo social pelos laços afetivos correntes nas famílias e nos mesmos grupos. O desajustamento poderia significar então uma incompleta introjeção dos símbolos sociais mediados pela emoção, resultado de relações afetivas insuficientemente fortes.

A simpatia como base sentimental da atividade de cooperação, opera uma seleção dos impulsos e das emoções. Ela dá ao indivíduo a consciência de similaridade e o impulsiona para agir junto aos outros, guiado por seus próprios sentimentos. O indivíduo é levado pela simpatia a corrigir os desajustamentos dos outros, corrigindo as dessemelhanças e as aberrações. A simpatia torna-se assim a base dos sentimentos éticos. (Ramos, 1936/2003, p. 149)

Portanto, a simpatia se colocaria na via do ajustamento das massas, que poderia se apresentar como irracional devido ao contágio afetivo e impulsividade, provocando no indivíduo a perda de suas características habituais e racionais (Le Bon, 1895/2008). “A multidão é somente impulsiva e instável” (Le Bon, 1895/2008, p.41). A simpatia se apresentaria como forte elemento para o ajustamento dos indivíduos aos grupos e, conseqüentemente, aos processos sociais fundamentais para a reprodução e fixação da moral e das formas de produção da sociedade capitalista.

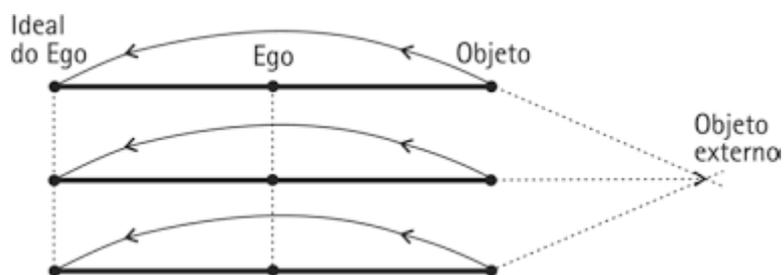
As reações simpáticas seriam condicionadas por estímulos sociais que despertariam em cada indivíduo os afetos aprendidos na vida social. Seria assim com o amor, em que o afeto da mãe por seu filho a faz sentir e interpretar suas reações e, por outro lado, faria com que na criança despertasse o desejo de se adequar ao comportamento materno. Em outras palavras, o afeto despertaria em um a atitude de corrigir o desajustamento, mesmo em seu sentido orgânico, e no outro, pela sugestão por prestígio, a atitude de submissão.

Allport (1924), inclusive em contraposição às teorias instintivas, resumiu o processo de simpatia em quatro aspectos:

1) simpatia não é um processo instintivo; não é um efeito inato e direto da emoção expressa em um indivíduo sobre a resposta emocional de outro. 2) a emoção desperta no paciente (*sympathizer*) não é necessariamente uma réplica da emoção que produz o estímulo. 3) A emoção desperta no paciente é uma parte de seu próprio sistema de hábitos emocionais de experiência passada, evocada como uma resposta condicionada de algum elemento comum à situação original e à atual. 4) A simpatia contribui à melhor compreensão dos ajustamentos humanos, mas não conduz necessariamente ao altruísmo ou à justiça. (Allport, 1924 *apud* Ramos, 1936/2003, p. 153)

Ramos (1936/2003) examinou ainda os processos afetivos ligados à simpatia na perspectiva da psicanálise e dos processos relacionados à identificação. Assim, os estudos psicanalíticos, segundo o médico alagoano, trouxeram contribuições significativas para o estudo da simpatia, a qual não poderia ser separada dos processos de imitação. Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud, segundo o médico, destacou alguns dos mecanismos fundamentais no processo de imitação-sugestão-simpatia. A identificação emergia não somente como parte da resolução do Complexo de Édipo, mas como processo primário, genético e primeira manifestação da ligação afetiva entre um indivíduo e outro. “A identificação primitiva é ambivalente: o modelo imitado é temido e odiado, atitude semelhante a do primitivo em frente aos seus deuses. Só depois, na fase da resolução do complexo edipiano, é que a identificação abandona as componentes agressivas” (Ramos, 1936/2003, p. 153).

Na vida social, a identificação afetiva encontraria uma base homossexual sobre a qual repousaria o funcionamento da multidão. Seria sempre ao líder que esses afetos seriam direcionados porque ele seria a imagem do Pai, o ideal do Eu que formaria o núcleo do Supereu. Na multidão o ideal de Eu de cada indivíduo, que se identificam também uns com os outros, encontrava um objeto exterior. Conforme o esquema elaborado por Freud e reproduzido por Ramos (1936/2003) em sua *Introdução*:



De toda forma, conforme Ramos (1936/2003) em sua leitura de Young (1947), o ajustamento e a conformação dos indivíduos ao grupo e às multidões se relacionaria com os processos de identificação em que o Eu introjetaria a imagem do pai e, de outro lado, projetaria sobre o líder o ideal de Eu sonhado. Os processos afetivos de identificação e formação do ideal

de Eu posicionavam a perspectiva da degeneração, dos instintos e da irracionalidade das multidões como incompleta, se não equivocada por completo. Foi mesmo isso que Freud expressou ao considerar as contribuições teóricas de McDougall e Le Bon. No entanto, a leitura de Ramos (1936/2003) não parecia apontar para a separação das teorias. Ela parecia tentar articular essas diferentes perspectivas a partir de elementos que ele considerava de aproximação entre elas.

6.5 Interferência e conflito

Nessa seção Ramos (1936/2003) considerou os conflitos e as lutas sociais, posicionando os processos afetivos como elementos determinantes. Tendo em vista o estudo sobre a imitação, a interferência poderia colocar-se como interferência-combinação, quando desejos e crenças se combinassem, e interferência-luta ou conflito, quando não encontravam combinação possível. Ao mesmo tempo, para que a imitação se colocasse em seu movimento progressivo e indefinido, ela precisaria encontrar soluções para as suas contradições emergentes com as invenções e ondas contrárias à imitação. Para que a imitação não encontrasse obstáculos e seguisse sua tendência, seria preciso superar as barreiras de casta e de classe. No entanto, segundo Ramos (1936/2003), isso não seria possível em sua totalidade: toda a história social é uma história de conflitos e de lutas.

O livro de Delgado de Carvalho (1935), *Sociologia Aplicada*, é uma das referências de Ramos para analisar as várias formas e dimensões dos conflitos e lutas, inclusive aqueles que indicavam o desajustamento do indivíduo quanto às exigências sociais de seu tempo. Antes disso, as lutas cotidianas, seguindo as pistas do evolucionismo, foram delimitadas como um fenômeno humano natural relacionado às suas tendências instintivas e agressivas, que lançariam os homens uns contra os outros. Na vida social, os conflitos econômicos e políticos, assim como os conflitos entre os grupos, seriam a origem de todas as transformações sociais.

A concorrência se distinguiria dos conflitos sociais por se estabelecer em acordo com o contrato social. Ainda que despertasse um conjunto de afetos, ela seria consciente e pessoal. A concorrência econômica, por exemplo, se constituiu como uma forma de contrato social: competições de mercado, obrigações, direitos e deveres. Enquanto isso, os conflitos se dividiam em diferentes modalidades: a luta corporal, que remeteria às formas primitivas e infantis dos instintos; o duelo, com suas regras e códigos de honra; o litígio, sob a forma de um conflito indireto que evocaria um mediador; os ódios hereditários, as lutas entre famílias, como aqueles

conflitos existentes em comunidades supostamente atrasadas; a guerra, o conflito armado entre nações ou grupos de uma mesma nacionalidade.

Os conflitos sociais se dividiriam ainda em função de sua especificidade e grupo: bando e quadrilha, relacionados ao comportamento criminoso infantil; grupos econômicos na sociedade de classes, que encontravam nas greves uma de suas manifestações; a seita, grupos religiosos marcados pelo afeto, a intolerância e o fanatismo; os grupos políticos ou partidários, nos quais os conflitos se mostravam, pela via da sublimação, na política e nas eleições; os grupos étnicos que fazem emergir os preconceitos e a violência racial, como era o antissemitismo alemão; os grupos nacionais, com seus próprios interesses econômicos e políticos. Portanto, o conflito se colocava em diferentes dimensões da vida social e política. E, como afirmou Ramos (1936/2003), seria um elemento de transformação social.

Ramos (1936/2003) encontrou em Floyd Allport (1924) a distinção entre conflitos abertos e fechados. As formas de expressão dos primeiros corresponderiam às dimensões mais primitivas do comportamento. O obstáculo à satisfação do desejo estimularia uma reação social violenta como resposta. O conflito fechado, por sua vez, se caracterizaria como individual e aconteceria no interior do psiquismo entre as instâncias psíquicas que o compõem, entre os desejos inconscientes e a coerção social. Este seria o objeto de estudo fundamental para a Psicanálise: “é o conflito a base de ‘complexos inconscientes’ ou pré-conscientes, ou entre dois desejos ou aspirações antagônicas conscientes” (Ramos, 1936/2003, p. 159).

Ramos parecia tentar diminuir as distâncias entre o individual e o social na afirmação de que os conflitos fechados também encontrariam suas causas nos processos sociais e, por isso, também não se desviariam do objeto da psicologia social. Os conflitos fechados, que também encontrariam suas raízes no contexto social, seriam a principal causa de desajustamento interindividual. Ramos seguiria os passos de Freud (1918) no sentido de afirmar que toda psicologia do indivíduo seria também social.

Ross (1908) por sua vez distinguiu os conflitos em vocal e silencioso, o que conduziu Ramos a considerar as diferentes expressões que as lutas sociais, como a luta pela autoridade e a dominação das mulheres, apresentavam no cotidiano. Nesse sentido, sua proposição para uma perspectiva social remeteria diretamente à vida coletiva e, ao mesmo tempo, aos indivíduos e à possibilidade de correção de seus comportamentos.

Os conflitos silenciosos seriam essencialmente sociais e, quase sempre, alcançariam o conflito vocal, a discussão ou alguma forma de luta interindividual. É nesse movimento que Ross (1908) distinguiu três formas de conflitos silenciosos:

Em primeiro lugar está a luta entre dois prestígios (*prestige against prestige*). Todas as vezes que, numa sociedade, o mérito não pode ser avaliado, é a superioridade social e a subordinação que têm que ser levados em conta. Nestes casos, estabelece-se uma comparação dos *prestígios*, quase sempre um sobrepujando o outro ou os outros. (Ramos, 1936/2003, p. 160)

Ramos comentou em poucas linhas que, nas sociedades hierarquizadas, sempre haveria a emergência desses conflitos, e utilizou o exemplo dos militares contra os políticos e o prestígio da língua inglesa ou francesa nas escolas egípcias. Quanto ao primeiro caso, Ramos vivia o período imediatamente anterior à instauração da ditadura do Estado Novo e o conflito entre militares e políticos, que na verdade não cessara desde a Proclamação da República, tendo se tornado ainda mais intenso. Por outro lado, o conflito entre o ensino da língua inglesa ou francesa remeteria a outra forma de dominação e atualização dos conflitos coloniais. Ainda assim, o autor não alcançava, ou evitava essas discussões.

A segunda forma de conflito silencioso é a luta entre o mérito e o prestígio, que se situaria no conflito entre o novo (mérito) e o velho (prestígio), o que seria uma atualização das relações entre moda e costume, estudadas pelo autor anteriormente. A última forma seria o mérito contra o mérito, uma forma de luta entre duas coisas novas, duas formas sociais de hábito ou discurso que emergiriam nas relações sociais, uma delas se colocando de forma predominante no cotidiano. Um dos exemplos foi a produção de açúcar: produzi-lo a partir da cana-de-açúcar ou da beterraba? E isso implicava, mais uma vez, as mudanças sociais, econômicas e políticas que estavam em curso nos primeiros anos do século XX.

Ramos (1936/2003) posicionou a necessidade de ajustamento dos indivíduos como dispositivo para a diminuição dos conflitos e, ao mesmo tempo, de superação das formas autoritárias para sua resolução. A disciplina escolar, assim como a informação socializada, sem negar as dimensões afetiva e racional da vida social, superariam as formas infantis de condução e funcionamento mental. A escola cumpriria um papel fundamental nesse processo e, após considerar as contribuições de Piaget e Lévy-Bruhl, Ramos examinou a escola experimental adleriana, posicionando a educação e a divisão das crianças nas classes escolares como uma estratégia fundamental:

É uma tarefa difícil iniciar estas crianças de dez anos nas discussões gerais. O problema central é o da disciplina. É preciso que estas crianças aprendam a escutar o que fala, a se dominar a si próprias, a não falar todas ao mesmo tempo. Devem aprender a refletir sobre as qualidades necessárias a um chefe de classe e aos membros desta mesma classe. Os próprios mestres devem adquirir experiência neste domínio. Se começassem a dar-lhes demasiada liberdade, não tardaria esta a degenerar em anarquia, e seria preciso retomar mais firmemente as rédeas da classe. Só deveriam afrouxá-las pouco a pouco, à medida que a classe progredisse em autonomia. Fica-se também encantado pelo caráter adquirido desta liberdade, que é um verdadeiro “self-government”. (Ganz, 1935 *apud* Ramos, 1936/2003, p. 168)

A tarefa que se colocava era que, desde cedo, com o uso da linguagem para a decifração da personalidade, as crianças pudessem sofrer algum tipo de correção nos grupos de conversa

e discussão, antes de qualquer intervenção propriamente médica. Vale mencionar que Ramos, ao iniciar a discussão sobre o papel da escola no ajustamento das crianças, colocava-se uma vez mais em compasso com o movimento higienista. Importante também a relação que a Psicologia Social, em sua perspectiva, começava a delinear com a Educação. Modernização e ajustamento da população se articulariam como o objetivo central da Higiene Mental, o cuidado com os egressos dos manicômios cedia cada vez mais seu lugar à prevenção das degenerescências e dos desajustamentos, tendo a resolução dos problemas de ajustamento como prática importante que encontraria nos saberes psicológicos uma base teórico-metodológica importante, não sem diversas controvérsias.

6.6 Os desajustamentos psicossociais

A questão que se colocava, portanto, assim dissemos, era sobre como o sujeito se conformaria à sociedade e aos grupos sociais. Desde os processos afetivos, motores e racionais, relacionados ao processo de formação da identidade social pela via da sugestão, da imitação e da simpatia, Ramos apresentou perspectivas sobre como o indivíduo se constituía e se integrava à vida social. Dessa forma, o problema do ajustamento se colocava primeiro como parte do processo de desenvolvimento da identidade social e, depois, como um desvio relativo à norma social, que poderia ser patológico ou não.

Ainda nesse sentido, o desajustamento se colocava como um fator importante para a modernização, mas, mais que isso, para a ordem social, já que algumas de suas expressões poderiam significar uma ameaça à sociedade. Ramos considerou a sociedade como um determinante para o desajustamento, ainda que primeiro tenha posicionado os conflitos como resultados dos processos afetivos e das contradições entre a moda e o costume e, depois, entre o desejo e a moral civilizada. E mesmo que os conflitos e lutas sociais pudessem determinar o desajuste, ainda assim, era sobre o indivíduo e sua personalidade que recaíam a causa e a possibilidade de correção, mesmo que em alguns momentos Ramos deixasse entrever como causas as formas de produção, como no caso do açúcar, e as relações políticas, a ditadura e o colonialismo.

A acomodação e a assimilação seriam os processos posteriores à concorrência e ao conflito, sobretudo com o propósito de assegurar a estabilidade social e a harmonização. Ao mesmo tempo, Ramos (1936/2003) estabelecia o desajustamento como um problema fundamental para a Psicologia Social, a qual “se preocupa mais de perto com os

desajustamentos. De fato, é a noção de desajustamento que se inclui precisamente entre os seus objetivos, sendo os outros mais do domínio da sociologia” (Ramos, 1936/2003, p. 169).

O desajustamento social conduzia Ramos (1936/2003) a refletir sobre os problemas relacionados à noção de normal e anormal. Ele, enquanto conceito, seria objeto de vários campos científicos, como a psicologia individual, a higiene mental, a psiquiatria e a psicologia social. Ao mesmo tempo, ele exigia a elaboração conceitual a respeito da norma ou padrão, seja em sua dimensão psicológica ou sociológica. Ainda que pudesse existir uma amplitude ao redor da norma, ela não deixava de se apresentar como medida para o desajustado.

Também no que se referia à vida orgânica, o conceito de normal se colocava na relação entre a saúde e a doença: a primeira, física ou mental, significaria a permanência do funcionamento do corpo em um certo estado médio, enquanto a doença significaria justamente o afastamento dessa média. Nesse sentido, Ramos (1936/2003) afirmou que “não há, pois, um conceito ‘normal’ de saúde, mas um conceito que implica valores, como capacidade de trabalho, no sentido da saúde física; e adaptação social, etc., no sentido de saúde mental” (p.170). A normalidade significava a capacidade do indivíduo de se adaptar.

Portanto, para a psicologia individual, a normalidade corresponderia a uma constante capacidade de rendimento, capacidade funcional e adaptação social. A anormalidade significaria então a perda da capacidade do indivíduo de se ajustar, a impossibilidade de responder às demandas da sociedade. A enfermidade psíquica seria uma das expressões do desajustamento social, já que ela provocaria justamente a incapacidade de adaptação às exigências de rendimento e funcionalidade.

O indivíduo alienado para a psiquiatria, de acordo com Ramos (1936/2003), era aquele que se afastava da norma ou padrão social e se tornava alheio à realidade e nessa condição, um desajustado às demandas da nova sociedade. Os estudos da escola italiana sobre a paranoia e o crime, afirmavam que alguns estados psicopatológicos reproduziam as fórmulas, o funcionamento mental que caracterizaria os chamados povos selvagens ou primitivos. Os neologismos, o sintoma delirante, as interpretações fantásticas e os jogos de palavras seriam cópias da vida normal dos povos primitivos. A mesma ideia esteve presente no trabalho de conclusão do curso de medicina, com mais um elemento: o paranoico seria não somente a representação maior do desajustamento, mas ele incorporaria as marcas vivas do anacronismo (Ramos, 1926).

Como vimos anteriormente, o homem primitivo no século XIX, sobretudo com os textos de Morel, ganhava o sentido de perfeição, e toda a suposta degeneração, inclusive a doença

mental, significaria um desvio do seu curso natural. O homem primitivo, nessa perspectiva, seria o branco europeu. Com a escola italiana e outros intelectuais como Lévy-Bruhl (2008), o homem primitivo tornava-se aquele que não encontrava relações causais entre os fenômenos da vida social em uma racionalidade eurocentrada. Eram os africanos, os povos da América, os aborígenes australianos ou os povos da Nova Guiné. Segundo Lévy-Bruhl (2008, p. 24), “o fato consiste em que o primitivo, africano ou outro, não se preocupa de modo algum em pesquisar as ligações causais que não são evidentes em si mesmas, e que, imediatamente, recorre a uma potência mística”.

A aproximação entre o paranoico e os povos primitivos encontrou ainda sustentação nos estudos de antropólogos que estabeleciam relações entre o folclore e a patologia mental. Era o caso dos trabalhos de Andrew Lang e seus folcloristas, que supostamente encontravam as provas definitivas para essa mesma relação: “o germe do delírio, diz o eminente psiquiatra [Andrew Lang], trazemo-lo todos conosco, porque o herdamos dos nossos bisavós, e porque não sai da funcionalidade normal do homem primitivo” (Ramos, 1936/2003, p. 172). O desajustamento ganhava portanto raízes históricas universais e ancestrais: em todos os tempos e lugares haveria uma unidade de tendências humanas que remeteriam ao passado e ao funcionamento primitivo (Ramos, 1936/2003).

A psicologia social, como uma forma aplicada de higiene mental, abandonava o degenerado, circunscrito aos casos em que a hereditariedade tornava-se causa primeira para o adoecimento e o desajustamento⁶⁹. Para o indivíduo que supostamente carregava consigo o passado de sua família e a história do desenvolvimento mental de seus ancestrais, o desajustamento seria então: 1) a interrupção do desenvolvimento individual e a fixação do funcionamento mental a estágios primeiros do desenvolvimento; 2) em sua máxima expressão, a emergência dos aspectos primitivos em repouso no psiquismo.

No indivíduo normal, o mesmo germe do delírio, aquele que se assemelharia ao funcionamento mental do selvagem, permaneceria em latência e somente sob condições especiais invadiria a consciência. E, se no sujeito paranoico ele se encontrasse à luz do dia, em compasso com a escola lombrosiana e Lang, Ramos (1936/2003) apresentava a seguinte proposição elaborada por Tanzi, e que ele mesmo parecia acreditar: “o selvagem que dormita na alma de todo o homem vive à espreita de uma oportunidade para se entremostrear em seus caracteres bárbaros e antissociais” (p. 172).

⁶⁹ Ainda que para os eugenistas e muitos médicos-higienistas o debate sobre a degenerescência não tenha se encerrado e a noção de indivíduo degenerado permanecesse no discurso médico.

O paranoico não seria idêntico ao selvagem, mas uma espécie de anacronismo vivo: enquanto os primitivos corresponderiam ao seu tempo, os paranoicos apresentavam-se em descompasso com o seu presente. Segundo Ramos (1936/2003), Tanzi (1890), ao examinar os quadros clínicos dos paranoicos, encontrou em seus sintomas as características mentais das populações incultas, mesmo que estas fizessem parte de importantes núcleos da civilização. Os estudos sobre o folclore e os hábitos cotidianos dos selvagens também os assemelhavam aos mesmos sintomas. É ainda importante notar que Ramos associava de imediato a contribuição da escola lombrosiana aos estudos psicanalíticos. Para ele, a Psicanálise ampliou a compreensão das relações entre os aspectos primitivos do funcionamento mental e a psicopatologia, embora, como ele escreveu, a partir de perspectivas diferentes.

A normalidade individual, estabelecida em uma relação direta com o grupo social, seria perturbada quando a emergência do funcionamento mental primitivo ou selvagem levasse o indivíduo a uma variação acentuada do comportamento que o diferenciaria dos modos usuais. Assim, a noção de anormalidade não poderia deixar de considerar as relações entre o conteúdo psicopatológico e os conteúdos culturais do grupo do qual o indivíduo faz parte.

O ajustado seria o indivíduo “cujo comportamento estaria em harmonia com as normas ou padrões relativos da vida do grupo a que ele pertence: o desajustado seria o indivíduo cujo comportamento se desvia destas normas” (Ramos, 1936/2003, p. 174). Dessa forma,

A condição do desajustamento é coletiva e individual. Os desajustamentos se processam entre grupos, classes, organizações em luta ou conflito, de que já vimos vários exemplos: conflitos entre o capital e o trabalho, entre a ciência e a superstição, entre o costume e a moda, autocracia e democracia, etc. Às vezes, o desajustamento dos grupos é a soma dos casos individuais. Assim caímos insensivelmente nos desajustamentos dos indivíduos ao grupo, que são os que interessam de mais de perto à psicologia social. São várias as causas desses desajustamentos, atribuídas à hereditariedade e à ambiência (desajustamentos emocionais, intelectuais, educacionais, etc.). Podemos considerar essa série de desajustamentos mínimos, quando há interferência séria com a harmonia social: são estes múltiplos casos de falhas caracterológicas e conflitos de luta, de sexo, de inferioridade. Os desajustamentos máximos entram na categoria das neuroses e das psicoses, quando se acha seriamente comprometido o sentimento de adaptação à realidade, ou de harmonia com a vida: o seu estudo detalhado excede a competência da psicologia social, entrando no domínio da psicologia patológica, da psiquiatria e da higiene mental. (Ramos, 1936/2003, p. 174).

Ainda que Ramos tenha apontado os conflitos de classe entre aqueles que se processavam como desajustamentos coletivos, ao recuperar as noções de conflito elaboradas por Floyd Allport (1924), os aspectos afetivo-emocionais se colocavam em relação com os fatores sociais e econômicos. O autor estadunidense destacava três grupos de conflitos: os conflitos de luta, o conflito do sexo e o conflito de inferioridade.

O primeiro, os conflitos de luta, se estabeleceriam como uma resposta às formas de opressão ou restrição do comportamento. A violência impressa pelo indivíduo para a remoção das formas de opressão seria uma resposta que teria como afeto correspondente a cólera. Ainda

que outras respostas pudessem emergir, como a introversão da luta ou a sua expressão indireta, como no caso das disputas jurídicas, os afetos correspondentes a estes conflitos faziam aparecer não somente a cólera, mas o medo e a hostilidade reprimida. As atitudes agressivas em resposta aos conflitos de luta supostamente emergiriam nos limites entre o comportamento normal e o patológico.

No segundo tipo de conflito, aquele relacionado ao sexo, o espaço primeiro de sua expressão é a família: as relações marido-mulher, pais-filhos, entre irmãos, parentes, etc. Seguindo os estudos de Freud, Ramos (1936/2003) afirmava que os desajustamentos nesse domínio remeteriam fundamentalmente ao chamado romance neurótico familiar que, por sua vez, se relacionava diretamente ao desenvolvimento psicosssexual dos indivíduos. Dos reflexos vegetativos ao desligamento dos pais e ao alcance de uma atitude genital em relação ao objeto, a teoria freudiana da libido apresentava as características gerais do desenvolvimento psicosssexual.

No interior da família, no processo de desenvolvimento psicosssexual, diferentes mecanismos anímicos se formariam: a introjeção da moral e das leis, que encontraria a sua expressão máxima na dissolução do Complexo de Édipo. O processo de introjeção da moral civilizada produziria obstáculos e exigências para a satisfação libidinal. O conflito social tornava-se individual.

Seria na chamada fase fálica que o indivíduo viveria o chamado Complexo de Édipo:

O pequeno Édipo deseja possuir o ser amado e eliminar tudo o que se lhe antepõe aos desejos. Aqui surgem as primeiras definitivas restrições do ambiente social, e ele tem que recalcar as suas tendências. É a fase da contra-sexualidade, com toda a série de restrições e a formação consequente de instâncias recalcentes do Super-Ego, primeiro germe da 'consciência moral'. (Ramos, 1936/2003, p. 177)

Os desajustamentos na família, segundo o médico, encontrariam suas causas na evolução da libido e no seu jogo de relações objetivas fundamentais. Ao mesmo tempo, as imagens parentais determinariam o comportamento futuro do indivíduo, e os desajustamentos na vida social exprimiriam uma regressão às fases primitivas do desenvolvimento, às fixações e complexos produzidos nas relações e conflitos familiares. “Os problemas de desajustamento são problemas de regressão” (Ramos, 1936/2003, p. 178). O indivíduo desadaptado diante da realidade teria voltado a um estágio primitivo, onde reencontrava, pela imaginação, o colo materno. As regressões, como sintoma do desajustamento, significariam uma forma de reintegração materna. Assim, Ramos (1936/2003, p. 178) afirmou:

Toda uma tarefa prática, aplicada, decorre destas concepções. O reajustamento do indivíduo ao meio é assim um trabalho de psicologia social aplicada, de terapêutica e de higiene mental a ser iniciado no lar e na escola e continuado pela vida adiante. (Ramos, 1936/2003, p. 178)

Os conflitos de inferioridade, que, segundo o médico alagoano, seriam parte significativa das formas de desajustamento, relacionavam-se, conforme a teoria psicanalítica, ao funcionamento da projeção. O desajustamento social, um conflito aberto, seria a expressão dos conflitos fechados e recalçados. A projeção transformaria o conflito fechado em aberto. Se no conflito do sexo o desajustamento encontrava na introjeção o processo afetivo fundamental, nos conflitos de inferioridade a projeção desempenharia papel importante.

No conflito de inferioridade, o conflito social apresentava-se como defesa e forma de racionalização, projeção no mundo das exigências internas: o conflito individual tornava-se social. Essa perspectiva, que repousava sobre as proposições teóricas de Alfred Adler, elaboraria ainda uma imagem sobre os indivíduos como sujeitos impulsionados pela vontade de poder e o sentimento comunitário:

O indivíduo quer sempre sobrepujar os outros e, quando falha nos seus intentos, procura criar ‘planos fictícios’ de vida para ‘supercompensar’ os seus fracassos. É o caso do neurótico e dessas mil variedades de complexos de inferioridade à busca de supercompensação. (Ramos, 1936/2003, p. 179)

Ramos (1936/2003) examinava as relações entre o desajustamento social, os conflitos de inferioridade e as teorias sobre as causas das neuroses, definindo de forma ampla essas últimas como uma compensação ao fracasso social, onde o indivíduo satisfaria seus impulsos de forma artificial, correspondente ao seu protesto viril e ao seu sentimento de inferioridade. A consequência disso seria que, apesar de reconhecer os conflitos de classe por exemplo, a inveja expressaria não somente o complexo de inferioridade, mas forneceria o combustível para a luta que ganharia dimensões sociais. A segunda consequência é que aparecia assim uma separação definitiva entre a sociedade e o indivíduo. Ainda que Ramos afirmasse que todo conflito se produzia nas relações sociais, o social parecia significar um espaço de projeção e introjeção das experiências pessoais.

O reajustamento das crianças e dos adultos não só guardaria particularidades, como seria tarefa fundamental para os psicossociólogos. As estratégias de reajustamento sobre o corpo ganhavam destaque: seguindo a leitura das elaborações trazidas pela escola adleriana, a comunidade de trabalho, a prática do *self-government*, a conversação, as experiências de vida entre os escolares e as práticas de ajuda mútua se converteriam em expressões fundamentais dessas estratégias que deveriam resultar na adaptação cada vez maior à vida social.

No adulto, ainda segundo Adler, o sentimento de comunidade se expressava em deveres fundamentais:

1º o dever de desempenhar uma profissão; 2º o dever de benevolência para com o próximo (*Mitmenschlichkeit*); 3º o dever para com o outro sexo. Todos os problemas humanos (e todos os desajustamentos) podem ser filiados a essas três categorias: profissão, sociedade e sexo oposto. (Ramos, 1936/2003, p. 182)

Na vida social, a agressão e suas compensações seriam as causas de todos os conflitos e desajustamentos na base do complexo de inferioridade, ainda que Allport (1924) afirmasse que estes poderiam ser também observados nas esferas intelectual, econômica e moral.

Na esfera intelectual, as atitudes invejosas e hostis são tomadas por pessoas em conflito de inferioridade frente a outras pessoas de inteligência superior. Nem a noção de inteligência ou a racionalidade, que determinariam os processos de competição entre acadêmicos e estudantes, se apresentavam como parte determinante das expressões de conflito e desajustamento.

Na esfera econômica se observariam os conflitos entre radicais e conservadores, entre os tradicionais e os renovadores. Segundo Allport (1924), citado por Ramos (1936/2003):

Radicais são usualmente os *have-nots*, que pedem uma mudança no sistema completo de coisas, e que acreditam que a cura de todos os males sociais está em impedir cada homem de possuir, mais do que o outro, os bens deste mundo. (p. 183)

O radicalismo político, na perspectiva de Allport (1924), seria uma atitude de racionalização daqueles que sofreriam de conflitos de inferioridade de base econômica. Por sua vez, os conservadores seriam aqueles que resistiriam a qualquer mudança. Normalmente pertencentes às classes privilegiadas, empenhavam-se em manter as formas de organização da sociedade conforme os seus interesses. Eles erguiam a defesa da família e da tradição, da moralidade e da experiência do passado, como aspectos que manteriam a vida social segura de intempéries.

No que se referia à esfera moral, os conflitos e desajustamentos seriam projeções na vida social dos conflitos emergentes em cada indivíduo. Esse mesmo mecanismo mental supostamente provocaria a emergência de reivindicações morais que constituiriam o fenômeno do reformismo. Eles fariam caminhar pela vida social os “inquisidores modernos” que, com o dedo em riste, não se cansavam de apontar o que lhes parecia distante da moral que ordena o mundo. Esses mesmos indivíduos, chamados por Ramos (1936/2003) de reformistas militantes, são aqueles que sofrem de conflitos morais projetados e que expressariam como sintomas particulares a intolerância religiosa, o racismo e a condenação das condutas políticas e sexuais consideradas subversivas.

Ainda que o conflito se apresentasse como social, permaneceria como um mistério a ser decifrado, já que parecia se delinear como um desvio de uma construção natural e progressiva, como um espaço de projeção de desejos individuais que se refletiriam no corpo social e como espaço de conflito e luta que, apesar de suas determinações sociais, resumia-se a uma dinâmica

subjetivista entre o desejo, a frustração, a censura ou outra vicissitude afetiva emergente na relação entre indivíduo e sociedade.

6.7 A opinião pública, a censura e a liderança

Uma outra dimensão e caracterização do social implicava compreender o movimento das multidões, o que seria o impulso fundamental para os estudos sobre a opinião pública, um dos dispositivos para a formação do comportamento adaptado às exigências da sociedade e da civilização, em contraposição ao movimento supostamente irracional e afetivo das massas (Tarde, 1992).

Se a multidão era caracterizada como uma reunião de indivíduos unidos pela proximidade física e pelos processos afetivos relacionados à sugestão, o público caracterizava-se por uma condição especial: ele não estava reunido e mobilizado pelos processos de contiguidade espacial. Ele estaria disperso, unido por laços indiretos, secundários, caracterizados pelos meios de comunicação.

É verdade que o público se origina da multidão. É uma multidão que se dispersa, perde os laços de proximidade física, unindo-se simbolicamente, pelo ‘pensamento à distância’. Por isso, o público, ao contrário da multidão, alarga-se em extensão, à medida que vai se tornando estável. De fato, nada mais instável, transitório e episódico do que a multidão; o seu estudo especial deve mesmo ser feito independentemente da psicologia do público. A multidão tem caracteres específicos, constituindo o seu estudo o objeto de uma ciência especial: a psicologia gregária ou coletiva com todos os capítulos: multidões normais, multidões criminosas, psicoses gregárias, multidões revolucionárias. (Ramos, 1936/2003, p. 186)

Para Ramos (1936/2003), mais uma vez seguindo as proposições de Tarde (1901/1992), o público, enquanto grupo disperso, virtual e livre dos laços de proximidade, apresentava uma psicologia própria em que a opinião seria uma função comum de grande importância. “A opinião está para o público, nos tempos modernos, assim como a alma está para o corpo, e o estudo de um nos conduz naturalmente ao outro” (Tarde, 1901/1992, p. 79).

Para Tarde (1901/1992), a opinião seria um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos que responderiam aos problemas de um certo tempo e que se apresentariam simultaneamente para os indivíduos de uma mesma nacionalidade, época e sociedade. O que exigiria desses indivíduos um grau de consciência e pertencimento em relação à sociedade e seus valores morais, exigências sociais e laborais. A opinião ultrapassaria o indivíduo, mas sempre o reconduziria à sociedade e aos grupos a que pertence. Nesse sentido, ela poderia ser um dispositivo amplo para a disciplinarização do corpo social e individual, e isso em duas perspectivas: primeiro, porque supostamente eliminaria a influência afetiva presente no

movimento das multidões; segundo, porque poderia alcançar cada indivíduo que, livre dos laços de contiguidade espacial, manteria suas características racionais e modificaria aquelas que se apresentavam como risco de desajustamento.

No entanto, Ramos observou que, conforme Ross (1908) e Young (1942), a opinião pública deveria ser distinta da opinião preponderante, assim como daqueles julgamentos que expressariam fundamentos insuficientes e que se colocariam como certezas para a compreensão da realidade. A monogamia, por exemplo, seria uma opinião preponderante, aquela que não admitia em seu tempo discussões e que foi amplamente aceita como legítima pela sociedade ocidental. Nesse sentido, a opinião não deixava de, até encontrar alguma preponderância social, espalhar-se pela vida cotidiana, despertando as lutas para a sua defesa ou contraposição. Haveria sempre opiniões em confronto.

As lutas ou as alianças dessas três forças, suas coalisões, suas invasões recíprocas, sua ação mútua, suas relações múltiplas e variadas, são um dos interesses pungentes da história. A vida social não tem nada de mais interno nem de mais fecundo que esse longo trabalho de oposição e de adaptação frequentemente sangrentos. A tradição, que permanece sempre nacional, é mais confinada entre limites fixos, infinitamente mais profunda e estável que a opinião, coisa leve e passageira como o vento e, da mesma forma que ele, expansiva, aspirando sempre a tornar-se internacional como a razão. Pode-se dizer, em geral, que a falésia da tradição é incessantemente roída pelo avanço da opinião, maré sem refluxo. A opinião é tanto mais forte quanto menos o for a tradição, o que não quer dizer que a razão também é menos forte então. (Tarde, 1901/1992, p. 82)

Com isso, Ramos (1936/2003) apresentou o conjunto de dispositivos que fariam circular a opinião e modular a formação do pensamento da população. Se nas sociedades chamadas de primitivas preponderou a conversação, ela ainda seria uma forma presente nas sociedades modernas, que, ao lado de outros dispositivos, continuaria a transmissão de juízos e valores morais e sociais pela oralidade. O telefone e o telégrafo, a correspondência, a imprensa como o principal agente de opinião, o cinema e o rádio formariam o conjunto de dispositivos para a formação da opinião pública.

As notícias, os filmes e histórias ouvidos pelo rádio, os livros e os editoriais poderiam disseminar novas formas de interação social, ou reafirmar as antigas. Mas, uma ou outra, a opinião pública cumpriria uma função psicológica fundamental: a formação dos ideais que consolidariam a sociedade, inclusive na formação do superego (Ramos, 1936/2003). “O cinema cria, por exemplo, estereótipos, atitudes, sentimentos e gostos. Ele é um grande fator de imitação-moda, estandardizando emoções, gestos, incutindo ideias, sugerindo ações...” (Ramos, 1936/2003, p. 197).

Em resumo,

Desde a conversação, que é um interestímulo face a face, até o jornal, e o rádio, que são intercomunicações do pensamento à distância, vemos como o público, e com ele a opinião, se alarga e se especializa. O público da conversa, limitado e local, se alargou, coexistindo nos mais remotos pontos do

globo, quando lê a mesma notícia divulgada por agências internacionais, assiste ao mesmo filme fabricado em Hollywood, ou ouve a mesma poderosa estação de rádio. (Ramos, 1936/2003, p. 199)

A imprensa, assim como as outras formas de comunicação para a formação da opinião pública, seria um dispositivo para a modulação do comportamento e a formação de uma racionalidade conforme os ideais e exigências da sociedade, com o consequente ajustamento dos indivíduos. E isso não sem os conflitos que a tradição e a inovação poderiam significar.

Por outro lado, o poder da opinião pública é tão grande que, afirmou Ramos (1936/2003), seria necessário construir métodos especiais para o seu controle. Vejamos brevemente como a formação de dispositivos de censura e propaganda implicaria no ajustamento dos indivíduos.

Nos grupos primários, na família, vizinhança e pequenas comunidades, prevaleceria a censura da opinião pública pela conversação. As transgressões à moral da comunidade seriam refletidas nas disputas verbais que, como consequência, poderiam resultar na supressão da atitude condenada ou da pessoa responsável. Nos grupos secundários, a censura se exerceria principalmente através da imprensa, em todos os seus aspectos. A comicidade serviria de duas formas a este propósito: apresentar como uma piada o comportamento indesejado e, pela via do humor, afirmar uma outra atitude supostamente adequada.

A história social e cultural da censura, escreveu Ramos (1936/2003), nos ensinava a sua natureza psicossociológica, como o tabu dos povos primitivos, com suas bases religiosa e mágica, que supostamente sobreviveram na vida social dos povos civilizados. Seria esse o lugar de todas as superstições. A censura e a propaganda se apresentavam como diferentes dimensões para o ajustamento: uma exercendo fundamentalmente uma função negativa, enquanto a outra em seu aspecto positivo e expansivo. A censura encontraria sua força no medo e na ameaça do poder e, ao mesmo tempo, enquanto julgamento sobre o indivíduo, no condicionamento sociocultural anterior.

Não permitimos que nosso espírito se detenha em assuntos que são socialmente desaprovados. Neste sentido, a censura é claramente afim do preconceito. Inibimos nossas associações sobre um assunto perigoso. Não o toleramos, expulsando-o da nossa mente. A ideia pode provocar distúrbios nas proporções do nosso ego, parece-nos estranha, muito afetada, muito extravagante, e por isso desenvolvemos uma reação de defesa contra ela. (Ramos, 1936/2003, p. 202-3)

A função de uma censura interior, em uma larga relação com a moral, foi estudada por Freud, afirmou o médico, como o recalçamento ou a repressão; como anulação e escotomização, por Stekel; e supressão, por Rivers. Ainda que não estudemos cada uma dessas noções, vale dizer que, segundo Ramos (1936/2003), “a eliminação de certas recordações, ideias, imagens, do plano da consciência, constitui um processo geral de defesa da personalidade” (p. 203).

Os conflitos psicossociais, inicialmente fechados, refletiriam as forças exteriores que foram introjetadas e que se projetariam na sociedade, transformando-se em conflitos abertos. A censura interior, um superego severo, refletiria o ambiente sociocultural de pertencimento do indivíduo. “De outro lado, a censura social consulta o nível de interesse e de defesa do indivíduo, refletindo suas preocupações e a necessidade de sua acomodação, de seu ajustamento ao grupo” (Ramos, 1936/2003, p. 204). A moral seria uma forma de censura coletiva, social e cultural a que cada indivíduo, como membro do grupo, teria que se submeter e, portanto, ajustar-se à mesma racionalidade que o produziu.

A censura social, em suas diferentes dimensões, como a censura político-econômica, literária, dramática, agiria sobre os meios de formação da opinião pública, o cinema, o rádio, os jornais e revistas, a conversação, etc., no sentido de construir restrições a conteúdos que fossem julgados como subversivos e desafiadores da ordem, como a chamada literatura vermelha e os folhetos pornográficos. Ramos (1936/2003) escreveu que a Alemanha nazista apresentou ao mundo o funcionamento desse mecanismo e dessa arbitrariedade, com a perseguição política e queima de livros considerados dissonantes em relação à ordem.

A propaganda, por outro lado, colocar-se-ia na dimensão da positividade: criadora e inventiva ao invés de censora. Nesse sentido, Dunlap, conforme Ramos (1936/2003), assinalava quatro princípios psicossociais da propaganda: argumentos lógicos e de base para uma inferência lógica; busca pelo desejo e pelo interesse público, apresentando uma dimensão afetiva e supostamente irracional que possuiria ainda mais força que os argumentos lógicos; a sugestão simples, com a utilização de linguagem simples e direta para a rápida implantação de ideias entre o público; e a repetição como técnica para a expansão do seu alcance e fixação.

O caráter afetivo, a possibilidade de apreensão e produção de desejos, a repetição – todos como processos que diferenciavam a propaganda da censura -, posicionavam a primeira como dispositivo de ajustamento não na perspectiva da punição, do medo e da ameaça, como na censura. Ainda que o ajustamento pudesse implicar uma forma negativa de adequação, permanecer no polo da negatividade implicaria em cada vez mais apertar os cintos da violência.

Se a propaganda poderia implicar uma positividade sobre o desejo, isso poderia também refletir nos problemas relacionados à interface entre a multidão e a sua aderência afetiva ao líder. Este seria aquele indivíduo que, pelo processo de sugestão, imitação e simpatia, resolveria os conflitos pela autoridade e prestígio, orientando as discussões e controlando a opinião do grupo. Ele não corresponderia ao *meneur* como condutor das multidões, ele seria o condutor do

público. O primeiro estaria em uma relação de contiguidade espacial com o grupo, o segundo agiria por processos psíquicos à distância, utilizando e impondo-se pela imprensa e outros meios de controle social, como a educação e o governo.

A liderança se originaria nas atitudes e hábitos de domínio em uns, e de submissão, em outros. A relação entre dominação e submissão explicaria a liderança como uma função eminentemente social. “A liderança é o resultado do condicionamento do grupo social. Sem a compreensão da situação social total, como veremos depois, não há liderança”. (Ramos, 1936/2003, p. 212)

Ainda que Ramos (1936/2003) iniciasse sua análise no que se refere ao aspecto filogenético, os estudos sobre a liderança entre os escolares estadunidenses apresentavam que a escolha do líder seguia um conjunto de valores sociais: posição social, relações afetivas, habilidades esportivas e gerais, beleza etc. Essas características seriam valorizadas e delimitadas pelo próprio grupo social. Entre os adultos, os estudos apontavam não somente uma determinação social nas características e elementos para a elevação de um indivíduo à função de líder: os aspectos físicos, como a força muscular, figurariam ao lado da capacidade de expressar e apresentar resoluções aos anseios de um tempo e de uma sociedade.

Ramos (1936/2003), ao falar do processo afetivo relacionado à figura do líder - como aquele que dá seu corpo às projeções de um ideal de eu -, nesse momento delineava o que o líder poderia oferecer ao grupo: “o líder é, pois, uma autoridade formalizada, um filtrado organizado do grupo, de onde ele brota” (p. 216).

Ao mesmo tempo, para ser um líder é preciso alguma correspondência com os valores que correm na sociedade. Assim, a capacidade de um indivíduo não o garante no papel de condutor da opinião e do público, na imagem perfeita para o ajustamento de cada sujeito. As variações dessa imagem ocorreriam no próprio espaço social e em correspondência a ele: “para ser um líder, é preciso haver, além das qualidades propriamente individuais, de prestígio, de iniciativa, de invenção ou criação – a conformidade às necessidades ou tendências do grupo” (Ramos, 1936/2003, p. 221).

Considerando isso, o líder desempenharia um importante papel na vida social: assegurar a ordem e controlar as mudanças sociais. Ele seria o foco de invenção que coloca em movimento a sociedade e de onde irradiariam novas ondas de imitação.

. . . o líder age, nas sociedades, como força ponderável de controle organizado, como órgão de poder administrativo, como criador de processos científicos, de técnicas novas materiais e espirituais que asseguram a ordem e impulsionam o progresso: controle político, religioso, econômico... Ele é a personalidade central, ‘humana’ em torno da qual giram os processos interpsicológicos, como um poderoso filtro de aspirações individuais. O vasto problema pedagógico dos ‘ideais’ e dos ‘fins’ em rigor poderia incluir-se aqui. (Ramos, 1936/2003, p. 221)

Se a figura do líder das multidões significou nos textos de Nina Rodrigues (1939/2006) uma forma de processo psicopatológico - lembremos daquela que posicionava Antônio Conselheiro como um paranoico que conduzia a multidão de neuróticos e perversos ao crime e à marginalidade -, Ramos (1936/2003) destacava os processos afetivos em uma íntima relação com as características da própria sociedade em que o líder emergia.

Por outro lado, se o desajustamento apresentava-se como um retorno ao primitivo e à busca pelas imagos materna e paterna, o líder poderia significar um novo ideal de identificação e medida de ajustamento, e a opinião pública, apesar dos embates entre a inovação, a tradição e a razão, tornava-se um espaço privilegiado para a disciplinarização do corpo social e individual.

As casas de ortofrenia e eufrenia, assim como os manicômios e presídios, não deixaram de existir como espaços de correção e isolamento dos incorrigíveis. Mas considerar a opinião pública como dispositivo disciplinar, como o fizemos aqui, posicionava as estratégias de ajustamento espalhadas por todo o tecido social, operando a cada minuto e a cada gesto de cada indivíduo. A medicina, e mais perto de nosso objetivo, a psiquiatria e a higiene mental, apropriando-se da psicanálise e da psicologia, operavam uma mudança significativa ao estender sua ritualística para muito além dos espaços de isolamento e de sua negatividade. É o mesmo movimento que colaborou para que a psicologia encontrasse formas para sua vulgarização e autonomia definitiva em relação aos saberes médicos, pelo menos no Brasil.

Por sua vez, se Ramos começava a seção analisando a formação da identidade social e examinando as relações intersíquicas pela via dos instintos conforme elaborada por McDougall (1908), ao seu final ele estabelecia uma relação fundamental entre a objetividade e a subjetividade, entre os elementos intrapsíquicos e os fatores históricos, culturais e sociais. Ainda que o social tenha recebido em suas mãos, ao final da seção, mais importância do que somente um cenário opaco por onde passam as relações, sua psicologia social partia dos grupos e dos processos sociais amplos para alcançar o indivíduo e os seus processos intrapsíquicos.

7 AS ESTRUTURAS PSICOSSOCIAIS: O INCONSCIENTE PRIMITIVO E A EMERGENCIA DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL E CULTURAL

Em nosso novo passo de pesquisa nos dedicaremos a descrever e analisar as principais proposições presentes na terceira e última parte da *Introdução*, chamada “As estruturas psicossociais”. Ela se divide em sete capítulos, dedicados respectivamente à vida dos grupos, ao indivíduo e ao social, à psicologia da cultura, à estrutura da mentalidade primitiva, à lógica afetiva e ao pensamento mágico-simbólico, às esferas primitivas da realidade e à sobrevivência das estruturas primitivas.

Um dos aspectos mais importantes desta seção é a constituição de uma perspectiva cultural para a Psicologia Social e a rerepresentação do conceito de inconsciente primitivo, que trazia novos marcadores para a prática psicossocial e para o problema do ajustamento dos indivíduos e da população.

Como dissemos anteriormente, o conceito de inconsciente primitivo havia sido primeiramente apresentado por Ramos em sua tese de doutoramento *Primitivo e loucura*, publicada em 1926. O inconsciente primitivo ou folclórico, assim como as relações entre o civilizado e o primitivo, figuram em outras obras posteriores, como *A Sordice dos Alienados* (1928), *Educação e Psicanálise* (1934) e *Psiquiatria e Psicanálise* (1935), mas é em *Folclore Negro no Brasil*, publicado originalmente em 1935, que Ramos (2007) apresenta novamente uma breve definição: “o inconsciente folclórico é uma síntese do inconsciente ancestral e do inconsciente intersíquico” (Ramos, 2007, p. 230). E essa síntese comporia o psiquismo de todos os indivíduos.

Conforme Sodré (2011), para Ramos todo indivíduo, mesmo o mais civilizado, guarda em si, de forma latente em seu inconsciente, os aspectos da mentalidade primitiva. A superação destes elementos implicaria no melhor ajustamento dos indivíduos, a partir da sublimação de seus instintos primitivos, como a agressividade e a sexualidade. A intrusão mórbida do primitivo no comportamento e na consciência era uma das imagens do desajustamento.

Como veremos adiante,

Arthur Ramos considerava que os fenômenos psicóticos consistiriam em expressões mórbidas do primitivo sufocado em cada sujeito e, para além do sujeito, na própria cultura, tal como Freud o proporia em seus estudos sobre as relações entre o inconsciente e a história das civilizações. (Pereira e Gutman, 2007, p. 520)

Uma outra implicação para a psicologia social que se constituía era a perspectiva teórico-metodológica que posicionava o indivíduo como resultado de determinações histórico-culturais, o que aprofundava o rompimento com o determinismo biológico.

Duas consequências fundamentais para essas proposições a respeito dos determinantes histórico-culturais poderiam ser percebidas: seria possível, contrariando os pressupostos do determinismo biológico, o ajustamento dos indivíduos e a superação dos conflitos internos que o posicionavam em descompasso com as exigências da sociedade, pelo menos entre aqueles considerados corrigíveis; se todo civilizado, em determinadas situações, poderia encontrar-se como tomado pelos aspectos primitivos de forma mórbida, todo indivíduo passava a ser objeto do discurso psiquiátrico e o primitivo colocava-se como parte de toda subjetividade.

Ramos (1936/2003) reafirmava os vínculos que a psicologia social guardava não somente com a Sociologia, mas com a Antropologia e a Etnografia, assim como continuava com suas antigas aproximações em relação à Psiquiatria e à Higiene Mental, à Pedagogia e à Psicanálise (Sodré, 2011). Ao mesmo tempo, ele chegava “assim a uma perspectiva de psicologia da cultura e de psicologia comparada, que aborda[va] as funções mentais coletivas em sua evolução social, dentro da cultura, abarcando o estudo da linguagem, da arte, dos mitos, da religião, dos usos e costumes” (Sodré, 2011, p. 184).

Em sua perspectiva, como já dissemos, a psicologia social caracterizava-se como uma higiene mental aplicada. E a Higiene Mental se constituía como um movimento fundamental para a emergência da Psicologia Social no Brasil. Primeiro, porque os discursos psicológicos colocavam-se para alguns médicos como saberes propedêuticos da Psiquiatria (Fontenelle, 1925). Segundo, porque a higiene mental aplicada desejava alcançar, conforme o ideário da LBHM, cada indivíduo em cada um de seus espaços de vida (ABHM, 1925). A extensão do poder psiquiátrico emergiria como uma das plataformas da Higiene Mental entre os anos de 1920 e 1940, sobretudo em sua perspectiva preventiva de combate às supostas causas da degenerescência e do desajustamento (Costa, 2006).

Se anteriormente o asilo era um espaço privilegiado de ajustamento medicamente marcado, conforme afirmou Foucault (2012), com as noções de Higiene Mental o discurso psiquiátrico poderia estender-se além dos seus limites institucionais. Isso não significava que o asilo deixava de caracterizar-se como um espaço de exclusão fundamental ao discurso psiquiátrico, mas que os dispositivos de correção poderiam ser aplicados para determinadas categorias de indivíduos, e a exclusão para outros, sobretudo para aqueles considerados como degenerados incorrigíveis. A psicologia social aplicada se dedicaria ao reajustamento dos

indivíduos corrigíveis e isso exigia o estudo da população, da cultura e das determinações históricas.

Dessa forma, a produção de dispositivos disciplinares envolvia não somente o corpo médico, o qual seria sempre insuficiente para a observação e correção de toda a população, e ainda tentava se posicionar como saber hegemônico sobre a doença e a saúde. A opinião pública e as diferentes instituições, como o exército, a escola, as religiões e a família, deveriam entrar nesse circuito e o discurso médico marcaria, ou pelo menos tentaria marcar, sua presença em cada uma delas. A prática da pedanálise, defendida por Ramos (1934) com inspiração em Oskar Pfister (1873-1956), apresentava-se como parte desse movimento: “os casos comuns, conflitos de pouca importância, devem ser resolvidos pelos próprios mestres [professores] de formação psicanalítica. Ao psicanalista médico serão enviados os casos mais graves, em que houve recalcamientos profundos” (Ramos, 1934, p. 137).

Porto-Carrero (1929), por exemplo, ao escrever sobre as formas de estender, na LBHM - que ansiava alcançar toda a população, sobretudo a mais vulnerável -, o papel profilático da psicanálise, afirmava que o gabinete de atendimento psicanalítico não deveria restringir-se ao trabalho de consultório, mas alargar-se. Noções básicas sobre a psicanálise poderiam ser transmitidas às professoras primárias, e isso marcaria a entrada e a sua presença nas escolas. Da mesma forma, a psicanálise poderia ser fundamental na correção de crianças que estivessem em conflito com a justiça. A educação sexual de massa conforme os preceitos psicanalíticos poderia realizar-se através de programas radiofônicos. “Pela psicanálise da vida diária se conhecem os homens e cada um pode melhorar-se a si próprio” (Porto-Carrero, 1929, p. 39). Cada indivíduo - pelo menos aqueles que não foram tomados por formas graves de enfermidade mental - poderia observar a si mesmo se devidamente instruído conforme os princípios da higiene mental.

A ascensão da burguesia no mundo moderno produziu uma nova ordem subjetiva baseada na individualidade, o que, além de reposicionar os conflitos entre os civilizados e os bárbaros, o normal e o patológico, afirmava a compreensão de que cada pessoa deveria reconhecer-se como indivíduo autônomo, capaz de discernimento, de defender os seus próprios interesses e de ajustá-los às exigências gerais da sociedade capitalista: “na nova forma de organização social a convivência é marcada pelas relações instrumentais e pela luta entre interesses particulares opostos” (Figueiredo, 1995, p. 20-1).

A individualidade era um elemento ideológico fundamental para a sociedade capitalista e com isso exigia que os processos de formação da subjetividade continuassem a confirmar o

seu lugar. Ainda que Foucault (2013) deixasse de fora os elementos históricos sobre o papel do Estado, ele indicava que a subjetividade capitalista deveria moldar-se, ajustar-se à governamentalidade. Conforme Foucault (2013):

Não acredito que devemos considerar o ‘Estado moderno’ como uma entidade que tenha se desenvolvido acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua própria existência, mas, ao contrário, como uma estrutura sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que essa individualidade fosse moldada em uma nova forma e submetida a um conjunto de modelos específicos. Desta forma podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral. (Foucault, 2013, p. 281)

A sociedade apresentava-se como um campo de lutas políticas que implicavam os modos de subjetivação e o governo dos processos de individuação. Na medida em que os homens constituíam-se enquanto sujeitos, eles estariam submetidos à racionalidade de seu tempo. No Brasil, o Estado, com o apoio de diferentes setores e atores sociais, como os higienistas da LBHM - que não eram servidores públicos mas mantinham relações próximas com os governos e suas verbas -, buscava a modernização do país e afirmava essa nova forma de organização social e política, ainda que guardando suas particularidades e contradições.

A burguesia brasileira em formação era marcada pelo seu autoritarismo, pelos dispositivos de dominação racial, pelo conservadorismo e pela falta de qualquer projeto de nação que garantisse os direitos da população (Fernandes, 2020). Mas, para além do tom conservador e da ambiguidade em torno da mestiçagem, Silvio Romero (1851-1914) também afirmava a falta de um projeto civilizatório para o país no processo de formação de sua burguesia:

A escravidão foi abolida e com ela a realeza: mas, com as nossas loucuras políticas todas feitas pelas admiráveis classes dirigentes, não curamos de educar as populações no trabalho remunerador e autônomo, não cuidamos de preparar o operariado livre nacional nem da colonização habilmente encaminhada nem da exploração da terra pela indústria magna – a cultura. Chegamos, destarte, à suprema degradação de retrogradar, dando, de novo, um sentido histórico às oligarquias locais e outorgando-lhes nova função política e social, que estão a exercer nos estados com o mais afoito desembaraço; e essa nova função vem a ser a consciência geralmente espalhada da impossibilidade de deitar por terra uma oligarquia sem que se levante outra, porque – ou oligarquia ou anarquia! (Romero, 1907/2001, p. 96)

Ou ainda

Os governos, os chefes políticos, os diretores dos partidos, os grandes, os poderosos, todos os que formam essa classe dirigente, que nada dirige, não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais, inquirindo de seus inquietantes males, de suas mais urgentes necessidades. (Romero, 1907/ 2001, p. 98)

Ao mesmo tempo, em termos gerais, “o Estado já não se mantém no limite de suas antigas funções, mas vai gradativamente assumindo a de intervir positivamente na administração da vida social” (Figueiredo, 2012, p. 125). Afinal era preciso que a população permanecesse viva, pelo menos a maior parte dela, para que o próprio Estado conseguisse lugar

entre as nações mundiais, mesmo que este lugar fosse de subalternidade em relação ao centro capitalista (Fernandes, 2020).

As crianças concomitantemente tornavam-se personagens importantes para o projeto de modernização e não eram mais reconhecidas como adultos insuficientes ou inacabados. O reconhecimento de sua singularidade abria a necessidade de compreender as suas características como indivíduos em desenvolvimento e, com isso, encontrar formas mais adequadas de conduzir sua educação e a correção de comportamentos indesejáveis (Abrão, 2001). Sobre as crianças, os olhares da família e dos professores ganhavam importância: ambos deveriam de alguma forma corresponder ao olhar e ao saber psiquiátrico. Se de um lado a criança louca e a distinção entre as deficiências e a doença mental tornaram-se fundamentais para a generalização do poder psiquiátrico, por outro, a infância emergia como o lugar de origem da doença mental (Foucault, 2012). A infância e a doença mental encontravam-se com isso entrelaçadas. A criança e o louco permaneciam em cena como aqueles que revelavam os segredos da mentalidade do indivíduo normal e do anormal. Por sua vez, entre o funcionamento mental do sujeito anormal e do primitivo formavam-se laços estreitos.

7.1 A vida dos grupos

“O indivíduo é um elemento do rebanho”, assim começa o capítulo escrito por Arthur Ramos (1936/2003, p. 225) sobre a vida dos grupos sociais. A afirmação abre pelo menos duas perspectivas complementares de análise: a primeira, quanto às influências do grupo sobre a personalidade dos indivíduos e a sua reciprocidade; em segundo lugar, faz entrar no circuito de análise das relações interpsicológicas a influência dos determinantes culturais, não só no comportamento observável dos indivíduos, mas nos padrões subjetivos de sua personalidade.

Ramos (1936/2003) voltou-se à Sociologia para descrever as possibilidades de caracterização e classificação dos grupos sociais, ainda que apontasse que não havia nas Ciências Sociais e Humanas um critério único para isso. Seguindo os critérios evolutivos, os grupos humanos estendiam-se desde a horda primitiva, o clã, até a formação da sociedade e da nação. Herbert Spencer (1820-1903), conforme assinalava o autor, considerava que a sociedade organizada comportava cinco categorias, as quais seriam seus órgãos constituintes: os órgãos de sustento econômico, como os produtores de alimento; os órgãos de perpetuação, como a família; os sistemas de comunicação; os grupos culturais, como os religiosos; os sistemas protetores, como o Estado. Nessa perspectiva, a família, a religião, as instituições escolares, a

divisão do trabalho e o Estado seriam órgãos funcionais e organizativos da sociedade. A influência do evolucionismo posicionava a sociedade como um organismo vivo que obedecia padrões de funcionamento e de desenvolvimento. O homem como parte de um rebanho aproximava-se da Natureza ao mesmo tempo que se deslocava dela como sujeito autônomo e capaz de dominá-la (Ramos, 1936/2003).

Entre diferentes teorias, como a de Franklin H. Giddings (1855-1931) e René Maunier (1887-1951), outro ponto de vista, considerado por Ramos (1936/2003) como mais orgânico, genético e funcional, era baseado na uniformidade dos sentimentos, na conformidade aos padrões do grupo e na subordinação ao ambiente. Essa perspectiva dividia os agrupamentos humanos em: agrupamentos por parentesco; agrupamentos por localidade; agrupamentos de atividade, como a casta e a classe. Os afetos ganhavam importância, assim como os aspectos motores e cognitivos.

Foi Delgado de Carvalho (1933), segundo Ramos (1936/2003), que popularizou no país a teoria sobre a coesão dos grupos humanos. A força fundamental que manteria os grupos era de ordem psicológica: a transmissão de ideias de indivíduo para indivíduo em contiguidade física, e que se daria nos grupos primários, possuía uma dimensão afetiva fundamental. Os grupos primários seriam universais e sua importância poderia variar conforme a forma de organização social: são os grupos originais da família, da comunidade e da vizinhança, onde estariam presentes a simpatia e a identificação mútua. Em seu interior eram aprendidos os primeiros elementos da vida social.

Ramos (1936/2003), ao mencionar como esses elementos se apresentavam em Carvalho (1933), alcançava a infância e os instintos em oposição às formas mais complexas de sociabilidade. A noção de Natureza Humana comparecia ao lado das chamadas virtudes primitivas, que somente em germe se encontravam na infância, mas que teriam o seu desenvolvimento na vida social. Esse desenvolvimento implicava também uma consciência genética do grupo, o que levaria os indivíduos a se sacrificarem pelo bem do grupo, e a medida do seu sacrifício corresponderia aos valores sociais que conduziam a sua ação.

Os grupos secundários resultariam da expansão da consciência de grupo, sem a necessidade de contato direto: os indivíduos encontravam possibilidade de comunicação e de transmissão de seu saber sem a exigência da proximidade imediata. O grupo secundário precisaria da palavra escrita e sua presença influenciaria o ajustamento da ação. A opinião pública seria uma das formas desses grupos. Os grupos intermediários, entre os primários e secundários, ganhavam complexidade maior devido ao avanço da civilização e da linguagem,

e os estímulos afetivos entre os indivíduos dependeriam ainda da contiguidade física: neles se verificava que as respostas instintivas davam lugar a ações mais conscientes. A escola era considerada a maior representante desses grupos.

Em um só tempo, Ramos (1936/2003) tratava do desenvolvimento dos indivíduos a partir dos grupos a que pertenciam, de suas vivências instintuais e da história das sociedades, já que as formas de expressão da relação entre o instinto e a ação consciente relacionavam-se de imediato com os níveis de avanço e desenvolvimento da civilização. Essa reflexão levava o autor até a noção de primitivo e às considerações mais diretas sobre a criança e seu desenvolvimento: “a criança não nasce um ‘ser social’” (Ramos, 1936/2003, p. 234). Nessa perspectiva, era necessário que a criança, sob a influência dos processos afetivos, cognitivos e motores e dos processos pedagógicos, abandonasse os primeiros estágios de seu desenvolvimento para que se tornasse um ser social.

As reações primitivas das primeiras semanas se modificariam nos primeiros meses até produzirem na criança uma compreensão do que via e escutava, ainda que este mesmo significado ganhasse em complexidade com as novas etapas do próprio desenvolvimento. O contato social, que se iniciava com a mãe e a nutrição como fonte primeira de estímulo, dava lugar às atitudes de submissão e comando, assim como outros personagens da vida social poderiam integrar as relações sociais do infante.

Ramos (1936/2003) afirmava o interesse na infância: nesse período encontrava os elementos que explicavam a vida mental e o comportamento adulto. Como antes expressou ao considerar o ajustamento e seus problemas: “queremos, no momento, destacar a importância da vida em grupo, neste rápido esforço filogenético e ontogenético, para maior compreensão da vida social adulta e da influência que a vida do grupo exerce sobre o comportamento e as estruturas individuais” (Ramos, 1936/2003, p. 235).

7.2 O indivíduo e o social

Se o indivíduo era parte do rebanho, considerá-lo isolado significava uma forma de cultivar um mito em torno de sua imagem: “a sua personalidade só pode ser compreendida dentro do jogo complexo das influências ambientais – físicas, sociais e culturais” (Ramos, 1936/2003, p. 237). Nesse sentido, para Ramos (1936/2003), a Psicologia Social encontrava uma dificuldade: um dos seus problemas era como investigar a determinação do meio social, enquanto uma totalidade biopsicossocial, sobre a personalidade dos indivíduos. Ao mesmo

tempo, a Psicologia Social deveria produzir dois movimentos em suas análises: estudar o indivíduo sem perder de vista o estudo da totalidade social.

Às observações anteriores a respeito dos grupos primários, secundários e intermediários, somavam-se as noções de que todo indivíduo pertencia a um grupo (*Ingroup*), onde vivia e sofria a sua influência. Por sua vez, haveria ainda grupos dos quais o indivíduo não faz parte, grupos externos (*out-group*).

Os grupos internos eram aqueles onde o indivíduo experimentava um sentimento de pertencimento, comunidade e mutualismo, além de compartilhar afetos, funções e padrões sociais. A observação das famílias apresentava as funções fundamentais dos grupos internos. Os grupos externos eram aqueles a que o indivíduo não pertencia e, portanto, não compartilhava de sentimentos, padrões e funções sociais. Esses grupos poderiam ser observados em diferentes níveis: clubes esportivos ou sociais, grupos religiosos, comunidades, nacionalidade, classe etc (Ramos, 1936/2003).

Ramos (1936/2003), seguindo os passos de Young (1945), apontava que a origem da rivalidade entre os grupos sociais estava na relação entre os grupos internos e externos, e no sentimento e atitude de superioridade dos primeiros sobre os segundos: o amor e os sentimentos de prazer estavam voltados para o grupo interno, enquanto o medo e a cólera estavam dirigidos para os grupos externos. A guerra, para o autor, era um exemplo dessa situação. O grupo externo seria investido de sentimentos e atitudes hostis mais ou menos intensos. Até mesmo as relações políticas ganhavam uma determinação afetiva.

O que Ramos (1936/2003) acreditava ilustrar era como o grupo social moldava os padrões de atitude, opiniões e comportamentos, o que se mostrava justamente como o ponto de intersecção entre a psicologia e a sociologia: “o indivíduo é delimitado pelas medidas do seu físico e da sua psique – emoções, sentimentos, volições, temperamento” (p. 238). Talvez como uma forma de delimitar o espaço da psicologia social e de solucionar as dúvidas e impasses que poderiam surgir, o autor tentava brevemente uma nova delimitação entre o objeto da psicologia social e da psicologia. Ramos (1936/2003) ressaltava que sociólogos como Park e Burgess (1921) distinguiam o indivíduo como objeto de estudo da psicologia, e a pessoa, como objeto da sociologia e da psicologia social: “a ‘pessoa’ é o indivíduo dentro dos seus padrões sociais. O indivíduo vive na sociedade como membro do grupo, como ‘pessoa’, como ‘*socius*’ (Ramos, 1936/2003, p. 238). E até mesmo a consciência de sua individualidade seria alcançada como membro de um grupo social, já que ela seria determinada pelas relações entre o “Eu” e os “outros”, entre grupo externo e interno.

Todos os grupos sociais condicionam o comportamento individual e as estruturas psicossociais. Nos grupos primários, a família, os grupos de recreio e de vizinhança, a comunidade; nos grupos intermediários e secundários, a escola, os grupos econômicos, a igreja, o Estado... A influência da família destaca-se em primeiro plano. (Ramos, 1936/2003, p. 238-9)

A família, que no exame do ajustamento anteriormente desenvolvido por Ramos apresentava-se como espaço primeiro para a internalização de determinados padrões e funções sociais, novamente ganhava importância como unidade social fundamental: ela era considerada como o primeiro grupo social da criança, onde se estabeleciam as relações de autoridade e submissão e onde um conjunto de características da mentalidade infantil se apresentava primeiro.

O grupo seria um espaço fundamental para a socialização. Não somente a família, mas o grupo de recreação, que continuava os processos socializantes da família e seria uma forma de preparação para as atividades adultas. Os brinquedos ganhavam a função de simbolizar aquilo que na vida comum seria inibido pelas pessoas que cercavam a criança. “Os instintos do eu, a satisfação dos desejos, podem se exteriorizar nos jogos, sem perigo para a personalidade” (Ramos, 1936/2003, p. 239). O jogo se apresentaria como um dispositivo disciplinar das tendências desordenadas da personalidade.

Através dos jogos a criança distinguia os grupos a que pertencia daqueles externos a ela, comparava os diferentes padrões de comportamentos até “(...) chegar ao encontro de padrões sociais diferentes do seu” (Ramos, 1936/2003, p. 240). O brincar ganhava importância no sentido de disciplinar as supostas tendências instintivas desordenadas.

Ramos (1936/2003) afirmava que nos grupos intermediários (grupos econômicos, culturais, religiosos, políticos e profissionais) e nos secundários (Estado e seus dispositivos), a influência sobre a personalidade se tornava não somente complexa, mas progressiva. “A sua personalidade [da criança] tem que se dobrar às injunções da vida de cada um desses grupos. São as instituições sociais que vão determinar e regular as ideias, hábitos e atitudes do indivíduo” (p. 241).

O indivíduo isolado, completamente autônomo, regulador de seus afetos e inventor de suas próprias ideias não encontrava espaço em absoluto nesse conjunto de elaborações teóricas. E isso conduzia a um problema ainda mais complexo: não deixava de significar uma crítica à sociedade e aos valores liberais que reforçavam a individualidade como equivalente de uma singularidade completamente livre para seguir suas tendências, ainda que vez ou outra precisasse de alguma correção em seu percurso.

A escola seria a instituição que, além de continuar o trabalho de ajustamento da família, ganharia um papel regulador e normativo. A pedagogia ganhava com isso alguma relação com

a psicologia social, ainda que a investigação desses aspectos não se colocasse para Ramos em sua *Introdução*⁷⁰. “Ela [a escola] é assim um processo socializante, visando integrar o indivíduo na comunidade, recapitulando os resultados da experiência social e transmitindo-lhe os padrões do grupo social e cultural a que pertence” (Ramos, 1936/2003, p. 241). Se de um lado Ramos reconhecia o papel da escola como um instrumento de aperfeiçoamento social, de outro não deixava de lado a reflexão sobre a sua finalidade e o conflito de seu tempo entre fazer avançar uma educação para a democracia ou uma educação dirigida para Deus e para o Estado totalitário.

Ao retomar o problema da influência dos grupos sobre a personalidade, Ramos (1936/2003) referia-se à psicologia totalista e compreensivista de Eduard Spranger (1882-1963), que não estudaria somente os elementos atomísticos e descritivos da psique individual, mas os vários círculos sociais e culturais a que o indivíduo pertence, assim como suas vivências totais e os conteúdos de sua personalidade em interface com o seu meio: “os fenômenos científicos, religiosos, estéticos, econômicos... imprimem estruturas na personalidade, definindo o *homo theoreticus*, o *homo religiosus*, o *homo aestheticus*, o *homo oeconomicus*...” (Ramos, 1936/2003, p. 242).

Portanto, os grupos sociais, como totalidades, condicionariam a personalidade em seus aspectos cognitivo, volitivo e sentimental. A compreensão da personalidade seria possível somente com a análise dos elementos sociais e culturais. Os problemas ligados à influência do grupo sobre os indivíduos, como a competição e a rivalidade, foram tomados como objetos de estudo para os psicossociólogos, como Allport (1924), pela perspectiva dos indivíduos, ainda que reconhecessem o estímulo social de grupo sobre a personalidade e o comportamento. “A estrutura do psiquismo humano não pode, pois compreender-se sem o jogo atuante das forças ambientais, físicas, sociais e culturais. A fórmula simplista dos behavioristas tem, porém, de ser alargada. O comportamento individual não é uma simples resposta ao estímulo” (Ramos, 1936/2003, p. 245).

A crítica aos experimentos de Allport (1924) levava Ramos a considerar os estudos de Kurt Lewin (1890-1947) sobre a influência do meio social e a personalidade. O estudo dos campos e das forças sociais interessavam, em sua perspectiva, mais propriamente à psicologia social. Segundo Ramos (1936/2003), Lewin não permaneceu nos estudos sobre a criança em seus grupos familiares e recreativos, mas ele dedicava-se a compreender também, no indivíduo

⁷⁰ Ver Ramos (1934), *Educação e Psicanálise*.

adulto, os mecanismos de emoção e angústia, recompensa e privação, assim como as leis gerais dos sistemas psicológicos. Mais ainda, os estudos do psicólogo alemão sobre as sociedades autoritárias e democráticas, os tipos de liderança e os estudos dos grupos reforçavam a desconstrução do mito liberal do indivíduo absoluto.

Em resumo, ao analisar a Teoria dos Campos de Lewin e as possibilidades de pertencimento, identidade e força social, Ramos (1936/2003) também encontrava mais um argumento contra o determinismo biológico e as teorias raciais de sua época e ressaltava o papel complexo da influência dos grupos e das instituições sobre a personalidade. Se o médico Arthur Ramos, desde sua tese de doutoramento, interessava-se pelo folclore, a cultura novamente ocupava lugar importante em sua perspectiva.

7.3 A psicologia da cultura

Entrava em cena a psicologia da cultura e, seguindo os passos de Théodule-Armand Ribot (1838-1916), o homem branco, adulto e civilizado, como padrão de normalidade, passava a ser considerado insuficiente para a compreensão do indivíduo em diferentes culturas. Esse questionamento não somente deslocava o eixo antropocêntrico dos estudos que tomavam a civilização ocidental como aquela que correspondia ao ideal civilizatório, mas fazia emergir um conjunto de estudos de psicologia comparada que não se alinhava às heranças positivistas e aristotélicas: a psicologia zoológica e infantil, a psicologia étnica, a psicologia evolutiva, a psicologia social e coletiva. “Estabeleceram-se relações causais, estudando-se o homem como produto do meio e da cultura, inserido na esteira do tempo e nas áreas espaciais” (Ramos, 1936/2003, p. 251).

O primitivo emergia como noção importante de um movimento intelectual que buscava compreender os diferentes estágios da evolução psicológica e material da humanidade. O estudo sobre a mentalidade primitiva encontrava seu primeiro impulso nas pesquisas da escola antropológica inglesa, com E. B. Tylor (1832-1917), Andrew Lang (1844-1912) e J. G. Frazer (1854-1941) que, embora conforme afirmava Ramos (1936/2003, p. 251), “imbuídos de preconceitos evolucionistas puros, foram os mais interessantes e fecundos os seus resultados”.

O evolucionismo também impulsionou o esforço de Moritz Lazarus (1824-1903) e H. Steinthal (1823-1899) para a elaboração de uma psicologia evolucionista que seria importante

para a fundação da chamada psicologia dos povos. Kalmar (1987)⁷¹ atribuiu a Lazarus (1851) a primeira elaboração do termo psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*), ainda que seus estudos tivessem uma perspectiva predominantemente antropológica. Ela se dedicaria ao estudo da linguagem, da mitologia, da religião, dos cultos, da literatura oral, da escrita e da arte como elementos do espírito popular e parte da vida familiar e cotidiana. “Steinthal e Lazarus merecem ser reconhecidos por terem sido os primeiros a dar à psicologia dos povos o seu nome e a elaborar para ela um programa específico”, afirmava Wundt (2018, p. 117).

Ainda que possamos encontrar diferentes autores que se dedicaram a esboçar uma psicologia social comparada, e com isso tenham elaborado proposições a respeito de certas características mentais supostamente correspondentes a estágios particulares do desenvolvimento cultural e social, foi Wilhelm Wundt (1832-1920) que conseguiu o passo decisivo para a sua elaboração de uma psicologia dos povos utilizando o método histórico e comparativo.

Uma vez que a psicologia dos povos toma como objeto de suas investigações o homem em todas as relações, que vão para além das fronteiras da existência individual e remontam à interação mental como sua condição geral, uma denominação caracteriza apenas de forma incompleta e parcial o conteúdo dessa ciência. O indivíduo não é apenas membro de uma comunidade nacional. Como círculo próximo, ele tem família que o abarca; o lugar, o nascimento e as histórias de vida o instruem; com a profissão, as ocupações, as inclinações e os interesses, ele encontra outros tipos de associações que se entrecruzam, e cada uma dessas associações depende do nível cultural específico já atingido, com suas realizações e tradições milenares. (Wundt, 2018, p. 102)

Ramos (1936/2003) articulava essas proposições àquelas que ele apontava no início da seção e que, de uma forma ou de outra, circunscreviam o espaço da individualidade e do indivíduo como produto das interações sociais mediadas pelos afetos, pela cognição e pelos aspectos motores. Ele acrescentava a importância da dimensão cultural na formação da subjetividade.

Segundo Ramos (1936/2003), a psicologia dos povos de Wundt encontrava suas raízes no movimento fundado por Lazarus e Steinthal, e dedicava-se a estudar as funções mentais coletivas que se formaram no curso da evolução social: a linguagem, a arte, o mito, a religião, os costumes e os usos, tanto em seu sentido longitudinal quanto transversal. No primeiro sentido, reconstituía a evolução de cada função desde a sua presença nos supostos povos civilizados e cultos até os seus momentos de origem entre os tempos primitivos. No sentido transversal, procurava estabelecer uma conexão geral dos fenômenos e, se a história da

⁷¹ Segundo Kalmar (1987), Lazarus publicou, em 1851, o artigo *Ueber den Begriff und die Möglichkeit einer Völkerpsychologie als Wissenschaft (Sobre o conceito e a possibilidade da Psicologia dos povos como uma ciência)*.

evolução poderia se dividir em diferentes estágios, Wundt propunha o estudo sucessivo do homem da cultura primitiva até o homem da cultura mundial. O primitivo, as particularidades mentais do povo e da raça⁷², eram elementos fundadores da psicologia dos povos.

No Brasil, lembremos que Ramos (2006) posicionava, em seus textos sobre o negro no país, Nina Rodrigues (2006; 2008) entre os fundadores da psicologia dos povos, e a si mesmo como um de seus discípulos. Rodrigues (2006), professor de medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia e do Recife, dedicou-se a compreender a religião, os mitos, os processos psicopatológicos, a linguagem e as formas de sociabilidade dos povos africanos no Brasil, e com isso defendia a tese da inferioridade das raças negra e indígena (Bomfim, 2001). A tentativa de encontrar características especiais do funcionamento mental da população negra inspirou Arthur Ramos, não somente em seus estudos sobre o folclore, mas também naqueles dedicados à criança problema, que formariam parte dos seus estudos sobre a psicologia social, generalizando algumas proposições sobre o funcionamento mental. A busca pela determinação afetiva, as forças sociais e as maquinarias instintivas que modulavam o comportamento dos grupos sociais permitiam alcançar novas dimensões da psique (Corrêa, 2013).

A psicologia dos povos não deixava de remeter à ideia de uma totalidade “determinada sinteticamente por uma elaboração construtiva dos elementos individuais” (Ramos, 1936/2003, p. 254), e que poderia possuir caracteres distintos dos indivíduos que a constituiriam. De toda forma, Ramos (1936/2003) parecia buscar os elementos teóricos e metodológicos que fundamentavam e apresentavam a psicologia cultural. Para isso, elencava os trabalhos de duas escolas que conduziram a psicologia cultural a novos conceitos: a Escola de Le Play e a Antropografia de Ratzel.

A Escola da Ciência Social de Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882), principalmente com os estudos de Henri Tourville (1842-1903), segundo Ramos (1936/2003), procurava analisar os aspectos da vida social de cada região estudada e buscava agrupar o objeto, os fatos sociais e os meios de existência: a história da raça, a expansão da raça, a cidade, a província, o Estado, o salário etc. Ao mesmo tempo, a família novamente era considerada

⁷² Conforme Araújo (2018), pesquisador que traduziu, organizou e escreveu o prefácio de *A fundamentação da psicologia científica*, “Wundt recusa qualquer explicação biológica das diferenças culturais. Toda a distinção que ele faz está calcada no conceito de cultura” (p.130). Ainda segundo Araújo (2018), o termo *Rasse* (raça) não desempenharia papel fundamental nos estudos de Wundt. Em toda a sua proposição de uma psicologia dos povos não havia uma discussão detalhada sobre o conceito de raça e sua fundamentação biológica, ainda que Wundt aceitasse a distinção de características biológicas, como a cor da pele e a altura, as quais no entanto não possuiriam papel explicativo em sua teoria.

como importante para esses estudos. Cada tipo de família era estudado dentro de suas condições econômicas, sociais, físicas e culturais.

Ramos (1936/2003) indicava a leitura dos *Princípios de Sociologia*, de Fernando de Azevedo (1894-1974), publicado em 1935, como referência para a leitura sobre a escola de Le Play. Segundo Azevedo (1935), Le Play dedicou-se a estudar os fenômenos da vida social, como a formação, o funcionamento e os determinantes que incidem sobre a família operária, utilizando o método de observação monográfica⁷³.

Le Play pôs-se a observar, nas suas frequentes viagens, os grupos sociais, pelo método dos inquéritos; ‘as viagens, escreveu ele, são para a ciência das sociedades o que a análise dos metais e o que a herborização é para a ciência das plantas; enfim, o que a observação dos fatos é para todas as ciências da natureza’. As suas observações constantes sobre as populações no meio das quais permaneceu, e especialmente sobre os operários metalúrgicos fundidores e ferreiros, das montanhas de Hartz e da planície saxônica, através das quais percorreu 6 800km em 200 dias seguidos, o levaram a fixar a sua atenção sobre a organização privada, - a família dos operários. (Azevedo, 1935, p. 190)

Vale dizer que Tourville extraiu da obra de Le Play a *nomenclatura*, como uma forma metodológica de aperfeiçoamento dos quadros monográficos:

Na nomenclatura os fatos são distribuídos em uma ordem metódica, partindo dos mais simples e mais materiais e terminando pelos mais abstratos e mais difíceis de dominar, ‘de maneira que se possam ver todos exatamente na sua natureza própria e nas suas relações mútuas’. (Azevedo, 1935, p. 193)

Fernando Azevedo (1935) escreveu, no mesmo momento em que examinava as contribuições de Le Play e Ratzel, a respeito das análises marxianas sobre os determinantes econômicos e as condições materiais relacionadas às formas de consciência. O autor fazia uma breve citação da *Crítica da Economia Política* e da proposição de Marx (2008) de que não era a consciência dos homens que determinava o seu ser, mas era o seu ser social que determinava a sua consciência: “os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que são correlativas a um estágio determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas” (Azevedo, 1935, p. 259). No entanto, Ramos (1936/2003) evitou esse problema, ainda que possamos perceber alguma influência dele em seu pensamento. Seria para evitar a perseguição política em um momento tão conturbado e de ascensão fascista?

Ramos (1936/2003) convocava a figura de Silvio Romero (1907/2011): ele não só foi um intelectual brasileiro que tentou aplicar no país as proposições da Escola de Le Play, mas um adepto fervoroso de seu método (Romero, 1906/2001). Em *O Brasil social*, Romero

⁷³ Segundo Azevedo (1935), a técnica de pesquisa de observação inventada por Le Play consiste, pois, em limitar as observações a um grupo particular, - a família operária (método monográfico) e em dar a esse método, como instrumento de análise, o orçamento de receita e de despesa, com que, engenheiro e matemático, julgava poder atingir uma exatidão rigorosa e resultados científicos: o seu método reduz-se à ‘monografia de família operária pelo orçamento’. (p.191)

(1906/2001) afirmava que seria necessário estudar a formação de cada um dos povos que compunham a nação; dividir cada região e em cada uma delas analisar todas as classes que formavam a população, assim como todos os diferentes campos da economia e da indústria; os modos de viver de cada família, os grupos, os partidos, assim como as povoações, as cidades, o operariado, os patrões e tantos outros elementos presentes na vida social. Foi ele também, Silvio Romero, que elaboraria a primeira divisão das zonas culturais no folclore brasileiro, o que significava também distribuir a população conforme as características geográficas de cada região, os tipos de habitação e as suas características mentais: os povos das praias e margens de rios, matas e sertões, Romero tratava como um conjunto populacional mesclado, com indústria rudimentar, sem claro objetivo político e sem consciência social e histórica. Diante disso, apontava que “só falta[va] que os milionários alienígenas, blindados pelos trustes, se apoderem diretamente das fontes de produção, das fazendas” (Romero, 1906/2001, p. 97).

A escola de Frederico Ratzel (1844-1904) posicionava em primeiro plano o fator geográfico, não somente a influência do clima e do solo, mas a distribuição da população pela superfície do território, a relação com outros grupos, a extensão do espaço ocupado e suas fronteiras. Assim, não só os acidentes geográficos interessavam à antropogeografia, mas também os fatores econômicos e culturais, os quais foram esmiuçados no sentido de se mostrar sua influência sobre a personalidade humana em relação direta com as condições do território.

Assim como o fez com a escola de Le Play, Ramos utilizava *Os princípios de Sociologia* de Fernando Azevedo (1935) como indicação de leitura. Para Ratzel, segundo o sociólogo, a antropogeografia

. . . deve pôr-se três espécies de problemas: 1) estabelecer a maneira pela qual os homens são distribuídos e agrupados sobre a terra; e como eles fazem parte de grupos diversos (étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, etc), ela organizará tantas cartas quantas espécies há de grupos; 2) explicar essa distribuição dos homens e a sua repartição atual, que é o produto de movimentos de toda sorte que se sucederam no curso da história e cujas leis lhe cabe determinar, estudando os fatores que os facilitam e os entram e as causas que os dirigiram em tal ou qual sentido; 3) estudar os efeitos diversos que o meio físico pode produzir sobre os indivíduos e, por intermédio deles, no conjunto da sociedade. (Azevedo, 1935, p. 255)

Ramos (1936/2003), ao examinar a contribuição dessas escolas para a compreensão da vida social - a psicologia dos povos, a Escola de Le Play e a Antropogeografia de Ratzel -, encaminhava a discussão para traçar considerações sobre a relação entre a vida espiritual e a vida material, o que, em suas palavras, representava uma teoria organicista da cultura. Analisar estes aspectos estaria para além de nossos objetivos, mas foi por esse caminho que mais uma vez o autor reencontrou o primitivo nos estudos de Frobenius e outros etnólogos e antropólogos.

Seja na obra de Leo Frobenius (1873-1917), que provocava entre os intelectuais europeus alguma irritação ao comparar as chamadas culturas primitivas com o esplendor do moderno século XIX (Fox, 2011), seja nos estudos sobre a sociedade primitiva de Robert Lowie (1883-1957), ou de Bronislaw Malinowski (1884-1942) sobre o Complexo de Édipo e as sociedades matriarcais, o indivíduo se colocava como o resultado das forças culturais e sociais, e as sociedades modernas possuíam laços com os antigos estágios da história da humanidade.

Para os organicistas da cultura, e é esta a posição de Frobenius, com a sua teoria do *Paideuma* a cultura teria uma existência supra-individual – a alma da cultura – como expressão de um tempo e de um lugar de civilização. O comportamento humano, em última análise, é um precipitado psico-social, é a resultante da personalidade integrada na sua área cultural, sofrendo a influência do seu foco de cultura, ‘penetrada’ (a expressão é de Frobenius) pela alma da cultura. (Ramos, 1942, p. 68)

O primitivo definia-se em pelo dois sentidos: para designar determinados povos menos desenvolvidos em termos industriais, e certas características culturais e psíquicas que esses mesmos povos possuíam e que correspondiam à sua materialidade.

As pesquisas antropológicas, como vimos em Lowie (1949), Malinowski (1973), Boas (2010) e LévyBruhl (2008), caracterizavam a mentalidade primitiva e as formas de organização social. Sobre estas últimas encontramos elementos que se tornavam fundamentais: a relação entre o poder patriarcal e matriarcal, o comunismo primitivo, a poligamia, o cuidado comunitário com as crianças e os processos de governo e justiça, ainda que tudo isso não se colocasse de maneira uniforme, mas se apresentasse em uma pluralidade de unidades sociais, cada uma delas possuindo uma complexidade própria (Lowie, 1949).

Frobenius, como ressaltou Fox (2011), e Lowie (1949), que havia lançado em 1921 a primeira edição de seu estudo *Primitive Society*, apresentavam a noção de que para o desenvolvimento da humanidade foi fundamental o avanço da indústria. Com o desenvolvimento de ferramentas e formas de produzir o sustento e a proteção necessária para a vida humana, as sociedades complexas haviam superado seus estágios mais primitivos. Por sua vez, o estudo sobre as sociedades primitivas não só guardava a necessidade do historiador dedicar-se à história dos estágios de desenvolvimento da humanidade, mas generalizava os princípios operativos culturais que toda sociedade humana foi obrigada a ultrapassar. O civilizado, ainda que tivesse ultrapassado os hábitos e as formas de organização social primitivas, ainda encontrava nelas profundos vínculos históricos.

Malinowski (1973) lançou em 1927 a primeira edição de seu estudo sobre *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. O autor, apesar de elaborar algumas críticas a Freud, sobretudo à noção de Complexo de Édipo, tentava traçar uma aproximação entre os dois

campos, a antropologia e a psicanálise. “Não gostaria de ver a psicanálise divorciada da ciência empírica da cultura, nem o trabalho descritivo em antropologia privado da assistência da teoria psicanalítica’ (Malinowski, 1973, p.123). Malinowski (1973) abria ainda possibilidade de compreensão do folclore tendo como noções fundamentais a representação, o totem, o recalque, o pai primitivo e, mais que isso: o antropólogo remetia direto ao problema do desajustamento, situando suas origens nos impulsos primitivos e nas formas de repressão prescritas nas sociedades modernas.

O processo de eliminação de certas atitudes e impulsos da relação entre pai e filho e mãe e filho apresenta uma considerável escala de possibilidades. A organização sistemática dos impulsos e das emoções pode ser realizada por um gradativo desvio e declínio de certas atitudes, por choques dramáticos, por ideais organizados, como nas cerimônias, pelo ridículo e pela opinião pública. Verificamos nesses mecanismos, por exemplo, que a sensualidade é progressivamente eliminada da relação da criança com sua mãe, enquanto muitas vezes a ternura entre pai e filho é substituída por uma severa e coercitiva relação. A maneira pela qual esses mecanismos operam não conduz exatamente aos mesmos resultados. E muitos dos desajustes no interior do espírito e da sociedade podem ser traçados retrospectivamente até o mecanismo cultural defeituoso pelo qual a sexualidade é suprimida e regulada ou pelo qual foi imposta a autoridade. (Malinowski, 1973, p. 225)

Para Malinowski (1973), uma modificação fundamental teria acontecido na mentalidade humana: o complexo de Édipo seria um inevitável subproduto da cultura que surgiu quando a família se desenvolveu e, ao invés de manter-se unida pela força do instinto, encontrava sua coesão nos laços culturais. “Psicologicamente falando, esta modificação significa que uma coesão devida a uma cadeia de impulsos ligados transforma-se em um sistema de sentimentos organizados” (Malinowski, 1973, p. 224).

Se Ramos (1936/2003) considerava que o primitivo se colocava em diversos processos sociais, como nas neuroses, no funcionamento mental das crianças e nas formas de folclore - seguindo os preceitos dos antropólogos -, isso deveria implicar a necessidade de elaboração de novas formas de pensar a subjetividade e a cultura no campo da psicologia, o que significava também uma crítica à noção de normalidade:

De todos os conceitos e teorias das várias correntes histórico-culturais, destaca-se a conclusão evidente de que o critério evolucionista puro tem de ser revisto. Mas convém não exagerar como o fazem muitos adeptos do método histórico-cultural, quando negam a realidade da evolução. (Ramos, 1936/2003, p. 265)

Por sua vez, se a cultura seria considerada conforme os seus ciclos de evolução, e isso não somente em termos lineares mas no desenvolvimento de suas estruturas, com atrofia e aperfeiçoamentos, o primitivo não deixava ainda de significar os seus estágios mais rudimentares: o totemismo, o patriarcado, o nomadismo, o trabalho manual etc. Tais características eram associadas aos povos aborígenes da Austrália, do continente africano, sul da Europa e da América do Sul. Ainda assim, vale repetir, Ramos (1936/2003) não considerava amplamente na *Introdução* o peso dos processos coloniais.

A psicologia social comparada, assim como a psicanálise, completaria a antropologia cultural, que corrigiria em suas linhas o critério evolucionista. A psicanálise de Freud, afirmava Ramos (1936/2003), estudou os indivíduos em seus ciclos de cultura e fazia girar a evolução humana em torno do Complexo de Édipo e das instituições sociais - o totemismo, o tabuísmo, o animismo e a magia. Jung e a escola de Zurique, segundo Ramos (1936/2003), ao contrário de Freud, teriam explicado a psicologia individual pela psicologia social: “manejando os documentos mitológicos e históricos, relacionou Jung a psicologia com as grandes sínteses espirituais, encontrando analogias entre o ‘conteúdo’ (*Inhall*) mental do neurótico e do homem normal, e o pensamento primitivo” (p. 265). Ainda conforme a escola de Zurique, e mais especificamente o trabalho de Jung, a libido teria se dessexualizado no decorrer da história da civilização em razão do trabalho repressivo e da sublimação.

Para Malinowski (1973), o complexo de Édipo era peculiar aos tipos de cultura patriarcais e seria uma estrutura relativa que variaria conforme o tipo de sociedade. Ramos (1936/2003) destacava, conforme vimos anteriormente na obra de Malinowski (1973), que o Édipo seria um produto secundário que se manifestaria em compasso com as mudanças dos elementos que manteriam a vida familiar. “O certo é que as ideias de Malinowski vieram mostrar a existência de complexos, que se formam, acompanhando as transformações familiares nos vários estágios da cultura” (Ramos, 1936/2003, p. 266). A cultura penetraria o indivíduo, da mesma forma que as instituições sociais determinariam suas estruturas psicológicas. Portanto, “o homem pensa e age dentro do seu ciclo de cultura” (Ramos, 1936/2003, p. 265), e assim Ramos repetia Froebenius.

Não haveria, segundo o médico alagoano, um antagonismo entre os estudos psicanalíticos e a antropologia, entre culturalistas e psicanalistas. Os estudos sobre a psicologia normal e patológica se aproximavam cada vez mais da antropologia cultural, o que possibilitava a correção dos padrões de normalidade estabelecidos na época. A perspectiva cultural corrigia o critério evolucionista linear, e a antropologia cultural se completava com os estudos em psicologia social comparada.

7.4 A estrutura da mentalidade primitiva

Ramos (1936/2003), como vimos anteriormente, tentava elaborar um cenário teórico-metodológico em que a psicologia dos povos, a psicologia social, a psicologia cultural, a psicanálise e a antropologia cultural formassem um mosaico que, sem negar os aspectos

evolutivos, posicionasse a vida cultural e social como central para os estudos sobre a personalidade e o ajustamento dos indivíduos. Do mesmo modo, a revisão da noção de normalidade, que tinha como parâmetro o sujeito branco, adulto e supostamente civilizado, tornava-se um ponto fundamental para novas leituras a respeito dos processos psicopatológicos.

O chamado homem primitivo se rerepresentava e se oferecia como objeto para os discursos psicológicos. A sua forma de pensar e compreender os fenômenos naturais e sociais foi classificada em sua particularidade como parte da mentalidade primitiva, ainda que a própria noção de homem primitivo não encontrasse acordo entre os antropólogos (Ramos, 1936/2003). Quanto aos psicólogos, os debates antropológicos sobre o primitivo teriam pouca importância.

O termo primitivo designava, ao mesmo tempo, certos povos chamados de selvagens e, segundo o médico, caracterizava os aspectos do seu funcionamento mental. Em 1912-1913, Freud (2012) escreveu *Totem e Tabu*, livro que guiava Ramos nas elaborações a respeito do inconsciente folclórico e da sobrevivência de estruturas primitivas no psiquismo do homem civilizado. Nele, o termo “povos primitivos” designava os aborígenes australianos e outros sistemas sociais que se fundamentavam no totemismo, mas, conforme os estudos antropológicos que vimos anteriormente, essa concepção se alargava e alcançava povos do continente africano e das Américas.

No Brasil, os estudos indicavam, como vimos em nosso quarto capítulo, que o termo designava aspectos culturais das populações, sobretudo aquelas mais afastadas dos centros urbanos e industriais, que mantinham tradições e hábitos em seu cotidiano considerados como bárbaros, tais como cerrar os dentes, a castração de adúltero ou a amputação de um ladrão. Conforme Ramos (1936/2003), o primitivo “é uma categoria psicológica móvel, que não é absolutamente o apanágio de raças chamadas ‘primitivas’” (p. 333). A aplicação do termo “primitivo” perdia o seu conteúdo racial e passava a corresponder a um certo grau de desenvolvimento social e industrial, ao mesmo tempo que qualificava certos processos psíquicos, como o animismo e o pensamento mágico.

Segundo Freud (2012), nos chamados selvagens ou semi selvagens seriam reconhecidos, na vida psíquica e na forma de organização dos sistemas de normas sociais, os estágios primeiros de evolução da sociedade civilizada.

Se esta premissa for correta, uma comparação entre a ‘psicologia dos povos da natureza’, tal como é ensinada pela etnografia, e a psicologia dos neuróticos, tal como foi revelada pela psicanálise, mostrará numerosas coincidências e nos permitirá ver sob nova luz fatos já conhecidos das duas disciplinas. (Freud, 2012, p. 18)

As sociedades modernas encontrariam nesses povos as raízes de seu próprio funcionamento: os sistemas religiosos, as proibições do incesto, as proibições morais, o sistema de linguagem para designar as formas de parentesco, a ambivalência de sentimentos em relação à figura paterna, o animismo e a formação de forças espirituais como projeções narcísicas que conduziriam a vida humana (Freud, 2012). Essas estruturas não poderiam simplesmente desaparecer (Freud, 2012; Jung, 1995).

As características da mentalidade primitiva se apresentavam na mentalidade civilizada como estruturas indiferenciadas. A mentalidade primitiva não poderia ser considerada apenas em sua dimensão evolutiva, como um grau preliminar da civilizada. Nesse sentido, autores como Meyer-Gross esforçavam-se para explicar como o pensamento moderno não deixava de abrigar os aspectos primitivos: “explica como nós, os modernos, tomamos o hábito de considerar uma coisa sucessivamente do ponto de vista das leis teóricas, e do ponto de vista religioso ou estético, servindo-se alternativamente de nossa mentalidade ‘primitiva’ e de nosso pensamento ‘moderno’” (Ramos, 1936/2003, p. 268). Como consequência primeira, o primitivo repousa em cada indivíduo.

A mentalidade primitiva, enquanto estrutura psicológica, poderia desligar-se do ambiente e permanecer viva na mentalidade civilizada, como uma estrutura geral, primitivo-indiferenciada, que se revela em certas condições especiais da vida social e do espírito: nos sonhos, na arte, na neurose, na psicose, assim como no folclore e nas festas populares.

O termo “primitivo” tornava-se parte importante para a determinação do normal e conseqüentemente passava a designar algumas características mentais particulares de determinados povos, certos estágios do desenvolvimento psíquico infantil e ainda se revelava no conjunto de sintomas de estados psicopatológicos, como a paranoia:

O primitivo olha o mundo de um modo diferente; para ele, a natureza é como um prolongamento do seu eu; todas as coisas são vivas, dotadas de inteligência e sensibilidade, e daí o poder que ele atribui aos objetos inanimados (feitiçaria). ‘O selvagem – diz Lang – não tira linha de demarcação, entre ele e as outras coisas que existem neste mundo. Considera-se como parente próximo dos animais, das plantas e dos corpos celestes. Atribui um sexo e poder de engendrar mesmo às pedras e aos rochedos. Dota de palavras e de sentimentos humanos o sol, a lua, as estrelas, os ventos assim como as feras, os pássaros e os peixes’. Todos os autores falam desta confusão que faz o selvagem entre o eu e o não-eu. O mundo exterior é assim dotado de caracteres antropomórficos: todas as coisas vivem, e pensam, e sentem, como se fossem animadas por molas invisíveis. (Ramos, 1936/2003, p. 269)

A associação entre a paranoia, os atos obsessivos, os sonhos e o funcionamento mental do homem primitivo também havia sido apontada por Freud (2012) em *Totem e tabu*. E foi nesse movimento que Freud (2012) parecia traçar não só um laço entre o primitivo e o civilizado, mas o primitivo como um componente da vida psíquica do civilizado.

O comportamento do suposto selvagem se originaria em uma “filosofia primitiva da causalidade” que explicava as coincidências como causas e se fundamentava nas relações de proximidade temporal e de contiguidade espacial, na experiência imediata dos indivíduos inseridos em uma certa cultura. Para Ramos (1936/2003), o totemismo, assim como a magia e o tabuísmo, encontrava sua gênese nessa mesma relação de causalidade e, seguindo os passos da Antropologia Cultural, para explicar esse funcionamento mental dos selvagens, identificou o animismo como uma de suas características fundamentais.

O suposto selvagem atribuía aos acontecimentos de seu cotidiano a influência dos espíritos, o que se caracterizava, aos olhos de antropólogos e médicos, como “ideias míticas de personificação e animação dos objetos naturais, plantas, corpos celestes, rios, ventos, nuvens, etc” (Ramos, 1936/2003, p. 270).

Foi Lévy-Bruhl (2008) que percebeu o problema e afirmou, segundo Ramos (1936/2003), que se tratava de um erro tentar explicar a mentalidade primitiva comparando-a em termos qualitativos com os processos e hábitos mentais do suposto civilizado. Em *A mentalidade primitiva*, lançada originalmente em 1921, ele afirmava que o pensamento primitivo possuía uma lógica particular, diferente daquela que regia o pensamento civilizado (Lévy-Bruhl, 2008).

As aproximações entre o civilizado e o primitivo não se fixavam, segundo o autor, nos laços temporais e evolutivos entre um e outro. Assim como o fez Freud (2012), Lévy-Bruhl (2008) não apontava somente possíveis aproximações entre um e outro, mas a complexidade de um e de outro:

Quando os vemos como nós, algumas vezes melhores que nós, fisionomistas, moralistas, psicólogos (no sentido prático destes termos), temos dificuldade de crer que possam ser, em outros pontos de vista, enigmas quase indecifráveis, e que profundas diferenças separam nossa mentalidade da deles. Tomemos cuidado, entretanto, pois os pontos de semelhança se verificam sempre sobre modos de atividade mental que os primitivos, como nós mesmos, procedem por intuição direta, apreensão imediata, interpretação rápida e quase instantânea do que é percebido: trata-se, por exemplo, de ler sobre o rosto de um homem sentimentos que talvez ele não confesse a si mesmo, de encontrar os termos que fazem vibrar a corda secreta que se quer tocar, de captar o ridículo de um ato ou de uma situação etc. (Lévy-Bruhl, 2008, p. 450-1)

Franz Boas (2010) publicou, em 1938, o livro *A mente do ser humano primitivo*. Ainda que não figurasse nas referências bibliográficas de Ramos (1936/2003), já que foi impresso dois anos após o lançamento da *Introdução*, o texto de Boas integrava-se aos debates da época. Vale dizer que Gilberto Freyre (1962) havia indicado para Ramos a leitura dos textos de Boas - que havia sido o seu orientador de pesquisa nos Estados Unidos da América - como forma de diminuir o que chamou de psicanalitismo na formação da psicologia social e nos estudos sobre o negro no país. Ainda que não nos dediquemos à análise de sua influência nos textos de

psicologia social escritos por Ramos (talvez ela seja de fato mais sentida em seus estudos antropológicos), é importante perceber que o termo “primitivo” causava problemas também para os antropólogos, que reconheciam nas sociedades menos desenvolvidas em termos industriais, formações culturais complexas, ainda que o pensamento e a própria linguagem encontrassem limites circunscritos pelas próprias formas de vida (Boas, 1938/2010).

O pensamento selvagem guardava aspectos complexos e particulares e se diferenciava em termos de qualidade do suposto pensamento civilizado. A mentalidade primitiva não poderia ser medida conforme a civilizada. Ao mesmo tempo, alguns dos problemas obscuros da psicologia normal e mórbida, conforme Ramos (1936/2003), poderiam ser melhor explicados com o estudo da mentalidade selvagem. As associações de ideias, a formação de representações, as percepções, os sentimentos e os processos mentais tinham no primitivo suas próprias leis, as quais poderiam lançar luz no funcionamento mental civilizado e revelar a sua presença no interior dele.

Nesse sentido, Lévy-Bruhl (2008) propôs que a psique primitiva seria regida por uma lógica e leis especiais totalmente diversas da lógica do homem civilizado. Essa lógica do pensamento primitivo escapava das leis clássicas do associacionismo e da lógica formal. Nela havia relações místicas que implicavam a participação entre seres e objetos, o que Lévy-Bruhl (2008) chamou de lei de participação, um princípio próprio da mentalidade primitiva.

Segundo a lei de participação, conforme escreveu Ramos (1936/2003 p. 276), os objetos, os seres, os fenômenos “podem emitir forças, qualidades, ações místicas, sem, por isso, deixarem de ser o que são”. Assim, a mentalidade dos supostos primitivos poderia ser classificada não somente como mística, quando se considerava o seu conteúdo, mas também como pré-lógica, quando se observavam as suas ligações. O termo pré-lógico não deveria ser entendido, observava o médico, como uma anterioridade temporal, nem como uma formação anti lógica ou a-lógica que se diferenciava e se mostrava rudimentar quando comparada à mentalidade civilizada. Significava revelar um funcionamento mental submetido à lei de participação, que permitia que se estabelecessem relações entre diferentes objetos do mundo externo, como um feiticeiro e um crocodilo, por exemplo.

No pensamento primitivo o feiticeiro poderia formar uma unidade com o crocodilo e, ao mesmo tempo, não se confundir inteiramente com ele. A contradição não se colocaria para a mentalidade primitiva e isso apresentava para o pesquisador barreiras quase intransponíveis para a sua análise (Lévy-Bruhl, 2008). Portanto, “o estudo da mentalidade primitiva é um

problema altamente complexo, não podendo ser resolvido pelos métodos de uma psicologia unilateral, pela lógica do homem e da civilização ocidental”. (Ramos, 1936/2003, p. 272)

Todos os processos mágicos do primitivo, o totemismo e as proibições do tabu, encontravam explicações no funcionamento da mentalidade pré-lógica, na lei de participação. A alma, os espíritos e os gênios não seriam mais do que traduções conceituais da mentalidade primitiva para o pensamento lógico, de relações que permaneciam sem representações ou categorias neste pensamento. O adulto, branco e civilizado não encontrava palavras para designar de outras formas esses fenômenos. O olhar de médicos, antropólogos e psicossociólogos categorizava os aspectos da mentalidade supostamente pré-lógica tendo em vista a racionalidade civilizada e os limites de seu próprio léxico.

Entre a mentalidade lógica e a mentalidade pré-lógica havia uma diferença essencial:

Se o trabalho do raciocínio lógico opera por meio de análises e sínteses sucessivas, joga com conceitos abstrato ou concretos, elaborados por toda uma experiência anterior, por meio de elaborações, dissociações, classificações..., o raciocínio pré-lógico procede de modo diverso. Não dissocia, não compara, não faz análises prévias, não se atém à lei da contradição. As representações, na mentalidade pré-lógica, não surgem isoladas, para um trabalho comparativo, como faz o pensamento lógico. (Ramos, 1936/2003, p. 277)

As operações intelectuais na mentalidade primitiva estavam associadas a elementos emocionais e motores, e o mesmo acontecia com a memória, a atenção, a linguagem e a generalização, que estariam sujeitas à lei de participação. A mentalidade civilizada estaria associada à racionalidade.

Ao relevar esses elementos do funcionamento da mentalidade primitiva, Ramos (1936/2003) destacava novamente as aproximações entre as pesquisas sobre as estruturas infantis, psicopatológicas e o pensamento primitivo, mas não pela aproximação que a Psicanálise já fazia, inclusive por alguns dos primeiros psicanalistas brasileiros⁷⁴, mas pela via de construir, não sem críticas, uma certa complementaridade entre a psicanálise, a antropologia e a psicologia social, como dissemos anteriormente⁷⁵.

Loucos, selvagens, infantes e foliões, eis a mentalidade primitiva à luz do dia: “a transformação fantasmagórica do mundo é uma estrutura psicossocial da mentalidade do primitivo, da criança e do alienado, ou do homem civilizado em certas condições” (Ramos, 1936/2003, p. 288).

⁷⁴ Ver livro de Castro (2015), *A sublimação do ID primitivo em Ego civilizado*.

⁷⁵ Ver o apêndice de *O negro brasileiro*, Ramos (1934/2003).

7.5 A lógica afetiva e o pensamento mágico-simbólico

O estudo da mentalidade primitiva deslocava a psicologia da sua imagem de normalidade, isto é, o homem branco, adulto e civilizado. Como consequência, foi necessário admitir outra forma de pensamento lógico e conceitual diferente das tradições implicadas na lógica formal derivada do positivismo. Enquanto a lógica estudava as normas que permitiam pensar corretamente, a psicologia se dedicava às condições que tornavam possível o pensamento e, nesse sentido, ela estendia a noção de lógica a todos os processos implicados no raciocínio humano, o que fazia existir várias lógicas (Ramos, 1936/2003).

Assim, seguindo Lévy-Bruhl (2008) e Ribot (2005), Ramos afirmava que

Há, portanto, processos extralógicos [quando considerados do ponto de vista da lógica formal e conceitual], que acompanham a evolução psíquica humana. A lógica racional pura pressupõe um alto adiantamento cultural do psiquismo. Tem Ribot ‘excelentes razões para admitir que a lógica racional pura é o resultado adquirido de uma lenta evolução’. Em última análise é ela uma abstração, pois a mentalidade mais desenvolvida, como provam os trabalhos de Bergson, apresenta, em certas condições, processos ‘primitivos-mágicos’, ‘pré-lógicos’, como dirá Lévy-Bruhl, ao lado dos processos lógicos. (Ramos, 1936/2003, p. 282)

Várias formas de lógica extra-racional foram descritas: a lógica coletiva, como escreveu Le Bon (1895/2008) e Nina Rodrigues (2006), as formações pré-lógicas do animismo, as relações de contiguidade espacial e temporal e a lógica dos sentimentos. Todas essas modalidades do raciocínio extralógico poderiam ser reduzidas a uma única base: a lógica afetiva evidenciada por Ribot (2005).

Ribot (2005), conforme Ramos (1936/2003), destacava o papel dos estados afetivos na memória e na associação de ideias.

Em sua forma correta, a lógica da razão é determinada pela natureza e pela ordem objetiva dos fenômenos, seja quando constatada, seja quando conjectura, na descoberta. Constitui-se de estados intelectuais (percepções, imagens e principalmente conceitos) isentos – tanto quanto possível – de qualquer interferência emocional. A lógica dos sentimentos é determinada pela natureza subjetiva do raciocinar que se propõe estabelecer, para si mesmo ou para os outros, uma opinião, uma crença. Sua origem é um desejo, positivo ou negativo, que persegue um simulacro de prova. Ela se constitui principalmente pelos ‘valores’, isto é, conceitos ou juízos que variam segundo as disposições dos sentimentos e da vontade. Entre esses ‘valores’ o fim estipulado determina a escolha de uns e a recusa de outro. (Ribot, 2005, p. 56)

Ramos (1936/2003) parecia caminhar para mais uma vez relacionar diferentes teorias para a explicação de seu objeto de estudo. Com isso, tomava a direção de associar os estudos psicanalíticos e o papel dos afetos às teorias de Ribot (2005) e Lévy-Bruhl (2008). Para isso, apresentava cinco modalidades do raciocínio afetivo: o raciocínio emocional, o raciocínio inconsciente, o raciocínio imaginativo, o raciocínio de justificação e o raciocínio misto ou composto. Ainda que a investigação de cada uma dessas modalidades não caiba em nosso trabalho, vale apresentá-las brevemente em razão das junções que Ramos (1936/2003) fazia

entre os diferentes campos conceituais em que circulava, inclusive por reconhecer a dívida que Ribot tinha em relação aos estudos freudianos.

O raciocínio emocional seria aquele dos estados emotivos, como o medo, a raiva, a inveja, a timidez etc. Por sua vez, o raciocínio inconsciente seria um processo de elaboração afetiva inconsciente que explicaria as conversões e as transformações afetivas que a psicanálise retomou e alargou em sua compreensão desde os estudos sobre os sonhos e os sintomas histéricos.

O raciocínio imaginativo seria a modalidade que encontramos também no pensamento primitivo, na base das crenças, da magia e da adivinhação. O raciocínio de justificação possuía uma característica teleológica: o indivíduo sempre acharia uma justificativa para os resultados de sua ação, frequentemente contrárias ao seu desejo. O raciocínio misto ou composto deslocaria o pensamento da lógica afetiva à lógica formal operando uma fusão das formas sob os elementos racionais e afetivos.

A psicanálise, segundo Ramos (1936/2003), construiu toda uma psicologia baseada nos processos afetivos e no pensamento simbólico. Este último trouxe ainda novos elementos para a compreensão da personalidade e do sofrimento psíquico, assim como sobre os processos que mantêm a coesão dos grupos sociais. Em toda a linguagem empregam-se diferentes dispositivos, como o símbolo, que se baseia em alguma analogia de natureza intelectual ou afetiva. O pensamento simbólico seria enfim um fato geral da lógica afetiva.

Todas as formas de atividade mágica do primitivo recebem uma explicação inesperada com os resultados da psicologia do simbolismo. Palavras, números, gestos, emblemas... têm no primitivo, como na criança e no alienado, uma significação até então quase desconhecida. A psicanálise trouxe-nos um método de decifração da lógica afetiva dos símbolos. (Ramos, 1936/2003, p. 288)

Sob o primitivo se colocavam diferentes dimensões para a análise. O seu pensamento, o seu comportamento e suas formas de compreensão do mundo obedeciam leis particulares que, ao mesmo tempo que não podiam ser qualificadas e comparadas com a racionalidade dos supostos indivíduos civilizados, lançavam luz sobre o funcionamento normal do psiquismo. Mantinha-se a afirmação de que algumas de suas particularidades, como o animismo e a lógica afetiva, não se distanciavam do funcionamento mental das crianças e dos alienados.

7.6 As esferas primitivas da realidade

O primitivo, segundo Ramos (1936/2003), possuía uma particular concepção de mundo diferente daquela dos indivíduos supostamente civilizados. Se o pensamento mágico era uma técnica para o controle das forças da natureza, ela mesma seria o resultado da força inconsciente

de seu narcisismo (Ramos, 1936/2003). A lei de participação, assinalada por Lévy-Bruhl (2008), que exigia uma relação de contiguidade espacial e temporal e que pressupunha que o pensamento poderia influenciar as forças e os objetos exteriores, foi, para a psicanálise e conforme o médico alagoano, uma função narcísica. O primitivo, assim como o fazem certos tipos de alienados, acredita na onipotência de seu pensamento e com isso crê que seus atos, gestos e palavras modificam a ordem dos fenômenos sociais e naturais.

Ramos (1936/2003) retornou ao seu estudo sobre *O negro brasileiro* (1934/2003) para reafirmar o aspecto afetivo e narcísico da mentalidade primitiva supostamente corrente nas festas populares e nas religiões africanas:

O uso das máscaras não só é uma expressão do narcisismo como um desejo de identificação com o pai-animal-totem. Uma das sobrevivências mais flagrantes do travesti, da máscara, etc. é o carnaval que, no Brasil, afora o que pertence à tradição europeia, tem elementos de indiscutível procedência africana. (Ramos, 1936/2003, p. 311)

Ou ainda,

Toda a magia primitiva é assim explicada por essa força narcísica que vem do indivíduo e se projeta nas coisas do ambiente. A concepção animista surgiu numa fase ulterior de evolução psíquica. Diz Freud que, enquanto a magia implica a totalidade da onipotência das ideias, o animismo cedeu uma parte dessa força narcísica aos espíritos o que deu origem à religião. Mas, como espíritos e demônios são projeções psíquicas, tudo se reduz, em última análise, a um mesmo mecanismo psicológico, da onipotência das ideias, ou da força de projeção que repousa no narcisismo. (Lévy-Bruhl *apud* Ramos, 1936/2003, p. 294)

Vale dizer que Ramos (1936/2003), em sua *Introdução*, não se dedicou ao folclore ou à religião de matriz africana. Diversas obras escritas por ele sobre a população negra no Brasil tratavam destes temas. Ainda assim, é importante lembrar que em sua perspectiva o cristianismo apresentaria elementos subjetivos semelhantes à mentalidade primitiva e à lei de participação. A realidade primitiva seria um mundo de ação e reação em que tudo pode ser incorporado ao eu. Esse caráter do eu importava no reconhecimento de uma estrutura complexa da personalidade primitiva, explicando assim a sua capacidade de identificação nos atos mágicos. A personalidade primitiva somente poderia ser compreendida no próprio interior de seu mundo de magia e fluidez (Ramos, 1936/2003).

Mas a personalidade mágico-primitiva seria ainda concreta e difusa. A sua concretude posicionava o anímico e o corpóreo como inseparáveis, e assim representavam uma unidade perfeitamente indiferenciada e complexa. O seu caráter difuso consistia na escassa centralização do eu. “Cada ‘pedaço’ do eu, ou cada coisa que a ele pertença, possui um caráter mágico igualmente” (Ramos, 1936/2003, p. 297). Essa difusibilidade do eu primitivo indicava que o eu teria um raio poderoso de ação, chegando possivelmente “à confluência total do microcosmo com o macrocosmo” (Ramos, 1936/2003, p. 297).

“O mundo infantil teria muitas analogias com o mundo dos selvagens primitivos”, afirmou Ramos (1936/2003, p. 298). Stanley Hall (1846-1924), Jean Piaget (1896-1980) e G. Harold Ellis foram mencionados como autores que ofereceram demonstrações da estrutura do pensamento infantil e que, entre os elementos que destacavam, encontravam-se o animismo e o artificialismo. Os autores concordavam, pelo menos assim os articulava Ramos (1936/2003), com a noção de um pensamento mágico que se colocava nos gestos e na compreensão infantil da realidade.

A psicanálise, reafirmava, compreendia que o pensamento mágico era uma manifestação do narcisismo infantil:

A criança julga-se então o senhor, dono do universo, crendo poder influenciar todas as coisas. Na fase do animismo, sobrevém o fenômeno da projeção, tão conhecido. A criança, então, anima todas as coisas. ‘Espíritos’ são projeções do seu inconsciente. (Ramos, 1936/2003, p. 300)

As relações entre o primitivo e a criança delineavam-se em função da estrutura mental de cada uma das personagens. Restava agora compreender as aproximações entre o pensamento primitivo e a loucura.

Há muito tempo destacavam-se os pontos de contato entre a psicologia do primitivo e do louco. De um lado, figuravam as analogias entre o sonho e a arte e, de outro, as aproximações entre a loucura e a mentalidade primitiva. Dentre as escolas de antropologia criminal e a etnopsiquiatria de Jacques-Joseph Moreau (1804-1884), chamado também de Moreau de Tours, Ramos (1936/2003) destacava o psiquiatra Osório César (1885-1979), a escola psicanalítica (sem nomear qualquer autor) e o seu próprio trabalho, especialmente a sua tese *Primitivo e loucura* (1926), como obras que desenvolveram essa aproximação.

Quanto à Escola de Lombroso, Ramos (1926) atribuía especial importância ao conceito de atavismo psíquico, que significava um retorno do indivíduo aos estágios primeiros do seu desenvolvimento. Esse atavismo era determinado pela herança biológica. Conforme Lombroso (2007), os germens da demência moral e da delinquência encontravam-se normalmente nas primeiras idades do ser humano. “A escola de Lombroso, que com certeza inspirou os trabalhos de Tanzi (1890) sobre o atavismo da paranoia, mostrara analogias entre o delinquente, o idiota, o epilético, de um lado, e o homem primitivo de outro” (Ramos, 1926, p. 08).

Eugenio Tanzi (1856-1934) teria sido, ainda conforme Ramos (1926), o primeiro autor a admitir a analogia entre o homem primitivo e o alienado. Essa analogia se inspirava nos trabalhos da demopsicologia, os quais indicavam para Tanzi (1890) a importância dos estudos sobre o folclore: “nele se deveriam encontrar ‘os resíduos das inteligências primitivas e os elementos das inteligências doentes ou monstruosas’” (Ramos, 1926, p. 08).

A paranoia foi escolhida por Tanzi para demonstrar a paridade entre o louco e o homem primitivo. Esta patologia possuiria um fundo degenerativo que se caracteriza por um desvio particular das mais elevadas funções intelectuais, pelas alucinações e ideias delirantes permanentes. Ao observar os delírios do paranoico, Tanzi, segundo Ramos (1926), afirmava que “o delírio do paranoico não é mais do que a reprodução, mais ou menos fiel, das fórmulas psicológicas semelhantes que caracterizam normalmente o selvagem” (p. 18). Conforme Rodrigues (2009, p. 769), que não deixava de criticar a noção de atavismo, “evidentemente inspirados [Tanzi e Riva] na teoria atávica do criminoso, imaginada pelo professor Lombroso no tempo em que esses autores escreviam suas memórias, eles acreditavam que o paranoico, como o criminoso, representava um caso de retorno atávico ao homem primitivo”.

Ainda antes destes debates sobre as aproximações entre o alienado e o homem primitivo, Moreau de Tours, no século XIX e no interior dos debates sobre as causas da doença mental e a sua presença entre as supostas sociedades primitivas, viajou para a Ilha de Malta, Esmirna, Cairo e Constantinopla (Turquia) para reunir informações sobre os alienados e os estabelecimentos voltados ao seu tratamento.

Nos povos do Oriente, escreveu Moreau de Tours em 1843, a loucura era atribuída a uma interferência divina, um mal sagrado, enviado aos humanos por uma divindade ou um gênio mau. De forma geral, as condições ruins dos estabelecimentos para alienados, as pesadas correntes e a ignorância e os preconceitos eram encontrados em todos os lugares que visitou. Em resumo, “apesar das diferenças no reconhecimento e destino dos doentes mentais, Moreau acredita que, de modo geral, a alienação deva ser mais rara no Oriente do que na Europa, confirmando o mestre Esquirol na tese de que a civilização moderna favoreceria a loucura (Dalgalarrodo, 1996, p. 27). O homem rústico, embrutecido pela vida dura e pelo clima, encontraria assim uma menor exposição à loucura: “o oriental tende a ser mais resignado e passivo, preferindo os prazeres simples e imediatos da vida material, fornecidos facilmente pelo clima quente” (Dalgalarrodo, 1996, p. 28).

As proposições de Rousseau (2017) em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* parecem coincidir com parte das conclusões de Moreau de Tours, que associava portanto a maior prevalência da loucura às sociedades modernas:

O homem selvagem, entregue pela natureza apenas ao instinto, ou melhor, talvez recompensado, na falta deste por faculdades capazes de inicialmente substituí-lo, para em seguida elevá-lo muito acima delas, começará portanto, pelas funções puramente animais: perceber e sentir será seu primeiro estado, que lhe será comum com todos os animais. Querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase as únicas operações de sua alma, até que novas circunstâncias venham a causar novos desenvolvimentos. (Rousseau, 2017, p. 57)

No Brasil, Osório Cesar⁷⁶, desde 1925, trabalhava como médico no Hospital de Juqueri, em São Paulo. Segundo Andriolo (1936/2003), o psiquiatra considerava que muitas das manifestações artísticas nos alienados eram resultado do atavismo. Tratava-se, assim como o fez Arthur Ramos, de incluir em suas análises as teses sobre a origem filogenética dos sintomas psicopatológicos, já observada em Freud, para quem os conflitos sexuais recalçados eram os ecos de comportamentos primitivos. “Cada indivíduo manifestaria em Estética e em Fisiologia o desenvolvimento da espécie” (Andriolo, 1936/2003, p. 76).

Em seu livro *A expressão artística nos alienados*, publicado em 1929, Osório Cesar afirmava que o alienado era um indivíduo cujas perturbações do espírito retiravam, de forma transitória ou permanente, suas capacidades de adaptar-se às exigências da sociedade em que vivia (Cesar, 1929). O médico advertia que nem todo alienado era um sujeito desprovido de todo do raciocínio normal e que, com o regime de trabalho adequado somado ao tratamento médico cuidadoso, poderia adequar-se, ajustar-se.

Além da crítica ao regime fechado e violento para o tratamento dos alienados, Cesar observava que Lombroso havia encontrado semelhanças entre a arte dos alienados e a arte primitiva, assim como semelhanças entre os desenhos de crianças, aqueles produzidos pelos chamados idiotas e por outros quadros psicopatológicos. Para Cesar (1929, p. 8), “assemelhavam-se muito os desenhos de crianças com os das raças primitivas e com os desenhos de alienados, principalmente dos dementes precoces”.

De qualquer forma, o primitivo parecia ainda expressar-se na arte de sua época e isso significava não somente um vínculo estreito entre o primitivo e o moderno, mas a inserção do primitivo no interior da civilização:

O homem primitivo nasceu profundamente supersticioso. Todos os fenômenos da natureza que ele observa têm uma expressão de terror manifesta na sua estreita mentalidade. Dessa maneira ele interpreta o trovão, o raio e as chuvas copiosas. Vem daí, talvez, a necessidade de criação do símbolo – origem da arte – para amenizar esse primeiro sofrer representando já o esboço de uma filosofia elementar da vida. E essa filosofia é uma religião, como se verifica com os totens e tabus. A arte de hoje tem as suas raízes extensamente ligadas na do primitivo. Cada dia ela vai caminhando para essas representações primitivas, que são simbólicas, constituídas por linhas curvas, quebradas e simétricas, produzindo uma atitude mental materializada em forma grosseira, deformação da natureza, justamente como a arte do primitivo, que traduz sentimento e uma expressão da vida mais consoladora e humana (Cesar, 1929, p. 14-5)

Por sua vez, Ramos (1936/2003) aproximava a antropologia criminal da psicanálise, estabelecendo entre uma e outra uma linha de continuidade e avanço. Para ele, Freud havia

⁷⁶ Conforme Andriolo (2003), em 1923, Osório Thaumaturgo Cesar iniciou no Hospital de Juqueri como estudante de medicina e permaneceu, depois como médico, por quarenta anos.

avançado e desenvolvido concepções que estavam presentes nas teorias lombrosianas a respeito da loucura.

No entanto, foram os etnólogos, antes dos psicólogos e psiquiatras, que primeiro reuniram observações sobre a vida cotidiana do selvagem e traçaram essas linhas de contato entre a loucura e seu funcionamento mental. A suposta imaginação exaltada do selvagem foi associada aos processos mórbidos da alucinação. Tanto no selvagem, quanto entre as raças⁷⁷ de um grau intelectual mais elevado, os etnólogos observavam certos fenômenos, como o êxtase mórbido provocado pela meditação, o narcotismo e a febre, que conduziam a um estado mental que supostamente se assemelharia ao funcionamento comum do selvagem (Ramos, 1936/2003). As observações de Tylor posicionavam os povos antigos como selvagens em um estado intermediário entre o fanático exaltado ou em acesso de febre e a condição de um homem são. O que fez com que Andrew Lang classificasse o estado mental do primitivo como uma loucura temporária (Ramos, 1936/2003).

Tanzi (1890), segundo Ramos (1936/2003), foi o primeiro alienista, partindo dos estudos da demopsicologia, a elaborar a analogia entre o primitivo e o alienado, sobretudo o paranoico. Essa relação encontrava origem em estudos que apontavam para os psiquiatras a importância do folclore nos estudos sobre as psicopatologias: no folclore se encontravam os resíduos das inteligências primitivas e os elementos que compunham os estados mórbidos na atualidade. A Escola de Lombroso apresentava ainda as analogias entre o idiota, o epilético e o homem primitivo.

Freud e a escola psicanalítica, segundo Ramos (1936/2003), “acabaram por juntar todo esse material fragmentário numa vista sintética, quando tentaram construir uma verdadeira psicologia humana deduzida da observação acurada do desenvolvimento mental na criança e na raça” (Ramos, 1936/2003, p. 304). É curiosa a referência aos estudos freudianos sobre o desenvolvimento mental “na raça”, temática que mereceria um estudo especial. Ainda assim, vale dizer que Freud (2011) apontava o erro de Le Bon (1895/2008) quanto à ideia que figurava em seu estudo sobre a psicologia das massas, da existência de um inconsciente racial.

Le Bon (1895/2008) apontava também as relações entre o funcionamento mental do primitivo e das crianças. Mais que isso, o indivíduo da massa diferenciava-se do indivíduo

⁷⁷ Mantivemos o termo utilizado pelos autores. No entanto, vale dizer, que compreendemos a raça como um fenômeno psicossocial. Ramos baseava-se nas observações de Tylor, publicadas em 1876, no livro *A civilização primitiva*. O debate sobre a raça permanecia nos círculos acadêmicos e intelectuais brasileiros.

isolado e, para a compreensão das razões para isso, eram necessárias algumas observações feitas pela psicologia moderna.

A vida consciente do espírito representa apenas uma pequena parte comparada à sua vida inconsciente. O mais sutil dos analistas, o mais penetrante dos observadores consegue descobrir apenas um número muito reduzido dos móveis inconscientes que o dirigem. Nossos atos conscientes derivam de um substrato inconsciente formado sobretudo por influências hereditárias. Esse substrato contém inumeráveis resíduos ancestrais que constituem a alma da raça. É sobretudo pelos elementos inconscientes que compõem a alma de uma raça que todos os indivíduos dessa raça se parecem. É pelos elementos conscientes, frutos da educação, mas sobretudo de uma hereditariedade excepcional, que diferem. (Le Bon, 1895/2008, p. 33)

Em nossa perspectiva, pelo menos nos estudos sobre a psicologia das massas, Freud (2011) tratou da noção de raça como sinônimo da espécie humana, o que não o deixava de reconhecer os diferentes estágios de desenvolvimento de cada cultura. Esse desenvolvimento não se justificava por uma determinação biológica. Ainda que em seu texto ele se referisse, seguindo os passos de Le Bon (1895/2008), aos supostos primitivos e instintos que permaneciam no psiquismo como vestígios dos tempos primordiais que dormitavam no espírito de cada indivíduo:

Para julgar corretamente a moralidade das massas, deve-se levar em consideração que, ao se reunirem os indivíduos numa massa, todas as inibições individuais caem por terra e todos os instintos cruéis, brutais, destrutivos, que dormitam no ser humano, como vestígios dos primórdios do tempo, são despertados para a livre satisfação instintiva. (Freud, 2011, p. 29)

No funcionamento mental das massas, assim como no pensamento primitivo, na mentalidade infantil e nos neuróticos, “as ideias opostas podem coexistir e suportar umas às outras, sem que resulte um conflito de sua lógica” (Freud, 2011, p. 28). Segundo Ramos (1936/2003), em *A interpretação dos Sonhos e Totem e Tabu*, Freud apontava as relações entre o neurótico e o primitivo: primeiro, descobriu na atividade onírica um processo semelhante ao mecanismo mental do homem primitivo. depois, no conjunto das relações sociais estabelecidas pelos primitivos, revelou os laços afetivos que compunham a comunidade, assim como o animismo, a magia e a onipotência de pensamento. Com isso também estabelecia uma conexão entre o pensamento moderno e o suposto pensamento primitivo: “se ousamos explorar mais ainda as nossas premissas, podemos indagar que parte essencial de nossa estrutura psicológica tem seu reflexo e seu retorno na criação projetiva de almas e espíritos” (Freud, 2012, p. 147).

Se o estudo dos processos psicopatológicos, especificamente a esquizofrenia, não se colocava na perspectiva de sua *Introdução*, Ramos (1936/2003) intencionava, ao examiná-los brevemente, aproximar a estrutura da mentalidade primitiva e os estados psicopatológicos. O esquizofrênico substituíam a realidade por uma rica vida interior. Os sonhos eram povoados por seres imaginários e coloridos por paisagens irreais. “A esquizofrenia não seria assim mais do que uma psicose onírica” (Ramos, 1934, p. 121).

Mas um outro elemento também se apresentava como importante: o pensamento autista, aquele que caracterizaria a psicose em oposição ao pensamento realista. Este último poderia adaptar-se às exigências sociais e colocar-se em compasso com demandas da sociedade. Quanto ao pensamento autista, “não há, nessa forma do pensamento autista, propriamente déficit intelectual; ele pode ser mesmo irrepreensível do ponto de vista da lógica formal, mas não se acha adaptado às exigências do momento presente achando-se em conflito com a realidade” (Ramos, 1934, p. 119).

Ao contrário do primitivo, que corresponderia ao estágio de desenvolvimento de seu pensamento e realidade, a psicose, em especial a paranoia, transformava o indivíduo desajustado em um anacronismo vivo justamente por supostamente apresentar as características mentais dos primitivos: “a logolatria, os preconceitos em torno do nome e dos números, esconjuros, magias, nomadismo, certos episódios intercorrentes, a dupla personalidade, as alucinações” (Ramos, 1926, p. 30).

Ficou assim fartamente demonstrado que os elementos da rica sintomatologia delirante do paranoico existem normalmente no homem primitivo. Equivale isto a dizer que o paranoico é um decalque fiel do primitivo, a sua imagem perfeita, idêntica, superpondo-se completamente um ao outro, como sócias que se não descobrem os menores indícios de diferenciação? (Ramos, 1926, p. 31)

Ramos (1926) respondia a essa questão da seguinte forma: os conteúdos característicos das psicoses possuíam um colorido simbólico que encontrava suas raízes em elementos ancestrais, que se revelavam no doente. O pensamento simbólico nos processos psicopatológicos possuía um elemento ancestral e filogenético:

Penso especialmente que estas fantasias primitivas, porque tal é o nome que lhes convém, como aliás a algumas outras, constituem um patrimônio filogenético. Por estas fantasias, o indivíduo se submerge na vida primitiva, quando a sua própria vida tem se tornado demasiado rudimentar. Todos os psicanalistas são concordes em admitir a origem filogenética dos símbolos, na explicação da simbólica dos alienados: o indivíduo, para eles, como disse Ferenczi, e analisaremos isso oportunamente, ‘é um precipitado das experiências das gerações passadas. (Ramos, 1926, p. 11-2)

De volta à *Introdução*, concluía Ramos (1936/2003, p. 309) que

O esquizofrênico, como o primitivo e a criança, transfigura o mundo externo. O seu eu dobra-se sobre a realidade, participando das suas funções. Há uma confluência, às vezes absoluta, do subjetivo com o objetivo. O sonho não se separa da realidade. O mundo das aparências é um mundo realmente vivido. As esferas das projeções alucinatórias tornam-se um mundo demoníaco de ação e magia.

Vejamos o caso de M, um alienado paranoide internado no Hospital São João de Deus, na Bahia: M dizia comunicar-se com qualquer parte do mundo por meio de um espírito que chamava de pelota e com o qual se identificava. Tudo conseguiria por meio desse espírito que o acompanhava e que se tornava uma extensão de sua personalidade. Para Ramos (1936/2003), os feiticeiros entre as comunidades primitivas agiriam de forma semelhante. No entanto, estes

últimos corresponderiam ao seu tempo, tradição e sociabilidade, e o primeiro se encontrava em um constante estado anacrônico.

Nessa altura, a pergunta que se delineava era: até que ponto essas estruturas da mentalidade primitiva persistiriam na vida mental adulta, no indivíduo supostamente normal e civilizado?

7.7 A sobrevivência das estruturas primitivas

Ainda em sua tese *Primitivo e loucura*, Ramos (1926) traçava uma crítica à escola freudiana e sua noção de inconsciente, o que permitia uma nova elaboração sobre o primitivo que acompanhava a perspectiva de uma origem filogenética dos elementos simbólicos articulada com os estudos da psicologia dos povos. Na *Introdução*, Ramos (1936/2003) não retomava toda a sua elaboração anterior, apenas recolocava o problema e posicionava a investigação sobre as estruturas mentais primitivas como parte do objeto da psicologia social e de sua prática que, como afirmava anteriormente, apresentava-se como uma higiene mental aplicada.

As proposições sobre a sobrevivência das estruturas mentais primitivas encontravam as suas raízes entre os etnólogos evolucionistas. Lazarus e Steinthal, segundo Ramos (1926; 1936/2003), admitiam, além da alma individual, a existência de uma alma étnica, um espírito popular que sobrevivia nas sociedades desenvolvidas e constituía parte de suas tradições e conhecimentos populares. O folclore, os mitos, as lendas, as tradições locais, as superstições e os velhos costumes não seriam objeto de estudo somente para a etnografia, mas também para a psicologia social.

O folclore revelava a sobrevivência das estruturas primitivas que antecederiam os indivíduos e se tornavam patrimônio comum a uma certa comunidade. Foram ainda os antropólogos que elaboraram o sentido de sua permanência na psique: “pode-se afirmar, uma vez por todas, que os usos que não têm sentido são sobrevivências [...]” (Tylor *apud* Ramos, 1936/2003, p. 312), ou conforme Lang, “[...] o elemento selvagem e absurdo da mitologia é, na maior parte, um legado dos antepassados das raças civilizadas” (Lang *apud* Ramos, 1936/2003, p. 312).

Segundo Ramos (1936/2003), psicólogos e alienistas, assim como os etnólogos e antropólogos, chegaram às mesmas conclusões. Para ele, as proposições a respeito do inconsciente, que se formaria de resíduos da vida coletiva e individual, os símbolos dos sonhos,

que se originavam nas velhas imagens existentes nos mitos e no folclore dos povos antigos, marcavam esse ponto de chegada. Ramos referia-se especialmente aos estudos de Jung (1926) sobre o conteúdo mental dos esquizofrênicos, que apresentavam analogias entre as alucinações e delírios e os velhos mitos humanos. Ramos (1936/2003) mencionava o trabalho de Jung (1875-1961) *O inconsciente pessoal e o inconsciente suprapessoal ou coletivo*, publicado em 1926. Nele Jung (1995) de imediato apresentava a seguinte proposição:

Afora as recordações pessoais, existem em cada indivíduo as grandes imagens ‘primordiais’, como foram designadas acertadamente por Jakob Burckhardt⁷⁸, ou seja, a aptidão hereditária da imaginação humana de ser como era nos primórdios. Essa hereditariedade explica o fenômeno, no fundo surpreendente, de alguns temas e motivos de lendas se repetirem no mundo inteiro e em formas idênticas, além de explicar porque nossos doentes mentais podem reproduzir as mesmas imagens e associações que conhecemos dos textos antigos. (Jung, 1995, p. 57)

O sentido do termo “filogenético”, empregado às imagens e aos conteúdos que permaneciam em uma forma de inconsciente supra individual era melhor explicado: não se tratava de posicionar as imaginações, termo que Jung (1995) empregava, como hereditárias, mas de considerá-las como manifestações de camadas mais profundas do inconsciente “onde jazem adormecidas as imagens humanas universais e originárias” (p. 57).

Além do inconsciente individual, existiria um inconsciente superindividual ou coletivo, que seria aquele que guardaria as imagens ancestrais, os arquétipos que, projetados na transferência ou se revelando nos sonhos, seriam figuras ou símbolos mitológicos do passado. Deuses, demônios, mágicos, feiticeiros, fantasmas, todos os mitos, todos os folclores seriam figuras que repousam no inconsciente coletivo. (Ramos, 1936/2003)

Ramos (1936/2003) buscava apoio ainda no estudo do biólogo e filósofo da ciência Felix Le Dantec (1869-1917), *As influências ancestrais* (1909), para mostrar esta influência nos atos da vida cotidiana. A noção de elementos ancestrais presentes na psique e o inconsciente coletivo poderiam ser agrupados no que Ramos (1926) chamava de inconsciente primitivo ou folclórico, ainda que esta divisão entre este e o inconsciente individual fosse apenas artificial e muito mais pedagógica.

A mentalidade do homem civilizado não poderia libertar-se completamente das influências primitivas. “Os elementos pré-lógicos persistiriam ao lado dos elementos lógicos na mentalidade civilizada” (Ramos, 1936/2003, p. 315). As superstições, os costumes e tradições, o folclore, o culto ao pai primitivo, as festas populares etc, são as provas, segundo o médico, da permanência dos elementos primitivos. Da mesma forma, em certas condições de vida, como

⁷⁸ Jakob Burckhardt (1818-1897) foi um professor suíço e historiador da arte no século XIX.

nos sonhos, na arte, em determinados estágios do desenvolvimento e nos sintomas patológicos, assistiríamos a emergência dessas estruturas.

O pensamento mágico persiste em múltiplos atos da vida humana, no primitivo, na religião, no nevrosado, na vida cotidiana, na arte, nos sonhos, na criança... Um esforço no sentido de eliminar a ilusão narcísica poder-se-á fazer, porém. A psicanálise já fornece hoje métodos de compreensão mais exata do eu e do próprio mecanismo do pensamento. E estudando os grupos pré-lógicos – selvagens, crianças, capas atrasadas das sociedades – analisa as funções do Ego nas suas prisões nos mundos mágico, místico e totêmico, e nos seus esforços para se livrar delas. (Ramos, 2001, p. 321-2)

Ramos não conceitua profundamente o inconsciente folclórico na *Introdução*. Já o havia feito em *Primitivo e Loucura* (1926) e em *O Folclore Negro no Brasil* (1935/2007). Neste último, o inconsciente folclórico foi apresentado como uma síntese entre o inconsciente ancestral e o inconsciente intersíquico. Ele poderia ser considerado como uma antiga estrutura mental indiferenciada que irromperia na vida do civilizado e que teria como função o pensamento mágico, arcaico e pré-lógico. “O homem mais civilizado não se liberta totalmente das estruturas primitivo-indiferenciadas” (Ramos, 1935/2007, p. 231). Assim, era impossível livrar-se do irracional.

Em *Primitivo e loucura*, o conteúdo inconsciente que coloria de forma tão característica a psicose encontrava sua origem no inconsciente ancestral e no inconsciente intersíquico. Os conteúdos do inconsciente primitivo se revelariam nas psicoses ou permaneceriam latentes mesmo no cérebro dos indivíduos mais letrados. Nesse sentido, afirmava Ramos (1926), que a psicologia moderna havia errado ao se dedicar exclusivamente ao indivíduo.

O folclore e a religião colocavam-se para o autor como aqueles que revelariam as estruturas primitivas. E isso também valeria para a análise do cristianismo, reconhecendo nele as mesmas estruturas primitivas, como o pensamento mágico:

Em todas estas orações e preces rituais, vamos encontrar os processos da mentalidade primitiva nas fórmulas de invenção mágica, tão bem postas em destaque nos trabalhos de Lévy-Bruhl: a crença no poder mágico dos nomes, das fórmulas dos números, as categorias afetivas das noções de tempo e espaço, a categoria afetiva do sobrenatural, a crença nos espíritos e na reencarnação, a interpretação mística dos acidentes e das doenças, a noção afetivo-primitiva da causalidade (post hoc, ergo propter hoc, juxta hoc, ergo propter hoc...), a crença nos presságios, as operações mágicas... enfim tudo aquilo que se pode reduzir à ‘lei de participação’ da mentalidade pré-lógica. (Ramos, 1942, p. 271)

A psicologia social, “com a posição metodológica que aludo, [é] que virá esclarecer ‘psicologicamente’ os móveis dessas discussões e controvérsias, denunciando as tramas, muitas vezes inconscientes, destes exclusivismos, quase sempre a serviço de determinadas crenças e convicções filosóficas e até ideologias político-sociais” (Ramos, 2007, p. 7).

Uma psicologia social que não se dedicasse ao estudo das relações entre os conteúdos inconscientes e as formas aparentes de cultura seria uma psicologia social descritiva e superficial (Ramos, 1936/2003). A análise do primitivo colocava-se como aspecto fundamental

para o ajustamento dos indivíduos. A proposição de uma estrutura primitiva indiferenciada latente no psiquismo e que, sob certas condições especiais, se manifestaria nos sintomas patológicos, assim como a noção de que em todo indivíduo moderno repousa o selvagem, articulava-se com os princípios preventivos da higiene mental e da psiquiatria naquele período. Mais que isso, posicionava todo indivíduo sob o olhar médico. O risco para a sociedade deslocava-se, deslizava também para o interior de cada indivíduo normal.

O primitivo, como uma estrutura psíquica de todo indivíduo, posicionava o irracional e o selvagem no interior da racionalidade. O selvagem repousava definitivamente em toda alma.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os pressupostos da Psicologia clínica, Kahhale *et al* (2022) afirmaram que a concepção clássica sobre o fazer clínico encontrava no ajustamento psicológico dos indivíduos sua preocupação central. Por sua vez, o enfoque intra-individual sustentaria uma concepção de indivíduo a-histórico e abstrato e, como consequência, transformaria o social em um cenário por onde desfilariam as subjetividades, ou ainda reduziria em grande medida sua importância na produção da própria subjetividade. O ajustamento, além de se tornar um problema importante para a atuação da Psicologia, foi uma das peças fundamentais para a sua emergência, e isso em uma relação direta e fundamental com o estudo da população e das relações étnico-raciais.

Ajustar significava, no âmbito da LBHM, adaptar o indivíduo à vida social, eliminar os conflitos e educar cada sujeito conforme os preceitos da higiene mental. Para Ramos (1936/2003), a Psicologia Social se transformaria em uma higiene mental aplicada e o ajustamento dos indivíduos, sua principal tarefa.

Se os primeiros propósitos da higiene mental foram a prevenção da doença mental e do crime, logo se alegraram esses objetivos. Hoje a higiene mental visa o ajustamento da personalidade humana aos seus círculos de vida. Daí, a extensão hodierna do movimento, abraçando a educação, os problemas do casamento e da família, a indústria... A higiene mental penetra em todos esses círculos. A sua atividade é uma atividade que poderemos chamar de “intersticial”. Ela reparte os seus métodos de estudo e ação com várias ciências, entre as quais se destacam a psicologia normal e patológica, a sociologia, a psicologia social e a criminologia. (Ramos, 1948, p. 13)

O método genealógico, conforme escreveu Foucault (2012), possibilita a desmontagem das tecnologias de poder e das identidades que modulam nossas formas de existir e negam, não sem resistências e sublevações, as possibilidades que não se conformam com a ordem burguesa. Nesse sentido, permite compreender as conformações entre as condições materiais de vida da população e as relações de poder que compõem o seu cotidiano. A genealogia do poder encontra na história da governamentalidade, das práticas sociais, dos dispositivos que se encarregaram de produzir a subjetividade moderna, a dualidade subordinação-insubordinação dos saberes e dos corpos individuais e sociais.

A desmontagem do poder soberano, a universalização do modo de produção capitalista e a ascensão da burguesia como classe dominante foram acontecimentos que não deixaram de condicionar, determinar a produção de saberes. Mais que isso, o processo de formação, consolidação e desenvolvimento do capitalismo colocava o homem como objeto para um conjunto de novos saberes, entre eles a Psicologia. E se a invenção da norma em acordo com as exigências da sociedade e da moral burguesa, como dissemos anteriormente, foi um elemento

importante para essa ciência, isso possibilita enxergar não só o papel social de ajustamento e adaptação que ela possuía, mas a determinação histórica e econômica de seu lugar. A Psicologia alcançou a sua autonomia em relação à Filosofia como um dispositivo de normatização e de ajustamento (Foucault, 2007).

Ao analisar *A formação da Psicologia Social como campo científico no Brasil*, Jacó-Vilela, Degani-Carneiro e Oliveira (2016) afirmaram que os campos científicos possuem uma autonomia relativa. Isso significa que eles são delimitados não somente por sua própria prática, mas também por sua “lógica de diferenciação interna”, por disputas ideológicas que adquirem a aparência de uma disputa teórico- metodológica, e pela busca de prestígio e poder institucional. Isso demonstra, segundo os mesmos autores, que o campo científico encontra-se profundamente entrelaçado às condições sociais e econômicas de cada momento histórico.

No Brasil, o campo científico apresentava as características de um saber constituído nas periferias do capitalismo, onde predominavam as correntes de pensamento estrangeiras, que muitas vezes condenavam a população e o país ao passado. Esse aspecto é importante não somente pela apropriação conceitual ou a influência de instituições estrangeiras na formação do pensamento científico brasileiro, mas também pelos confrontos que se produziram nas tentativas de adequação das teorias à nossa realidade social (Jacó-Vilela, Degani-Carneiro & Oliveira, 2016).

A noção de degeneração e, mais tarde, sua sobreposição e diferenciação em relação ao desajustamento social, faziam esses confrontos ganharem o cotidiano de parte dos intelectuais brasileiros. O impulso ao ideal de formação de uma identidade nacional ganhava o sentido de construção de uma unidade política, o que se confrontava com os supostos riscos de fragmentação de uma população supostamente doente e genericamente desajustada. A formação da Psicologia Social no Brasil nos anos de 1930 não deixava de fazer parte desse cenário, ainda que seu espaço se encontrasse delimitado no interior da Higiene Mental, da Sociologia, da Psicologia e dos poucos cursos de formação.

Para compreender esse processo, elegemos o desajustamento social como categoria fundamental para nosso trabalho. O desajustamento social, enquanto categoria sociológica e psiquiátrica, apresentava-se como uma noção ampla que permitia não somente compreender os processos psicopatológicos, mas também os comportamentos não-patológicos que se encontravam em desacordo com as exigências sociais e econômicas. Em nossa pesquisa, o desajustamento social apresentava-se como categoria para a Psicologia Social, segundo Ramos

(1936/2003), desde a definição de seu objeto até as suas proposições a respeito do funcionamento mental primitivo. Não seria exagero considerar sua presença nas obras de Vianna (1921) e Briquet (1935). Enquanto categoria, o desajustamento nos conduziu até as noções de degeneração e população, a primeira no interior dos discursos psiquiátricos desde Morel (1857), a segunda como um problema político para o Estado.

Primeiro, a noção de degeneração nos fazia traçar linhas de aproximação entre a psicologia social e a psiquiatria. O degenerado, enquanto uma categoria diagnóstica da psiquiatria ainda no início do século XX, figurava ao lado - ainda que em alguns momentos essas figuras se sobrepusessem - do desajustado social, uma categoria que encontrava origem entre os estudos sociológicos (Carvalho, 1935; Azevedo, 1935/1958). Se de um lado a noção de degeneração foi importante para consolidar a psiquiatria entre os anos de 1850 e 1870, inclusive porque situava no corpo as causas para o declínio das funções mentais e afirmava com isso a posição da psiquiatria entre as ciências médicas, de outro ela ampliou os espaços da psiquiatria para além das paredes asilares, ainda que o asilo continuasse como espaço médico privilegiado. Assim, o que importava para essa nova psiquiatria era o comportamento anormal e desviante. “A degeneração é a peça teórica maior da medicalização do anormal. O degenerado, digamos, numa palavra, que é o anormal mitologicamente - ou, se preferirem, cientificamente - medicalizado” (Foucault, 2010, p. 276). Assim, além do degenerado possibilitar uma revigoração do poder psiquiátrico, segundo Foucault (2010, p. 276), “[...] a psiquiatria adquire a possibilidade de referir qualquer desvio, anomalia, retardo, a um estado de degeneração, vê-se que ela passa a ter uma possibilidade de ingerência indefinida nos comportamentos humanos”.

A partir da segunda metade do século XIX e das teorias sobre a degeneração, segundo Caponi (2009), a psiquiatria transformou-se em um domínio de saber e de intervenção intra e extra-asilar. A degeneração e as possibilidades extra-asilares contribuíram para a construção de uma psiquiatria ampliada capaz de se debruçar tanto sobre a alienação mental quanto sobre as diferentes condutas cotidianas. Ao mesmo tempo, a determinação hereditária da degeneração e a sua impossibilidade de cura posicionavam a psiquiatria como um dos dispositivos para a defesa da ordem social, o que inaugurou, segundo Foucault (2010), o racismo contra o anormal. Esse novo racismo tentava se justificar com o argumento de defesa científica contra as alterações biológicas da espécie materializadas nos corpos supostamente degenerados. Esse processo resultou na inclusão do comportamento considerado normal, não-patológico, como objeto do saber psiquiátrico.

A psicologia social que se desenhava nas mãos de Ramos (1936/2003), ainda que se caracterizasse como uma psicologia cultural e isso marcasse uma importante descontinuidade em relação ao saber psiquiátrico - sobretudo aquele aderente às teorias eugênicas -, mantinha os seus vínculos com a psiquiatria. O estabelecimento do desajustamento social como problema para a psicologia social e sua aproximação às formas de funcionamento mental primitivo possibilitaram a extensão do poder psiquiátrico para todos os indivíduos considerados normais (Caponi, 2009). O primitivo se colocava então como dimensão do psiquismo normal. Em outras palavras, o desajustamento social, por vezes coincidente à noção de degeneração, significava um novo passo para o estabelecimento de estratégias para a medicalização do não-patológico. A noção de inconsciente primitivo ou folclórico não somente poderia trazer novos ares ao discurso psiquiátrico como posicionava o olhar médico, pelos menos potencialmente, sobre todos os indivíduos.

Seguindo esses passos, afastamo-nos dos marcos históricos internos que apresentavam a fundação da Psicologia Social relacionada aos estudos experimentais e suas insuficiências, para aproximá-la da história da governamentalidade e das articulações entre o poder disciplinar sobre os corpos individuais e a regulação da população, ambas dimensões do que Foucault (2008c; 2012b) chamou de biopoder. A disciplinarização dos corpos e a regulação da população são dois pólos em torno dos quais se organizou o poder sobre a vida na governamentalidade moderna (Lemke, 2017). Esse biopoder foi elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que só poderia ser garantido às custas do ajustamento dos corpos aos aparelhos de produção e do ajustamento da população aos processos econômicos (Foucault, 2012b).

Conforme Foucault (2008c, p. 143), o biopoder integrou a governamentalidade como forma de governo que se caracterizaria por sua positividade e não predominantemente pelo poder repressivo. Por sua vez, a governamentalidade dizia respeito ao

conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento essencial os dispositivos de segurança.⁷⁹

O controle regulatório da população expressava-se nas tecnologias de segurança, termo que se referia aos saberes e procedimentos que eram aplicados na população e que visavam

⁷⁹ Segundo Prado Filho (2006, p. 81), o governo poderia ser definido como técnica de modulação das condutas, enquanto a governamentalidade deveria ser entendida como “um regime de poder e campo estratégico de relações de força, tomado em sua mobilidade, no qual se cruzam e articulam práticas de governo ou de regularização e estabilização das condutas”.

regular fenômenos biológicos como a fertilidade, a morbidade e a longevidade. Enquanto isso, as tecnologias disciplinares se desenvolveram no interior de instituições e organizações como o exército, os hospitais, as prisões e as escolas, e agiam diretamente no nível dos corpos individuais. Assim, o biopoder valia-se desses dois conjuntos de tecnologias (Lemke, 2017).

A psicologia social transitava por esses dois domínios: como um saber sobre o indivíduo em sua relação com seus semelhantes e seus grupos sociais, ao mesmo tempo que se dedicava às relações entre os diferentes grupos sociais sem perder de vista a totalidade dos processos políticos. De um lado, o indivíduo, a personalidade, a formação da identidade social e o funcionamento mental individual; de outro, a multidão, a opinião pública, a liderança e o funcionamento mental primitivo como um aspecto geral da população.

Desse modo, consideramos que para a constituição da psicologia social no Brasil foi fundamental que uma nova economia de poder se formasse e posicionasse a população como objeto para o Estado, o que conseqüentemente fazia também entrar em cena o social como objeto para as ciências médicas e jurídicas. Da mesma forma, foi também necessário que as noções de indivíduo e liberdade fossem produzidas e revelassem as contradições entre as exigências sociais e econômicas, as tradições culturais e o comportamento individual de parte da população. Assim, a formação do republicanismo brasileiro, a passagem do trabalho escravo para o livre e os primeiros passos da revolução burguesa produziram novas exigências em relação à economia e ao desenvolvimento dessas novas tecnologias de poder.

A população livre encontrava as delimitações, os riscos e o autoritarismo que marcaram a sociedade brasileira e o liberalismo nacional no início do século XX. A massa da população significava um risco à ordem social em diferentes níveis: no nível sanitário, os seus hábitos apresentavam-se em desajuste com as recomendações e prescrições médicas, sobretudo daquela população que vivia nos sertões e nas áreas consideradas insalubres das grandes cidades; no nível político, desde o século XIX, as revoltas que povoaram o imaginário e o cotidiano nacional apresentavam-se aos saberes médicos como fenômenos que demonstravam a irracionalidade e a incapacidade das multidões se ajustarem às novas exigências da sociedade; no nível cultural, as tradições supostamente primitivas fixaram parte dessa população em práticas de indústria rudimentares e hábitos selvagens e anacrônicos; no nível econômico, a suposta anomia e a impossibilidade de ajustar-se às práticas modernas da indústria colocavam em risco o desenvolvimento do país; no nível biológico, no início do século XX, a suposta inferioridade da população negra e a degeneração da mestiçagem condenavam o país ao desaparecimento; no

nível da nação, com uma população doente e sem a consolidação de uma unidade nacional, o país apresentava-se fragilizado na defesa de seu território.

Ainda que a população se apresentasse como problema para o governo nos séculos anteriores, foi no século XVIII que ela passou a ser considerada não mais como uma coleção de súditos que ocupavam um certo território, mas como um “conjunto de processos que devem ser geridos naquilo que têm de natural e a partir do que têm de natural” (Prado Filho, 2006, p. 70). Conforme Lemke (2017, p. 60), nos Estados modernos, a regulação da população encontraria expressão nas técnicas de segurança que teriam como objeto os “fenômenos de massa característicos de uma população e suas condições de variação, buscando prevenir ou compensar os perigos que resultam de sua existência como uma entidade biológica”.

Essas perspectivas nos fornecem pistas para a reflexão sobre a Psicologia no Brasil e permitem-nos analisar a relação entre os problemas de governo, a elaboração dos discursos psicológicos e os supostos obstáculos para a modernização do país. Elas permitem-nos também analisar o desenvolvimento epistemológico das ciências em uma relação direta com os processos históricos, sociais, políticos e econômicos. Assim, o desenvolvimento das ciências não dependeria somente de seu avanço interno, mas estaria sujeito às práticas não-discursivas que operam sobre o discurso científico.

A modernização do país seria completa com a supressão dos elementos selvagens e primitivos. No entanto, a superação completa dos aspectos primitivos que repousariam no psiquismo e encontram expressão em condições especiais era impossível. Eles poderiam ser sublimados ou corrigidos mediante uma educação que pudesse observar os seus mais discretos sinais. A educação das crianças não deixava de se articular a essa dimensão do problema (Ramos, 1936/2003). A psicologia social era inserida nos circuitos médicos pela via da psiquiatria e da higiene mental, que procuravam responder aos problemas sociais do país.

Se dissemos anteriormente que a população como objeto político para o Estado foi importante para o surgimento da Psicologia Social, é importante observar que a população que encontrava suas origens na África foi o elemento decisivo para a sua emergência: seja nas pesquisas que tentavam analisar suas características culturais e religiosas, seja para combater, como no caso de Arthur Ramos, o racismo científico. A questão etnico-racial na sociedade brasileira foi um importante tema para os estudos e consolidação da psicologia social.

Especialmente sobre a psicologia social, Ramos (1936/2003) afirmava que a jovem ciência vivia uma crise epistemológica já nos anos de 1930. A psicologia social, como sabemos, viveria ainda outras e, desde os anos de 1970, produziu respostas para a sua superação. A

Psicologia Social Crítica, desde os anos de 1980, elaborou novas categorias analíticas tendo como ferramentas importantes o materialismo histórico-dialético e as contribuições da psicologia soviética, em especial os estudos de Vigotski, Leontiev e Luria (Lane, 2000). Essas contribuições, apesar de um número crescente de análises sobre elas, ainda se encontram como campo fértil para a pesquisa, em especial para a formação ou consolidação de uma clínica sócio-histórica.

A regulamentação da profissão, a abertura dos cursos de graduação, as traduções de manuais e os novos estudos psicossociais nos anos de 1950 e 1960 abriram outras possibilidades para a psicologia social. Os estudos de Dante Moreira Leite (1927-1976), Aniela Ginsberg (1902-1986), Ignacio Martín-Baró (1942-1989), Maria Helena Souza Patto (1942 -), Ecléa Bosi (1936-2017) e Sylvia Leser de Mello (1935-2021), entre outros, continuam não somente como importantes contribuições para a Psicologia Social, mas também como campos de estudos para a História da Psicologia no Brasil.

Os atuais movimentos para a construção de uma psicologia popular apontam ainda novos caminhos. Esses movimentos e suas implicações tanto teórico-metodológicas quanto ético-políticas ainda abrigam possibilidades para novos estudos.

Em um momento em que ressurgem correntes reacionárias e próximas à reafirmação do sujeito liberal como sinônimo do sujeito psicológico, estes estudos se colocam como necessários para a Psicologia enquanto ciência e profissão.

O futuro é sempre urgente, ainda que exija paciência para se revelar. Tudo a seu tempo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁸⁰

Fontes primárias

- Airosa, J. C. (1934). O alcoolismo-suas raízes psicológicas segundo a psicanálise. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. 7 (1). p. 18-26.
- Allport, G.W. (1935). *Attitudes*. In: Murchinson, C. Handbook of Social Psychology. Worcester, Mass: Clark University Press. Disponível em: <http://web.comhem.se/u52239948/08/allport35.pdf>.
- Allport, F. H. (1924). *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin Company. Disponível em: https://archive.org/details/socialpsychology00allp_1/page/n3/mode/2up
- Azevedo, F. (1958). *Princípios da Sociologia. Pequena Introdução ao Estudo de Sociologia Geral*. (8ª ed. Vol. 9). São Paulo, SP: Edições Melhoramentos.
- Braga, E. (1931/janeiro). Os elementos psico-sociológicos nos programas de ensino. *Achivos brasileiros de higiene mental*. 1(4).3-16.
- Beers, C. W. (1967). *Um Espírito que se achou a si mesmo*. (5ª ed., coleção História e Biografia, Vol. 19). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional. (Trabalho original publicado em 1908)
- Briquet, R. (1935). *Psicologia Social*. 1ª ed. São Paulo, SP: Livraria Francisco Alves.
- Caldas, M. (1932). A eufrenia-ciências da boa cerebração. *Archivos Brasileiros de higiene Mental*. 5 (2). 29-39.
- _____. (1930). Editorial: O movimento internacional da higiene mental. *Archivos Brasileiros de higiene Mental*. 3 (4). 111-120.
- _____. (1929,outubro). Os arquivos brasileiros de higiene mental. *Archivos Brasileiros de higiene Mental*. 2(1).1-2.
- Carvalho, D. (1935). *Sociologia Aplicada*. (coleção atualidades pedagógicas. Vol. 3). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Cavalcante, A. L. (1943,janeiro). Crianças anormais. *Archivos Brasileiros de higiene Mental*. 14(1). 17-20.
- Cunha, A.V. P. (1897). *Obsessões*. (These). Faculdade de Medicina e Pharmacia do Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=220>
- Dantas, A. (1873). Discurso proferido em 6 de dezembro de 1873 na Faculdade de Medicina da Bahia. *Gazeta medica da Bahia*. 1-2.

⁸⁰ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

- Ellwood, C. A. (1923). *An introduction to social psychology*. New York: D. Appleton and Company.
- Farani, A. (1931, junho/outubro). Como evitar as proles degeneradas. *Archivos brasileiros de higiene mental*. 4 (3).169-179.
- Figueiredo, A. J. C. (1847). Breve estudo sobre algumas generalidades a respeito da alienação mental. (These). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
- Fontenelle, J.P. (1925). Higiene Mental e Educação. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 1 (1). 1-10.
- Freyre, G. (1962). *Problemas Brasileiros de Antropologia*. (3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Kehl, R. (1940). *Psicologia da Personalidade: guia de orientação psicologica*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves.
- Lacerda, B. J. (2011, janeiro/março). Sobre os mestiços no Brasil. *História, Ciências, saúde*, 18(1), 235-242. (Trabalho original publicado em 1911).
- Leão, G. F. (1842). *As analogias entre o homem são e o alienado e em particular sobre a monomania*. (These). Faculdade Medicina do Rio de Janeiro. Recuperado de <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/703/1/274328.pdf>
- Liga Brasileira de higiene mental. (1925). Editorial. *Achivos brasileiros de higiene mental*. 1 (1).
- _____. (1932, janeiro/setembro). Editorial. *Achivos brasileiros de higiene mental*. 5(1). 1-3.
- _____. (1934). A lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras. *Achivos brasileiros de higiene mental*. 7 (1). 54-57.
- _____. (1930). Editorial: Psicologia e higiene mental. *Achivos brasileiros de higiene mental*. 3(9). 1-2.
- Lima, J. P. F. S. (1867). Contribuição para a história de uma moléstia que reina atualmente na Bahia sob a forma epidêmica e caracterizada por paralisia, edema, e fraqueza geral. *Gazeta medica da Bahia*. 268-270.
- Lowie, R. H., (1947). *Primitive Society*. London, England: Routledge & Kegan Paul.
- Lopes, E. (1931). Subsídios para a adaptação brasileira dos testes Binet-Terman. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. 4 (1). 17-52.
- Magnan & Legrain (1895). *Les dégénérés: état mental et syndromes épisodiques*. Paris, France: Rueff Et C. Editeurs.
- Maram, S. L. (1979). *Anarquistas. Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*.

Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Morel, B. A. (1857). *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*. Paris.
<https://archive.org/details/traitedesdg00more>

Olinto, P. (1924?). *Psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara

Peixoto, A. (1898). *Epilepsia e Crime*. Bahia: V. Oliveria & Comp. _Edictores. Recuperado de <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=483>

_____. (1916). *Psico-Patologia Forense*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves.

_____. (1938). *Novos Rumos da Medicina Legal*. (3ª ed.). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.

Peixoto, A. L. S., (1837). *Considerações gerais sobre a alienação mental*. (These). Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1415-47142013000400012>

Pinheiro, A. M., (1848). *A Histeria*. (These). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. recuperado de <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=228>

Pinho, P. M. (1960). *São Assim os Baianos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundo de Cultura.

Porto-Carrero, J. P. (1929). *Ensaio de Psychanalyse*. Rio de Janeiro, RJ: Flores e Mano.

_____. (193?). *Psicanálise de uma Civilização*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.

Radecki, W. (1925). *Hygiene mental das crianças baseada sobre as leis da Psychologia*. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. 1 (1). 11-89.

Ramos, A. (1928). *A sordice nos alienados: ensaio de uma psycho-pathologia da immundice*. Salvador, BA: Livraria e Typ. Do Commercio.

_____. (1933, julho). *As novas directrizes da Psychiatria*. *Revista Médica da Bahia*. 6(2), 1-5.

_____. (1933). *A técnica da Psicanálise Infantil*. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano 8 (3). 195-205.

_____. (1934). *Os furtos escolares*. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 9(3). 3-12.

_____. (1935). *A educação Psychica elementar*. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 10 (1).

_____. (1936). *Introdução á Psychologia Social*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio.

_____. (1926). *Primitivo e Loucura*. Salvador, BA: Imprensa Official do Estado.

- _____. (1947). *A Criança Problema: a higiene mental na escola primária*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Casa do Estudante do Brasil.
- _____. (1935). *Psiquiatria e Psychanalyse*. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- _____. (1934). *Educação e Psychanalyse*. (série atualidades pedagógicas. (Vol. 3). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- _____. (1937). *Loucura e crime: questões de Psychiatria medicina forense e Psychologia social*. Porto Alegre: Livraria do Globo.
- _____. (1942). *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- _____. (1943). *Guerra e Relações de Raça*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes.
- _____. (1948). *Saúde do espírito (Higiene Mental)*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária.
- _____. (2001). *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. (5ª ed. Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Graphia. (Trabalho original publicado em 1934).
- _____. (2003). *Introdução à Psicologia Social*. (4ª ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. (trabalho original publicado em 1936).
- _____. (2004). *A mestiçagem no Brasil*. Maceió, AL: Edufal. (Trabalho original publicado em 1952).
- _____. (2007). *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1935).
- _____. (s/d). *Anthropologia pathologica: os mestiços brasileiros*. *Revista semanal de Medicina e Cirurgia*, 4(7).
- Rocha, F. (1905). *Esboço de Psychiatria Forense*. São Paulo, SP: Typ. Laemmert & C.
- Romero, S. (1960). *História da literatura brasileira*. (6ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora.
- Ross, E. (1929). *Social Psychology*. An outline and source book. New York: The Macmillan Company.
- Roxo, H. B. B. (1946). *Manual de Psiquiatria*. (4ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- _____. (1943,janeiro). Como se pode curar doentes com obsessões e fobias. *Archivos Brasileiros de higiene Mental*. 14(1). 21-26.
- _____. (1943b,janeiro). Problemas de higiene mental. *Archivos Brasileiros de higiene Mental*. 14 (1). 3-6.

Penna, B. (1923). *Saneamento do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Jacinto Ribeiro dos Santos.

Silva, A. C. P. (1936). *Problemas de Higiene Mental*. São Paulo, SP: Oficinas Gráficas do Hospital de Juquerí.

Silveira, N. M. (1926). Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil. (These). Faculdade de Medicina da Bahia. Recuperado de <https://www.bgm.fameb.ufba.br/acervo-digital/silveira-nise-magalhaes-da-ensaio-sobre-criminalidade-da-mulher-no-brasil-bahia>

Vargas, G. (1937). Proclamação do povo brasileiro. Biblioteca da Presidência da República acessado em 25/09/2023
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/04.pdf/view>

Vianna, J. O. (1921). *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. São Paulo, SP: Olegario Ribeiro.

Young, K. (1945). *Social Psychology*. (2a ed.). New York, United States of America: F. S. Crofts & Company.

Fontes secundárias

Abrão, J. L. F. (2001). *A História da Psicanálise de crianças no Brasil*. São Paulo, SP: Escuta.

_____. (2009, setembro). As origens da psicanálise de crianças no Brasil: entre a educação e a medicina. *Psicologia em Estudo*, 4(3), 423-432.

Agamben, G. (2014). *O amigo & O que é um dispositivo*. Chapecó, SC: Argos Editora da UnoChapecó.

Almeida, A. R. (1989). Tendências da Psicologia Social no Brasil. *Síntese Nova Fase*, 47, 51-66.

Alvarez, M. C. (2003). *Bacharéis, Criminologistas e juristas: saber jurídico e a nova escola penal no Brasil*. São Paulo, SP: Método.

Amado, J. (2009). *Seara vermelha*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (trabalho original publicado em 1946).

Andrade, M. (2019). *Macunaíma: um herói sem caráter*. São Paulo, SP: Lafonte.

Antunes, M. A. M., (2007). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. (5ª ed.). São Paulo, SP: Educ.

Antunes, M. A. M. & cols. (2006). *A consolidação da Psicologia no Brasil (193-1962)*:

sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, 22, 79-94.

Araújo, T. B. (2021). *O nascimento da Psicologia social no Brasil: uma crítica a Raul Briquet*. Curitiba, PR: Appris.

Araujo, F. (2018). Introdução. In: Wundt, W. *A fundamentação da Psicologia científica*. São Paulo, SP: Hogrefe. (Trabalho original publicado em 1900).

Bacon, F. (2000). *Vida e Obra. (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo, SP: Nova Cultural.

Barreto, L. (2017). *Diário do Hospício – O Cemitério dos Vivos*. São Paulo, SP: Companhia das letras.

Barros, L. O. C. (2005). *Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de seu Tempo*. Maceió, AL: Edufal.

Barros, L. O. C. & Silva, L. M. V. M. (2013). *Arthur Ramos em Alagoas: notícias da obra jornalística*. São Paulo, SP: Intercom.

Boas, F. (2011). *A mente de um ser humano primitivo*. (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bock, A. M.B.R. Rosa, E. Z., Amaral, M. M., Ferreira, M.R., Gonçalves, N.G.N. (2022).

O compromisso social da psicologia e a possibilidade de uma profissão abrangente. *Psicologia Ciência e Profissão*.(42) SPE
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gLBYMVzGTHFynJJzjhW9x8t/?lang=pt#>

Bomfim, E. M. (2002). *Raul Carlos Briquet: pioneiros da Psicologia Brasileira*. Vol. (7). Rio de Janeiro, RJ: Imago.

_____. (2004, maio/ago.). Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. *Psicologia & Sociedade*. 16 (2). 32-36.

Bomfim, E. M. & Machado, M. N. M. (1987). Psicossociologia- Psicologia Social: história e prática. Machado, M. N. M. In: *Em torno da Psicologia Social*. Belo Horizonte, MG: Publicação Autônoma.

Bomfim, M. (2008). *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro

Edelstein de Pesquisas Sociais. 291 p. ISBN: 978-85-99662-78-6. Available from SciELO Books .

_____. (2013). *O Brasil na História: deturpação das tradições de degradação política*. (2ª ed.). Belo Horizonte, MG: Editora PucMinas.

Bourdieu, P. (2004). Os usos sociais da ciência. São Paulo: Editora Unesp.

- Brandão, *brasileiros de Neuroiatria e Psiquiatria*. Rio de Janeiro (3). (Trabalho original publicado 1897)
- Butler, J. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, (22), 160-179.
- Campos, M. (2010, dezembro). Delírio alucinatório crônico em um preto brasileiro, filho de africanos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 17(2). 692-694. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000600027>
-
- Candiotto, C. (2006). Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/form/ação*, 29(2), 65-78.
- Capanema, G. (2010). Educação moral. In: Horta, J. S. B. *Gustavo Capanema*. (Coleção Educadores, p. 105). Recife: Massangana. recuperado de <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/06/Gustavo-Capanema.pdf>
- Caponi, S. (2012). *Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.
- Carone, E. (1970). *A República velha: instituições e classes sociais*. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro.
- _____. (1976). *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, RJ: Difel.
- Carrero, P. (2002, setembro). A contribuição brasileira à Psychanalyse. *Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental: Clássicos da Psicopatologia*, 3, 154-157. Trabalho original publicado em 1932.
- Carvalho, B. P. & Souza, T. M. (2010). A “escola de São paulo” de Psicologia Social: Apontamento históricos. *Psicologia em estudo*. vol 15 (4). p. 713-721.
- Carvalho, J. M. (2015). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (trabalho original publicado em 1987).
- Castel, R. (1978). *A ordem psiquiátrica*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- _____. (2012). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. (10ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castro, E. (2016). *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Castro, R. D. (2015). *A Sublimação do ID Primitivo em Ego Civilizado: O Projeto dos Psiquiatras-Psicanalistas para Civilizar o País (1926-1944)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Cavalcanti, J. (1997). *Os anarquistas e a questão moral: Brasil (1890-1930)*. São Paulo, SP: Livro Aberto.

- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo, SP: Veneta.
- Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Codo, W. O fazer e a consciência. In: Lane, S.T.M. & Codo, W. (orgs.). *O homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Conselho Regional de Psicologia (2015). *Psicologia: Legislação, resoluções e recomendações para a prática profissional*. Recuperado de http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/manuais/manual_orientacoes/frames/manual_orientacoes.pdf
- Costa, E. V. (2010). *A abolição*. 9ª ed. São Paulo, SP: Unesp.
- _____. (2010b). *Da senzala à colônia*. (5ª ed.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- _____. (2015). *Brasil: história, textos e contextos*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Costa, J. F. (2006). *A História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Costa, P. J. & Conde, A. F. C., (2019, janeiro). O conceito de “primitivo” na obra de Sigmund Freud. *Brazilian Journal of Development*, 5(1), 370-385.
- Cunha, E. (2000). *Os sertões: Campanha de Canudos*. (Coleção: Grandes nomes do pensamento brasileiro). Rio de Janeiro: RJ: Publifolha.
- Cunha, M.C. , P. (1990). *Cidadelas da ordem: a doença mental na República*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- _____. (1986). *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Dalgalarrondo, P. (1996). *Civilização e Loucura: Uma introdução a História da Etnopsiquiatria*. São Paulo, SP: Lemos.
- _____. (2004, março). O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da Psiquiatria. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 7(1), 128-141.
- Decca, E. (2004). *1930: O silêncio dos vencidos - memória, história e revolução*. (6ª ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Decca, M. A. G. (1987). *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. (Coleção Oficinas de História. vol. 3). Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.

_____. (1990). *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo 1889-1940*. (Coleção Tudo é história). São Paulo, SP: Brasiliense.

De-Simoni, L. V. (2004, março). Importância e necessidade da criação de um manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 7(1), 142-159. (trabalho original publicado em 1839).

Dias, R.F. (2011). Liga Brasileira de Higiene Mental. In: Jacó-Vilela, A. M. (org.). (2011). *Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Domingues, I. (2017). *Filosofia no Brasil – Legados e Perspectivas- Ensaio Metafilosóficos*. São Paulo, SP: Editora Unesp.

Duarte, L.F. (2004). Arthur Ramos, antropologia e psicanálise no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, 1999, p. 11. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional.

Durkheim, E. (2016). *As regras do método sociológico*. São Paulo, SP: Edipro. (trabalho original publicado em 1895).

Dutra, E. F. (2012). *O Ardil totalitário - imaginário político dos anos 1930*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Facchinetti, C. & Muñoz, P. F. N. (2013, janeiro-março). Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro: 1903-1933. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 20(1). 239-262.

Farr, R. M. (1999). *As raízes da Psicologia Social Moderna (1872- 1954)*. (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Fausto, B. (2019). *História do Brasil*. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual de São Paulo.

Fernandes, F. (2020). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. (6ª ed.). São Paulo, SP: Contracorrente.

_____. (2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. (6ª ed.). São Paulo, SP: Editora Contracorrente.

Ferreira Neto, J. L. (2015, julho/setembro). Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 31(3), 411-420.

_____. (2017). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*. (9ª ed.). São Paulo, SP: Escuta.

Foucault, M. (1978). O que é crítica? Recuperado em <https://clinicand.com/wp-content/uploads/2021/04/O-que-e-a-critica-versao-final.pdf>

- _____. (1999). *A história da loucura na idade clássica*. São Paulo, SP: Editora Perspectiva.
- _____. (2005). *Em defesa da Sociedade*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. (2006). *O poder psiquiátrico*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. (2007). *As palavras e as coisas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. (2008a). *A ordem do discurso*. (16ª ed.). São Paulo, SP: Edições Loyola.
- _____. (2008c). *Nascimento da biopolítica*. (coleção Tópicos). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. (2008d). *Segurança, território, população*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. (2010a). *Os anormais*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. (2010b). *Estratégia, poder-saber*. (Coleção Ditos e Escritos – vol. IV.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- _____. (2011a). *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. (coleção Ditos e Escritos, Vol. I, 3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- _____. (2011b). *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. (39ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- _____. (2012a). *Ética, sexualidade e política*. (coleção Ditos e Escritos Vol. V). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- _____. (2012b). *História da sexualidade: A vontade de saber*. (Vol. 1) São Paulo, SP: Editora Graal.
- _____. (2013a). *Arqueologia do saber*. (8ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- _____. (2013b). *Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento*. (coleção Ditos e Escritos Vol. II, 3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- _____. (2013c). Como se exerce o poder. In Dreyfus, H.L; Rabinow, P. (2013). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- _____. (2014). *Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. (coleção Ditos e Escritos Vol. X). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, Obras completas: *Psicologia das massas e outros textos*. (Vol. 15: pp. 13-99). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- _____. (2012). *Totem e tabu*. In S. Freud, Obras completas: *Totem e tabu: contribuição à*

- história do movimento psicanalítico e outros textos*. (Vol. 11: pp. 13-155). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912).
- Frobenius, L., & Fox, D. C. (2010). *A Gênese Africana – Contos, Mitos e Lendas da África*. São Paulo, SP: Martin Claret.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Galvão, P. (2022). *Parque industrial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (trabalho original publicado em 1933).
- Gama, L. (2000). *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*. Ferreira, L. (org.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Garland, D. (2014). O que significa escrever uma “História do presente”? A abordagem genealógica de Foucault explicada. *Revista Justiça e Sistema Criminal*. 6(10). 73-96. Recuperado em <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/viewFile/14/12>
- Grenier, G. (2019). Doctrine de la dégénérescence et institution asilaire au Québec (1885-1930). *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*. Recuperado de <https://journals.openedition.org/ccrh/2744?lang=en>
- Gonçalves, M. A., (2019). *Psicologia favelada: Ensaio sobre a construção de uma perspectiva popular em Psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Mórula.
- Gonçalves, M. S., (2013, janeiro). Os primórdios da Psiquiatria no Brasil: o hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). *Revista Brasileira de História da Ciência*. 6(1), 60-77.
- Gontijo, R., (2010). *Manoel Bomfim*. (Coleção Educadores). Recife, PE: Massangana.
- Guimarães, A. P., (1981). *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Hale, C. A. (2015). As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: Betheli, L. (org). *História da América Latina - de 1870 a 1930*. (1ª ed). Sao Paulo: EdUsp.
- Hall, M. (2016). Entrevista concedida a Fontes, P. e Macedo, F. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/eh/a/vVq8zGzw4Fw9D5fq5WW8VdH/?lang=pt&format=pdf>
- Hobsbawm, E. J. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. J. (2015). *A era do Capital*. (23ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Hochman, G. (2009). *A era do saneamento*. São Paulo, SP: Hucitec.

- Holanda, S. B., (2014). *Raízes do Brasil*. (27ª ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Ianni, O. (1985). O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis, RJ: Vozes.
- James, C.L.R. (2010). *Os Jacobinos negros - Toussaint L'Overture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo.
- Jesus, C. T. (2014). Juliano Moreira: *Estudos de um pioneiro da psiquiatria no Brasil*. (Cadernos da Biblioteca Nacional) Volume (15). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional.
- Jobim, J. M. C. (2005, setembro). Insânia loquaz, ocasionada por uma pneumonia crônica, com tubérculos pulmonares? Observação do Sr. Dr. Jobim, membro titular, lida na sociedade de Medicina, na sessão de 30 de dezembro de 1830). *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 8(3), 557-558. (trabalho original publicado em 1831).
- Jouin, F. (2012, junho). Uma visita ao Asilo de Pedro II no Rio de Janeiro, Brasil (1880). *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*. 15(2). 404-412.
- Jung, C. G. (1987). *Psicologia do inconsciente*. (Obras completas 10ª ed. Vol.7). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kahhale, E. M. S.P., Montreozol, J. R. & Bambrilla, B. B. (2022). Sobre a prática clínica na perspectiva da Psicologia Socio-histórica. In: Moreira, M. I.C. & Sousa, S.M.G. (orgs.). (2022). *Psicologia Socio-histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais*. Goiânia: Editora da PUC Goiás.
- Kalmar, I. (1987, dec.). The Volkerpsychologie of Lazarus Steithal and the modern concept of culture. 48(4). 671-690. Recuperado em <https://doi.org/10.2307/2709693>
- Kant, I. (2016). Terra, R. R. (org.). *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Kant, I., Erhard, B. J., Herder, J. G., Lessing, G. E., Wieland, C. M., Hamann, J. G., & Riem, A. (2011). *O que é esclarecimento?*. Rio de Janeiro, RJ: Via Verita.
- Kantor, M., Maciel, D. A. & Simões, J. A. (Orgs). (2001). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. São Paulo, SP: Escuta.
- Kraepelin, E. (2009, março). As formas de manifestação da insanidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: Clássicos da Psicopatologia*. 12(1), 167-194.
- _____. (2010, junho). Paranoia (Verrücktheit) - 1904. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: Clássicos da Psicopatologia*. 13(2), 333-351.
- Lacerda Jr. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología*. 3, 216-263.
- Laclos, F. F. (2015). Arqueologia. *Mnemosine*, 11(1), 293-298.

- Lama, F. G. & Silva, M. R. (2010, junho). Foucault, o método histórico-filosófico de pesquisa e sua contribuição para a metodologia científica da Ciências Humanas. *Revista de Teoria da História*, 1(3), 110-122.
- Lane, S. T. M. (1979). *O que é Psicologia Social*. (Coleção Primeiros Passos, 13ª ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- _____. (2000). Os fundamentos teóricos. In: Lane, S.T.M. & Araújo, Y. (orgs.). *Arqueologia das emoções*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- _____. (2012). A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane, S.T.M. & Codo, W. (orgs.). *O homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense. (trabalho original publicado em 1984).
- Le Bon, G. (2008). *Psicologia das multidões*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1895).
- Lemke, T. (2017). *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo, SP: Politéia.
- _____. (2018). *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*. São Paulo, SP: Politéia.
- Levy-Bruhl, L. (2008). *A mentalidade primitiva*. São Paulo, Sp: Paulus. (trabalho original publicado em 1922).
- Leuenroth, E. (2016). *O movimento operário: a greve de 1917*. São Paulo, SP: Centro de Cultura Social.
- Lindzey, G. & Aronson, E. (1968). *The handbook of Social Psychology*. (2ª ed., Vol. 1). Texas, United States of America: Addison-Wesley Publishing Company.
- Lima, N. T. (2013). *Um sertão chamado Brasil*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Lima, N. T. & Hochman, G., (1996). Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República. Maio, M. C. & Santos, R. V., *Raça, Ciência e sociedade*. (pp. 23). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- _____. (2000). Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciências & Saúde Coletiva*. 5(2). 313-332.
- Lima, R.A. (2015) *Por uma Historiografia foucaultiana para a psicanálise: o poder como método*. São Paulo: Via Leterra.
- Lombroso, C. (2007). *O homem delinquente*. (coleção fundamentos do Direito). São Paulo, SP: Ícone.
- Losurdo, D. (2006). *Contra-história do liberalismo*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- MacDougall, W. (1950). *An Introduction to Social Psychology*. (3ª ed.). London, England: Methuen. (trabalho original publicado em 1908).

- Machado, R. (2011). Por uma genealogia do poder. In: Foucault, M. (2011). *Microfísica do poder*. São Paulo, SP: Editora Graal.
- Machado, R., Loureiro, A., Luz, R. & Muricy, K. (1978). *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Maio, M. C. (1999, outubro). O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 141-158.
- Malinowski, B. (1949). *Estudios de Psicología Primitiva: el Complejo de Edipo*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós.
- Mancebo, D. (2004). História e psicologia: um encontro necessário e suas “armadilhas”. In: M. C. Guedes & M. Massimi (Orgs.). *História da psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 11-26). São Paulo: EDUC; Cortez.
- _____. (1973). *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (trabalho original publicado em 1927).
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Martín-Baró, I. (2011). Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F. (Orgs.). (2011). *Psicologia Social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea.
- Marx, K. & Engels, F. (1986). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo, SP: Novos Rumos. (Trabalho original publicado em 1848).
- Marx, K. (2017). *O capital*. 2a ed. São Paulo, SP: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867).
- _____. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, SP: Expressão Popular. (trabalho original publicado em 1859).
- _____. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São paulo, SP: Boitempo.
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo, SP: E.P.U.
- _____. (2010, julho-dezembro). Métodos de investigação em História da Psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 100-108.
- _____. (2010). *A teoria dos temperamentos e suas aplicações nos trópicos*. Ribeirão Preto, SP: Holos.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. (3ª ed.). São Paulo, SP: n-1Edições.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. (coleção ensaios, vol. 16).

- Mercadante, J. (2015, julho/dezembro). Análise das fichas do serviço de ortofrenia e higiene mental do Rio de Janeiro (Arthur Ramos, 1934-1939): contribuições à História da Psicologia. *Oficina do Historiador*, 8(2), 80-99.
- Molon, S. I. (2001). A Psicologia social abrapiana. *Interações*, 12 (6). Recuperado em 2 de janeiro de 2008 de <http://www.bvs-psi.org.br>
- Mokrejs, E. (1993). *A Psicanálise no Brasil: As origens do pensamento psicanalítico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monsma, K. (2016). *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos, SP: Edufscar.
- Monterio, Y. N. & Carneiro, M. L. T. (2012). São Paulo, SP: Fap-Unifesp.
- Moreira, J. (2011, dezembro). A notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 14(4), 728-768. (trabalho original publicado em 1905).
- Moreira, J. & Peixoto, A., (2001, abril-junho). A paranóia e as síndromes paranóides. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: Clássicos da Psicopatologia*. 4(2), 134-167.
- Moreira, J. & Peixoto, A., (2005, dezembro). As doenças mentais nos climas tropicais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: Clássicos da Psicopatologia*. 8(4), 794-811.
- Morel, B. A. (2008). Tratado das degenerescências na espécie humana. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 11(3). 497-501. (Trabalho original publicado em 1857).
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mota, A. (2003). Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: DP & A.
- Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- _____. (2020). *Racismo e luta de classes no Brasil: textos escolhidos de Clóvis Moura*. Brasil: Terra Sem Amos.
- Munanga, K. (2019). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5ª ed. (coleção cultura negra e identidades). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Nascimento, A. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista*. (3ª ed.) São Paulo, SP: Perspectiva.
- Nascimento, F.A.F. (2021). The savage rests in every soul: social misfits and primitive

- unconscious in Arthur Ramos's Social Psychology. In: Mandelbaum, B., Frosh, S., & Lima, R.A. (2021). *Brazilian Psychosocial Histories of Psychoanalysis*. Cham: Switzerland.
- _____. (2018). Arthur Ramos: perspectivas de uma trajetória. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. 17, s/n. Recuperado em https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1042
- Nascimento, F.A.F. & Mandelbaum, B. P. H. (2020, jun). A invenção da norma: a psicologia na Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. 27(4), 1149-1167. Recuperado em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/W35yWWDpbsVyNMRBhBQZSLw/>
- _____. (2019). A psicanálise da norma: Arthur Ramos e a Liga Brasileira de Higiene Mental. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*. 36, 1-25. Recuperado em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/12647>
- Neto, L.F. (2010). *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura.
- Nietzsche, F. W. (2002). *A genealogia da moral*. São Paulo, SP: Centauro Editora.
- Nogueira, S. G. (2019). *Libertação, Descolonização e Africanização da Psicologia- Breve Introdução à Psicologia Africana*. São Carlos, SP: Edufscar.
- Nunes, E. D. (1980, abril). *Medicina social*. *Medicina social no Brasil*: (vol. LXXIV, p.p. 05-20)
- Oda, A. M. G. R., (2005, setembro). Apresentação a “insânia loquaz” (Jobim, 1831): e “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas do Rio de Janeiro” (Sigaud, 1835). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental: História da Psiquiatria*, 8(3), 554-556.
- _____. (2001, dezembro). A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry on line Brasil*. 6(12). 1-21. Recuperado de <https://www.polbr.med.br/ano01/wal1201.php>
- _____. (2013, dezembro). A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 16(4), 630-641.
- Oda, A. M. G. R., & Dalgalarrodo, P. (2005, setembro-dezembro). História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. 12(3). 983-1010.
- Oliveira, C. (2008). A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. 15(1). 169-181.
- Oliveira, C. L. M. V. (2002, setembro). A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: Clássicos da psicopatologia*, 5(3), 144-153.

- _____. (2005). *História da psicanálise - São Paulo (1920-1969)*. São Paulo, SP: Escuta.
- Paicheler-Harrous, G. (2018). *A invenção da Psicologia moderna*. São Paulo, SP: Benjamin Editorial.
- Peixoto, A. L. S. (2013, dezembro). Considerações gerais sobre a alienação mental. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(4), 642-682. (Trabalho original publicado em 1837).
- Pereira, M. E.C. & Gutman, G., (2007, setembro). Primitivo e loucura, ou o inconsciente e a psicopatologia segundo Arthur Ramos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental*, 10(3), 517-525.
- Pinell, P. (2016). Genèse et réception de la théorie de la dégénérescence: Contribution à l'analyse des conditions de succès d'une idéologie. *Revue Européenne des Sciences Sociales*. 54(1). 183-200.
- Pinel, P. (2007). *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania*. Porto Alegre, RS: UFRGS. (trabalho original publicado em 1801).
- Pinheiro, P. S., & Hall, M. M. (1981). *A classe operária no Brasil 1889-1930: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Postel, J. & Quétel, C. (1987). *Historia de la Psiquiatria*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Prado, C. J. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Prado Filho, K. Para uma arqueologia da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 464-468. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300003>
- _____. (2006). *Michel Foucault - uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Preciado, P. B. (2022). *Eu Sou o Monstro que Vos Fala: relatório para uma Academia de Psicanalistas*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Raeders, G. (1996). *O conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- _____. (2012). *História econômica no Brasil*. (43ª ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Rago, L. M. (1990). *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São paulo (1890-1930)*. (Tese de doutoramento). Departamento de História. Universidade Estadual de Campinas.
- _____. (1995). O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Revista Sociologia: Tempo Social*. 7(1-2). 67-82.

- _____. (1993) As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Resgate: Revista Interdisciplinar para Historiadores*. 4(5). 22-32.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647987>
- _____. (2014). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista Brasil 1890-1930*. (4ª ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Ribot, T. (2005). *A lógica dos sentimentos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Rocha, F. F., (2008, março). Esboço de psiquiatria forense. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. 11(1). 151-165. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/WYHkXW3Mfd95zkcpJb9JVCs/?format=pdf>
- Rocha, G. S. (1989). *Introdução ao nascimento da Psicanálise no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Rodrigues, R. N. (2004, junho). A paranóia nos negros: estudo clínico e médico-legal. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 7(2), 161-178. (trabalho original publicado em 1903).
- _____. (2006). *As coletividades anormais*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial. (Edições do Senado Federal). (Trabalho originalmente publicado em 1939).
- _____. (2008a). Mestiçagem, degenerescência e crime. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. 15(4). 1151-1182. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-506992>
- _____. (2008b). *Os africanos no Brasil*. São Paulo, SP: Madras. (Trabalho original publicado em 1932).
- _____. (2009, dezembro). Atavismo psíquico e paranoia. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 12(4), 766-789. (trabalho original publicado em 1902).
- _____. (2004, setembro). Apresentação: A paranóia nos negros parte 2. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 7(3), 128-130. (trabalho original publicado em 1903)
- _____. (2011). As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edeistein de Pesquisas Sociais. Recuperado de <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>
- Romero, S. (2001). O Brasil social e outros estudos sociológicos. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). (Trabalho original publicado em 1907). Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1057>
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ:

Vozes.

- Rosen, G. (1985). *De la policía médica a la Medicina social*. México: Siglo Veintiuno Editores.
- Roxo, H. B. B., (2006, março). Sexualidade e demência precoce. *Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental: Clássicos da Psicopatologia*, 11(1), 1162-172. Trabalho original publicado em 1919.
- Russo, J. (1998,out.). Raça, Psiquiatria e Medicina-|Legal: notas sobre a “pré-história” da Psicanálise no Brasil. *Horizontes Antropológicos*. 4(9). 85-102.
- _____. (2002). *O mundo Psi no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Rousseau, J.J. (2017). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Russo, A. J. (2001). Porto Carrero, Júlio Pires. In: Campo, R. H. F. (2001). *Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil*. (Coleção Pioneiros da Psicologia brasileira). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Sá, D. M. (2009, julho) . A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, (1), p.333-348.
- Sander, J. (2010). A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*. 22(2). 382-387. Recuperado em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200019>
- Santos, R. A. (2012). O plano de educação higiênica Belisário Penna. 1900-1930. *Dynamis*, 32(1), 45-68.
- Stahl, M., (2016). Louis Couty e o império do Brasil: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891) [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC. Recuperado de <https://doi.org/10.7476/9788568576854>
- Serpa Júnior, O. D. (1998). *Mal-estar na natureza*. Rio de Janeiro, RJ: Te Corá.
- _____. (2010). O degenerado. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. 17(2). 447-473.
- Sighele, S. A multidão criminosa- ensaio de Psicologia Coletiva. (Trabalho original publicado em 1954). Recuperado de <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/multicrim.html>
- Sigaud, J. F. X. (2005, setembro). Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 7(3), 559-562. (trabalho original publicado em 1835).
- Silva, R. N. (2005). *A invenção da Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2004, maio/ago.). Notas para uma genealogia da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*. 16(2), 12-19.

- Schreiner, A. *Prefácio para 4ª edição*. (2003). In Ramos, A. *Introdução à Psicologia Social*. 4. ed., p. p. 7. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Sircilli, F. (2005). Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930. *Paidéia*, 15(31), 185-193.
- _____. (2008). *Arthur Ramos, Psicanálise e a Educação*. Marília, SP: Potesis.
- Schwarcz, L. M. (2014). *O espetáculo das raças*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- _____. (2011, janeiro/março). Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde* 18(1), 225-233.
- Schwarcz, L. M. & Starling H. M. (2018). *Brasil: uma biografia*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- _____. (1982). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo*. (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Stepan, N. L. (2005). *“A hora da eugenia”: raça, gênero e nação na América Latina*. (Coleção História e Saúde). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.
- Sevcenko, N. (1993). *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, SP: Scipione.
- Tamano, L. T. O., (2013). *Arthur Ramos e a mestiçagem no Brasil*. Maceió, AL: Edufal.
- Tarde, G. (1992). *A Opinião e as Massas*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1901).
- Teixeira, L. A., Pimenta, T. S. & Hochman, G. (orgs). (2018). *História da saúde no Brasil*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Teixeira, M. O. L, & Ramos, F. A. C. (2012, junho). As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. *Revista latinoamericana de Psicopatologia Fundamental: História da Psiquiatria*, 15(2), 364-381.
- Torres, A. (2021). *O problema nacional brasileiro*. Niterói, RJ: Brava Gente. (trabalho original publicado em 1914).
- Vandresen, D. S. (2016). O discurso na arqueologia e genealogia de Michel Foucault, 2010.
- Vannuchi, M.B.C.C. (2017). A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. Kon, N. M., Silva, M. L. & Abud, C. C. (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Veiga-Neto, A. (2014). *Foucault & Educação*. (3ª ed.). Belo Horizonte, MG: Editora

Autêntica.

_____. (2006). Na oficina de Foucault. In: Gondra, J.; Kohan, W. (org.). Foucault 80 anos, p.p 79-81. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

_____. (2009, setembro/dezembro). Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. *Cadernos de Educação*, 34, 83-94.

Veyne, P. (2008). *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70.

Yamamoto, O. H. (1987). *A Crise e as Alternativas da Psicologia*. São Paulo, SP: Edicon.

Apêndice A - Arthur Ramos: um caminho possível

Em 1921, Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) publicava o primeiro livro no Brasil que trazia em seu título os termos Psicologia Social. A publicação era um conjunto de ensaios que tratavam dos aspectos culturais e sociológicos da população e possuíam um caráter evidentemente conservador, ao criticar, por exemplo, o processo de Abolição no país pela sua suposta rapidez. Foi somente quatorze anos mais tarde que Raul Carlos Briquet (1887-1953) publicou o seu livro *Psicologia Social* (1935), pouco tempo depois de ministrar o primeiro curso desta ciência no Brasil, na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo (Araújo, 2021).

Psicologia Social apresentava um cenário amplo teórico da Psicologia Social com referência a pesquisadores dos Estados Unidos da América e Europa. Briquet (1935) investigava desde as raízes da nova ciência, que em sua perspectiva guardava relações de dependência em relação à Sociologia e à Psicologia, até os temas fundamentais para os manuais da época: identidade e adaptação social, opinião pública, preconceito étnico, multidão, liderança e revolução. Ao contrário dos ensaios de Oliveira Vianna, Briquet (1935) apresentava uma preocupação com a cientificidade de seu estudo e não poupou argumentos para criticar obras que usavam de falácias para validar suas hipóteses, especialmente aquelas relacionadas à hereditariedade e a eugenia e que provocavam impasses à prática psicossocial.

A falácia da irredutibilidade do caráter hereditário tem prejudicado muito o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Não tem merecido atenção maior nem do médico, que o considera inacessível à terapêutica, nem do psicossociólogo, que o julga inaplicável ao comportamento social. (Briquet, 1935, p. 24)

Dois anos depois do curso de Briquet, em 1935, Arthur Ramos, médico alagoano, ministrou o curso de Introdução à Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e, um ano mais tarde, lançou o segundo manual de Psicologia Social escrito por um autor brasileiro. Ainda que seja fundamental o reconhecimento da contribuição do médico Raul Briquet⁸¹ para a fundação da Psicologia Social no Brasil, Arthur Ramos produziu um maior volume de obras dedicadas a esse campo. Além disso, a sua contribuição parecia-nos possuir não só maior volume, mas interfaces que cruzaram os caminhos da Psicologia Social nas décadas seguintes.

O desajustamento social era a noção que traçava para Arthur Ramos diferentes pontos de contato entre a Psicologia Social, a Psicologia, a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, o higienismo e a Pedagogia. Em suas mãos a Psicologia Social, além de se constituir na interface

⁸¹ Ver Araújo (2021), *O nascimento da Psicologia Social no Brasil – uma crítica a Raul Briquet*, e Bomfim (2002), *Raul Carlos Briquet*, volume sete da coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira organizada pelo Conselho Federal de Psicologia.

e dependência em relação à Psicologia e à Sociologia, ela possuía vínculos diretos com os estudos psiquiátricos sobre as psicopatologias. Com isso, a noção de sujeito desajustado encontrava suas raízes na noção de degeneração, nos estudos sobre a população e as questões relacionadas ao seu governo, o que implicava diretamente no objetivo de modernização do país.

Arthur Ramos de Araújo Pereira, filho do médico Manoel Ramos de Araújo Pereira e Dona Ana Ramos de Araújo Pereira, nasceu na cidade de Pilar, no ano de 1903, no Estado de Alagoas. Em Maceió, realizou estudos os preparatórios para o ingresso na faculdade com Faustino Magalhães da Silveira, pai de Nise da Silveira, de quem se tornou amigo e ingressou junto no curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Nise lembrava que o colega de estudos ocupava um dos pianos na sala para acompanhar sua mãe na execução de peças de concerto e música popular (Barros, 2005).

Aos dezoito anos, em 1921, matriculou-se na Faculdade de Medicina onde, cinco anos mais tarde recebeu o título de Doutor em Ciências Médico-cirúrgicas defendendo a tese intitulada *Primitivo e loucura* (1926), que além de aprovada com distinção, no mesmo ano, seria publicada pela Imprensa Oficial do Estado e, no ano seguinte, laureada com o prêmio Alfredo Brito da Faculdade de Medicina da Bahia e elogiada por Freud, como importante para a difusão da Psicanálise em língua portuguesa (Barros, 2005).

Em sua tese, que seria apenas uma parte do projeto de estudos sobre as relações entre os sintomas psicopatológicos e o folclore, encontramos o interesse do médico alagoano pela psicologia coletiva e as teorias sobre os processos de formação da identidade social, sugestão, imitação e simpatia, foram suportes importantes para sua análise a respeito da psicopatologia gregária e o delírio religioso. Mais que isso, Ramos (1926) inseria-se no debate sobre as causas dos males que acometiam à população brasileira e os tensionamentos entre a noção de degenerescência e desajustamento.

Ramos (1926) posicionava a doença mental como expressão do desajustamento e com isso aproximava o funcionamento mental dos povos primitivos, das crianças e dos loucos. No entanto, não deixava com isso de posicionar uma dimensão irracional presente na vida psíquica dos sujeitos modernos e civilizados. A noção de Inconsciente Primitivo ou Folclórico, já em sua tese, deixava antever os passos futuros de seus estudos.

Ao mesmo tempo que apresentava interesse sobre a Psicologia dos Povos e a Psicologia Social, Psicanálise apresentava-se para Ramos, e isso em toda a sua produção sobre a higiene mental, como um elemento pedagógico importante para a superação dos elementos primitivos presentes na população: portanto, a noção de desajustamento social, que deixava circunscrito o

espaço do degenerado sem fazê-lo deixar de existir, apresentava possibilidades de superação dos males que acometiam a população pela via da educação (Duarte, 2004).

Para o estudo da psicologia coletiva, que ele mais tarde posicionaria como parte da sua psicologia social, Ramos elegeu Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) como o precursor dos estudos sobre as psicopatologias gregárias e sobre os povos africanos no Brasil. A ele somavam-se as referências a Gustave Le Bon e sua teoria sobre o funcionamento irracional das massas, Gabriel Tarde e as suas leis da imitação, assim como a escola pós-lombrosiana com Tanzi e Riva, Sighele e Rossi sobre o atavismo psíquico (Ramos, 1926).

As referências à psicanálise foram principalmente dos estudos de Sigmund Freud (1856-1939), Carl Gustav Jung (1875-1961) e Alfred Adler (1870-1937), este último para uma compreensão teleológica do comportamento e dos desajustamentos. Enquanto Freud e Jung foram fundamentais para a elaboração do conceito de inconsciente primitivo ou folclórico, o estudo sobre o desenvolvimento infantil e os elementos psíquicos na vida social. Para Ramos (1926) a escola psicanalítica havia não só atualizado em termos psicológicos a noção do atavismo psíquico proposto pela escola italiana, como avançou em sua elaboração estabelecendo os estágios do desenvolvimento infantil e o conceito de fixação e regressão como mecanismos psíquicos ativos na formação dos sintomas patológicos.

No campo dos estudos psiquiátricos, referia-se a Juliano Moreira (1873-1933), Afrânio Peixoto (1876-1947), Henrique Roxo (1877-1969) e Emil Kraepelin (1856-1926), entre outros. Em Juliano Moreira e Afrânio Peixoto (1905) encontrou suporte para o papel da educação infantil como dispositivo de prevenção da doença mental e afirmou que os autores “(...) assinalaram, como vícios essenciais do paranoico, uma primitiva e originária autofilia, inadaptabilidade entre o indivíduo e o meio, e reações consequentes daquele contra estes: perseguição ativa, passiva, ou ativa-passiva” (Ramos, 1926, p. 34).

É importante lembrar que o estudo da paranoia e da esquizofrenia foram chaves para seus estudos sobre o funcionamento mental primitivo e a elaboração das causas do desajustamento social como um processo onde as experiências legadas pelas gerações anteriores reapareciam no psiquismo quando “(...) falecem as funções moderadoras, ou indiretamente por defeito extrínseco das funções inibidoras, como nas moléstias mentais agudas e seus *reliquats* crônicos” (Ramos, 1926, p. 33).

Ramos elaborou, partindo dos estudos sobre a paranoia, a esquizofrenia e o folclore, a concepção de inconsciente folclórico que transversalizou seus estudos até os anos de 1940. O inconsciente primitivo ou folclórico corresponderia a uma síntese entre o inconsciente

interpsíquico e o ancestral e, seguindo estas elaborações, defendeu a hipótese que a construção dos sintomas neuróticos e psicóticos possuía uma base transgeracional e filogenética, que se faziam representar nas formações culturais, na linguagem, nos sonhos, no funcionamento mental primitivo das crianças e das populações incultas e nos sintomas psicopatológicos universais, como o delírio (Ramos, 1934/2007).

Com a noção de inconsciente primitivo, o médico alagoano “(...) procurava explicar a persistência de traços mentais primitivos no homem contemporâneo emergindo em determinadas condições, como a atividade onírica, o devaneio, as doenças mentais, a criação artística, a conduta infantil e o comportamento dos grupos e multidões (Schreiner, 2005, p. 154).

Ao término do curso de medicina, em 1927, foi nomeado para exercer as funções de médico-assistente no Hospital São João de Deus, um asilo psiquiátrico onde realizou seus primeiros estudos sobre psicopatologia que, mais tarde, em 1928, o ajudaram a escrever sua tese de livre-docência *A Sordice dos Alienados (ensaio de uma patologia da imundice)* (Barros, 2005).

Neste texto, Ramos (1928), partindo da leitura de Freud e Karl Abraham (1877-1925), retomou a ideia de que aspectos primitivos do desenvolvimento seriam representados nas formações culturais como o folclore. Mais uma vez associava o sintoma patológico ao funcionamento mental das crianças e dos povos primitivos e, ao mesmo tempo, referia-se que o sintoma psicopatológico representaria a fixação dos indivíduos a estágios primeiros do desenvolvimento (Ramos, 1928). Ainda neste ano, Ramos tornou-se médico-legista do Instituto Médico Legal da Bahia, que mais tarde veio a chamar-se Instituto Nina Rodrigues, e, sob a influência do Professor Estácio de Lima (1897-1984), um sucessor de Nina Rodrigues na cadeira de Medicina Legal, iniciou seus estudos sobre o negro no Brasil e sobre a psicopatologia forense e a psicanálise buscando a identidade nacional (Ramos, 1937). Além disso, Ramos participava ativamente da estruturação do manicômio judiciário e assumiu o cargo de redator-chefe dos Arquivos do Instituto Nina Rodrigues entre os anos de 1928 e 1933.

A psicanálise lida por Arthur Ramos (e por todos os psiquiatras seus contemporâneos) era fundamentalmente uma teoria da “civilização” ou “educação” individual. (...) a teoria freudiana era consumida sobretudo pela via da oposição entre um “inconsciente” mais “primitivo” (com todas as ambiguidades dessa palavra) e uma “consciência” capaz de se “educar”, de se controlar (e eventualmente se autocontrolar) pela própria via dos novos recursos psicoterapêuticos colocados à disposição do processo civilizatório. (Duarte, 2004, p. 15)

Nos anos de 1930, além dos inúmeros artigos sobre a Higiene Mental e a relação entre a Pedagogia e a Psicanálise (entre tantas outras temáticas), Ramos também se dedicou ao estudo do negro no Brasil, inspirado pelas pesquisas de Nina Rodrigues (Ramos, 1942) e, na introdução

de uma de seus livros, escreve que a experiência como médico legista e clínico o colocou em contato com as populações negras e mestiças (Ramos, 2001).

Em 1934 publica *O negro brasileiro: etnografia religiosa* (2001) onde mais uma vez escreveu sobre mecanismos psicológicos primitivos em funcionamento nas culturas primitivas, nas crianças e nos processos patológicos.

[...] para a obra da educação e da cultura, é preciso conhecer essas modalidades do pensamento ‘primitivo’, para corrigi-lo, elevando-o a etapas mais adiantadas, o que só será conseguido por uma revolução educacional que aja em profundidade, uma revolução ‘vertical’ e ‘intersticial’ que desça aos degraus remotos do inconsciente coletivo e solte as amarras pré-lógicas a que se acha acorrentado. (p. 32)

Ainda nestes textos explicou que o conceito “primitivo”, assim como a noção de “arcaico” não se referia a uma suposta inferioridade racial, mas sim a fenômenos puramente psicológicos. O atraso, em termos psicológicos, das religiões não monoteístas possibilitaria a compreensão da psique coletiva do brasileiro.

Com o estudo das formas atrasadas de suas religiões, consegue-se apenas descobrir uma ponta do véu. Mas é preciso descer mais, muito mais. E escrever a história do Brasil, não essa das biografias e dos episódios políticos, história automática e estereotipada, sem ligação com a massa étnica, mas esta outra, mais exata, mais científica, das peripécias e transformações do seu inconsciente folclórico. (Ramos, 2001, p. 322)

Foi neste mesmo ano que Ramos se mudou para o Rio de Janeiro e, a convite de Anísio Teixeira (1900-1971), assumiu, entre os anos de 1934 e 1939, a coordenação técnica da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental (Barros, 2005). Conforme Schreiner (2005, p. 153),

O programa da SOHM desenvolvido por Ramos incluiu cuidados com as primeiras classes de pré-escola montadas em algumas escolas experimentais, formação de círculos de pais, visitas domiciliares realizadas por educadores e assistentes sociais, educação pública visando ao aconselhamento sobre higiene mental, cursos da escola de professores e exame médico-psicológico do escolar, todas estas intensões que podem ser resumidas em sua preocupação de ‘orientar os psiquicamente sãos, [e] reajustar os mal-ajustados’.

Na Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental – SOHM, do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal realizou duas mil observações de crianças, as quais resultaram no livro *A Criança Problema* (1947) onde escreveu:

As crianças ‘caudas de classe’ nas Escolas, insubordinadas, desobedientes, instáveis, mentirosas, fujonas... na sua grande maioria não são portadoras de nenhuma ‘anomalia moral’, no sentido constitucional do termo. Elas foram ‘anormalizadas’ pelo meio”. Como o homem primitivo cuja ‘selvageria’ foi uma criação dos civilizados, também na criança, o conceito de ‘anormal’ foi, antes de tudo, o ponto de vista adulto, a consequência de um enorme sadismo inconsciente de pais e educadores. (Ramos, 1947, p.18)

O desajustamento social encontrava suas raízes na dinâmica afetiva e sociocultural e por isso mesmo rompia com a ideia do determinismo biológico. Neste sentido, Ramos, ao tratar da saúde como fenômeno sociocultural imerso na história, revelava seu enfoque antideterminista (Maio, 2015). É importante perceber que o desajustamento social ganhava novas dimensões com a criança problema: o suposto desajustamento familiar não envolvia só a

crianças mas principalmente os adultos que faziam parte de sua vida; o mesmo acontecia com o desajustamento escolar, os desajustamentos sexual e afetivo. Entre as causas para o desajustamento estavam a violência contra a criança, o abandono, as condições de higiene e sanitárias (Ramos, 1939/1947).

Em seu prefácio à segunda edição de *A criança problema*, edição com a qual trabalhamos aqui, Ramos referia que seu livro faria parte de uma coleção de estudos voltados à psicologia social: “a higiene mental – excluídos os seus aspectos organicistas – será assim uma psicologia social comparada, e por este motivo este livro passa a figurar, como o II volume, numa série de estudos de psicologia social (...)” (Ramos, 1939/1947, p. 9).

Em setembro de 1934, Ramos ingressou na Liga Brasileira de Higiene Mental. Ministrou uma conferência e escreveu poucos artigos. Entre os anos de 1935 e 1936, Ramos deixou as atividades na Liga. No entanto, sobre essa parte de sua trajetória temos poucas informações. O médico apenas deixou de ser mencionado nas Atas oficiais e de comparecer nas seções que antes era encarregado. Nossa hipótese é que a aderência da Liga cada vez maior às teorias eugênicas, a ponto de reproduzir com entusiasmo o decreto de Hitler sobre a instauração do tribunal eugênico na Alemanha, o tenha conduzido a deixar a instituição.

Podemos ver um exemplo disso em seu estudo sobre *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise* (2007) publicado um ano depois de sua entrada na LBHM. As suas afirmações sobre o papel da psicologia social abriam um combate ao determinismo biológico e ao racismo. Caberia a Psicologia Social apresentar os aspectos ideológicos, muitas vezes inconscientes, que determinavam os métodos e as pesquisas sobre as culturas no Brasil:

É a psicologia social, com a posição metodológica a que aludo [a demopsicologia], que virá esclarecer ‘psicologicamente’ os móveis dessas discussões e controvérsias, denunciando as tramas, muitas vezes inconscientes, destes exclusivismos, quase sempre a serviço de determinadas crenças e convicções filosóficas e até de ideologias político-sociais. (Ramos, 1934/2007, p. 07)

Ainda na primeira metade dos anos de 1930, concomitantemente aos estudos sobre o negro, publicou *Estudos de psicanálise* (1931), *Freud, Adler e Jung* (1933), *Psiquiatria e psicanálise* (1933), *Educação e psicanálise* (1934), *Introdução à psicologia social* (1936). Após o lançamento da *Introdução* Ramos publicou, em 1937, *As culturas negras no novo mundo* (1937) e *Loucura e crime: questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social* (1937).

Neste último, uma coletânea de artigos publicados em jornais e revistas médicas, encontravam-se artigos escritos entre os anos de 1926 e 1933 sobre o suicídio infantil, o hipergentalismo e criminalidade, as psicoses reacionais, o problema psicológico do curandeirismo, entre outros, que uma vez mais e reafirmavam a ideia de funcionamento mental

primitivo como central para a emergência do sintoma psicopatológico e o desajustamento social.

Podemos ver que os interesses de Ramos sobre estes diferentes campos, Psiquiatria, Psicanálise, Psicologia Social e Antropologia, não se encontravam separados no tempo, como parte de uma sucessão de estudos que partiam dos discursos psicológicos e encontravam em seu final a Antropologia. Eles eram concomitantes e mesmo em suas obras mais tardias, como a *Introdução à Antropologia Brasileira* (1945), Ramos não deixou de referenciar as leis de imitação de Tarde e direcionar o leitor para a leitura de seu estudo sobre o desajustamento social, a formação da identidade social e a personalidade:

A sugestão, a imitação e a simpatia são fatores que sempre intervêm nos processos de interação mental, nos contatos de sociedade e de cultura (A. Ramos, *Introdução à psicologia social*, op. cit.). A lei tri-fásica de Tarde, da invenção, imitação e nova imitação está presente no fenômeno de mudança cultural, e a esse estudo consagrei largas páginas de análise. (Ramos, 1947, p. 468)

No ano de 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal, Ramos foi convidado por Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto para assumir a cátedra de Psicologia Social. No mesmo ano, entre julho e dezembro, lecionou a disciplina Psicologia Social na Escola de Economia e Direito e, entre fevereiro e maio do ano seguinte, escreveu sua *Introdução à Psicologia Social* que tinha como objetivo sistematizar a recente disciplina no quadro das ciências sociais (Ramos, 1936/2003). Nos prefácios da segunda e terceira edição do livro, publicadas após a morte do Ramos, Anísio Teixeira escreveu que

O livro dá, com efeito, a medida de Arthur Ramos e a medida da Universidade do Distrito Federal. Um professor jovem e pouco conhecido ia reger, pela primeira vez, na menor e mais jovem Universidade do Brasil, uma cátedra de fronteira no campo dos conhecimentos humanos da época.. O curso inaugural vai de julho a dezembro de 35. E o livro é escrito, logo depois, em três meses, entre 3 de fevereiro e 10 de maio de 1936. Aos que se lembram do que foram estes meses no Rio, depois do levante militar de novembro de 35, bem se pode ver que o autor se apressava por deixar um testemunho do muito que fora naqueles seis meses criadores da UDF, ameaçados já de destruição pela inepta atmosfera de suspeita que atingiu o jovem centro de estudos superiores. (Teixeira, 2003/1936, p. 21)

Foi ainda no prefácio da primeira que Ramos nos apresentou a psicologia social como inserida em seus estudos desde os seus primeiros trabalhos:

Não pude fugir, porém, a algumas vistas pessoais neste ou naquele ponto: a apresentação da matéria e divisão do livro, critério de convergência metodológica, algumas aplicações de psicologia social a problemas brasileiros, desajustamentos infantis no lar e na escola, utilização do material psicopatológico e etnográfico, e principalmente, toda a terceira parte, objeto de antigos estudos, que, sobre a lógica afetiva, o pensamento primitivo e a mentalidade mágico-esquizofrênica, venho realizando desde 1926. (Ramos, 1936/2003, p. 23)

Com o fechamento da Universidade do Distrito Federal pelo Estado Novo, que já contava com a participação de cientistas sociais que ganhavam a destaque na época, como Gilberto Freyre (1900-1987), primo de Ulysses Pernambucano (1892-1943), e Sergio Buarque de Holanda (1902-1982), Ramos torna-se professor de Antropologia e Etnografia da Faculdade

Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil, onde permaneceu, conforme Maio (2018), entre 1939 e 1949.

Ainda antes de sua viagem aos Estados Unidos da América, onde lecionou e ministrou diversos cursos sobre a cultura e o negro no Brasil, em razão de sua participação na Universidade do Distrito Federal e a tentativa de abertura da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, Arthur Ramos foi preso no dia 23 de outubro de 1937 por determinação do Delegado Especial e encaminhado ao Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, para prestar declarações, sendo o mesmo posto em liberdade no mesmo dia (Barros, 2005). Conforme o relatório: “na busca procedida na casa do Sr. Arthur Ramos, nada foi encontrado. Na residência do Sr Eloy Pontes apreendemos literatura comunista que entregamos à Secção” (Barros, 2005, p. 58).

Ainda durante esta década escreveu e publicou diversos textos, entre os quais destacaremos os dois volumes de sua *Introdução à Antropologia Brasileira* (1947), *A mestiçagem no Brasil*, escrita em 1949 e publicada originalmente em francês dois anos depois, *Guerra e relações de raça* (1944), a já mencionada *A aculturação negra no novo mundo* (1943), *Saúde do espírito – higiene mental* (1944) e *As ciências sociais e os problemas de após-guerra* (1944).

Em 1949, foi convidado pelo Diretor Geral da UNESCO, para dirigir o Departamento de Ciências Sociais. No mesmo ano, em Oslo, presidiu a Conferência da Associação Internacional de Sociologia em nome do Diretor Geral e na Conferência Geral da UNESCO defendeu o programa do Departamento de Ciências Sociais para os anos seguintes. Na noite do dia 30 a 31 de outubro daquele ano, Arthur Ramos faleceu em Paris.

Arthur Ramos filiou-se a inúmeras instituições médicas e científicas no Brasil incluindo: a Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria da Bahia onde propôs uma seção que se dedica aos estudos psicanalíticos; a Sociedade de Medicina da Bahia; a Liga Brasileira de Higiene Mental, onde, como vimos antes, resenhou, escreveu alguns artigos e participou da seção de correspondência; o Conselho Penitenciário da Bahia; a Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal; a Sociedade Brasileira de Psicologia.

Vemos que desde a década de 1920, mas principalmente a partir dos anos de 1930, destacou-se nos campos da Antropologia, da Psicologia Social e da Psicanálise no Brasil. Os seus trabalhos defendiam uma contraposição às teorias sobre a degeneração racial que a definiam como a causa central dos diversos problemas da sociedade brasileira. Em especial, durante os anos de 1930, a psicanálise e também a psicologia social, em sua perspectiva,

significava a abertura para a função de educar e melhorar o que havia sido corrompido pelas condições sociais (Tamano, 2013).

Anexo I – Esquema de estudo da *Introdução à Psicologia Social* de Arthur Ramos

